

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, volume 11 (1), 2021

R

O

T

S

L

Sumário

HISTÓRIA: Revista da FLUP - IV Série V. 11, N. 1 (2021)

Comissão Editorial 1 Apresentação

Dossiê Temático:

Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral 3 O Porto e a sua região, séculos XI-XVI

Andrea Mariani 7 Un contributo sullo studio dei castelli *cabeça de terra* (XI-XIII secolo). Il caso del castello della *terra de Refojos*

Paulo Jorge Sousa Costa 29 Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade?

Marco Alexandre Ribeiro 55 *Cavaleiros e Escudeiros* no Porto de inícios do século XV

Joana Lencart 81 O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI

Outros Estudos:

Francisco José Pegacha Pardal 107 A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)

Indira Leão 131 Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos 153 Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza - de Abragão ao Brasil oitocentista

Manuel Baiôa 173 As eleições legislativas de 1921 no Alentejo

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo 203 Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Jorge António Araújo 229 O livro antigo na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral

Recensões:

- Liliana Oliveira 277 MATHEW, K. S. (2017), *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-Modern India*, New Delhi, Manobar. ISBN 978-93-5098-157-3, 222 pp.
- Maria João Oliveira e Silva 281 MEA, Elvira Cunha de Azevedo (2020), *O Porto Judaico. Encruzilhadas de Vidas nos Caminhos da História*, Rio Tinto, Evolua. ISBN 978-989-8088-24-6, 363 pp.
- Flávio Miranda 285 CECCARELLI, Giovanni (2021), *Risky Markets. Marine Insurance in Renaissance Florence*, Leiden, Brill. ISBN 978-90-04-39912-9, xvi+363 pp.
- 289 Notas Biográficas dos Autores
- 297 Ficha Técnica
- 299 Normas editoriais

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA: Revista da FLUP -IV Série, vol. 11, N. 1 (2021)

O Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais continua fiel ao seu compromisso, assumido em 2017, de assegurar a edição da revista HISTÓRIA, publicação semestral, em suporte exclusivamente digital, numa política de acesso aberto, de divulgação dos seus conteúdos através de sistemas de indexação, o que permitirá o seu acesso a leitores interessados na recente historiografia portuguesa. A submissão de artigos obedece a um processo de avaliação cega por especialistas, a quem agradecemos, profundamente, pela gratuidade e generosidade com que se empenham na avaliação científica dos textos e que asseguram a qualidade da publicação.

Neste primeiro semestre de 2021, Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral coordenam o dossiê temático dedicado à cidade do Porto e à região que domina - o seu termo, nas suas sucessivas extensões. Quatro artigos cobrem o arco cronológico dos séculos XI a XVI: sobre a Terra de Refojos, acerca dos forais medievais do velho burgo do Porto, sobre os Cavaleiros e Escudeiros no Porto e a visão do Porto pelo Doutor João de Barros. Sobre o seu contributo para o alargamento do conhecimento do Porto naquele período, os coordenadores do dossiê fazem a sua apreciação e um balanço do desafio lançado.

A rubrica *Outros Estudos*, inclui seis artigos, que se estendem, cronologicamente, do século XVII aos nossos dias, focando-se em temas e espaços analisados a diferentes escalas de observação. Acompanha-se o significado da festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, Duque de Bragança; os Rituais criptojudáicos e as resistências de cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII); a emigração no Brasil oitocentista e a reconstituição de uma rede familiar, com o estudo de caso dos Mello e Souza; o processo de organização das eleições legislativas de 1921 no Alentejo; a participação social e a política estudantil no Porto (1969-1974), a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; e, finalmente, a apresentação do processo de identificação do livro antigo na biblioteca do extinto Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.

Na rubrica *Recensões*, a análise de obras publicadas recentemente, que resultam quer de projetos e contributos coletivos, quer de divulgação para o grande público, permite sublinhar potencialidades e eventuais linhas de investigação a explorar.

Como sempre sublinhámos, este número, como os anteriores, resulta de um trabalho coletivo, que inclui, certamente, a comissão editorial, mas que sempre contou com os serviços de apoio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Porto, junho de 2021

A Comissão Editorial

Inês Amorim
Carla Sequeira
Cláudia Pinto Ribeiro
Jorge Fernandes Alves
Jorge Martins Ribeiro
Luís Carlos Amaral
Luís Miguel Duarte
Maria Antonieta Cruz
Maria João Oliveira e Silva
Sara Pinto

Dossier

O Porto e a sua região, séculos XI-XVI

Porto and its region, XI-XVI centuries

Porto et sa région, XI^{ème}-XVI^{ème} siècles

Oporto y su región, siglos XI-XVI

Luís Miguel Duarte
CITCEM/FLUP
lduarte@letras.up.pt

Luís Carlos Amaral
CITCEM/FLUP
lcamaral@letras.up.pt

Resumo: Este *dossier* temático que a “História. Revista da Faculdade de Letras” entendeu consagrar a um Porto medieval (e seu termo) que vai do século X a meados/ finais do XVI pretende-se um pequeno contributo para agitar um pouco as águas quase estagnadas da história da cidade.

Palavras-chave: Porto e sua região; História Económico-social; Território; Geografia e Corografia

Abstract: This themed dossier that the “História. Revista da Faculdade de Letras” understood to consecrate to a medieval Porto (and its *termo*) that goes from the sixteenth century to mid / final of the XVI century for a small contribution to shake the almost stagnant waters of the history of the city.

Keywords: Porto and its region, Economic-social history; Territory; Geography and Chorography.

Résumé: Ce dossier thématique que “História. Revista da Faculdade de Letras” comprise pour consacrer à un Porto médiéval (et à sa région) qui va du X^{ème} siècle à la midi/fin du XVI^{ème} siècle une petite contribution à secouer les eaux presque stagnantes de l'histoire de la ville.

Mots-clés: Porto et sa région; Histoire économique-sociale; Territoire; Géographie et Chorographie.

Resumen: Este dossier temático que “História. Revista da Faculdade de Letras” entendida para consagrarse a un Oporto medieval (y su término) que va desde el siglo X hasta mediados/finales del siglo XVI, una pequeña contribución para sacudir las aguas casi estancadas de la historia de esta ciudad.

Palabras clave: Oporto y su región; Historia económica-social; Territorio; Geografía y Corografía.

O Porto aqui tão perto

A história da cidade do Porto não passa por tempos particularmente estimulantes. Depois das duas grandes empresas colectivas, nos anos 60 e em 2001, que se tornaram referências e assim continuam, com as inevitáveis desatualizações que a investigação histórica continuada naturalmente acarreta, apenas contamos com uma história da cidade em pequenos volumes, vocacionados para a divulgação. Desde 2001 não tem havido eventos ou programas comemorativos, com as suas possibilidades e limitações: 2020 seria uma oportunidade excepcional, mas a pandemia tornou quase clandestinas as

celebrações da implantação do Liberalismo em Portugal. A juntar a isto, a extinção de uma colecção do maior valor, “Documentos e memórias para a história da cidade do Porto”, onde vinham sendo regularmente publicadas fontes, teses de doutoramento e de mestrado sobre o Porto, e o fecho de uma revista antiga, sólida e muito prestigiada, o *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* (encerramento que fez do município um dos poucos no país – e na Europa – que não tem a sua revista histórico-cultural), deixou os investigadores do Porto sem a sua principal possibilidade de publicação. Os prejuízos são grandes. Só parcialmente poderão ser amenizados se alguma instituição, a Câmara Municipal ou a Universidade do Porto, desde logo, conseguir ressuscitar, devidamente actualizadas e até em fórmulas distintas, aquelas publicações quase seculares.

Este *dossier* temático que a “Revista da Faculdade de Letras – História” entendeu consagrar a um Porto medieval (e seu termo) que vai do século X a meados/finais do XVI pretende-se um pequeno contributo para agitar um pouco as águas quase estagnadas da história da cidade.

Desde a segunda metade do século X e, sobretudo, no decurso da centúria seguinte consolidou-se um processo de ordenamento do território portugalense, maioritariamente de cariz político e militar, que alcançou nos castelos cabeça de terra uma expressão privilegiada. Estudando o caso do castelo da Terra de Refojos de Riba de Ave, espaço que se estendia ao longo da margem esquerda do referido rio, Andrea Mariani procurou não só alargar o nosso conhecimento acerca desta importante fortificação e do seu domínio sobre a região envolvente, mas de igual modo propor uma abordagem multidisciplinar, confrontando documentação escrita com testemunhos arqueológicos. Os resultados afiguram-se prometedores, validando a análise desenvolvida e permitindo compreender melhor os vários processos simultâneos que modelavam as estruturas políticas e militares, eclesiásticas, sociais e económicas, em fase de implantação na região do Porto, no período da formação de Portugal.

Através dos forais de 1255 e de 1288 outorgados a Gaia e a Vila Nova por D. Afonso III e D. Dinis, Paulo Jorge Sousa Costa procurou avançar um pouco mais na compreensão da política da coroa relativamente ao espaço terminal do Douro e respectiva foz. Este território conhecia desde os inícios do século XII, pelo menos, uma gradual polarização em torno do burgo portuense, senhorio episcopal a partir de 1120. Não admira, portanto, que o incontornável relacionamento entre os dois polos urbanos localizados nas duas margens do rio se tenha transformado em cenário privilegiado de

articulação e confronto entre as autoridades e os poderes régios e senhoriais. Graças aos diversificados assuntos que as duas cartas foraleiras e vários contratos de aforamento integraram, tomamos conhecimento e percebemos como os conflitos e os inevitáveis compromissos evoluíram, numa centúria especialmente marcada pelo robustecimento da instituição régia e pela limitação das “liberdades” senhoriais.

Avançamos mais dois séculos, e com Marco Ribeiro regressamos a uma clássica *quaestio disputata* da história do Porto medieval e da primeira metade do século XVI: os cavaleiros e escudeiros das fontes medievais do Porto são Nobreza ou Povo? Ao longo do tempo, os mercadores do Porto vão aperfeiçoando uma narrativa que se tornaria a argumentação de várias das suas reivindicações. Em duas palavras, o ‘sítio’ do Porto era péssimo: um duro e estéril rochedo, em que não medrava grão de semente ou do que fosse, em que não se podia criar animais. Para fugir à miséria da terra, “desde há tanto tempo que a memória dos homens não é em contrário”, os portuenses tiveram de se fazer à vida – neste caso, ao mar - e de ir buscar a longas terras o sustento para eles e suas famílias. Fizeram-no sobretudo como comerciantes, nos mares do Norte: Bretanhas, Inglaterra, Flandres. Nestas viagens de negócio, acontecia-lhes estar longe de casa durante intermináveis meses, anos até. E não podiam estar tranquilos se a cidade abrisse a porta à nobreza. Esta invadir-lhes-ia as casas, desrespeitaria esposas, filhas, criadas, esvaziar-lhes-ia a adegas ou a palha da estrebaria e deixar-lhes-ia a casa destruída. O mesmo valia para o rei e sua família. Havia ruas, na cidade, rigorosamente proibidas a forasteiros, mesmo se oficiais da Coroa. Como sugeriu André Vitória, os bispos, senhores do Porto, não devem ter sido alheios à criação daquela narrativa e à obtenção, para o Porto, do privilégio da não residência de fidalgos, estudado por Pinto. Estes seriam focos de instabilidade e ‘bairros’ de isenções judiciais e fiscais. No Porto havia dois nobres que ninguém contestava: o bispo e o alcaide-mor. Os outros, alguns bem poderosos, (Coutinhos, Pereiras, o Duque de Bragança), tentaram entrar na cidade e perderam sempre. Mas as actas de vereações medievais abundam em cavaleiros e escudeiros. Oliveira Marques explicou que muitos deles pertenciam às camadas superiores do “Povo”; Patrick Boucheron aprofundou o estatuto dos cavaleiros-urbanos. O texto de Marco Ribeiro procura perceber melhor quem eram estas cavaleiros e escudeiros que *vivem* no Porto.

O *dossier* encerra com uma análise de Joana Lencart à descrição do Entre-Douro-e-Minho concluída pelo Doutor João de Barros por 1548. A autora concentra-se nas

páginas que ele dedicou à cidade do Porto. Comparando o seu texto com vários outros, anteriores e posteriores, consegue não só estabelecer algumas genealogias de informações, como distinguir métodos de trabalho: uns viram, outros leram, outros ouviram dizer... Com um sólido enquadramento temporal das fontes com que trabalha, Joana Lencart submete essas fontes a um rigoroso questionário, lembrando que não podemos tomar por bons, sem crítica, todos os dados que os autores nos facultam, e mostra a importância que estas “Descrições” e os primeiros textos corográficos tiveram para a Coroa atenuar o seu geral desconhecimento do país.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

**Un contributo sullo studio dei castelli *cabeça de terra* (XI-XIII secolo).
Il caso del castello della *terra de Refojos*.**

**Um contributo sobre o estudo dos castelos *cabeça de terra* (séculos XI-XIII).
O caso do castelo da *terra de Refojos*.**

**A contribute about the study of the *cabeça de terra* castles (XI-XIII centuries).
The case of the castle of the *terra de Refojos*.**

**Une contribution à l'étude des châteaux *cabeça de terra* (XI^{ème}-XIII^{ème} siècle).
Le cas du château de la *terra de Refojos*.**

**Una contribución sobre el estudio de los castillos *cabeça de terra* (siglos XI-XIII).
El caso del castillo de la *terra de Refojos*.**

Andrea Mariani
CITCEM
andrea.mariani@museobiassono.it

Riassunto: In questo articolo verrà preso in esame il caso del castello *cabeça de terra* di *Refojos*, sul quale si hanno pochissimi documenti scritti datati fra l'XI e il XIII secolo e labili evidenze materiali, non accertate. A causa della scarsità delle fonti si procederà con una analisi comparativa basata su quei castelli *cabeça de terra* forniti di maggiore documentazione, dimostrando come l'approccio multidisciplinare e comparativo possa essere una metodologia opportuna per lo studio e la comprensione degli elementi difensivi medievali.

Parole chiave: *terras*; Portogallo medievale; elementi difensivi; analisi comparativa.

Resumo: Neste contributo será examinado o caso do castelo *cabeça de terra* de *Refojos*, sobre o qual há pouquíssimos documentos escritos, datados entre os séculos XI e XIII e evidências materiais lábeis e incertas. Devido à escassez de fontes proceder-se-á a uma análise comparativa baseada nos castelos *cabeça de terra* fornecidos de maior documentação, demonstrando como a abordagem multidisciplinar e comparativa pode ser uma metodologia oportuna para o estudo e para a compreensão dos elementos defensivos medievais.

Palavras-chave: *terras*; Portugal medieval; elementos defensivos; análise comparativa.

Abstract: The aim of this paper is to examine the case of the castle *cabeça de terra* of *Refojos*. On this castle there are very few written documents, dated between XI and XIII centuries and labile and uncertain material evidence. Due to the scarcity of sources, a comparative analysis will be carried out based on the castles *cabeça de terra* provided with more documentation, demonstrating how the multidisciplinary and comparative approach can be an appropriate methodology for the study and understanding of medieval defensive elements.

Keywords: *terras*; medieval Portugal; defensive elements; comparative analysis.

Résumé: L'article a pour but l'analyse du cas du château *cabeça de terra* de *Refojos*, au sujet duquel il y a très peu de documents écrits datés entre le XIe et XIIIe siècles et les faibles évidences matérielles n'ont pas encore été objet d'une vérification exhaustive. À cause du nombre très limité de sources, dans cet article l'auteur fera une analyse comparative basée sur les châteaux *cabeça de terra* une documentation importante a survécu jusqu'à nos jours. Il va démontrer ainsi que l'approche multidisciplinaire et comparative peut être une méthodologie appropriée pour l'étude et la compréhension des éléments défensifs médiévaux.

Mots-clés: *terras*; Portugal médiéval; éléments défensifs; analyse comparée.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

Resumen: En el presente artículo se examinará el caso del castillo *cabeça de terra* de Refojos, sobre el que existen muy pocos documentos escritos fechados entre los siglos XI y XIII y escasos testimonios materiales todavía para averiguar. Debido a la escasez de fuentes, procederemos a un análisis comparativo a partir de aquellos castillos *cabeça de terra* mayormente documentados, demostrando cómo el enfoque multidisciplinar y comparativo puede ser una metodología adecuada para el estudio y comprensión de los elementos defensivos medievales.

Palabras clave: *terra*; Portugal medieval; elementos defensivos; análisis comparativo.

Introduzione

Nel 1037 Fernando I “Il Grande” († 1065) sconfigge Bermudo III nella battaglia di Tamarón. Durante lo scontro il figlio di Alfonso V († 1028) perde la vita e, non lasciando eredi, permette al cognato di salire al potere come re consorte di León, al fianco di Sancha Alfonso (†1067), con la quale era sposato dal 1032. Nella visione di Almeida Fernandes (1972: 80-81) il fatto che l’alta nobiltà del contado Portucalense avesse sostenuto Bermudo III, e combattuto al suo fianco, la avrebbe resa invisa al nuovo sovrano¹. Per assicurarsi un controllo capillare sui territori dominati, il nuovo sovrano decide di attuare una politica accentratrice sia dal punto di vista amministrativo che militare. Assistiamo quindi allo sfaldarsi delle *civitates*² e alla formazione delle *terras*, nuove entità amministrative di dimensioni ridotte, più facilmente governabili³. A capo di queste circoscrizioni territoriali troviamo dei rappresentanti della nuova aristocrazia locale (i cosiddetti *infanções*⁴), partigiana di Fernando I durante le sue campagne militari, indicati con il termine di *tenentes*⁵, delegati del potere regio sul territorio, esercitanti diritti militari (in particolare come castellani dei castelli *cabeça de terra*⁶) di natura fiscale e giudiziaria⁷.

¹ Dello stesso parere anche M. J. Branco (Branco, 1993: 561).

² Secondo M. J. Barroca le *civitates* erano dei distretti militari, dipendenti da un sito fortificato centrale, dal quale veniva organizzata la difesa del territorio e la raccolta delle imposte. Le *civitates* potevano coincidere con delle sedi comitali o episcopali, altre erano a capo di zone meno “urbane” (Barroca, 2003a: 69-70).

³ Sulle *terras* si vedano, fra gli altri: la voce *Terra* in *GEPB XXXI*, in particolare pp. 434-454, il classico Barros, 1954 (comprese le importanti note critiche di Torquato de Sousa Soares): 11-69, 221-396 e 433-443; Ventura, 1992: 254-261 e Lima, 1993: vol. I, 47-49. A questi si aggiungano anche i riferimenti bibliografici alle note 9-12 di questo lavoro.

⁴ Sugli *infanções* si veda, fra gli altri, Mattoso 2001a.

⁵ Sui *tenentes* si vedano il classico di L. Ventura, seppure non esente da errori (Ventura, 1992: 100-102 e 997-1038) e Amaral & Barroca, 2012: 346-352.

⁶ Mattoso, 2002: 72-74.

⁷ L. Ventura sottolinea come in breve tempo si verificasse una sorta di privatizzazione dei diritti di carattere pubblico, trasformando i primitivi *honores* di concessione regia, in veri e propri *beneficia* (Ventura, 1992: 261).

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2*

Secondo M. J. Barroca (1990-1991: 118) in questa fase storica saremmo testimoni del passaggio da un governo territoriale organizzato secondo un modello comitale a quello di un “modelo esencialmente senhorial”⁸. Lo stesso autore ha giustamente sottolineato come la formazione delle differenti *terras* non fosse contemporanea, ed anzi, in alcuni casi abbiamo dei *tenentes* menzionati anche prima della salita al poter di Fernando I⁹: la documentazione ci indica infatti che ci vollero diverse decadi prima che il processo potesse considerarsi concluso. Infine, non abbiamo documenti ufficiali riguardanti la loro creazione: questo ci deve far riflettere sul fatto che la loro costituzione non avvenne, con tutta probabilità, solo durante il governo di Fernando I¹⁰. “La situazione che si viene a creare alla metà dell’XI secolo è piuttosto confusa poiché con l’istituzione di questi nuovi territori si creano rivalità e conflitti” (Mariani, 2020: 106)¹¹. Una successiva riforma, che non implica però un diretto abbandono di queste fortificazioni, avverrà solo sul finire del XIII secolo a seguito della politica interna di Dionigi I, volta a limitare il potere dei nobili¹².

La conoscenza dei castelli *cabeça de terra* si dimostra di estrema importanza nel quadro dello studio della *castelologia* portoghese: se le *civitates* permettevano il coesistere di diversi elementi difensivi al loro interno, il consolidamento delle nuove cellule territoriali porta invece a quello che dobbiamo considerare come una chiara fase di decastellamento, come già notato dal Barroca (2003a: 75).

A partire dagli anni Ottanta del XX secolo abbiamo alcuni articoli focalizzati su determinati castelli *cabeça di terra*, legati principalmente agli scavi archeologici di cui questi sono stati oggetto. Attualmente, però, non esiste uno studio specifico a loro dedicato. Sono pochi infatti i lavori dedicati all’analisi puntuale di alcune di queste strutture fortificate, quelle presenti nel territorio bagnato dal corso finale del fiume Douro (Lima, 1993) e quelle relative al territorio della diocesi di Porto (Mariani, 2020): soprattutto nel secondo lavoro, tale tipologia di fortificazione è stata solo una delle diverse prese in esame.

⁸ Proposta che l’autore ribadisce anche in Barroca, 2003a: 72-73.

⁹ Si pensi ad esempio al caso del castello al comando della *terra* di Maia, il cui primo tenens *Gonsalvus Trastamiriz* verrebbe indicato nelle fonti già nel 1032 (Mariani, 2020: 160-161 e relative indicazioni bibliografiche).

¹⁰ Barroca, 1991: 115 e Barroca, 2003a: 73.

¹¹ Si vedano anche Barroca, 2003a: 74 e Branco, 1993: 565.

¹² Barroca, 2003b: 180.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

La terra di *Refojos* (de Riba Ave)

Il “castello di Refojos de Riba Ave” doveva essere il castello a capo della omonima terra che successivamente, nella seconda metà del XIII secolo, sarebbe diventata il *Julgado* di *Refojos*¹³. Il suo territorio, localizzato lungo la sinistra idrografica del fiume Ave, comprende la maggior parte del *conchelho* di Santo Tirso più alcune *freguesias* di quello di Maia e Paços de Ferreira (Ventura, 1992: 1033, nota 8). Allo stato attuale della ricerca non sembrerebbero esistere, nella documentazione scritta, riferimenti diretti alla fortificazione; fra XI e XIII secolo abbiamo però alcuni -pochi- documenti che riportano i nomi di chi reggeva la terra e, conseguentemente, il suo castello *cabeça de terra*. Sul finale dell’XI secolo sappiamo che il governo di questa unità territoriale era stato affidato a Diogo Gonçalves. In un documento datato al 23 novembre 1097, una “doação e coutamento” da parte del conte Enrico († 1112) e la moglie Teresa († 1130) al nobile Soeiro Mendes († 1103-1108) di numerosi beni situati a Sud del fiume Ave, leggiamo fra i *confirmantes*: “Diagus Gundisalviz qui est maiorino de illa terra confirmo” (DR 4). La Ventura, se da un lato non inserisce tale nobile nella lista dei *tenentes* di questa terra, come invece fanno Amaral e Barroca (2012: 350), dall’altro indica per il 1146 Gonçalo Rodrigues da Palmeira, senza però riportare le fonti a sostegno della sua proposta (Ventura, 1992: 1033). In un documento del maggio del 1146 Gonçalo è *mamdante Penafiel* (DR 214). Mentre in un documento del luglio dello stesso anno lo troviamo nell’elenco dei *confirmantes* (DR 216). Infine, in un documento del 27 agosto 1146 (DR 218) leggiamo: “Gundisalbus Roderiquiz qui tenebat terram”. Dal tenore del documento non è però chiaro a quale terra ci si riferisca: si tratta infatti della vendita della chiesa di S. Miguel da Carreira (Barcelos, Braga) metà a Pedro Anes e metà a Soeiro Rodrigues e Pedro Rodrigues.

J. Mattoso menziona Gonçalo Rodrigues da Palmeira in alcune delle sue opere, senza però indicarlo mai come il *tenens* della *terra* di *Refojos* (Mattoso, 2001a: 259-260; Mattoso, 2001b: 66, 149 e 262). Anche in due documenti provenienti dall’archivio del

¹³ *De Judicatu de Refoios* (Inq. 524 B - 541 B).

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

monastero di Arouca non viene designato con questo titolo (Coelho, 1988: docc. 116 e 237).

Per il XIII secolo conosciamo il nome di due *tenentes* di questa terra, grazie alle informazioni indirette raccolte nelle *Inquirições* del 1258, nella parte dedicata al *Julgado de Refoios*. Il primo *tenens* è João Peres da Maia: “Item dixit quod Domnus Johannes Petri Madie, quando tenebat Refojos” (Inq. 525 A). Secondo la Ventura, João Peres avrebbe governato questo territorio fra il 1217 e il 1218, ricavando questa informazione dopo la comparazione con l’elenco dei *tenentes* di Maia (Ventura, 1992: 1003, nota 2 e 1033, nota 9). Il secondo è João Peres Redondo: “Dompnus Johannes Petri Retundus, qui tenebat terram in tempore domini regis Sancii fratris istius regis” (Inq. 527 A). Senza ulteriori informazioni a nostra disposizione non possiamo che concordare con quanto proposto dalla Ventura (1992: 1033) che indica il suo governo della *terra* di *Refojos* avvenuto fra il 1223 e il 1248, ossia gli anni del regno di Sancho II († 1248).

Quello di *Refojos* non è certo l’unico caso dove veniamo a conoscenza dell’esistenza di una *terra* e di una fortificazione partendo dal solo dato relativo ai suoi governanti. Pensiamo, ad esempio, alla *terra* di Alvarenga, una entità dalla esistenza effimera, sviluppatasi alla fine dell’XI secolo e probabilmente già scomparsa all’inizio del secolo successivo. Grazie ad un documento del 10 luglio del 1087¹⁴ veniamo a conoscenza di come Nuno Mendes in quell’anno fosse il *tenens* di Alvarenga: “Mandante Alvarenga Nunnu Menendici e vigariis suis pelaio e mogaime” (DC 687)¹⁵.

La identificazione proposta dal Lima (1993: vol. II, 76, nota 1) del *Kastro Alvarenga* citato in un documento del 1093 (DC 797) – “in villa Palmatianus subtus Kastro Alvarenga discorente ribolum Peacelo teretorio Portugalensis” - con una fortificazione situata nei pressi della attuale *freguesia* di Alvarenga, nel *concelho* di Arouca, è stata recentemente confutata. Appoggiandosi anche a un documento datato al 29 settembre 1117 dove leggiamo “in villa Palmacianos subtus civitas Alvarenga discurrante ribulo Pedacel territorio Portugalensis” (DP IV 60), la nuova proposta

¹⁴ Si tratta di una donazione attraverso la quale *Sendamirus Asiulfici* dona un quinto dei suoi beni, mobili e immobili, al monastero di Arouca.

¹⁵ Non è stato tenuto in considerazione l’elenco di *tenentes* (Froila Absalonis, prima metà del X secolo; Gavino Froilas, seconda metà dell’XI secolo; Egas Moniz “O Aio”, prima metà del XII secolo e infine suo figlio Moço Viegas, seconda metà del XII secolo) proposto da M. R. S. Júnior (1967: 8) poiché l’autore non indica le fonti utilizzate per la sua compilazione.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

localizzerebbe il *Kastro/Civitas Alvarenga* citato in questi due documenti in Trofa, identificandoli con il *Civitas/Castro Albarelios* (Mariani, 2020: 260-261 e 283-284).

A prescindere dall'errore di attribuzione dei due documenti precedentemente citati, pensiamo che la proposta del Lima (1993: vol. I, 120) di localizzare l'eventuale castello *cabeça de terra* di Alvarenga sull'attuale Monte do Senhor dos Aflitos - dove l'archeologo aveva individuato materiale ceramico anche d'epoca medievale e i resti di una possibile muraglia - sia valida, essendo questa elevazione il sito con il miglior controllo visuale dell'area circostante (n. 2 in tabella 1 e immagine 1). Purtroppo la costruzione della strada e della cappella di Santo Antonio ha snaturato fortemente la corografia del sito, rendendone molto difficile la lettura se non tramite auspicabili, quanto improbabili scavi archeologici.

Il castello della terra di Refojos

Data per certa l'esistenza a partire almeno dalla fine dell'XI secolo della terra di *Refojos*, dobbiamo ora tentare di localizzare la struttura fortificata che ne era a capo. L'archeologo R. Teixeira suggerisce come possibile *location* del "Castelo di Refojos de Riba de Ave" una altura situata nella *freguesia* di Penamaior, *concelho* di Paços de Ferreira, luogo dove è stato edificato l'eremo di Nossa Senhora do Pilar (n. 1a in tabella 1 e immagine 1). Sicuramente la posizione strategica, che permetteva il controllo visuale su una vasta area, cosa da non sottovalutare, compreso il sottostante monastero di S. Cristoforo, è un fattore a favore di questa proposta. Inoltre, in questa località l'autore fa notare come la presenza di ceramiche e pietre lavorate siano un chiaro indizio di occupazione medievale di questo sito (Teixeira, 2011: 232). Su questo punto bisogna però fare una precisazione: le ceramiche possono essere state portate *in loco* passivamente, magari con un riporto di terra, durante la costruzione del luogo di culto; inoltre la presenza delle stesse non indica per forza una struttura fortificata ma, al più, potrebbe indicare un utilizzo di quel luogo durante i secoli medievali come semplice abitato. Altro discorso, invece, è quello legato alle pietre lavorate: queste possono infatti indicare la presenza di strutture (medievali? moderne?) ma anche in questo caso non necessariamente di strutture fortificate. Servirebbe procedere con uno studio specialistico affiancato a degli scavi archeologici.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

Non possiamo escludere a priori questa proposta, così come non possiamo escludere quella di A. Moreira che suggerisce o che il castello di *Refojos* sorgesse sul così detto Morro da Vela, altura poco distante dal Monte Córdova, nell'adiacente *concelho* di Santo Tirso (n. 1b in tabella 1 e immagine 1), o che ivi fosse stata eretta una semplice *atalaia* (Moreira, 2009: vol. I, 270).

Mattoso propone che il castello *cabeça de terra* di *Refojos* si trovasse sul Monte Córdova (Mattoso, 2001c: 79), mentre il Ferreira de Almeida, pur non indicandone la posizione, ne suggerisce un legame con la famiglia di S. Rosendo: “Este castelo parece ter visto a sua importância diminuída a partir dos princípios do séc. XI. [...] Não é extremamente ousado ligar este arcaico castelo à família de S. Rosendo” (Almeida, 1978: 39).

Sul Morro da Vela gli studiosi si sono espressi in maniera differente: se da un lato tutti concordano sulla presenza di un insediamento protostorico, dall'altro Silva (1986: n. 342 e 343) propone la presenza di un *castro* mentre Dinis (1993:105-106) la esclude categoricamente. Sulla occupazione medievale di questa piccola elevazione invece si trovano d'accordo sia Dinis che Moreira, anche se è solo il secondo ad avanzare l'ipotesi della presenza di un elemento difensivo, fosse esso una semplice torre di vigilanza (come indicherebbe lo stesso nome moderno) o il castello *cabeça de terra* di *Refojos*:

“Todavia, relativamente próximo do Padrão, no lugar do Morro da Vela [...] identificam-se vestígios estruturais e materiais de superfície cronologicamente consistentes com esta referência arqueológica, que temos vindo a identificar como uma atalaia medieval que poderá, eventualmente, corresponder ao castelo referenciado” (Moreira, 2009: vol. I, 359).

Il Teixeira indica la fortificazione presente sul Morro da Vela (o sul Monte Córdova) come di pertinenza della famiglia di S. Rosendo, una fortificazione quindi legata ai suoi interessi: la chiesa/monastero del Monte Córdova e la *villa de Salas*. La struttura fortificata della Senhora do Pilar invece, avendo un controllo visuale più ampio, sarebbe legata alla casata dei Maia anche se, dei tre *tenentes* di cui siamo certi, soltanto uno - João Peres da Maia - apparteneva a questa famiglia. Al declino della prima fortificazione corrisponderebbe per quest'ultima un aumento della propria importanza, fino a diventare il punto fortificato della *terra de Refojos* (Teixeira, 2011: 232).

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

Recentemente è stata avanzata anche una nuova proposta di interpretazione: “se sul Morro da Vela fosse insistita una semplice *atalaia* potremmo proporre una terza ipotesi, ossia che questa fosse collegata con il Castello di *Refojos* ubicato in Paços de Ferreira, e non necessariamente costituire un castello della famiglia di S. Rosendo” (Mariani, 2020: 257).

Seppur proponendo due differenti localizzazioni per questa struttura fortificata, sia Moreira che Teixeira, basandosi su studi precedenti, la legano con la *Pena de Cide*, una torre fatta costruire da Cide Aboazar, corrispondente con tutta probabilità ad Aboazar Lovesendes, patriarca della casata dei Maia e fautore della fondazione del Monastero di Santo Tirso¹⁶. Questa identificazione però presenta alcune criticità: la prima è relativa alla scarsa affidabilità delle cronache medievali, sia perché stilate a distanza di molti anni, o dopo alcuni secoli dagli avvenimenti narrati, sia perché quasi sempre partigiane. La seconda è legata alla storiografia contemporanea: nello specifico ci riferiamo alla citazione del Moreira di un lavoro del Veiga (1936), autore quest’ultimo che, affidandosi a quanto riportato da un libro di lignaggi del XIII secolo, propone di identificare la *Pena de Cide* con il castello di *Refojos*. Effettivamente nel *Livro Velho de Linhagens* si legge: “veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E fege uma torre no monte de Monte Córdova, que ora chamam Pena de Cide” (Piel & Mattoso, 1980: 50). Ribadiamo l’importanza di prendere sempre con cautela quanto riportato da queste fonti ma qui non si tratta solo di questo: il Moreira infatti quando riporta che per il Veiga la *Pena do Cide* dovesse essere localizzata “no maciço do Pilar”(così come proposto dal Teixeira) – scrive: “com base na análise de um documento datado de 1041, no qual se alude a um pleito judicial cujos litigantes, convocados para comparecer em juízo perante os *magnates* da região, se reuniram em Pena Maior (DC 140)” (Moreira, 2009: vol. I, 358)¹⁷. Il documento menzionato (DC 140) è del 984; in esso non viene mai menzionata una “Pena Maior” e dalla sua lettura è chiaro che si tratti di una vendita a sud del Duero, dalle parti del *Castro Pedroso* (Pedroso, Vila Nova de Gaia). Inizialmente abbiamo pensato fosse un semplice refuso legato alla indicazione del numero del documento edito: abbiamo quindi controllato tutti i documenti all’anno 1041,

¹⁶ Teixeira, 2011: 232; Moreira, 2009: vol. I, 358-359; Piel & Mattoso, 1980: 50. Sul Monastero di Santo Tirso si veda Correia, 2007.

¹⁷ Ribadito - con le medesime parole - anche in Moreira, 2014: 49-50 e in Moreira, 2016: 150.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

infine abbiamo controllato il DC 410. Il contenuto di nessuno di questi però si prestava a quanto riportato dall'autore. F. Carvalho Correia, nel suo interessante lavoro dedicato al monastero di Santo Tirso, impiega come fonte il Veiga: se da un lato l'autore questa volta indica il 1014 come anno in cui venne stilato il documento, dall'altro riporta nuovamente il documento come DC 140 (Correia, 2007: 87), reiterando non solo l'errore del Costa Viega ma evidenziando anche come la fonte originale non sia stata né letta né controllata prima di citarla. Sta di fatto che questa "nuova" informazione, ossia un documento datato al 1014, ha fatto sì che individuassimo il documento corretto, datato al 21 dicembre del 1014, dove viene finalmente citata una *Penamaior*:

“Dum autem perue nerunt ad diem actum hic in Penamaior ante illa comitissa et comites Rudesindo Gonsaluit et Nuno Menendi<z> et Gonsaluo Menendiz, Ranimiro Menendiz et Gutierre Roderici ordinavit ipsa comitissa et ipsos comités suos iudices que legem docebant id sunt Froila Erotiz, Honoricus Zaleimaz, Vermudo Todemiriz, Menendus Gauiniz, Egas Menendiz, Ranemiro Menendiz et alii plures filii uenenatorum que in ipso concilio erant ut audissent legentes scribturas de amborum partes et iudicassent eos per uera ueritate” (DC 225 = LM [51]).

Non sappiamo dove questa assemblea si fosse fisicamente tenuta: Penamaior è ancora oggi il nome di una *freguesia* del *concelho* di Paços de Ferreira. Per questo motivo non possiamo escludere che tutti questi nobili e giudici si fossero riuniti in qualche residenza situata presso l'abitato moderno, e non necessariamente sull'elevazione del Pilar; una così alta concentrazione di personaggi importanti, di *domini loci*, giustificerebbe però che questi *magnates* avessero scelto per la loro assemblea un punto fortificato o un *palatium* (senza escludere a priori che il secondo avesse una funzione di per sé difensiva -sotto forma di torre? - o potesse essere stato edificato dentro al primo). Questa seconda possibilità acquista maggiore credibilità alla luce della situazione caratterizzata da un costante pericolo e da una forte insicurezza: la piaga delle invasioni vichinghe ormai infestava il territorio da diverse decadi. Solo due anni più tardi di questa importante riunione, nel 1016, si sarebbe verificato il famoso attacco normanno al castello di Vermoim¹⁸. In questo caso saremmo al cospetto di una fortificazione già esistente

¹⁸ Sull'argomento si veda il recente Barroca & Silva, 2018.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2*

all'inizio dell'XI secolo, ossia ancora prima della formazione della *terra de Refojos* e di conseguenza di diventare un castello *cabeça de terra*.

Il castello come luogo di esercizio della giustizia: alcuni esempi

Quello del castello di *Refojos* non è certamente l'unico caso di una fortificazione già esistente, più antica, che solo in un secondo momento viene scelta come castello *cabeça de terra*.

Si pensi al *Castro Amagia* (n. 3 in tabella 1 e immagine 1) la cui prima menzione risalirebbe ad un documento datato fra il 1003 e il 1008, molto anteriore alla prima di un *tenens* per questa terra¹⁹, dove leggiamo: “et abuit ipse Eirigo consilio que tradese castello de Amaia at Veila Gundisalvizi que era auidante in Sancta Maria [...] ad ipso castelo de Maia cum mauros et cum cristianos et predarunt ipsa terra de Doiro in Ave per feito de ipse Eirigo que ipso castello tradera” (Azevedo, 1974: doc. 1, 89-90). Se da un lato questo documento è molto interessante perché riporta di come Eirigo Gonçalves in accordo con Veila Gonçalves, reggente del castello di Santa Maria da Feira, consegnò ad Almanzor il castello di Maia, dall'altro riveste maggiore importanza uno di poco successivo, datato al 31 agosto 1009 (LP 193), dove vengono menzionati dei giudici in Maia: “*in presentia iudicis, hic in Amaia*”. Il documento potrebbe indicare come l'amministrazione della giustizia fosse esercitata proprio in quel castello, ed essendo anteriore di solo cinque anni rispetto a quello preso in esame per il castello di *Refojos*, potrebbe essere un ottimo esempio per supportare l'esistenza, già ad inizio dell'XI secolo, di questa ultima fortificazione. Per entrambi i castelli possiamo ipotizzare una prima fase dove questi, strutture prettamente militari, rivestono anche funzioni relative all'amministrazione della giustizia; solo in una seconda fase, sviluppatasi nel corso dell'XI secolo, verranno elevati allo *status* di castelli *cabeça de terra*. Nella prima fase, fra la fine del X e l'inizio dell'XI questi elementi difensivi avranno avuto una struttura semplice, in maggioranza lignea; in seguito (seconda fase, verosimilmente tra la seconda metà dell'XI e l'inizio del XII secolo) tale struttura diverrà più complessa. Così come nel caso di *Refojos*, anche il *castro amaia* poteva contare su una posizione strategica “ad una altitudine non certo elevata ma

¹⁹ Si veda la nota 9. Su questa interessante figura si veda anche Mattoso, 2001b: 160.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

sicuramente sufficiente per controllare e dominare il territorio circostante” (Mariani, 2020: 162-163).

Altri due casi interessanti e utili per la comprensione del possibile sviluppo del castello di *Refojos* possono essere individuati in quelli dei castelli della *civitas de Santa Maria* e di *Penafiel de Canas* (rispettivamente n. 4 e n. 5 in tabella e immagine 1). Il primo esempio, datato alla seconda metà del X secolo, non supporta direttamente la proposta della esistenza di un castello per *Refojos* già nel 1014, ma dimostra come anche prima della formazione delle *terras* il castello principale di una micro-regione (in questo caso il punto forte del distretto militare rappresentato dalla *civitas*²⁰) fosse anche il luogo dove venissero prese le decisioni relative alla giustizia²¹. Nell’agosto del 972 Ermenegildo, abate dell’importante monastero di Arouca, e un tale Adolfo, si presentano in Santa Maria davanti al conte Gonçalo Moniz, che all’epoca era anche reggente di Coimbra (Mattoso, 2001b: 91-92) per una disputa legata al possesso di un casale sito in Arouca (CMM 84). Il conte decide quindi di nominare dei giudici ai quali affidare il caso.

Maggiormente legato al caso di *Refojos* invece appare quello di *Penafiel de Canas*, castello che direttamente viene menzionato nelle fonti solo due volte nel XII: nell’aprile del 1116 (“villa quo vocatur Palacioli sub castello Penafiel de Canas discurrere ribulo Sause territorio Portugalensis” - LTPS 75) e nel 1111, o fra il 1132 e il 1139, come riportato nelle *Inquirições* del 1258 di Alfonso III, dove leggiamo di un omicidio e dell’azione intrapresa da Menendus Moniz, *tenens* di quella *terra* in quegli anni²²:

"Et dixit quod accidit una vice quod Domnus Menendus Munionis tenebat Terram de Penafiel et mandavit capere duos homines, et dederunt eos avis ipsius quod observarent eos in castello per forum quod debebant facere, et ipsi observandos captos fugiverunt ipsi capti, et propter hoc Domnus Menendus Munionis mandavit eis capere omnia que habebant, et fecit illam quintanam in ipso loco” (Inq. 584 A).

Dello stesso episodio si parla probabilmente anche in un successivo passaggio: “Interrogatus quot habebant ibi illi qui fecerunt homicidium, dixit quod ratione ipsorum

²⁰ Cfr. nota 2.

²¹ Su questa fortificazione e la sua evoluzione si veda Mariani, 2020: 310-316.

²² DR 24 (9.5.1111): “Menendus Moniz continens Pennafiel”; DR 122 (5.2.1132): “Menendo de Pennafide[le]”; LTPS 150 (5.1139): “Menendo Moniz qui tunc tenebat Penafidelis”. Non concordiamo con quanto proposto da L. Ventura (1992: 1033) e da L. C. Amaral e M. J. Barroca (2012: 350) su una *tenência* di *Menendus Moniz* datata fra 1106 e 1154, anche perché il documento del 1106 (DR 9) è un falso.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

venit Domnus Menendus Munionis, qui tenebat tunc temporis Terram Pennefidelis, et filiavit inde maiorem partem ipsius ville et ecclesie similiter” (Inq. 578 B - 579 A). Basandoci su quanto riportato nelle *Inquirições* di Alfonso III, quindi, “possiamo immaginare che il castello potesse essere fornito di una prigione, e in questo caso potesse avere una struttura più complessa di recinto-torre già nella prima metà del XII secolo” (Mariani, 2020: 220). Caratteristica questa che potremmo verosimilmente applicare ad altri castelli *cabeça de terra*, fra i quali non possiamo escludere anche quello di *Refojos*. Per la nostra comparazione con *Penamaior* è invece fondamentale un documento del 1047, nel quale leggiamo: “[...] et aiuntis fuimus in penafidel de kanas ad ante domno garcia et ante gumsalbu arapinadiz et ante didago ibenegas et ante ermigio ibenegas et ante aliorum multorum et ante iudices qui lex gutorum solent conprobare” (DC 357). Ci troviamo di fronte ad una disputa per i diritti della chiesa di *Sancta Maria in villa Banius* dove le parti in causa si presentano davanti a diversi giudici e *domini loci*²³ fra i quali il primo *tenens* della *terra*, Garcia Muniz de Riba Douro (Lima, 1993: I, 79-80) visto che *penafidel de kanas* sembra essere una sede amministrativa già attiva²⁴. Da qui la possibile datazione del suo castello intorno alla metà dell’XI secolo.

L’apporto delle fonti materiali e della ricerca archeologica

Fino qui abbiamo cercato dei riscontri con altri castelli *cabeça de terra*, solo attraverso la documentazione scritta. Come abbiamo visto all’inizio di questo contributo, però, la proposta del Teixeira si basa anche su delle fonti materiali, sebbene come abbiamo già evidenziato la presenza di ceramica medievale e pietre lavorate non sono indizi sufficientemente probanti per sostenere la proposta di trovarsi al cospetto di un punto fortificato. Inoltre, i pochi ritrovamenti presenti sul Morro da Vela e la descrizione del Moreira difficilmente sembrerebbero indicare la presenza di una struttura fortificata complessa, come invece possiamo ipotizzare visti i parallelismi precedentemente esposti. Sembra quindi più plausibile pensare ad una postazione di controllo, una *atalaia*, o eventualmente un piccolo ridotto fortificato (verosimilmente in appoggio ad una fortificazione più complessa), per di più se andiamo a confrontare quei pochi resti

²³ Nei confirmantes è interessante notare la presenza di ben tre abati: *Trastemiru*, *Sisinandus* e *Gomize*.

²⁴ Dal 1047 al 1061 secondo Amaral e Barroca (2012: 350), Santos (2004: vol. I, 42) e Ventura (1992: 1033). Sicuramente nel 1047 per Lima (1993: vol. I, 91).

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2*

materiali con quelli di altri castelli *cabeça de terra*. Una breve comparazione potrebbe quindi essere utile per poter ipotizzare la eventuale composizione del castello di *Refojos*. Partendo dagli esempi utilizzati in precedenza, dobbiamo subito escludere il *castro amaia* perché, sebbene sopravviva la sua memoria nella toponomastica locale (Monte do Castelo, nella *freguesia* di Águas Santas), il Barroca scrive che “ainda são perceptíveis alinhamentos antigos” (Barroca, 2017a: 229) e il Teixeira aggiunge che “É provável que alguns dos actuais muros de suporte que parecem circuitar a elevação, em volta do maciço rochoso mais elevado, tenham origem no antigo traçado de taludes e amuralhamentos da estrutura defensiva medieval” (Teixeira, 2011: 228), del castello nulla rimane.

Il castello *cabeça de terra* di Penafiel (località Alto do Castelo, *freguesia* di Oldrões), invece, può fornire alcune -ma non sufficienti- informazioni, grazie a delle flebili evidenze archeologiche riportate in studi del XX secolo (attualmente, purtroppo, il sito è nel più completo abbandono e la fitta vegetazione non permette di visitarlo). J. de Aguiar, citato da A. Lima, negli anni '20 del secolo passato riportava della presenza di tre muraglie²⁵ e alcune trincee nella parte sommitale dell'elevazione, mentre lo stesso Lima e la Santos scrivono di resti di una sola muraglia, di alcuni lavori di sterro per migliorare le difese fornite dalla pendenza naturale ed un fosso individuabile lungo il lato NW della elevazione (Lima, 1993: vol. I, 132-133; Santos, 2004: vol. II, 34). Il dato più importante è però quello riportato dal Lima riguardante la presenza di pietre lavorate e dei resti di alcuni muri, purtroppo di non facile lettura (Lima, 1993: vol. I, 133): potrebbero di fatto indicare la presenza di una torre, con la prigione per detenere i due assassini fatti arrestare dal *Domnus Menendus Munionis*, oppure degli alloggi o dei locali di servizio.

Gli scavi archeologici di cui sono stati oggetto i pochi resti del castello della *terra de Aquilar* (n. 6 in tabella 1 e immagine 1)²⁶, menzionata per la prima volta nel 1066 (DC 451)²⁷, mostrano un complesso fortificato “classico”: una torre – che però potrebbe essere

²⁵ Questa informazione potrebbe far pensare alla presenza di una fortificazione dell'Età del Ferro ma tutto il materiale *in loco* è di piena età medievale e moderna, cfr. Soeiro, 1984: 60 e bibliografia in nota 4 e Lima, 1993: vol. I, 133 e 161. Si veda anche Santos, 2004: vol. I, 96.

²⁶ Per una panoramica su questa fortificazione e sulla proposta che non lo identificherebbe con quel *Castellum Aquillar* delle fonti medievali si veda: Mariani, 2020: 207-210.

²⁷ Il DC 433, previamente datato all'anno 1062 ed utilizzato per esempio da M. J. Barroca per indicare la prima menzione di questa terra (Barroca, 2017b: 130), è stato recentemente posticipato fra il 1079 e il 1101 (LTPS 32).

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. *História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2*

una ricostruzione del XIX secolo - e una cinta muraria (Almeida, 1980: 1-2; Costa & Silva, 2012: 49). Non possiamo quindi escludere che il castello di *Refojos* avesse la medesima struttura, quindi più “semplice”, verosimilmente votato ad una funzione di controllo (militare) del territorio e non fornito di alloggiamenti come quello di Penafiel o, secondo il Lima, quello di *Benviver* (n. 7 in tabella 1 e immagine 1): l’archeologo, che non esclude anche la presenza di costruzioni in legno, si basa su un documento del 1125 riportato dal Ribeiro (Lima, 1993: vol. I, 125) dove leggiamo: “nos vero eramus impeirados ad Castellum jam, et ad vineas, et in multis mandatis, proinde quia nos habuimus semen” (Ribeiro, 1810: vol. I, 35).

Gli esempi più interessanti ci sono dati dai castelli di Baião e Arouca (rispettivamente n. 8 e n. 10 in tabella 1 e immagine 1), le cui campagne di scavo hanno fornito interessanti informazioni su queste strutture fortificate medievali.

Sul *Castrum Baian* (Matos, *freguesia* di Ovil, *concelho* di Baião), castello della *terra de Baian*, menzionata per la prima volta in un documento del 1066 (DC 451, lo stesso che, come abbiamo visto, menziona la *terra de Aquilar*), abbiamo importanti informazioni fornite dai risultati delle campagne di scavi archeologici effettuate fra il 1982 e il 1986, sotto la direzione di F. Queiroga che ha evidenziato la presenza di un insediamento dell’età del Bronzo e di due fortificazioni medievali, la prima lignea (datata alla seconda metà dell’XI secolo), la seconda in pietra (datata fra la fine dell’XI e l’inizio del XII secolo)²⁸. Molto interessante il fatto che la prima struttura fortificata presenta segni di distruzione causati da un incendio (Queiroga, 1984: 107; Figueiral & Queiroga, 1988: 140.) che gli archeologi non sono stati in grado di stabilire se fosse stato casuale, doloso o se potesse essere collegato ad un evento bellico. La prima struttura poteva essere stata costruita in breve tempo con un materiale facilmente reperibile in loco, oppure essere un indizio di una instabilità legata al sorgere delle nuove unità territoriali e il conseguente disgregarsi della *civitas Anegia* di cui il territorio della futura *terra de Baian* inizialmente faceva parte (Barroca, 1990-1991: 119; Lima, 1993: vol. I, 121). In un secondo momento quindi una nuova fortificazione, in pietra, veniva eretta: “una struttura di maggior efficacia e, di riflesso, di maggior prestigio, simbolo materiale del potere del *dominus loci*” (Mariani, 2020: 134). Grazie ai resti del castello individuati durante gli scavi

²⁸ Sugli scavi si vedano: Queiroga, 1984; Jorge, 1986: 253-255; Figueiral & Queiroga, 1988; Barroca, 1988. Sul Castello di Matos si veda anche: Barroca, 1990-1991: 118-119.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

sappiamo che questo aveva una struttura complessa: la muraglia si integrava con la corografia rocciosa dell’altopiano dove sorgeva, permettendo una difesa solida e un risparmio di tempo e materiale per la sua costruzione (Barroca, 1988: 164). Barroca inoltre evidenziava la presenza di un “pequeno esporão avançado que, a semelhanças de um cubelo, facilitava a defesa dos muros junto do caminho de acesso, possibilitando tiro vertical” (Barroca, 1988: 164). V. Jorge sottolineava come il castello fosse “uma construção de planta angular, com zonas habitacionais no seu interior, e uma forja de ferro” (Jorge, 1986: 254).

È interessante notare come una forgia (o quanto meno una struttura dedicata alla lavorazione del ferro, Lima, 2019: 50-51; Lima, 2014: 193) fosse presente anche nel castello *cabeça de terra* della *terra de Pavia* (menzionata per la prima volta nel 1064 - LTPS 12, n. 9 in tabella 1 e immagine 1), struttura che presentava una torre e una muraglia in pietra con forma ellittica a difesa di circa 750 metri quadrati (Lima, 2019: 48-49; Lima, 2014: 190-191). È curioso che oggi il sito dove si trovano i resti della fortificazione sia diventato una isola, a seguito della costruzione della diga di Crestuma, che ha alzato il livello delle acque del fiume Duero in quel tratto.

Una forgia è stata trovata anche nel castello di Valinhas, castello che controllava la medievale *terra Arauka*, citata nelle fonti per la prima volta nel 1066 (DC 451) e che è stato oggetto di scavi archeologici dal 1988 al 2008 (Silva & Ribeiro, 2015: 310). Basandosi sul contesto storico e sulla ceramica trovata in loco il Silva e la Ribeiro propongono che il castello venne costruito fra la fine del IX secolo e l’inizio del X secolo (Silva & Ribeiro, 2006: 69-88). Nel corso delle diverse campagne di scavo si sono investigati due settori: il primo, caratterizzato da livelli di incendio e abbandono (Silva 2011: 5), corrisponderebbe alla fase iniziale della fortificazione. Interessante la presenza di alcune strutture, di difficile lettura, fra le quali si potrebbe identificare “um provável torreão. Esta construção, originalmente de plano subtriangular, sofreu pelo menos duas remodelações, em articulação estratigráfica com alguns dos depósitos datados pelo radiocarbono” (Silva & Ribeiro, 2014: 162-163). Se questa torre era posta alla difesa dell’entrata del castello potremmo trovare una altra similitudine con il *Castrum Baian* (e forse con quello di Penafiel). Il secondo settore è invece caratterizzato da “vestígios de metalurgia do ferro relacionados com a fase mais recente da ocupação medieval” (Silva

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

& Ribeiro, 2014: 162)²⁹, fra la fine del XII secolo e l'inizio del XIII secolo, periodo nel quale la struttura potrebbe essere stata abbandonata (Silva & Ribeiro, 2014: 163).

Come abbiamo visto, queste informazioni, che spesso creano più domande che fornire risposte, se da un lato possono darci una idea di come potesse essere strutturato il castello di *Refojos*, dall'altro evidenziano chiaramente l'importanza sia dell'approccio interdisciplinare per lo studio degli elementi difensivi che di scavi archeologici mirati. Questi ultimi, di fatto, potranno sopperire alla mancanza di informazioni ottenute dalla scarsa documentazione scritta.

Conclusioni

Con questo breve contributo abbiamo voluto sottolineare *in primis* il valore di un approccio multidisciplinare per lo studio delle strutture fortificate e di come, grazie ad eventuali nuovi e mirati scavi archeologici a fianco di una meticolosa ricerca della documentazione inedita del XII, XIII e XIV secolo, si possano ricavare nuove informazioni - dirette o indirette (come quelle relative ai *tenentes*) - sui vari castelli. Secondariamente, l'esempio del castello di *Refojos* ha sottolineato l'importanza della comparazione con quei - pochi - casi già studiati grazie alla maggiore disponibilità di fonti scritte e/o materiali. Ovviamente questa comparazione potrà dare maggiori frutti quando applicata a strutture fortificate erette nella stessa area geografica e con lo stesso contesto storico. Questo permetterà di ottenere una migliore comprensione della evoluzione e della struttura di questi specifici elementi difensivi, alla base della divisione territoriale ed amministrativa nel periodo storico compreso principalmente fra il *condado Portucalense* e la formazione e il consolidamento del Regno di Portogallo.

Appendici

N.	Castello <i>cabeça de terra</i>	<i>Concelho</i> di appartenenza	Localizzazione
1a	<i>Refojos</i>	Paços de Ferreira	proposta

²⁹ Sulle analisi arqueo-metallurgiche si vedano: Silva *et al.*, 2000 e Silva, 2011: 10-13.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

1b	<i>Refojos</i>	Santo Tirso	proposta
2	<i>Alvarenga</i>	Arouca	certa
3	<i>Amaia</i>	Maia	certa
4	<i>Santa Maria</i>	Santa Maria da Feira	certa
5	<i>Penafiel de Canas</i>	Penafiel	certa
6	<i>Aquilar</i>	Paredes	certa
7	<i>Benviver</i>	Marco de Canaveses	certa
8	<i>Baian</i>	Baião	certa
9	<i>Pavia</i>	Castelo de Paiva	certa
10	<i>Arauka</i>	Arouca	certa

Tabella 1 – I castelli *cabeça de terra* menzionati nell'articolo

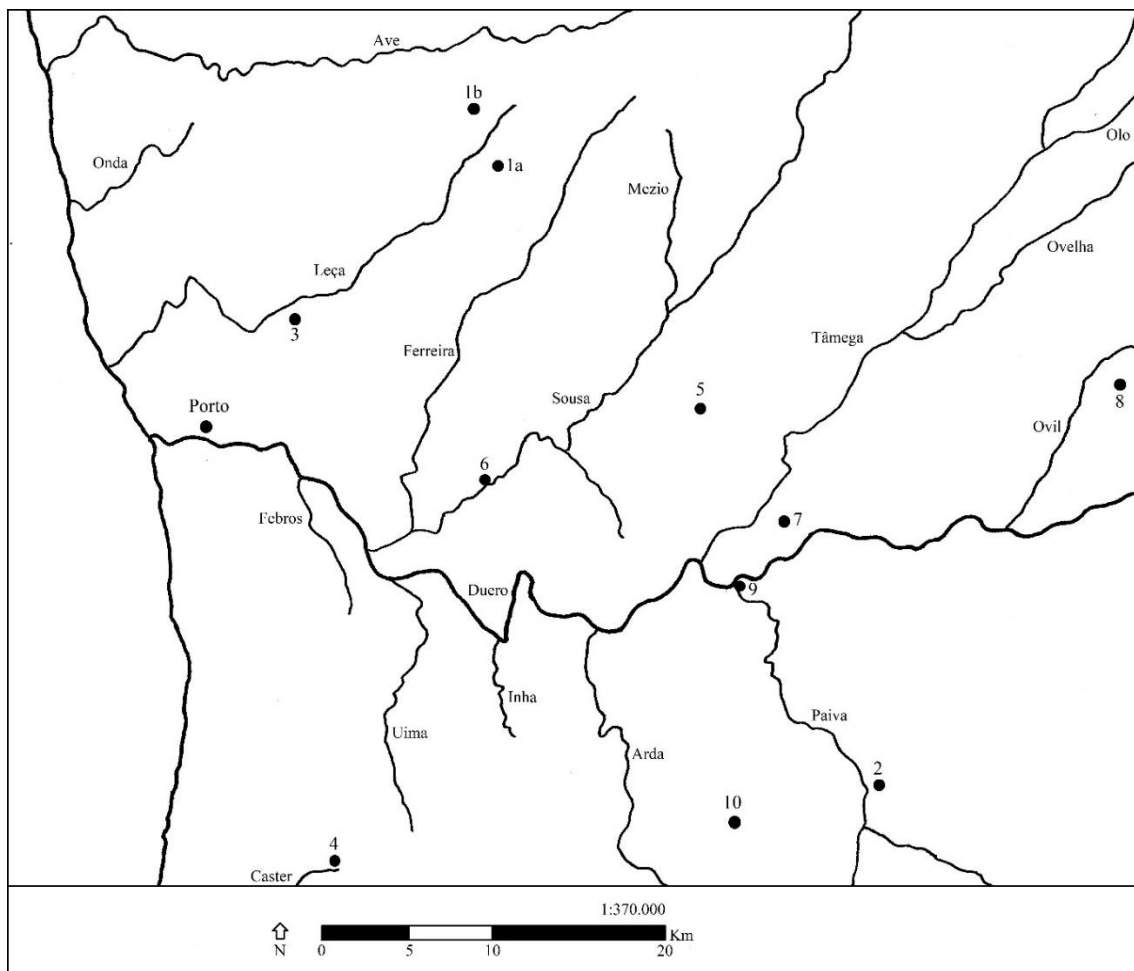


Immagine 1 - I castelli *cabeça de terra* menzionati nell'articolo (cfr. Tabella 1) e i principali corsi d'acqua della regione (mappa realizzata dall'autore e da Stefano Bellocchi, Università di Milano).

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

Bibliografia

Fontes publicadas:

CMM = SILVA, Filomeno Amaro Soares da (2001), *Cartulário de D. Maior Martins: século XIII*, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense.

DC = *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae* (1867-1873), 4 fascicoli, Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis.

DP IV = *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares, Vol. IV, A.D. 1116-1123* (1980), Rui Pinto de Azevedo; Avelino de Jesus da Costa (ed.) Lisboa, Academia Portuguesa da História.

DR = *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. Vol. 1/1* (1958), Rui de Azevedo (ed.), Lisboa, Academia Portuguesa da História.

Inq. = *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones* (1888-1977), 9 fascículos, Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis.

LP = RODRIGUES, Manuel Augusto; COSTA, Avelino Jesus da (ed.) (1999), *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.

LTPS = LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (ed.) (2015), *Diplomata et Chartae. Chartularia. Livro dos testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa: edição crítica*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Estudos:

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978), *Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220*, Trabalho Complementar para prestação de Provas de Doutoramento em História de Arte, Porto, FLUP.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1980), “Os castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma – Baltar”, *O concelho de Paredes: boletim municipal*, n. 3, pp. 1-3.

AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012), *A condessa-rainha Teresa*, Lisboa, Círculo de Leitores.

AZEVEDO, Rui Pinto de (1974), “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016 (Dois testemunhos inéditos das

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

depredações a que então esteve sujeito o Território Portugalense entre Douro e Ave)”, *Revista Portuguesa de História*, t. 14, pp. 73-93.

BARROCA, Mário Jorge (1988), “A ocupação medieval em Castelo de Matos: primeira abordagem”, *Arqueologia*, 17, pp. 159-171.

BARROCA, Mário Jorge (1990-1991), “Do castelo da reconquista ao castelo românico. (Séc. IX ao XII)”, *Portvgalia*, Nova série, vol. 11/12, pp. 89-136.

BARROCA, Mário Jorge (2003a), “Da reconquista a D. Dinis”, in Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História militar de Portugal, I*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 21-162.

BARROCA, Mário Jorge (2003b), “Uma paisagem com castelos”, in Vítor Oliveira Jorge (dir.), *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis: 7ª mesa redonda de Primavera*, Porto, FLUP, pp. 173-182.

BARROCA, Mário Jorge (2017a), “Prope litore maris: o sistema defensivo da orla litoral da diocese do Porto (séc. IX a XII)”, in Luís Carlos Amaral (dir.), *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da diocese do Porto e da construção do cabido Portucalense*, Porto, Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, pp. 197-243.

BARROCA, Mário Jorge (2017b), “A arquitetura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques”, in Mário Jorge Barroca (dir.), *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*, Porto, CITCEM, pp. 125-158.

BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (dir.) (2018), *Mil anos da incursão normanda ao Castelo de Vermoim*, Porto, CITCEM.

BARROS, Henrique da Gama (1954), *História da administração pública em Portugal séculos XII a XV*, vol. XI, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa.

BRANCO, Maria João (1993), “Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866-1179)”, in VV. AA., *El reino de León en la alta Edad Media. IV, La monarquía (1109-1230)*, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, pp. 533-625.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1988), *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca.

COSTA, Lídia do Vale; SILVA, Maria Antónia (2012), *Torre do Castelo de Aguiar de Sousa. Entre a matéria e o mito. Sobreposições do tempo*, Lousada, Centro de Estudos do Românico e do Território.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

CORREIA, Francisco Carvalho (2007), *O Mosteiro de Santo Tirso na Idade Média: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenar*, Tesi di Dottorato, Santiago de Compostela, Università di Santiago de Compostela.

DINIS, António Pereira (1993), *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio A.C.*, Tesi Magistrale, Porto, FLUP.

FERNANDES, Armando de Almeida (1972), “Portugal no Período Vimaranes (868-1128)”, *Revista de Guimarães*, 82 (1-2), pp. 37-90.

FIGUEIRAL, Isabel; QUEIROGA, Francisco (1988), “Castelo de Matos 1982-1986”, *Arqueologia*, 17, pp. 137-150.

GEPB XXXI = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s/d), XXXI, Lisboa-Rio de Janeiro.

JORGE, Vítor Oliveira (1986), “O Projecto do campo arqueológico da Serra da Abobreira (Norte de Portugal): resultados de oito anos de trabalho”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. 3, pp. 239- 257.

JÚNIOR, Manuel Rodrigues Simões (1967), “Concelho de Arouca”, *Aveiro e o seu Distrito*, n. 4, pp. 5-8.

LIMA, António Manuel (1993), *Castelos medievais do curso terminal do Douro (séc. IX-XII)*, 2 voll., Tesi Magistrale, Porto, FLUP.

LIMA, António Manuel (2014), “A cerâmica medieval do Castelo de Paiva e seu enquadramento histórico”, in Adriaan De Man, Catarina Tente, Virgílio Hipólito Correia (dir.), *Estudos de cerâmica medieval: o norte e centro de Portugal, séculos XI a XII*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, pp. 183-204.

LIMA, António Manuel (2019), *Do Castelo da Ilha à Ilha do Castelo*, Castelo de Paiva, Câmara Municipal do Castelo de Paiva.

MARIANI, Andrea (2020), “*Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*”, Tesi di Dottorato, Porto, FLUP.

MATTOSO, José (2001a), *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: narrativas dos livros de linhagens*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José (2001b), *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

MATTOSO, José (2001c), *Identificação de um país. Oposição*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José (2002), *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MOREIRA, Álvaro de Brito (2009), *Castellum Madaiae. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave*, 3 voll., Tesi di Dottorato, Santiago de Compostela, Università di Santiago de Compostela.

MOREIRA, Álvaro de Brito (2014), *Carta arqueológica do concelho de Santo Tirso: das origens do povoamento à Alta Idade Média*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.

MOREIRA, Álvaro de Brito (2016), *Museu Municipal Abade de Pedrosa: espólio arqueológico*, Santo Tirso, Câmara Municipal de Santo Tirso.

PIEL, Joseph; MATTOSO, José (ed.) (1980), *Livros Velhos de Linhagens, PMH, nova série*, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

QUEIROGA, Francisco (1984), “Escavações Arqueológicas em Castelo de Matos: notícia preliminar”, *Arqueologia*, 9, pp. 105-115.

RIBEIRO, João Pedro (1810), *Dissertações chronologicas e críticas sobre a história e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Academiae Scientiarum Olisiponensis.

SANTOS, Maria José (2004), *A terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308)*, 2 voll., Tesi Magistrale, Porto, FLUP.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986), *A cultura castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, António Manuel (2011), *No tempo dos mouros. Castelos de Arouca numa terra de fronteira (Séculos IX-XI)*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca.

SILVA, António Manuel, ARGÜELLO MENÉNDEZ, José Jorge; CAVALHEIRO, José, RIBEIRO, Manuela (2000), *Elementos paleometalúrgicos do Castelo de Valinhas (Arouca, Portugal)*, in Vítor Oliveira Jorge (dir.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 9 (Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da

Andrea Mariani - *Un contributo sullo studio dei castelli cabeça de terra (XI-XIII secolo). Il caso del castello della terra de Refojos*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 7-28. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a2

Península Ibérica), Porto, ADECAP - Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, pp. 173-197.

SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (2006-2007), “Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica”, *Portvgalia*, Nova Série, vol. 27/28, pp. 69-88.

SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (2014), “Cerâmicas do período da reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia”, in Adriaan De Man, Catarina Tente, (coords.), *Estudos de cerâmica medieval: o norte e centro de Portugal, séculos XI a XII*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, pp. 161-182.

SILVA, António Manuel; RIBEIRO, Manuela (2015), “Cerâmicas medievais (Sécs. IX-XII) do castelo de Arouca (N. Portugal)”, in Maria José Gonçalves; Susana Gómez Martínez (dir.), *Actas do X congresso internacional. A cerâmica medieval no mediterrâneo. Silves e Mértola, 22 a 27 de outubro de 2012*, Silves - Mértola, Câmara Municipal de Silves - Campo Arqueológico de Mértola, pp. 310-317.

SOEIRO, Teresa (1984), “Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em Época Romana”, *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, 1, pp. 5-323.

TEIXEIRA, Ricardo (2011), “Idade Media. Dados e perspectivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (sécs. IX-XIV)”, in Clarisse Castro; Joel Cleto (dir.), *O rio da Memória. Arqueologia no território do Leça*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 198-254.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1936), *Estudos de História Militar Portuguesa*, 2 voll., Lisboa, Tip. Henrique Tôrres.

VENTURA, Leontina (1992), *A nobreza de corte de Afonso III*, 2 voll., Tesi di Dottorato, Coimbra, FLUC.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade?

The medieval *forais* of the *burgo velho do Porto*. Rupture or continuity?

Les *forais* médiévales de le *burgo velho do Porto*. Rupture ou continuité?

Los fueros medievales del *burgo velho do Porto*. ¿Ruptura o continuidad?

Paulo Jorge Sousa Costa¹
CEPESE/FLUP
paulojorge.sousacosta@gmail.com

Resumo: Os forais medievais de Gaia e de Vila Nova, respetivamente de 1255 e de 1288, foram atribuídos à mesma localidade, o “Burgo Velho do Porto”. Estes forais são os únicos de origem régia atribuídos a um vasto território situado entre o rio Ave, a norte, e o rio Mondego, a sul. Um território profusamente povoado e “senhorializado”. A pertinência da análise destes dois atos é perceber em que contexto político eles foram realizados. Que objetivo tiveram D. Afonso III e D. Dinis quando os concederam? Será que são dois documentos complementares e sucedâneos um do outro ou atos fundacionais distintos? Que poderes se confrontavam nesse território que levaram aqueles dois monarcas a intervir? A nossa análise não é sobre a organização política local ou a caracterização socioeconómica da comunidade. Mas observar qual o impacto que estes contratos tiveram como instrumento da política de afirmação régia no mundo medieval.

Palavras-chave: Rei; Senhorios; Forais; Região do Porto; Reguengo.

Abstract: The medieval *forais* of Gaia and Vila Nova, from 1255 and 1288, respectively, were assigned to the same locality, the “Burgo Velho do Porto”. These *forais* are the only ones of royal origin attributed to a vast territory located between the Ave river, in the north, and the Mondego river, in the south. A profusely populated and “seignORIZED” territory. The pertinence of the analysis of these two acts is to understand in what political context they were carried out. What objective did D. Afonso III and D. Dinis have when they granted them? Are they two complementary documents and substitutes for each other or different foundational acts? What powers were confronted in that territory that led those two monarchs to intervene? Our analysis is not about the local political organization or the socioeconomic characterization of the community. But to observe what impact these contracts had as an instrument of the royal affirmation policy in the medieval world.

Keywords: King; Landlords; *Forais*; Oporto region; Regal domain.

Résumé : Les *forais* médiévales de Gaia et Vila Nova, respectivement de 1255 et 1288, ont été attribuées à la même localité, le “Burgo Velho do Porto”. Ces chartes sont les seules d'origine royale attribuées à un vaste territoire situé entre la rivière Ave, au nord, et la rivière Mondego, au sud. Un territoire abondamment peuplé et “seigneurisé”. La pertinence de l'analyse de ces deux actes est de comprendre dans quel contexte politique ils ont été réalisés. Quel objectif avaient D. Afonso III et D. Dinis lorsqu'ils les ont accordées? S'agit-il de deux documents complémentaires et de substituts l'un pour l'autre ou d'actes fondateurs différents? Quelles puissances ont été confrontées sur ce territoire qui ont conduit ces deux monarques à intervenir? Notre analyse ne porte pas sur l'organisation politique locale ni sur la caractérisation socio-économique de la communauté. Mais pour observer quel impact ces contrats ont eu en tant qu'instrument de la politique d'affirmation royale dans le monde médiéval.

Mots-clés : Roi; Propriétaires; *Forais*; Région de Porto; Domaine royal.

Resumen: Los fueros medievales de Gaia y Vila Nova, de 1255 y 1288, respectivamente, fueron asignadas a la misma localidad, el “Burgo Velho do Porto”. Estas cartas son las únicas de origen real atribuidas a un vasto territorio situado entre el río Ave, al norte, y el río Mondego, al sur. Un territorio profusamente poblado y “senhorializado”. La pertinencia del análisis de estos dos actos es comprender en qué contexto

¹ Bolseiro de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/130310/2017).

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

político se llevaron a cabo. ¿Qué objetivo tenían D. Afonso III y D. Dinis cuando se los concedieron? ¿Son dos documentos complementarios y sustitutos entre sí o actos fundacionales diferentes? ¿Qué poderes se enfrentaron en ese territorio que llevaron a intervenir a esos dos monarcas? Nuestro análisis no trata de la organización política local o la caracterización socioeconómica de la comunidad. Pero observar qué impacto tuvieron estos contratos como instrumento de la política de afirmación real en el mundo medieval.

Palabras clave: Rey; Proprietarios; Fueros; Región de Porto; Realengo.

Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade?

D. Afonso III, em 1255, outorgou foral ao “burgo veteri de Portu” denominada “meam villam de Gayam”. O burgo velho do Porto, assim denominado por oposição à povoação da margem norte conhecida por vila do bispo, a cidade do Porto, conservava a ancestral nomeação do “Portus Cale Antiquum” da *Divisio Theodmiri* ou *Parochiale Suevum* (David, 1947: 30; Oliveira, 1956: 31)². D. Dinis, em 1288, procedeu à outorga de novo foral ao mesmo burgo velho que se expandia pela ribeira, cindindo o lugar e denominando a nova comunidade de Vila Nova de Rei. Ambos os nomes compõem a denominação atual de Vila Nova de Gaia (Oliveira, 1964: 97), e cingem-se à atual freguesia de Santa Marinha.

O nosso artigo insere-se num estudo sobre os forais medievais o seu alcance e contexto de longa duração. Particularmente, a análise destes dois forais inscreve-se em contextos políticos de curta duração, concretamente os conflitos com a Igreja e a valorização dos portos marítimos e fluviais.

Os forais são uma fonte indispensável para o estudo das instituições políticas, das questões socioeconómicas, demográficas, povoamento, defesa do território, regras e costumes jurídicos de uma comunidade para a Idade Média, como sintetiza Sottomayor-Pizarro (2008: 169-170). A definição clássica de Foral reduziu o seu âmbito a documento instituidor do poder local (Herculano, 1981, t. IV: 54, 88-89 e 266)³, que ainda permanece

² Miguel de Oliveira cita esta passagem de uma bula que confirma os limites da diocese de Coimbra: “Interim a Colimbria usque ad Castrum antiquum, sicut Teodimiri regis temporibus ab episcopis diuisio facta est, ecclesie Colimbriensis possessio perseueret”.

³ Os forais foram um assunto abordado por diversos autores: de forma crítica quanto à abordagem de Herculano e ampla por Henrique Gama Barros, na sua *História da Administração Pública em Portugal* (1885-1934, v. I: 36; v. III: 528-530, 614-644); Torquato Sousa Soares aprofundando a via institucionalista dos anteriores autores (Soares, 1931: 46-47, 62-63), reconhecendo, contudo, que há concelhos que não nasceram do foral, citando como exemplo o foral de Gaia de 1255. Facto reconhecido por Mário Júlio Almeida Costa que nos apresenta uma definição de foral como um “diploma concedido pelo rei, ou por um senhorio laico ou eclesiástico, a determinada terra, contendo normas que disciplinam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com a entidade outorgante” (“Concelhos”, *Enciclopédia*

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

como sintetiza Maria Helena da Cruz Coelho: “o foral, o documento que criava ou legalizava um concelho, reconhecendo a uma comunidade de homens livres regras de existência próprias e a capacidade de deliberarem e assumirem o poder local (...) na sua essência jurídica” (Coelho, 1993, v. 3: 558). De um estudo recente sobre a urbanização de Navarra na Idade Média extraímos a seguinte definição: “Los fueros se otorgan a localidades donde se prevé el desarrollo de entidades potentes y de señorío realengo”⁴. Os contributos citados permitem salientar que os forais foram um importante instrumento estratégico da coroa, para afirmar a sua autoridade, celebrando “alianças com (...) comunidades de homens livres, de modo a contrabalançar o peso dos poderes senhoriais” (Ramos *et al.*, 2009: 73). E que poderes senhoriais havia em Gaia que obrigaram Afonso III e D. Dinis e conceder aqueles dois forais, num território onde essa prática está ausente? De facto, não há qualquer foral régio neste período no território delimitado pelos rios Ave, a norte, e Mondego, a sul, delimitado a leste pelas serras do Marão, Freita, Caramulo

Portuguesa Brasileira de Cultura, v. III: 347-349; “Forais”, *Dicionário de História de Portugal*, v. III: 55-56). Salientámos ainda dois outros autores da área do Direito que estudaram o assunto: Marcelo Caetano (1992: 235-239) e António Hespanha (1981: 129-136). No campo da História destacamos, pelo seu papel relevante, José Marques, sobretudo a sua investigação sobre o povoamento no norte de Portugal na Idade Média, que realçou os forais como instrumentos de povoamento a par das “cedências régias de terras para exploração em regime enfiteútico” (1983: 107; 2004, v. XXIV: 3-46). Também relevante a análise de José Mattoso (1995: v. I: 344-345) que faz uma síntese entre as propostas dos autores de visão marxista (Reyna Pastor e António Borges Coelho) e a conceção clássica assente no cânone judicial, e que critica a abordagem de A. Matos Reis em *Origens dos municípios portugueses* de 1991, por se deter numa “análise comparativa do conteúdo dos forais portugueses e na reconstituição da sua transmissão textual e diplomática”, concluindo que “não se podem confundir os municípios com os forais”. Mais recente, a análise de Alice Tavares em *Costumes e Foros de Riba-Côa – Normativa e Sociedade* (2014) e com a mesma metodologia: *Os costumes e foros dos concelhos portugueses: Guarda, Santarém, Évora e Beja, na Idade Média (séculos XIII-XIV)* (2018: 80-90). Matos Reis (2015) define “o foral (...) entendido como um documento através do qual se reconhecia a existência de uma comunidade instalada num determinado território e se definiam as regras fundamentais que deviam ser observadas na prossecução dos interesses comuns, nas relações dos seus membros quer entre si quer com os outros indivíduos que viviam no exterior, quer com a mais alta autoridade, de que estavam dependentes” (Reis, 2017: XIX).

⁴ Citação extraída de Eloísa Ramírez Vaquero: “De buenas villas... y villas no tan buenas. La urbanización de Navarra en la Edad Media” (2019: 337-369) sobre o desenvolvimento de algumas povoações de Navarra e a organização das localidades francas (livres) e as foreiras na sua relação com o poder. No âmbito ibérico, realçamos os trabalhos de Monsalvo Antón (2009: 203-243; 2014: 60; 2015) que assenta a sua investigação nos processos de povoamento de Salamanca e Ávila e as suas características sociopolíticas, relacionando-as com os poderes senhoriais e régios. Iñaki Martín Viso informa-nos da evolução das investigações dos últimos anos que ultrapassaram as questões “juridicistas” e as questões em torno de “feudalización y la dinámica del feudalismo” (2002: 217-218). O mesmo artigo deste autor faz o retrato evolutivo de Castela a Velha desde o governo dos tenentes nobres que implantaram os seus domínios nos alfozes concelhios, no século XI, promovendo o desenvolvimento dos senhorios eclesiásticos, até à sua extinção pelo poder régio no século XIII, com a concessão de forais às vilas reais (2002: 230-250).

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

e Buçaco, exceto os dois que vamos analisar, enquadrador das comunidades concelhias que aí existiam, concretamente de sul para norte os julgados do Vouga, Figueiredo, Cabanões, Santa Maria, Cambra, Fermedo, Gaia, Bouças, Maia, Gondomar, Refojos de Riba Dave, Azurara e outros até ao Marão⁵. O que revela que o foral nem sempre foi o contrato instituidor dos concelhos (Soares, 1931: 63), significando que eles podem existir sem esse documento fundador. Neste aspeto os forais de Gaia e de Vila Nova são exceção.

Abordadas algumas questões teóricas dos forais e da problemática territorial, vejamos que poderes senhoriais existentes no território impediam o desenvolvimento do senhorio régio, para Afonso III e D. Dinis terem dado foral a Gaia e a Vila Nova. E se essas concessões visaram o desenvolvimento, por outro lado, de comunidades portuárias sob a égide do rei (Andrade, 2005: 74-76). Gaia e Vila Nova situam-se no estuário do rio Douro, porto natural, onde acorriam o comércio marítimo e fluvial. Em frente, na margem norte, situa-se a cidade do Porto, senhorio episcopal desde 1112-1114, a quem a condessa D. Teresa concedeu carta de couto em 1120. O bispo D. Hugo haveria de outorgar em 1123 foral aos moradores da cidade. Na margem sul, a Terra de Santa Maria, que englobava Gaia⁶, era senhoreada pela família de Marnel⁷, aí estabelecida desde o século X (Mattoso, 1985: 23-24). A nova diocese recebeu naquela altura importantes contribuições fundiárias em Gaia (Costa, 2013: 93). Também o couto de Crestuma, doado em 922 pelo rei Ordonho II das Astúrias ao bispo D. Cosmado de Coimbra, que aí tinha estabelecido um ermitério, foi confirmado a Coimbra em 1113, transitando depois para a diocese do Porto⁸. A nova diocese alegava que aquela ancestral doação lhe conferia os direitos de portagem dos navios que aportassem no Douro⁹. Este documento registado no cartulário diocesano conimbricense, o *Livro Preto*, levanta algumas dúvidas de

⁵ Há forais senhoriais, por exemplo: Porto, Anadia, Burgo, Pedroso e Aveiro (indícios).

⁶ *Documentos medievais portugueses - Documentos régios* (= DMP-DR), I-I, doc. 33: 44: “território Portugalensi in terra civitatis Sancte Marie”.

⁷ DMP-DR, I-I, doc. 34, p. 45 (DMP-DR, I-II, nota XI, p. 576-577): doação de D. Teresa do seu quinhão no patronato do mosteiro de S. Salvador de Vilar de Febros (atual freguesia de de Vilar de Andorinho, concelho V. N. Gaia) a Gonçalo Gonçalves de Marnel em 1112, confirmado pelo Tenente da Terra de Santa Maria e irmão do obsequiado Pedro Gonçalves de Marnel. D. Teresa fará doação a outro membro desta família, Ausenda Gonçalves de Marnel, do reguengo de Santa Cruz que tinha por limites Mafamude, a Fonte de Santiago, a Serpente e a Fonte de Agrelo (DMP-DR, I-I, doc. 46, p. 58).

⁸ DMP-DR, I-I, doc. 38: 50.

⁹ *Livro Preto*, Doc. 81: 129-131: “et dedit ipse rex et ipsi comites nabulum et portaticum [fl. 39v] de Dorio” (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines* (= PMH - LC), doc. 25).

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

autenticidade para a época daquela doação, mas é de grande pertinência para o contencioso do século XIII (*Livro Preto: CLXX*)¹⁰.

O desenvolvimento da comunidade do Porto gerou um intenso contencioso com o senhorio episcopal que obrigou os monarcas Sancho I e Sancho II a intervir. Intervenções em assuntos que feriam a liberdade eclesiástica e senhorial, que acabaram por ser desastrosas para as relações entre os dois poderes (Antunes *et al.*, 1984: 35, 81, 92, 95). Deposto Sancho II e consagrado Afonso III as relações com a Igreja pacificaram-se (Mattoso, 1993, v. II: 134, 143-144). O senhorio episcopal do Porto tinha um grande impacto nesta região e isso condicionava o desenvolvimento do senhorio régio, concretamente o acesso aos proveitos provenientes do comércio fluvial e marítimo.

Estabelecidas as linhas gerais, passemos às fontes e à metodologia. A análise dos forais medievais de Gaia e de Vila Nova não é inédita. Armando Matos (1934) analisou o foral dionisino de 1288 a Vila Nova a partir das cópias do arquivo histórico do Porto. Gonçalves Guimarães, José Afonso e Raúl Solla Prata (1983) fizeram-no de forma crítica ao foral afonsino de 1255, a partir do original custodiado no fundo do Cabido da Sé do Porto. Torquato Sousa Soares filia como origem indeterminada os forais de Gaia de 1255 e de Vila Nova de 1288, isto quando à sua organização “municipal”, o seu objeto de estudo (Soares, *Dicionário de História de Portugal*, v. II, pp. 138-139). Embora pelas suas características os forais de Gaia e de Vila Nova sejam semelhantes aos forais de Constantim de Panóias, Guimarães, Porto e Mesão Frio, todos concedidos a comunidades urbanas de pendor comercial¹¹. O foral de D. Afonso III é conhecido da historiografia por estar publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et consuetudines*, no *Corpus Codicum latinorum et portugalsium* e em *A Terra de Santa Maria no século XIII* (Mattoso *et al.*, 1993), e recentemente na *Chancelaria de D. Afonso III* (Ventura, 2006 e 2011). O foral de D. Dinis registado na sua Chancelaria ainda aguarda publicação, embora sejam conhecidas cópias parciais trasladadas da *Chancelaria de D. João I*. Complementaremos este estudo e análise cronológica com outras informações obtidas das Inquirições de D. Dinis e respetivas sentenças (Sottomayor-Pizarro, 2015, PMH Inq. Nova Série) e documentos originais provenientes do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (TT), concretamente da *Chancelaria de D. Dinis* (livros primeiro e quarto) e os

¹⁰ Sobre este cartulário ver: Morujão, 2008: 7-43.

¹¹ Este assunto está a ser tratado na nossa investigação de Doutoramento.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

três livros de *Além-Douro* da *Leitura Nova*. Da Chancelaria de D. Dinis estão publicados por Rosa Marreiros (2012 e 2019) os livros segundo e terceiro. Uma tipologia variada de documentos desde aforamentos, privilégios e sentenças, que nos vão permitir enquadrar e contextualizar politicamente aqueles dois atos, as suas causas e as suas consequências. O método adotado para este estudo assenta na análise do texto dos dois forais e a sua evolução, contextualizando cronologicamente, relacionando-os com a outra documentação recolhida de forma a entender o impacto que aqueles dois textos tiveram na ação régia neste território.

No período compreendido entre os reinados de D. Afonso Henriques até D. Afonso III não há qualquer informação régia sobre Gaia¹², a sua comunidade, o reguengo ou a exploração portuária. A primeira notícia é de 31 agosto de 1251, quando D. Afonso III ordenou a inquirição foraleira à Terra de Santa Maria, na qual se discriminam os foros e costumes das localidades de Santa Maria da Feira¹³ e de Cabanões¹⁴, a extensão da propriedade reguenga e os tributos associados¹⁵. Quanto a Gaia, o inquérito só registou quem foram os jurados do burgo do Porto de Gaia começando pelo juiz Domingos Soares, dois clérigos e oito homens-bons do lugar, omitindo o seu testemunho (Mattoso *et al.*, 1993: Doc. 13: 117-130)¹⁶. Este inquérito é de grande importância para Gaia, porque permitiu, na opinião dos autores, a emancipação de Gaia (Mattoso *et al.*, 1989: 48, 53), comunidade que já contava com governança própria¹⁷.

¹² Há indiretamente de outras fontes.

¹³ A localidade da Feira tinha um alfoz restrito coutado onde os herdamentos eram explorados com foro parciário, cada casa pagava uma galinha por colheita e os cabaneiros um soldo ao mordomo, com privilégios de isenção e proteção a quem servisse na governança local, isenção de lutuosa, portagem e fossadeira extensiva a todos os moradores no reguengo, protegidos das agressões com armas. O exercício do cargo de mordomo estava regulamentado e era privilegiado.

¹⁴ Quanto a Cabanões o foro estava convertido em renda fixa anual de 55 morabitanos que o concelho pagava ao rei, exceto o tributo do sal e do pescado que eram pagos à parte.

¹⁵ A restante inquirição arrola as propriedades reguengas distribuídas por 44 localidades, incluindo o mosteiro de S. Pedro de Canedo, todas subordinadas à localidade da Feira.

¹⁶ Miguel de Oliveira quando revelou este documento, informou que ele é um traslado do século XVI, bastante truncado por danos no suporte original que se perdeu (Oliveira, 1964: 95).

¹⁷ Documento expedido de Viseu em 1253/07/20, de quitação aos dizimeiros régios no Porto e Gaia (“Portu Portugaliae”), Domingos Soares, juiz de Gaia e Domingos Peres dito Pinto e o cónego João Peres, o escrivão, do que haviam recebido nos 7 anos anteriores, entre abril de 1247 e julho de 1253 do tributo de escusa ao serviço no exército do Algarve que os cidadãos do Porto se obrigaram, ao mordomo-mor D. Gil Martins, ao chanceler-mor Estevão Anes, a Egas Lourenço da Cunha e ao clérigo régio Martim Peres (Ventura, 2006, I, doc. 11: 24).

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

As Cortes de Leiria¹⁸ de 1254 vão realçar quão importante é Gaia no contexto da estratégia régia através de três documentos que tiveram origem nesta reunião e resultaram do acordo alcançado com o bispo do Porto. O primeiro é dirigido ao juiz de Gaia e ao representante do rei pelo sobrejuiz Rodrigo Peres de Espinho sobre a regulação do comércio fluvial e marítimo no estuário do Douro, ordenando especificamente que dois terços de todas as barcas e barquetas que descessem o Douro com mercadorias (vinho, lenhas e outras coisas) descarregassem na vila da Igreja do Porto e um terço em Gaia. Também os navios provenientes de França ou de La Rochelle (na Aquitânia)¹⁹ ou de outros locais, transportando cereais, madeira, ferro, metais e outras mercadorias deviam aportar metade em Gaia e outra metade na margem norte, onde deviam fazer todas as atividades de estiva, exceto os navios que fossem de vassallos do bispo, isto é, cidadãos do Porto²⁰. O segundo documento, também executado pelo citado sobrejuiz, autorizava os comerciantes de Gaia a descarregarem sal na cidade e permitia aos vassallos do bispo comerciarem em todo o reino²¹. O terceiro documento não é tão importante como os dois anteriores, mas é significativo, pois relaciona-se com a posse de reguengos pelas instituições religiosas que o rei procurava proibir. É dirigido ao juiz e ao vigário régio em Gaia, ordenando que devolvessem à Igreja Episcopal do Porto as azenhas confiscadas para que aquela instituição as vendesse imediatamente a leigo que continuasse a pagar foro, sob pena de serem de novo apreendidas se isso não fosse cumprido²². Estes documentos comprovam o seu interesse estratégico no tráfico comercial marítimo e fluvial no estuário do Douro (Ventura, 2009: 129, 132), e a defesa incondicional do património régio, valorizando, deste modo, a comunidade de Gaia. Estava dado o mote para o ato seguinte e que o monarca decidiu que fosse vincado depois de ter passado por Gaia em agosto de 1255 no seu regresso a Coimbra²³.

¹⁸ Ventura, 2006, I, Doc. 33: 44 “Donnus Alfonsus Rex Portugaliae et Comes Bolonie celebravit suam curiam apud Leirenam mense Marcii cum episcopis et cum proceribus et cum prelatiis e cum ordinibus et cum hominibus de concilis de suo regno (...)”; Ventura, 2009: 125.

¹⁹ Esta região de França era domínio da coroa inglesa dos Plantagenetas.

²⁰ Ventura, 2006, I, doc. 44: 51-52 (1254/03/17, Leiria); Ventura, 2009, 125.

²¹ Ventura, 2006, I, doc. 45: 52 (1254/03/19, Leiria); Idem.

²² Ventura, 2006, I, doc. 46: 52-53 (1254/03/18, Leiria).

²³ Ventura, 2006, I, doc. 71:71-72.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

No mês seguinte, expediu a carta de foral à sua “vilam de Gayam” dirigida aos habitantes presentes e futuros²⁴. Não é um ato de povoamento porque a terra está povoada (Diaz Herrera, 1999: 123-156), nem institui um concelho porque ele já existe, mas antes, a promoção de uma povoação existente, com um documento que tem por modelo uma versão ampliada do foral do Porto²⁵ de 1123 e dos costumes da Feira que registamos atrás. Ele estabelece que os privilégios foraleiros são restritos ao alfoz coutado delimitado por Coimbrões a sul, Canidelo e Almiara²⁶ a oeste, o rio Douro a norte, integrando o casal “quod fuit sedis Portugalensis quod est in Gaya” e São Martinho a leste²⁷. Neste alfoz restrito, o rei cedia o seu reguengo aos moradores para explorarem as suas courelas com isenção de foro, com a condição de não serem alienadas a instituições religiosas, clérigos ou a nobres²⁸. Ficavam abrangidos neste privilégio os moradores que já possuíssem herdades reguengas. À semelhança do Porto²⁹ e da Feira, o foro de Gaia incidia sobre cada fogo e sobre o estado civil: os casados pagavam 6 soldos e pagavam metade se vivessem em pardieiros, fossem solteiros ou viúvas³⁰. Limitava a ação do mordomo nas

²⁴ Ventura, 2006, I, doc. 78: 77-81; publicado em PMH - LC: 662-664; Traslado de D. Dinis de 1307, Arquivo Histórico Municipal do Porto (= AHMP), Pergaminhos, doc. de 1307/02/01 (a pedido do concelho de Gaia para substituir o original que tinha ardido); AHMP, Pergaminhos, doc. de 1404/01/19; Arquivo Distrital do Porto (= ADP), *Cabido da Sé do Porto*, lv. 752, fl. 240 (Traslado); lv. 1673, fl. 3 (Original); *Corpus Codicum latinorum et portugalensium* 1891, vol. I, e 1967, Vol. 6, doc. 4: 11-13: traslado de 1307; Matos, 1931, e Guimarães *et al.*, 1983: estes autores usaram a versão guardada pelo Cabido da Sé do Porto que corresponde ao original, provavelmente um segundo exemplar ou, então, o exemplar desaparecido quando em 1307 o governo de Gaia pediu ao rei um traslado.

²⁵ PMH LC: 361; *Corpus Codicum*, 1891, v. 1: 19; 1967, v. 6, doc. 4: 9-11 (traslado de D. Dinis de [1316] em pública-forma do tabelião de Santarém). O foral do bispo D. Hugo à cidade em 1123 segue os costumes da vila monástica leonesa de Sahagún. Barrero García faz uma análise crítica do foral de Sahagún (1972, nº 42, 393 nota 30 e seguintes); ver Sánchez-Arcilla Bernal, 2018: 94-97; António Matos Reis é outro autor que fala da relação do Porto com Sahagún, a propósito da genealogia do foral afonsino de Melgaço (Reis, 1998: 106).

²⁶ Estes dois lugares mais o lugar da Serpente em Vilar de Andorinho foram alcançados por Afonso Henriques em 1128 quando concedeu carta de Couto a Pedroso, em troca do lugar de Figueiredo (freguesia de Pedroso): DMP-DR, I-I, doc. 93:116-117.

²⁷ O lugar do Areinho de São Martinho vem mencionado no foral de Gaia de 1518, citado por Duarte & Barros, 1997: 86; hoje é o lugar de Quebrantões onde há uma capela medieval e o areinho de Oliveira do Douro.

²⁸ “Concedo vobis etiam quod possitis regalengum et hereditates supradictas vendere et donare et facere de eis volumptatem vestram et dare cuicumque volveritis” “nisi militi vel clerico sive homini ordine”.

²⁹ Diz o foral do Porto: “reddat unus quisque de una quaque domo unum solidum” (PMH - LC: 361; *Corpus Codicum*, 1891, v. 1: 19; *Corpus Codicum*, 1967, v. 6, doc. 4: 9-11).

³⁰ “Item, do et concedo vobis omnibus populatoribus de mea villa de Gaya presentibus et futuris pro foro quod detis michi annuatim de unoquoque foco sex denarios ubi moraverit homo casatus cum sua muliere et de paradenario tres denarios, et mulier vidua cum suis filiis qui non fuerit casata tres denarios, et hoc modo soltarius vicinus qui per se in ipsa mea villa viverit tres denários”.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

execuções subordinando-as à decisão dos juízes, à prestação de fiança pelo demandado e ao testemunho de homens-bons. Estabelecia a multa por homicídio em 300 soldos se praticado dentro do alfoz restrito e em 99 morabitanos se fosse nas terras devassas do julgado de Gaia, obrigando o mordomo a ficar em casa do acusado até este prestar fiança e ser levado ao juiz de Gaia, que tinha jurisdição em todo o julgado. Estabelecia multas pecuniárias às agressões com arma no espaço público por más intenções ou invadissem o domicílio alheio, tudo provado pelo testemunho de homens-bons e prestação de fiança. A ação executória do mordomo e do porteiro estava protegida pelo foral e quem atentasse contra eles também estava sujeito a multa pecuniária, como aliás já definiam os costumes da Feira. Ambos tinham alçada sobre os navios de rio e de mar e estes ficavam custodiados entre “Petra de Boy usque ad Vilar”. E, por fim, quanto aos costumes, o foral regulava as dissensões entre os moradores, isentando-os de pagar multa ao mordomo, exceto indemnizando os que sofressem ferimentos. Gaia sendo localidade portuária e de passagem era visitada por gentes de outras paragens. E se algum morador, em legitima defesa das suas coisas e dentro do alfoz restrito, fosse agredido por algum estranho e o matasse seria multado de forma simbólica, um “vas de aquam”. O tributo das pescarias fluviais e marítimas é uma parte importante do foral. Das espécies nomeadas no foral, os pescadores tinham de dar ao mordomo o primeiro melhor peixe. Relativamente às pescarias marítimas, essas espécies eram o congro, a peixota (pescada), o ruivo, o pargo, o atum, o golfinho e o solho (espécie de esturção) e quanto às fluviais ou estuarinas o sável era a espécie mais importante. A pesca sazonal do sável estava circunscrita a dois locais que possuíam baixios arenosos convenientes para se instalar as armadilhas: a varga da Afurada e a varga do Areinho em Oliveira do Douro. Sendo que na primeira tinham que dar a quinta parte e na segunda a sexta parte da pescaria. A comunidade piscatória de Gaia praticava pesca de cabotagem até à Galiza, regressando com o peixe salgado e seco quando pousavam por longas temporadas ou enviavam-no para suas casas; e o foral determinava que deviam pagar dez peixes ao mordomo de cada caravela ou navio³¹. O foral também regulava a venda de carne³² e do vinho transportado pelas barcas fluviais,

³¹ “Item, si piscatores iverint ad Galleciam ad piscandum et exiverant de mari et fecerint pousadas et salgaverint piscatum, quando venerint mando quod dent maiordomo decem pissotas et de unaquaque caravela sive navigio et si de illa pousada inviaverint piscatum ad domos suas dent maiordomo de unaquaque enviada decem pissotas”.

³² “Item, carnifex det maiordomo de porco unum denarium et de vaca duos denários”.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

e se fossem de forasteiros tinham de pagar duas quartas de vinho ao mordomo do bispo e uma quarta ao mordomo de Gaia³³. Esta medida e a relativa à estivagem dos navios do comércio marítimo haviam sido acordadas nas Cortes de Leiria do ano anterior, aqui realçadas junto com os tributos de portagem a que estavam sujeitos³⁴, com as outras mercadorias que afluíssem por via terrestre³⁵. Neste aspeto o foral de Gaia é semelhante ao do Porto, mas mais detalhado³⁶, porque as portagens eram divididas com o mordomo do bispo³⁷. O alcaide não devia ter qualquer autoridade sobre os moradores³⁸ que estavam isentos de portagem, hoste³⁹ e de sujeição a rico-homem ou prestameiro⁴⁰. Nem seria permitido a nenhum cavaleiro residir sem autorização da comunidade⁴¹. Devia a governança de Gaia velar pela cobrança das dízimas régias que incidiam sobre a atividade

³³ “Et si aliquis homo qui non fuerit vester vicinus venerit cum barca de vino ad ipsam villam de Gaya det maiordomo duas quartas de vino et si venerit ad villam episcopi det similiter maiordomo unam quartam de vino”.

³⁴ “Et caravela extranea que intraverit per focem de Portu cum mercaturis, mando quod det maiordomo unum solidum de intrada et si venerit ad Gayam de quando vendiderit aut comparaverit duos denarios det maiordomo de marabitino de barca feeyra que non fuerit de vicino det maiordomo unum marabitino de intrada et de quanto vendiderit sive comparaverit det duos denarios de marabitino de burcardus trincatus qui non fuerit de vicino intraverit per focem cum mercatura det maiordomo unum marabatinum de intrada, et de quanto vendiderit sive comparaverit duos denarios det de marabitino de illo habere quod non fuerit decimatum et burcia que venerit cum pannis mando quod det maiordomo quatuor marabatinos de intrada”.

³⁵ “et de colonio de pannis det mairdomo unum denarium et de carrega cavalari de pane vel de vino vel piscato sive de pomis det maiordomo quatuor denarios et de carrega de asino tres denarios et de pelle de golpria unum denarium et si fuerit una duzena duos denarios maiordomo et duzena de gatos duos denarios et de panela de manteyga det unum denarium maiordomo et paal de cera unum denarium et de bragale unum denarium de corio de vaca vel de bove unum denarium maiordomo de porco unum denarium et si mercator qui non fuerit vester vicinus cambiaverit corios aut conelium sive alia mercatura, mando quod det maiordomo de qualibet corda tres denarios et debet esse corda duodecim cubitorum et si vendiderit pro marabatinis mando quod det maiordomo de quolibet marabatinum duos denarios et de duzena de bestigos aut pilitaria det maiordomo duos denarios de carrega de conelio vel de cera aut coriis que per ipsum portum passaverint, det maiordomo unum solidum de colonio tres denarios de asino VI denarios et de mauro I solidum et de maura sex denarios et de bestia duos denarios et de carrega de aliis quatuor denarios maiordomo”; “de lancea unum denario ad una unam meaculam de homine mortuo I solidum”.

³⁶ O detalhe do foral do Porto, digamos, a sua práxis, será revelado na inquirição que D. Afonso IV mandou fazer por D. Lopo Fernandes Pacheco, Senhor de Ferreira de Aves, em 25 de julho de 1339, no Mosteiro de S. Domingos, no jardim/pomar atrás do Paço Grande. *Corpus Codicum*, 1891, v. 1: 25-47; 1917, v. 2: 184-210.

³⁷ “et omnia portagia et passagia et intradas maiordomus de Gaya dividat per medium cum maiordomo de villa episcopi. Et similiter mando quod maiordomus de villa episcopi dividat per medium cum maiordomo de Gaya”.

³⁸ “Et pretor de Gaya non habeat super vos potestatem nisi prout habebat quando morabamini in meo burgo veteri de Portu”; “Et non habeatis militem pro vicino contra voluntatem vestram”.

³⁹ “Concedo vobis eciam et do non vadatis in exercitum nisi cum corpore meo”.

⁴⁰ “Et ipsa terra nunquam detur richomini nec prestamario”.

⁴¹ “Et non habeatis militem pro vicino contra voluntatem vestram”.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

portuária⁴². O rei comprometeu-se a custear as obras de abastecimento de água e os moradores deviam atrair a Gaia todo o comércio fluvial desde Numão⁴³. O foral determina na sua conclusão de que a comunidade deve cumprir os foros outorgados: “et istos foros supradictos debetis michi facere et non alios”.

O foral confirma definitivamente o poder soberano do rei sobre o estuário do Douro, acabando com o monopólio do episcopado do Porto. Realça o papel do mordomo como agente tributário. Introduce na organização política local a função de alcaide, exercida por um nobre, como autoridade tutelar da comunidade⁴⁴ e confirmado pelo monarca, que coexiste independente do governo local (Mattoso, 1995, II: 129, 156)⁴⁵.

D. Afonso III cuidou também de rentabilizar o reguengo do julgado de Gaia, concretamente o antigo reguengo de Santa Cruz. Em 30 de agosto de 1270, por execução do sobrejuiz Afonso Soares, celebrou-se o aforamento de dois casais do herdamento de Soeima no julgado de Gaia (freguesia de Vilar de Andorinho, concelho V. N. Gaia) a um individuo para morar, arrotear, explorar, fazer vinha, e mais casais com foro parciário em géneros distinto entre o cultivado e o arroteado e direituras em géneros e numerário⁴⁶. Os foreiros seriam expulsos por incumprimento, segundo sentença do juiz de Gaia, confirmada por D. Dinis, em 21 de abril de 1284⁴⁷. Em 23 de setembro de 1273, o rei aforou os dois moinhos no rio Febros (freguesia de Vilar de Andorinho, concelho V. N. de Gaia) a um casal e a uma mulher com foro anual fixo em numerário, por mão do almojarife do Porto⁴⁸. Estes moinhos voltariam a ser aforados no reinado de D. Dinis, em 5 de novembro de 1309, a um mercador do Porto⁴⁹. Por estes atos jurídicos o rei

⁴² “Mando eciam quod in Gaya deciment mei decimarii et custodiant michi ibi omnis meas decimas”.

⁴³ “Et ego per meas custas debeo facere vobis venire aquam ad ipsam villam de Gaya”; “Et faciam vobis venire ad villam de Gaya vendas de Nomam usque ad focem Dorii et caminos do vobis in quam”.

⁴⁴ Cf. nota 37.

⁴⁵ Na Inquirição às salinas de Cabanões (concelho Ovar) em 1260 participa o pretor de Gaia Domingos Soares que anteriormente, em 1251 e 1254, havia sido juiz. Esta Inquirição informa-nos que a terra de Cabanões havia sido possuída pela rainha D. Mafalda e que depois dela possuíram como prestameiros D. Martim Afonso e Nuno Peres (Ventura, 2006, I, doc. 227: 254-255).

⁴⁶ Ventura, 2006, II, doc. 446: 47-48.

⁴⁷ TT, *Chancelaria de D. Dinis* (= CH Dinis), lv. 1, fl. 103; Marreiros, 1990, vol. II, Ap. 2, doc. 10: 655-656.

⁴⁸ Ventura, 2006, II, doc. 584: 166. A autora localiza em Avintes, mas o rio Febros divide as duas localidades e este moinho ainda hoje existe e está na margem de Vilar de Andorinho.

⁴⁹ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 4, fl. 51-51v: Aforamento de moinhos no rio Febros, freguesia de “S. Salvador de Feveros, julgado de Gaia” (freguesia Vilar de Andorinho, concelho Vila Nova de Gaia) “sob o picoto das Águias”.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

rentabilizava economicamente o seu reguengo, garantindo segurança aos foreiros e impedindo os possíveis abusos dos agentes régios.

Quando, em 1291, D. Dinis doou à Igreja do Porto os padroados das igrejas de Santa Marinha de “Vila Nova e a de Gaia”, de S. João de Cabanões e bens fundiários em Santa Maria Madalena de Freimuça (c. V. N. Gaia)⁵⁰, por troca do Castelo de Marachique na fronteira do Algarve (doado por Sancho II em 1245)⁵¹ e do Couto do Lamegal (freguesia de concelho Pinhel; doado por Urraca Afonso, irmã do rei, e seu marido D. Pero Anes) encerrava-se mais um capítulo no continuado conflito com a Igreja do Porto e que contrariava a postura régia que impedia a doação de bens reguengos a instituições eclesiásticas⁵². Neste contencioso a irredutibilidade da Igreja prendia-se com o facto de nenhum bispo querer ficar com o ónus de ser perdulário relativamente aos bens patrimoniais. Por isso, o recurso à Santa Sé servia para validar a sua ação. E, em 1282, uma sentença papal confirmou ao bispo do Porto a doação de Marachique e a legitimidade quanto às divergências que havia com os pescadores da cidade e com os seus vassalos de Gaia⁵³.

Mas, em nossa opinião, este desfecho só se alcançou depois de D. Dinis conceder foral a Vila Nova de Rei em 13 de agosto de 1288⁵⁴, facto que reforçou a sua posição territorial, não deixando espaço para a Igreja expandir o seu domínio através do padroado de Santa Marinha, que se sediará precisamente em Vila Nova.

O novo foral insere-se num conceito pragmático deste monarca enunciado na frase: “posso fazer de huma vila duas e de duas vilas huma”⁵⁵. De facto, foi isto que o rei fez em Gaia. A povoação nova que se desenvolvia junto ao rio, estava situada dentro do alfoz restrito que o foral de 1255 definiu. A nova povoação foi apartada da de Gaia e denominada de Vila Nova de Rei (freguesia de Santa Marinha, concelho Vila Nova de Gaia). O foral foi atribuído a “illo nostro loco qui consuevit vocari Burgum Vetus cuy

⁵⁰ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 1, fl. 285-285v (1291/12/12, Elvas) e Marreiros, 2012, doc. 123: 164-166 (1292/06/20, Porto).

⁵¹ Bernardino, 2003, doc. 84: 355-356.

⁵² Marreiros, 2019, v. I, doc. 385: 608-610.

⁵³ TT, *Leitura Nova* (= LN), *Livro Segundo de Além-Douro*, fl. 266-266v.

⁵⁴ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 1, fl. 239v-240v; *Documentos do Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro Grande* (1823), Porto, Edição da Câmara Municipal do Porto, fl. 72v e 73v; Matos, 1934, publica a confirmação de D. João I; Dias, 2004-2006, v. III, t. 1, doc. III-229: 141-147 (confirmação de D. João I, em 1394/10/25).

⁵⁵ Marreiros, 2019, v. II, doc. 457: 73-75.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

inponimus de novo nomen Villa Nova de Rey”. Burgo Velho do Porto era também o nome antigo de Gaia. Isto esconde uma aparente ambiguidade que o texto do foral vai revelando. D. Dinis ao dividir o burgo velho do Porto em duas novas localidades não pretende que a nova substitua a antiga, mas antes que ambas se complementem: “adimus etiam per praticum iudicis et conclii de Gaya et omnium hominum qui venerint morare et populare ad Villam Novam de Rey”. O novo foral confirma todas as determinações do ato de 1255, omitindo somente o alfoz. As novidades que introduz são o açougue, o local de reunião do Concelho e a nova passagem fluvial. Ordena que o mercado permanente e a feira se instalassem junto ao ribeiro que dividia Gaia de Vila Nova⁵⁶. Neste espaço público devia a governança reunir e fazer os julgamentos⁵⁷. Aí devia afluir todo o comércio fluvial⁵⁸. A última novidade que o foral introduz é a criação de uma nova passagem fluvial entre as duas margens exclusiva dos vizinhos de Vila Nova⁵⁹, ligando diretamente à cidade do Porto, deixando a passagem de Gaia⁶⁰, que cruzava o rio para Miragaia, para todos os que procurassem atravessar o rio⁶¹. Relativamente às questões de governança das duas localidades o foral estabelecia complementaridade: “quod illi sint huuns et quod habeant unum forum e unum iudice”. Isto é, que só houvesse um juiz para ambas as comunidades, como se fossem uma só e possuíssem um só foral, tal como representava a unidade da paróquia de Santa Marinha. Provavelmente, e deduzimos do carácter apartado da nova povoação, a Vila Nova de Rei nasceu para albergar os forasteiros que afluíam com o comércio e também os que migravam da vila do Bispo, como sugere a passagem exclusiva, separando-os da comunidade existente para evitar conflitos.

Das testemunhas registadas no documento realçamos quatro individualidades que estão relacionados com Gaia: D. Martim Anes de Soverosa⁶², conhecido por Tio, senhor

⁵⁶ “et quod açougues ponantur in illo comedio stet super Fontem et Villa Nova de Rey et quod similiter feira fiat ibi prope dictos açougues”.

⁵⁷ “et quod iudex iudicet et faciat suum concilium prope dictos açougues”.

⁵⁸ “quod omnes vendi que venerint per riuus de Dorio ponantur subtus ipsos açougues in riullo inter villam de Gaya et Villa Novam de Rey in recovodo ubi venit intrare aqua de supradicto Fonte de subtus ipsos açougues”.

⁵⁹ “Et quod omnes moradores de Villa Nova de Rey habeat pasaginem pro ad corpora sua et suorum hominum et suarum bestiarum et pro suos haberes in dicta Villa Nova de Rey et non pro ad alios”.

⁶⁰ “et portus et pasaginum mando et confirmo quod sit sempre in ipsa mea villa de Gaya”.

⁶¹ “et omnes alii vadant pasare ad Gayam sicut est husatum et omnes qui venerint per Villam Novam de Rey vadant pasare ad pasaginem de Gaya exceptis superius nominatis”.

⁶² PMH Inq. Nova Série (= NS): 298-299, 302-303.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

de Avintes e Seixezelo, o primo D. Martim Gil de Riba de Vizela II, futuro conde de Barcelos e senhor das Honras citadas, Lourenço Soares de Valadares, senhor da Honra de Oliveira por ser descendente de D. Elvira Vasques de Soverosa⁶³, e por fim Pedro Afonso Ribeiro, alcaide de Gaia, senhor da Honra de Canidelo⁶⁴, que acumulará os cargos de vigário do celeiro de Gaia e “sesmador”.

O novo foral de 1288 e a sentença régia de 1316 que retirou ao bispo a jurisdição sobre a cidade e conferiu independência ao poder concelhio⁶⁵ vieram baralhar o *status quo* relativamente ao comércio de vinho no Douro. A nova configuração política obrigou o rei, em 1317, a estabelecer uma nova regulamentação em “prol dos ditos concelhos daverem antresi em paz e em bona concordia”⁶⁶. A postura estabeleceu que “todolos vinhos que veerem para vender de riba de Doyro tam bem dos vezinhos do Porto como dos vezinhos de Gaya e de Vila Nova como dos outros estranhos que todos se vendam nas barcas sobrela agua e que nenguum non os tire en essas vilas nem en seus termos”.

A consolidação política conferida pelos forais permitiu a expansão económica⁶⁷ e o desenvolvimento social⁶⁸ de Gaia e de Vila Nova, confirmando a soberania do rei. Nesta nova ordem política, o rei podia doar em usufruto as rendas e proveitos a quem quisesse, sem alienar o domínio e não prejudicando a comunidade com novos encargos. Foi o que aconteceu em 1281 quando doou vitaliciamente à rainha D. Isabel de Aragão a alcaidaria de Gaia, juntamente com outras localidades⁶⁹, ou em 1297, quando deu arras no valor de seis mil libras anuais a receber de Évora (3 mil libras), Vila Viçosa (mil libras), Vila Real

⁶³ PMH Inq. NS: 292-293.

⁶⁴ PMH Inq. NS: 282-284. Em 1339 possuía a quintã o filho Gonçalo Pires Ribeiro (TT, *Leitura Nova, Livro Segundo de Além Douro*, fl. 180-181), que foi legitimado a pedido do pai Pedro Afonso Ribeiro e dos irmãos Afonso Peres e Margarida Peres e cunhado, para herdar os bens paternos (Marreiros, 2012, doc. 88: 136-137: 1292/03/11, Lisboa).

⁶⁵ Costa, 2019.

⁶⁶ *Corpus Codicum...*, 1967, v. 6, doc. 6: 15-16 (1317/07/20, Lisboa).

⁶⁷ Contribuiu também a instituição em 1302 da feira anual de um mês a realizar no S. Martinho: Marreiros, 2019, v. I, doc. 149: 219-220 (1302/09/10, Lisboa).

⁶⁸ O estabelecimento de mercadores em Gaia está comprovado no contrato que o rei celebrou com três mercadores daí para explorarem o alúmen ou pedra-ume nos reinos de Portugal e Algarve com encargo da terça parte, dízima e isentos de serviços: Marreiros, 2019, v. I, doc. 81: 142-143 (1300/02/03, Coimbra). Em 1301, o rei tinha concedido igual privilégio a quatro mercadores, sendo um deles colaço da rainha, para a exploração de pedra-ume com isenções de portagem, de passagem, de serviço régio, hoste, autorização para colherem lenhas nas devesas régias e pagarem a terça parte e o dízimo (Marreiros, 2019, v. I, doc. 103: 163-164: 1301/03/20, Coimbra). Além de mercadores havia mesteirais e pescadores: TT, *Leitura Nova, Livro Segundo de Além Douro*, fls. 167, 178v-179.

⁶⁹ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 1 fl. 41-41v (1281/04/24, Visou).

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

(1.350 libras), Gaia com Vila Nova (“polo al que fica do comprimento das sex mille libras”) à infanta D. Beatriz, que veio menor para Portugal, para casar com o infante herdeiro D. Afonso⁷⁰. Infanta que, em 1318, ciosa do seu rendimento, se queixou ao rei que Gaia e Vila Nova se encontravam despovoadas devido às pousadas que os ricos-homens, infanções e cavaleiros faziam, estragando vinhas, hortas, pomares, “filhando liteiras” e outras coisas aos moradores. O rei ordenou ao “juiz de Gaia e de Vila Nova (sic)” que limitasse as pousadas dos fidalgos só aos que estivessem em caminho, de modo a impedir o despovoamento dessas localidades e a consequente perda de rendimento⁷¹.

A intervenção de D. Dinis em Gaia não se limitou ao foral de Vila Nova, às Inquirições, ou à doação do padroado de Santa Marinha à Igreja do Porto, pois continuou a política paterna de valorização económica do reguengo. Como vimos, D. Afonso III limitou-se a dinamizar as explorações existentes, enquanto o filho vai alargar essa intervenção promovendo uma política expansionista, fomentando arroteamentos, possuindo mesmo um agente para executar essa função, o “sesmador” régio.

No Quadro em anexo registámos treze contratos de aforamento conhecidos para o reinado de D. Dinis (1279-1325). O rei concedeu diretamente quatro, sendo três de moinhos e azenhas em Coimbrões (freguesia de Santa Marinha) e Gervide que anexava os dois casais de “Ceguelos” (freguesia de Oliveira do Douro), com foro fixo anual, e um monte maninho situado entre Vilar de Febros (atual Vilar de Andorinho), a Honra de Oliveira e Paço de Rei (lugar da freguesia de Mafamude) que correspondia a parte do reguengo de Santa Cruz⁷², a um mercador do Porto, com foro parciário. Oito contratos foram concedidos pela governança local, que participou ativamente na promoção económica do reguengo, num processo liderado por Pedro Afonso Ribeiro, alcaide de Gaia, senhor da Honra de Canidelo, possuidor do préstimo do reguengo e do celeiro de Gaia e “sesmador”, isto é, o responsável por repartir as terras em sesmarias e contratar a foro a exploração económica dos arroteamentos. Função que delegou por procuração em

⁷⁰ Marreiros, 2019, v. I, doc. 7: 80-81 (1297/10/16, Sabugal). É possível verificar pela documentação que D. Beatriz interveio na administração do território ao ponto de em 1323 Vila Nova ser grafada como Vila Nova da Infanta, identificando-se a presença de elementos da sua Casa: o almoxarife da rainha (João Gordo), ou o porteiro, em atos relativos a Gaia, entre 1326 e 1335 (TT, *Leitura Nova, Livro Segundo de Além Douro*, fls. 173, 177-177v, 179v-180, 181).

⁷¹ TT, *Leitura Nova, Livro Primeiro de Além Douro*, fl. 26v-27 (1318/07/15), Lisboa; documento inserto em confirmação de D. Manuel I, de 1500.

⁷² Onde se situava a Fonte de Santiago, também denominado lugar de Guimarães nos contratos seguintes (PMH Inq. NS: 293); hoje compreende os lugares de Santiago, Boucinha, Sardão e Lavandeira.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

Afonso Esteves, clérigo, abade de Santo André de Canidelo, e seu vassalo, incumbindo-o de dar os matos, tojais e maninhos a todos os que pudessem lavrar e povoar a Vila. O processo de aforamento era decidido em conselho com o juiz de Gaia e de Vila Nova (sic) e os jurados da Terra, contratualizando-se com o individuo ou indivíduos que ganhassem o pregão, quer fossem “vizinhos” de Gaia, Coimbrões e Miragaia, com foro parciário, em contratos redigidos pelo tabelião local. Desta forma humanizava-se uma paisagem dominada pelo tojo rasteiro. O período mais intenso situa-se entre 1301 e 1313 concedendo-se dez contratos, contra os três realizados entre 1284 e 1290. Se excluirmos os quatro contratos de moinhos e azenhas, os contratos de arroteamento são maioritários e têm um foro entre a sexta e a oitava parte do que for produzido, sem mais nenhum outro encargo, entregue no celeiro de Gaia. Mais que uma dinamização do reguengo, o que vemos é um nobre a promover a dinamização do préstimo que possuía num território que confrontava com o seu domínio direto. Isto é, Coimbrões, onde se situam a maioria dos contratos celebrados pelo seu procurador, confrontava com a sua Honra de Canidelo. Assistimos a uma comunhão mútua de interesses entre o rei e o fidalgo. Reconhecemos que Pedro Afonso Ribeiro não é um fidalgo qualquer. É o aio de Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, e participante na Corte.

A última concessão de D. Dinis a Gaia e a Vila Nova foi o privilégio de isenção de portagem em todo o reino aos seus moradores, em janeiro de 1325, privilégio concedido também a outras localidades. Mas realmente o seu último ato no julgado de Gaia foi a sentença contra os moradores dos herdamentos reguengos de Coimbrões (freguesia de Santa Marinha), Oleiros e Laborim (freguesia de Mafamude), em 1324. Os moradores dos herdamentos reguengos furtavam-se a pagar os foros e direitos devidos ao rei pela sua exploração. A representá-los estava o abade de Mafamude, do padroado régio. Isto levanta algumas questões: qual o seu objetivo em representá-los? Teria interesse no facto de eles não pagarem ao rei? Seria o abade de Mafamude o beneficiário desse rendimento por privilégio da função? Ou será que esta sentença se insere no processo de clarificação e distinção entre os tributos régios e os tributos eclesiásticos, que as populações confundiam? Sabemos que a introdução da tributação eclesiástica durante o século XIII foi mal recebida e motivou um contencioso bastante aceso e que esteve na origem dos interditos religiosos (Mattoso, 1995, II: 157-158). Neste caso, o facto de o clérigo surgir a defender os moradores pode estar relacionado com os tributos por eles pagos serem benefício do abade da paróquia e não do rei. Esta hipótese ajuda-nos a entender o alcance

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

da sentença, que procedeu à vinculação contratual coletiva desses moradores, passando-os para a alçada do mordomo de Gaia, ou de quem tiver a Terra, que lhes ordenaria quando deviam realizar os trabalhos agrícolas de malhar e segar. O contrato estabelecia o foro da quarta parte do que produzirem no herdamento lavrado e a quinta parte do que produzirem no herdamento maninho que romperem, mais as direituras em géneros e numerário repartidas pelas festas do ano: Entrudo, Páscoa, S. Miguel e Natal⁷³. O facto de os passar para a alçada do mordomo de Gaia contribui para validar a hipótese levantada de que o abade administrava aquele reguengo como préstimo de função. Desconhecemos se acumulava com os réditos eclesiásticos.

Conclusão

Então porquê dois forais à mesma localidade? Como vimos nesta análise ao conteúdo dos forais e à contextualização política, a sua concessão deveu-se a razões pragmáticas. Gaia e Vila Nova são dois lugares vizinhos e complementares que o próprio topónimo cristalizou. No entanto, o entendimento mais imediato levou a outras conclusões. Nomeadamente porque cada uma tem o seu foral, entendida como carta fundacional. Também o desenvolvimento histórico destes lugares produziu outras circunstâncias que levaram à criação do “mito” das duas povoações, tais como os dois senhorios donatários, “Gaia a Grande” e “Gaia a Pequena”, que acentuaram a distinção entre os dois lugares, ao ponto de existirem dois pelourinhos e dois concelhos, o de Gaia, “o Concelho de Cima”, e o da Praia em Vila Nova, “o Concelho de Baixo”, como relata Manoel Rodrigues dos Santos em 1861 nos aditamentos à obra de 1813 de João António Monteiro d’ Azevedo: *Descrição Topographica de Vila Nova de Gaya*⁷⁴. Embora D. Manuel concedesse um foral novo em 1518, abrangendo ambos lugares, tal não evitou que se perpetuasse o equívoco das duas povoações, que só a unicidade paroquial conservou.

Os forais inserem-se numa política programática de exercício da soberania. No século XIII, a afirmação do poder régio gerou uma conflitualidade com os poderes senhoriais, sobretudo ao limitar a expansão dos seus domínios, concretamente os eclesiásticos que beneficiavam da prodigalidade de toda a sociedade.

⁷³ TT, *Gaveta* 12, mç. 3, n.º 33; Marreiros, 2019, v. II, doc. 852: 595-596 (1324/11/21, Santarém).

⁷⁴ Azevedo, [1995]: 144-146.

O caso que analisámos é paradigmático dessa atuação. Para consolidar o poder régio na região do Porto, haveria que valorizar o reguengo, que se encontrava cercado por domínios nobres e eclesiásticos, há muito estabelecidos e que cresceram e se desenvolveram através de concessões régias e particulares, e instituíram imunidades outorgadas e permitidas pelos monarcas (caso dos coutos de Grijó, Pedroso, Brito e Tarouquela, honras de Avintes, Oliveira, Lijó e Canidelo). O reguengo encontrava-se à disposição de quem o quisesse aproveitar.

A afirmação do poder e autoridade régia passou por adotar uma estratégia que valorizasse o reguengo e limitasse a exploração económica do estuário do Douro pelos poderes concorrentes. A vetusta Gaia seria no século XIII uma localidade sem grande expressão nem capacidade reivindicativa face a tão poderosos interesses. No entanto, possuía o potencial económico de ser um porto fluvial e marítimo. Foi esse potencial que D. Afonso III valorizou ao outorgar o foral em 1255, quando reforçou a autoridade local concelhia e a sua comunidade, que se constituíam como “senhorio comunitário” (Hespanha, 1981: 153), e por um sistema de controlo por meio de intermediários encarregues de a vigiar (Mattoso, 1995, II: 156), numa conjugação de interesses mútuos entre senhor e vassallos. D. Dinis prosseguiria em 1288, criando um novo polo de atração de população, como revela a passagem exclusiva entre Vila Nova e o Porto. A valorização da margem sul veio desestabilizar a comunidade do senhorio episcopal, como mais tarde os bispos denunciariam⁷⁵. O fracasso das intervenções de Sancho I e de Sancho II concretizaram-se em 1316 quando D. Dinis retirou ao bispo do Porto a jurisdição sobre a cidade. Neste contexto, os dois forais de Gaia e de Vila Nova foram instrumentos “perturbadores” da autoridade episcopal.

Os forais concedidos ao burgo velho do Porto e os aforamentos do reguengo representam um exemplo de rutura que limitou a expansão senhorial e permitiu consolidar o senhorio régio.

⁷⁵ Corpus Codicum, 1917, v. 2: 51-53.

Quadro 1 - Aforamentos no reguengo de Gaia no reinado de D. Dinis

Aforamento	Localização	Data	Concedente	Concessionado / foro	Fonte:
Azenha ou moinho na ribeira de Gervide	Freguesia de Oliveira do Douro, concelho V. N. Gaia	1284/07/18	Juiz de Gaia, Pública-forma	2 casais	CH Dinis, lv. 1, fl. 103v, 106, 107v
Moinho na ribeira de Gervide e dois casais em “Ceguelos” (Sernandes)	Freguesia de Oliveira do Douro, concelho V. N. Gaia	1285/11/15	Rei	1 casal	CH Dinis, lv. 1, fl. 156v
Azenha entre a aldeia de Coimbrões e a azenha de João Soares	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1290/09/01	Rei	2 casais vizinhos de Gaia	CH Dinis, lv. 1, fl. 276-276v
Lugar junto ao Rio das Azenhas em Gaia	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1301/02/27	Rei	2 casais para construírem 1 azenha	CH Dinis, lv 4, fl. 14
Herdamento que é mato no reguengo que confronta com caminho Coimbrão	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1302/06/10	Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo, Pública-forma	2 casais (1 vizinho de Gaia, e outro de Coimbrões)	LN, 2º Além Douro, fl. 167
Peça de Tojal no julgado de Gaia	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1304/03/18	Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo, Pública-forma	1 casal com foro da 8ª parte ao Celeiro de Gaia	LN, 2º Além Douro, fl. 170-171
Peça de Tojal no reguengo de Gaia, no caminho para Aguilim (Madalena) no lugar da Gândara, confronta com os matos de Coimbrões	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1305/04/12	Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo, Pública-forma	1 casal vizinho de Gaia com foro da 6ª parte no Celeiro	LN, 2º Além Douro, fl. 173
Herdamento em Coimbrões, no termo de Gaia	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1307/06/08	Rei confirma ato de Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo, Pública-forma	2 casais (1 de Miragaia), com foro de 6ª parte	CH Dinis, lv 4, fl. 35v; LN, 2º Além Douro, lv. 2, fls. 173-173v.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

Aforamento	Localização	Data	Concedente	Concessionado / foro	Fonte:
Monte maninho entre a Honra de Oliveira, Vilar de Febros e Paço de Rei, julgado de Gaia	Freguesia de Oliveira do Douro, concelho V. N. Gaia	1307/01/29	Rei	1 individuo mercador do Porto, com idêntico foro dos tojais	CH Dinis, lv 4, fl. 34
Terreno em Gaia que confronta com rio das Azenhas e caminho Coimbrão	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1308/01/03	Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo Pública-forma	1 casal com foro da 8ª parte	LN, 2º Além Douro, fl. 163-163v
Terreno que confronta com estrada Coimbrã e água das Azenhas	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1309/03/03	Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo, Pública-forma	1 casal de Gaia com foro da 6ª parte no Celeiro	LN, 2º Além Douro, fl. 174-174v
Peça de Mato no reguengo de Gaia confronta com estrada que vem de Coimbrões	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1310/01/03	Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo, Pública-forma	1 casal com foro da 7ª parte	LN, 2º Além Douro, fl. 172v-173
Mato tojal	Freguesia de Santa Marinha, concelho V. N. Gaia	1313/05/01	Afonso Esteves, abade de Santo André de Canidelo, Pública-forma	1 individuo e 1 casal, termo de Gaia, com foro da 6ª parte a pagar ao Celeiro	LN, 2º Além Douro, fl. 178v-179
Obs: Aforamento do lugar da Lavandeira a par de Oliveira a 1 casal para fazer uma Póvoa em 1297/03/13, Coimbra (Marreiros, 2012, doc. 521: 521-522; a autora localiza na freguesia de Oliveira do Douro, V. N. Gaia, mas interrogado, porque na margem do documento está escrito “Viseu”, o que nos sugere outra localização; sugerimos freguesia de Cabanas de Viriato, concelho Carregal do Sal, onde há um lugar da Lavandeira e que fica junto a Oliveira (do Conde).					

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

Bibliografia:

Fontes Impressas:

AZEVEDO, João António Monteiro d' (1813), *Descrição Topographica de Vila Nova de Gaya*. Aditamentos de Manoel Rodrigues dos Santos (1861-1881). Vila Nova de Gaia, Edição fac-simile Amigos de Gaia [1995].

AZEVEDO, Rui Pinto de (1958-1962), *Documentos medievais portugueses. Documentos régios. Documentos dos condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques (1095-1185)*, 2 Tomos, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

BERNARDINO, Sandra Virgínia Pereira Gonçalves (2003), *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, Coimbra, Dissertação de Mestrado de História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Corpus Codicum latinorum et portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portugalensis Asservantur Antiquissimorum Iussi Curiae Municipalis Editum, Portucale: Typis Portucalensibus, 1891, v. 1, 1917, v. 2, 1967, v. 6.

COSTA, Avelino Jesus da (dir. cient.), e RODRIGUES, Manuel Augusto (dir. edi.) (1999), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.

DAVID, Pierre (1947), *Etudes sur la Galice et le Portugal du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*, Paris.

DIAS, João J. Alves (org.) (2004-2006), *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 4 Volumes, 11 Tomos.

Documentos do Arquivo Histórico Municipal do Porto (1823), Livro Grande, Edição da Câmara Municipal do Porto.

Forais de Villa Nova e Gaya (1923), Porto, Typografia da Viúva Alvarez Ribeiro e Filhos.

MARREIROS, Rosa (2012), *Chancelaria de D. Dinis Livro II*, Coimbra, Palimage, Universidade de Coimbra.

MARREIROS, Rosa (2019), *Chancelaria de D. Dinis Livro III*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.

OLIVEIRA, Miguel de. (1964), “Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, *Lusitania Sacra*, nº. 7, pp. 95-133.

Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines (1858), Lisboa, Tipografia da Academia.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

REIS, António Matos (2017), *Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post Christvm usque ad quintumdecimum iussv Academiae Scientarum Olisiponensis edita. Leges et Consuetudines – Forais e Cartas de Povoamento*, Nova Série, Vol. IX, 2 Tomos, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. (2015), *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Nova Série, v. IV, t. 2, Lisboa, Academia das Ciências.

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende (2006), *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende (2011), *Chancelaria de D. Afonso III. Livros II e III*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Estudos:

ANDRADE, Amélia Aguiar (2005), “A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal medieval: o caso da fachada atlântica” in Beatriz Arízaga e Jesús Angel Solorzáno (org.), *Ciudades y villas portuarias del Atlântico en La Edad Media*, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño, pp. 57-89.

ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia (1984), “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão: estado da questão”, *Revista de História das Ideias. Revoltas e Revoluções*, nº. 6, pp. 25-160.

BARRERO GARCIA, A. M. (1972), “Los fueros de Sahagún”, *Anuario de Historia del derecho español*, nº 42, pp. 385-598.

BARROS, Henrique da Gama; SOARES, Torquato de Sousa (1945), *História da administração pública em Portugal (sécs. XII a XV)*, 11 vols., 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa.

CAETANO, Marcelo (1992), *História do Direito Português (sécs. XII-XVI)*, Lisboa, Verbo Editora.

COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coord.) (1996), “Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)” in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Do Condado Portucalense à crise do século XIV. Nova História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Presença.

COSTA Mário Júlio de Almeida, “Concelhos”, in *Enciclopédia Portuguesa-Brasileira de Cultura*, vol. III, pp. 347-349.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, “Forais”, in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 55-56.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

COSTA, Francisco Barbosa; COSTA, Paulo Sousa (2013), *São Salvador de Vilar de Andorinho – Notas monográficas*, Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho.

COSTA, Paula Pinto; COSTA, Paulo Sousa (2021), “Do conflito à soberania. Os forais em Trás-os-Montes no reinado de D. Dinis (1279-1325)” in *IX Jornadas Online Hispanoportuguesas de Historia Medieval: Poder y poderes en la Edad Media*, Universidade de León 2020, pp. 461-477.

COSTA, Paulo Jorge C. Sousa (2019), “A revolução burguesa do Porto de 1316! Entre o senhorio episcopal e o senhorio régio”, in *XVI Encuentros Internacionales del Medievo en Nájera: Normativa y autoridad en la ciudad medieval atlántica (y más allá)*, Nájera (La Rioja), España, (no prelo).

DIAZ HERRERA, Carmen (1999) “La organización social del espacio entre la Cordillera Cantábrica y el Duero en los siglos VIII a XI: Una propuesta de análisis como sociedad de frontera” in José Ángel García de Cortázar (org.), *Del Cantábrico al Duero. Trece Estudios Sobre Organización Social del Espacio en los siglos VIII a XIII*, Santander, Universidad de Cantabria, pp. 123-156.

DUARTE, Luís Miguel; BARROS, Amândio Jorge Morais (1997), “Corações aflitos: navegação e travessia do Douro na Idade Média e no início da Idade Moderna”, *Douro – Estudos & Documentos*, vol. II, 4, pp. 77-118.

GUIMARÃES, J. Gonçalves; AFONSO, José António; PRATA, Raúl Solla (1983), *O foral de Gaia de 1255. Um texto e a sua época*, Vila Nova de Gaia, Edições do Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

GUIMARÃES, J. Gonçalves (1996), *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*, Porto, Universidade Portucalense.

HERCULANO, Alexandre (1981), *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, ed. crítica de José Mattoso, tomo IV, Lisboa, Livraria Bertrand.

HESPANHA, António Manuel (1981), *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina.

MARQUES, José (1983), “O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII”, *Revista Estudos Transmontanos*, n.º 1, pp. 105-130.

MARQUES, José (2004), “Estruturação administrativa e social do nordeste transmontano, no período medieval. Alguns aspectos”, *Brigantia - Revista cultural*, vol. XXIV, pp. 3-46.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

MARREIROS, Rosa (1990), *Propriedade Fundiária e rendas da Coroa no reinado de D. Dinis. Guimarães*, 2 vols., Tese de Doutoramento em História, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MARTIN VISO, Iñaki (2002), “Territorios, poder feudal y comunidades en la Castilla septentrional (siglos XI-XIV)”, *Edad Media. Revista de Historia*, nº. 5, pp. 217-263.

MATOS, Armando de (1934), *Forais de Gaia e de Vila Nova*, Vila Nova de Gaia, Museus Municipais e Biblioteca Pública de Gaia.

MATTOSO, José (1985), *Ricos-Homens Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia (1989), *O castelo e a Feira: a Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Editorial Estampa/Imprensa Universitária.

MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia (1993), *A Terra de Santa Maria no século XIII. Problemas e documentos*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.

MATTOSO, José (1995), *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, 2 vols., 5ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.

MATTOSO, José (2007), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates.

MONSALVO ANTÓN, José María (2009), “Concejos castellano-leoneses y feudalismo (siglos XI-XIII). reflexiones para un estado de la cuestión”, *Studia Historica*, nº 10, pp. 203-243.

MONSALVO ANTÓN, José María (2014), “Frontera pionera, monarquía en expansión y formación de los concejos de villa y tierra. Relaciones de poder en el realengo concejil entre el Duero y el Tajo (c.1072 – c.1222)”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 10, 2, pp. 45-126.

MONSALVO ANTÓN, José María (2015), “Antropologia política e historia: costume e direito; comunidade e poder; aristocracia e parentesco; rituais locais e espaços simbólicos”, in Esther López Ojeda (coord.), *Nuevos temas, nuevas perspectivas en Historia Medieval. XXV Semana de Estudios Medievales*. Nájera 2014, Logronõ, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 105-157.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2008), “O Livro Preto da Sé de Coimbra. Estudo do Cartulário”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº. 8, pp. 7-43.

OLIVEIRA, Miguel (1956), “Os territórios diocesanos: como passou para o Porto a Terra de Santa Maria”, *Lusitania Sacra*, nº. 1, pp. 29-50.

Paulo Jorge Sousa Costa - *Os forais medievais do burgo velho do Porto. Rutura ou continuidade*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 29-53. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a3

PINTO, Alexandre (2007), *O Lavrador de Forais*, Tese de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa (2019), “De buenas villas... y villas no tan buenas. La urbanización de Navarra en la Edad Media”, in *XLVI Semana Internacional de Estudios Medievales: La ciudad de los campesinos: villas nuevas, pequeñas villas, villas mercado*, Gobierno de Navarra, pp. 337-369.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.

REIS, António Matos (1998), “Os forais antigos de Melgaço, terra de fronteira”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II. Série, vol. XV, pp. 99-128.

REIS, António Matos (2015), *História dos Municípios (1050-1383)*, Livros Horizonte, Lisboa.

SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, J. (2018), “El Derecho foral del Reino de León. La foralidad rural”, in F. Martínez Llorente (coord.), *En el milenario del Fuero de León: 1017-2017. La ciudad de León y su derecho. Actas del Congreso Científico 2017*, León, pp. 81-130.

SOARES, Torquato de Sousa (1931), *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Históricas, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.

SOARES, Torquato de Sousa (1973), “Concelhos”, in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 137-139.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. (2008), *D. Dinis*, Lisboa, Temas e Debates.

TAVARES, Alice (2014), *Costumes e Foros de Riba-Côa: normativa e sociedade*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TAVARES, Alice (2018), “Direito local português na Idade Média (séculos XIII-XIV): os costumes e foros”, *Quiroga*, nº 13, enero-junio, pp. 80-90.

VENTURA, Leontina (2009), *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e Debates.

Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV

Chevaliers et Écuyers à Porto au début du 15^{ème} siècle

Caballeros y Escuderos en el Porto de principios del siglo XV

Knights and Squires in the early 15th century Porto

Marco Alexandre Ribeiro
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
marcoribeiro107@gmail.com

Resumo: Este trabalho procura entender a verificável presença de “cavaleiros” e “escudeiros” nas sessões camarárias do Porto nos finais do século XIV e inícios do século XV, recorrendo aos livros de Atas de Vereação do período em análise, mas também através do cruzamento com outras fontes documentais. Pretendemos compreender de que forma conviveu esta realidade com o privilégio que a cidade há muito guardava e pelo qual permanentemente lutou durante séculos, pelo menos até ao reinado de D. Manuel I, que impedia a residência e/ou permanência de fidalgos no espaço interior dos muros do Porto.

Palavras-chave: Privilégios urbanos, Estratos sociais, Nobreza, Elites municipais

Abstract: This paper seeks to understand the verifiable presence of “knights” and “squires” in the municipal council meetings in Porto in the late 14th and early 15th centuries, using the books of “Atas de Vereação” of the period under analysis, but also by crossing with other documentary sources. We try to understand how this reality coexisted with the privilege that the city had long held and for which it permanently fought for centuries, at least until the reign of D. Manuel I, which prevented the residence and/or stay of noblemen within the walls of the city.

Keywords: Urban privileges, Social strata, Nobility, Municipal elites

Résumé: Ce travail cherche à comprendre la présence vérifiable des “chevaliers” et des “écuyers” dans les séances de la mairie de Porto à la fin du XIV^e et au début du XV^e siècles, en utilisant les livres “Atas de Vereação” de la période analysée, mais aussi en croisant d'autres sources documentaires. Nous voulons évaluer comment cette réalité a coexisté avec le privilège que la ville détenait depuis longtemps et pour lequel elle s'est battue en permanence pendant des siècles, du moins jusqu'au règne de D. Manuel I, qui empêchait la résidence et/ou le séjour des nobles dans l'enceinte de la ville.

Mots-clés: Privilèges urbains, Strates sociales, Noblesse, Élites municipales

Resumen: Este trabajo trata de comprender la presencia comprobable de “caballeros” y “escuderos” en las sesiones del concejo municipal de Porto a finales del siglo XIV y principios del XV, utilizando los libros de actas del concejo del periodo analizado, pero también mediante referencias cruzadas con otras fuentes documentales. Buscamos entender cómo esta realidad convivía con el privilegio que la ciudad ostentaba desde hacía tiempo y por el que había luchado permanentemente durante siglos, al menos hasta el reinado de D. Manuel I, que impedía la residencia y/o estancia de los nobles dentro de las murallas.

Palabras-clave: Privilegios urbanos, Estratos sociales, Nobleza, Elites municipales

1. Enquadramento temático

“O cidadão do Porto não era um português qualquer; mas, por definição, o mais livre e humano de todos eles. Ter o bispo encerrado no paço, ou fulminando anátemas

desde Roma, e os fidalgos bem longe dos muros da cidade, eis o ideal dos cidadãos do Porto” (Cortesão, 1967: 60).

Cidade de encantos para a historiografia do século XIX e inícios do XX, o Porto surge-nos assim descrita pelo historiador Jaime Cortesão, não sendo poupada a elogios pelos seus contemporâneos. Governado, desde cedo na história do Reino de Portugal por uma elite camarária aparentemente anti-aristocrática e anti-clerical (ou pelo menos assim a historiografia da referida época o quis fazer parecer), o Porto assume para estes historiadores, preocupados com os rumos da sociedade do seu tempo, um papel de destaque precisamente devido a esta peculiar característica. Tal imagem construída durante décadas pela historiografia “liberal”¹ moldou a nossa forma de analisar o papel do Porto e dos portuenses na reconstrução historiográfica do Portugal medievo. É, por isso, com esta perspetiva que iniciamos este nosso estudo.

Na cidade do Porto, pelo menos desde o final do século XIV, mas provavelmente já antes, a nobreza viu impedida a sua residência e sofreu uma limitação à sua estadia no espaço interior das muralhas portuenses (Ferreira, 1948). Esta foi desde cedo uma luta em que se aplicaram tanto os elementos do governo local, como os próprios bispos; a nenhum interessava a permanência de privilegiados dentro da cidade, esforçando-se numa resistência conjunta pela manutenção deste privilégio ao longo pelo menos de toda a Idade Média portuguesa, ainda que os motivos fossem ser distintos entre os dois “grupos” (Sousa, 2014).

Contudo, analisando os livros de Atas de Vereação da Câmara do Porto para o período final do século XIV e primeira metade do século XV, facilmente deparamos com a presença de vários elementos identificados como *cavaleiros* ou *escudeiros*, títulos normalmente associados à nobreza medieval.

Esta situação faz levantar a dúvida acerca da manutenção do privilégio anteriormente referido. Se a nobreza estava proibida de residir ou permanecer por um longo período dentro dos muros da cidade, quem eram estes indivíduos? Estamos perante a diluição de um dos maiores privilégios da cidade do Porto? Serão estes indivíduos

¹ Tal termo poderá gerar um complexo debate, pelo que me permito uma breve clarificação. Com “liberal” pretendo identificar todos os historiadores de meados do século XIX até ao seu final, independentemente dos seus projetos políticos, sociais e económicos. Sobre os percursos da historiografia em tempos de liberalismo existem já diversas obras que tive, aliás, oportunidade de aprofundar em um outro trabalho que aqui me atrevo a citar (Ribeiro, 2020).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

nobres a quem a cidade reconhecia o direito de permanência? Se sim, porquê? Ou, por outro lado, serão eles membros do Povo, como defende Oliveira Marques? Burgueses que por via do enriquecimento económico e envolvimento na vida política portuguesa haviam caminhado num sentido de nobilitação? Ou ainda, estaremos perante uma prova de que estes títulos não eram mais identificativos de uma “classe social”² privilegiada? Eram eles reconhecimento de um Senhor perante serviços a ele prestados?

Muitas são as questões que esta situação nos coloca; procuramos aqui dar uma resposta tendo por base os livros de Atas de Vereação para o período cronológico em estudo, mas também os contributos que a historiografia portuguesa nos deixou até ao momento.

2. Abordagem contextual

Parece arriscada a tarefa a que aqui nos propomos. Traçar um panorama geral da cidade do Porto (e da sociedade portuguesa) no período final do século XIV e inícios do XV motivou já muitos e muito diversos estudos, mais ou menos densos, geradores de maiores ou menores debates historiográficos. Não pretendemos alongar muito estas questões, nem, por outro lado, tecer considerações demasiado vagas e generalizadoras que em nada auxiliariam o leitor. Existem, no entanto, alguns aspetos que devem ser abordados para melhor compreendermos as condições materiais de existência da sociedade do período em análise; a base material de onde estes agentes e as suas ações partiam. Procuraremos, por isso, partir do conhecimento já produzido por outros colegas historiadores, numa tentativa de enquadrar a presença de *cavaleiros* e *escudeiros* nas atas camarárias do Porto na cronologia identificada.

² A aplicabilidade do conceito de “classe social” a um grupo de indivíduos da época medieval é um tema controverso, largamente debatido ao longo de todo o século XX e devidamente identificado e esclarecido por Armindo de Sousa, no seu capítulo “Classes”, no volume II da História de Portugal dirigida por José Mattoso, para o qual remetemos o leitor, avançando com a utilização do mesmo sob a perspetiva de Pierre Bourdieu, patente na referida obra: “a nossa ideia de «classe social», que é a de Pierre Bourdieu: «Conjunto de agentes sociais que estão colocados em condições de existência homogéneas, isto é, em condições de existência que impõem condicionamentos homogéneos e produzem sistemas de disposições homogéneas, uns e outros geradores de práticas semelhantes; os quais agentes possuem propriedades comuns, umas ‘objectivadas’, inclusive garantidas juridicamente (posso de bens e ou de poderes), outras ‘incorporadas’, como os *habitus* de classe (e particularmente, os sistemas de categorias classificatórias).»” (Sousa, 1997: 342).

2.1. A cidade em inícios de quatrocentos

O Porto medieval é frequentemente revisitado pela historiografia portuguesa. Desde os tempos do liberalismo, ainda no século XIX, esta cidade assume, no contexto historiográfico, uma importância vital para a compreensão da vida medieval do reino de Portugal. Não citaremos, evidentemente, todos os estudos alguma vez realizados sobre este centro urbano, mas importa compreender algumas das linhas de análise que têm marcado os trabalhos sobre o mesmo, nomeadamente no período cronológico mais próximo de nós. Não olvidando as emblemáticas obras de António Cruz e Damião Peres (Cruz; Peres, 1962–1965), ou de Torquato de Sousa Soares (Soares, 1989³), as últimas décadas têm-nos oferecido inovadoras visões mais gerais ou mais específicas sobre o desenrolar da vida na urbe portuense do período medieval. Destacamos o capítulo de Armindo de Sousa inserido na *História do Porto*, dirigida por Luís de Oliveira Ramos (Sousa, 1994), e ainda os volumes 1 a 5 (correspondentes ao período medieval) da coleção *História do Porto*, lançada em 2010 pela editora Quidnovi, com a colaboração de uma vasta equipa de investigadores⁴.

No que ao governo municipal diz respeito, assistimos, especialmente após o regime democrático que desconstruiu o regime ditatorial que vigorava no país desde 1926, a uma multiplicação de estudos sobre os poderes concelhios, de entre os quais destacamos os de Joaquim Romero Magalhães e Maria Helena da Cruz Coelho (Magalhães; Coelho, 2008)⁵, e ainda os de Baquero Moreno (Moreno, 1986), Luís Miguel Duarte (Duarte, 2001) e António Matos Reis (Reis, 2007). Com o importante apoio do Gabinete de História da Cidade do Porto (e também pela orientação do Professor Baquero Moreno), podemos contar também com diversas dissertações de mestrado apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade do Porto sobre o período e espaço geográfico que aqui nos ocupam e às quais voltaremos mais adiante.

Porto, cidade virada na inevitável direção do mar e da vida além dele, um espaço propício para o desenvolvimento de práticas comerciais, pela proximidade do Atlântico e

³ 1ª edição de 1935.

⁴ Cada uma das referências bibliográficas (dos vários volumes referidos) encontrar-se-á ao longo do texto, estando também disponíveis na lista final de bibliografia.

⁵ Da mesma autora (Maria Helena da Cruz Coelho), destacamos também um artigo que nos dá a conhecer o “deve e o haver historiográfico” sobre o poder concelhio medieval (Coelho, 2006) e ainda o seu ensaio sobre o “Estado e as Sociedades urbanas” (Coelho, 1997).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

pela fraca capacidade produtiva do seu solo, um importante centro económico e comercial no reino português. A partir do alto do morro da Sé, mandavam na cidade os bispos (seus senhores) e o governo local (desde, pelo menos, a carta de foral atribuída pelo bispo D. Hugo, em 1123).

Em 1406, após a assinatura de um contrato entre o bispo portuense (senhor da urbe desde a doação de D. Teresa, em 1120) e o rei (D. João I), a cidade passa a depender diretamente do poder régio no que à jurisdição civil dizia respeito. Os conflitos que marcaram a relação entre os bispos do Porto e o poder municipal ao longo de toda a Idade Média⁶ não terminarão com a assinatura deste contrato. Porém, é fácil entender que terão assumido diferentes contornos, uma vez que, a partir de então, o poder régio dentro da cidade do Porto se avocou como o mais preponderante, avocação esta há muito desejada pela burguesia, que “emergia, desejava poder político e ansiava por libertar-se da feudotaria bispal. Preferia a do rei, afirma-o” (Sousa, 1994: 76).

Desde a carta de foral do século XII até este evento, os dois poderes portuenses vão trocar entre si duros golpes numa constante luta pelo domínio da cidade. Contudo, há uma causa que partilham e na qual ambos se vão aplicar veementemente: a manutenção da nobreza fora dos muros da cidade⁷. A esta, a permanência na cidade encontrava-se restringida: “só de três dias em qualquer ponto da cidade e nunca, exceto quando o rei estivesse no burgo, na Rua dos Mercadores, das Eiras e em casas de viúvas” (Sousa, 1994: 205).

Não lhe era permitida a residência na cidade do Porto por um período de mais de três dias. “Como eles, também os abades bentos e os mestres e priores de ordens militares” (Sousa, 1994: 205). Eram elementos cuja presença na cidade do Porto era pouco desejada pela burguesia portuense por uma razão bem clara: a proteção das famílias, dos bens e das muralhas, dado que, por exigência da profissão, os mercadores ter-se-iam frequentemente de ausentar da cidade.

“Liberta” a cidade do bispo, o governo municipal caminha a passos largos no sentido de uma crescente autonomização, aproveitando a *boa memória* de D. João I, a quem a cidade havia oferecido um apoio claro em 1383, correndo enormes riscos. Este

⁶ Sobre os conflitos entre a elite concelhia e os bispos portuenses vejam-se, por todos, (Almeida, 2010), (Oliveira, 1989) e (Sousa, 2014), este último especialmente para a primeira metade do século XV e os anos 50.

⁷ Sobre este privilégio veja-se Ferreira (1948) e Duarte (1985).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

reinado significou para o Porto uma excelente oportunidade de crescimento e afirmação política no contexto português, que os governantes da urbe souberam, e bem, aproveitar.

O período de regência do infante D. Pedro (irmão do falecido monarca D. Duarte) significou para a cidade do Porto um novo momento de importantes decisões. Apoiando o infante, a quem se opunham a rainha (D. Leonor de Aragão) e os seus seguidores, entre os quais se destacava o Duque de Bragança, D. Afonso (que começava a desenvolver um particular interesse pelo Porto), a cidade viu a sua autonomia em perigo.

Quando, em 1448, o infante é definitivamente afastado da regência do Reino e D. Afonso V inicia o seu governo, segue-se um período de autêntico “assalto aos cargos municipais” (Miranda *et al.*, 2010: 79) na cidade que havia apoiado a regência do infante. Este é, de facto, um dos mais graves problemas da cidade do Porto no período analisado, o que se prova até pela leitura das atas de Vereação. São vários os momentos em que existem referências a esta complexa situação, como se vê na análise das reuniões em que os *cavaleiros e escudeiros* aqui trabalhados surgem⁸.

2.2. Cavaleiros e Escudeiros, um panorama geral da sociedade medieval portuguesa

O debate em torno das divisões sociais da Idade Média em Portugal tem sido muito produtivo. Tomando como ponto de partida as considerações gerais sobre a sociedade medieval portuguesa nas *Histórias de Portugal* dirigidas por José Mattoso – mais concretamente o volume 2 (Sousa, 1997: 327-404)⁹ – e por Joel Serrão e Oliveira Marques¹⁰ – nomeadamente o volume 4 (Marques, 1987: 220-278) – somos capazes de identificar uma crescente preocupação com as categorias sociais medievais e processos

⁸ Veja-se, a título de exemplo, a enorme assiduidade do escudeiro Filipe Anes, corregedor da Comarca de Entre-Douro-e-Minho, patente na tabela 2 (em anexo) nas reuniões camarárias, que nos indica, de alguma forma, uma clara intromissão régia nos assuntos municipais. Este mesmo corregedor é inclusive incumbido pelo monarca (Afonso V) de “fazer romper com todos os pelouros que têm feito dos oficiais dos concelhos e novamente se [fizessem] outros por três anos” (*Vereações: anos de 1401–1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo* (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, p. 352). Ou então o caso do escudeiro Rodrigo Afonso, nomeado Meirinho da Maia a pedido do Duque de Bragança.

⁹ Não se deverá, contudo, esquecer alguns outros títulos de José Mattoso, que trataram mais detalhadamente aspetos da sociedade medieval portuguesa (Mattoso, 2001 e Mattoso, 2001).

¹⁰ Deste autor considere-se também a sua análise dos aspetos da vida quotidiana (Marques, 2010).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

de mobilidade, especialmente dentro dos principais centros urbanos do reino, com um olhar atento sobre as elites concelhias.

A tradicional tripartição da sociedade, que distingue os dois grupos privilegiados (nobreza e clero) do grande grupo que representa o Povo, com as suas eventuais divisões internas, não é já capaz de dar respostas suficientes às questões que hoje levantamos sobre a sociedade medieval portuguesa. O interesse renovado de que os poderes concelhios têm sido alvo não se tem restringido apenas ao foro político, englobando também abordagens socioeconómicas que nos permitem cada vez mais conhecer com maior segurança a realidade da vida quotidiana dentro dos centros urbanos¹¹.

Acompanhando as tendências historiográficas do resto da Europa, nomeadamente do país vizinho, com o qual partilhamos tantos percursos históricos de alguma forma semelhantes¹², assistimos a uma crescente multiplicação de estudos sobre as elites camarárias e os seus processos de mobilidade social verificáveis no período final da Idade Média e inícios da Modernidade¹³. Para o caso do Porto, embora existam já diversos trabalhos (como já referimos), o presente texto insere-se numa área de investigação ainda por explorar e, cremos, fértil.

É nos meandros da sociedade medieval portuguesa que encontramos os *cavaleiros* e *escudeiros* que aqui são objeto de estudo e que constituem, antes de mais, um grupo difícil de encaixar de forma definitiva num estrato social específico. É que, embora o título de cavaleiro fosse um atributo quase exclusivo da nobreza em certos momentos da história, verificamos que, ao chegarmos ao final do século XIV e inícios do século XV, este é um título que tem um valor em grande medida meramente honorífico. Por sua vez,

¹¹ Os estudos têm sido desenvolvidos ao longo de todo o país e têm-se preocupado em cobrir, pelo menos, os principais centros urbanos medievais portugueses, pela importância política e económica destes centros, sem dúvida, mas também pela maior acessibilidade às fontes que nos permitem compreender estas realidades. Um primeiro destaque para a obra de Humberto Baquero Moreno (Moreno, 1994). Para o caso de Lisboa destacamos os trabalhos de Mário Farelo, nomeadamente a sua tese de Doutoramento, que versa precisamente sobre a oligarquia da câmara desta cidade (Farelo, 2008); já para o Porto, são incontornáveis as obras de Adelaide Millán Costa (Costa, 1993 e 1999); mais recentemente, a cidade de Évora foi também estudada por Joaquim Serra (Serra, 2018 e Se2012), depois da excelente tese de doutoramento de Ângela Beirante.

¹² Tenham-se, a título de exemplo, dois destacados investigadores nas temáticas aqui em estudo, como Martin Aurell – (Aurell, 2016 e 1996) – ou José Antonio Jara Fuente – (Jara Fuente, 2013, 2012-2014 e 2014).

¹³ Neste contexto destacamos alguns trabalhos reunidos na obra *Categorias Sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, editada por Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros, nomeadamente os de Mário Viana (Viana, 2012), Adelaide Millán Costa (Costa, 2012), Manuela Santos Silva (Silva, 2012) e Hermínia Vasconcelos Vilar (Vilar, 2012).

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

os escudeiros se, num primeiro momento era atributo de um serviçal do cavaleiro, cedo também provou constituir um novo estatuto dentro da nobreza portuguesa. Mas ambos podem ser aplicados, e foram-no com frequência, a membros das camadas superiores do “Povo”.

A cavalaria constituía, numa conceção primitiva, o grupo de sujeitos capazes de comprar e manter um cavalo, bem como o armamento completo para o combate a cavalo. Contando com evoluções e desenvolvimentos ao longo do desenrolar da história e da sociedade feudal, este grupo, regido por um conjunto de normas de conduta moral e social, vai sofrendo mutações, sentindo não só o ‘aligeirar’ da ética cristã, mas também, e sobretudo, a força centralizadora do poder real da primeira dinastia portuguesa, que a “transforma numa elite diretamente submetida à vontade do rei” (Marques, 1999-2000: 27). Chegando ao final do século XIV, o título de cavaleiro passa a ter um cariz que se resume, normalmente, a um mero estatuto que se atribui a quem possuía a capacidade expressa ou tácita, como nos lembra Oliveira Marques, de comprar a categoria social.

Assim, o estatuto de cavaleiro torna-se com o passar dos anos numa demonstração da capacidade económica do indivíduo, para além de ser também, de alguma forma, um modo de distinção e elevação social dentro do grupo. A questão que aqui se prende é: que grupo? Ou ainda: só um grupo?

O texto de Mário Viana (Viana, 2012) mostra-nos também uma outra possibilidade de resposta a esta questão e que aqui ainda não abordámos: a *cavalaria vilã* e a formação de uma “cavalaria urbana”. Embora a realidade analisada por este autor seja distinta em diversas formas da cidade do Porto, não poderemos esquecer algumas ideias importantes. A *cavalaria vilã*, não sendo constituída por indivíduos que a ela tinham ascendido por direitos de hereditariedade ou por nobreza da família, agrupava homens dos vários concelhos que prestavam serviço militar a cavalo ao rei. Muitos deles consistiam precisamente nos *homens bons* dos concelhos, os elementos das elites camarárias do reino que buscavam pela guerra e o serviço ao senhor uma possível ascensão social. Para além disso, o período que aqui analisamos é posterior à lei de D. Dinis de 1305 (Viana, 2012: 64), que chama à figura do monarca a exclusividade da nomeação dos homens dos

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

concelhos como *cavaleiros*,¹⁴ demonstrando vários objetivos distintos e que nos evidenciam, uma vez mais, o processo de centralização régia.

Entre a *cavalaria vilã* e a “*cavalaria per naturam*” (Viana, 2012: 62), no final do século XIV e inícios do XV são complexos os limites identitários que nos permitem distinguir com certezas os indivíduos que compõem estes grupos. Armindo de Sousa, no seu capítulo dedicado aos *cavaleiros*, no segundo volume da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (Sousa, 1997: 375–375) evidencia também a proliferação dos títulos de cavalaria no período final do século XV, que foi aliás reportada por elementos da nobreza a Afonso V e mais tarde ao seu filho João II. Contudo, este autor parece encaixar o título enquanto um atributo da “*média nobreza*”, o que aqui nos parece, à partida, não ser tão linear. Por outro lado, faz também menção à circunstância que motivou este nosso estudo, a presença de *escudeiros*¹⁵ nas sessões camarárias do Porto e a sua efetiva participação na vida política da urbe, nomeadamente através da ocupação de cargos concelhios. Resta compreender então se estes são ou não membros da nobreza e, em caso afirmativo, o que faziam dentro dos muros desta cidade ‘protegida’.

No quarto volume da sua *História de Portugal*, Oliveira Marques aponta-nos a *cavalaria* enquanto um estrato social dentro do povo, ainda que numa clara posição privilegiada em relação aos demais membros, “*todos eles médios ou grandes proprietários rurais e urbanos, em grande parte absentistas, vivendo nas cidades. Neles se recrutava o grosso dos cidadãos dos concelhos, dos eleitores e dos eleitos para as funções municipais superiores, mormente nos maiores centros*” (Marques, 1987: 264). Este é o cenário que o autor nos oferece para o final do século XIV e meados do século XV.

O *escudeiro* era, por sua vez, uma espécie de acompanhante e serviço do *cavaleiro*, por definição, encarregado de transportar o seu escudo e auxiliando-o no ofício da guerra, sendo para este um elemento indispensável. O estatuto poderia remeter para uma categoria de nobreza, mas também do povo (*escudeiro não fidalgo*), estando num patamar social inferior ao do cavaleiro (Matos, 1999–2000: 430–431).

Considerando todos estes aspetos, como é sabido, o período final da Idade Média portuguesa foi também um período de bastante agitação social. Fruto dos

¹⁴ O rei poderia também dar autorizações para que outros indivíduos fizessem isso, mas apenas com este mandado do monarca, como Mário Viana frisa.

¹⁵ Nesta situação específica, Armindo de Sousa apenas refere os *escudeiros*. Adiante veremos a comprovação desta situação.

desenvolvimentos políticos do Reino, da evolução da sociedade e também do poder económico-financeiro de certos grupos ou indivíduos, assistimos a um período de quedas, mas também de ascensões sociais: destaco a procura de nobilitação dos vários elementos que constituíam as elites políticas e económicas das localidades, numa clara tentativa de afirmação social. Poderíamos propor à partida esta realidade para o caso dos *cavaleiros* e *escudeiros* que encontramos referidos nas Atas de Vereação aqui em estudo para a cidade do Porto, não fosse o privilégio de que temos falado.

Assumindo que esta é a realidade do Porto do final do século XIV e inícios do século XV, como poderemos verificar que a cidade se mantém firme na sua supostamente incansável luta pela manutenção deste tão importante privilégio? Como se poderia conjugar esta realidade com este privilégio?

3. Cavaleiros e Escudeiros no Porto de finais do século XIV e primeira metade do século XV

3.1. Opções metodológicas

O percurso de investigação que suportou o resultado aqui apresentado nasceu de um contacto aprofundado com as Atas de Vereação portuenses, importantes conjuntos documentais para a compreensão de diversos assuntos da gestão da vida das gentes da cidade, mas também do reino. Esse contacto, que resultou na divulgação pública da transcrição de mais um livro de atas medievais, que me permito aqui citar (Ribeiro, 2019), pôs em evidência a circunstância da qual este breve estudo parte: a presença de *cavaleiros* e *escudeiros* nas sessões camarárias do Porto de finais do século XIV e inícios do século XV¹⁶. As atas deste período cronológico são, por isso, a fonte documental por excelência pela facilidade de acesso que a elas temos (todos os livros que cobrem esta cronologia se encontram já transcritos e publicados) e também por cobrirem um período cronológico

¹⁶ Ainda que esta situação se mantenha no final deste século, como o estudo supracitado evidencia.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

coincidente com o que aqui tratamos: os anos finais do século XIV (no caso concreto de 1390-1395)¹⁷ e a primeira metade do século XV (1401-1449).¹⁸

Estes conjuntos documentais se, por um lado, constituem fontes de uma riqueza extrema, por outro apresentam também limitações quanto à sua utilização e análise¹⁹. Primeiramente é um corpo de fontes que, cobrindo um vasto período cronológico, têm algumas interrupções: não dispomos (em particular para a primeira metade do século XV, que corresponde ao período mais extenso que analisámos) de todas as atas de todos os anos ‘autárquicos’ que medeiam as balizas cronológicas. Se para alguns anos concretos a documentação é abundante, para outros as atas são raras (ou inexistentes). Esta limitação constitui o primeiro entrave a um estudo mais sistemático do tema.

Além disto, tentemos compreender o que significam estas atas. São escritas por um oficial escolhido e nomeado pelo Concelho, para um período de três anos (só excepcionalmente renovável, e para tal era obrigatória a autorização régia. Este oficial era um elemento de importância fulcral dentro dos governos concelhios, uma vez que estava de posse das informações mais preciosas, tinha acesso a reuniões muito restritas e geria o arquivo municipal e, em geral, todos os atos escritos da Câmara, a começar pelas Atas das vereações. Por isso muitos poderosos tentarão, sempre sem êxito, serem eles a nomear o escrivão da câmara. Ao escrivão estava reservada a tarefa do registo dos assuntos considerados ‘de relevo’ discutidos nas várias sessões camarárias, não todas e quaisquer discussões tidas nas reuniões dos Paços do Concelho, mas apenas aquelas que interessavam às elites governativas, optando por omitir discussões mais ásperas ou intervenções ‘incómodas’ que essas elites preferiam esquecer.

Com estas limitações, são documentos muito ricos, e a fonte principal deste estudo. Partindo das atas presentes nos três livros apresentados (livros 0, 1 e 2)²⁰ seleccionámos

¹⁷ *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo* (1937), Porto, Câmara Municipal do Porto.

¹⁸ Apresentamos aqui dois livros distintos, um que cobre o período de 1401 a 1449 (com algumas limitações, que veremos adiante) (*Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo* (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade) e outro que incide sobre o ano jurídico de 1431–1432 (*Vereações: 1431-1432: Livro I (com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados)* (1985). Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto).

¹⁹ Sobre as potencialidades deste tipo específico de fontes, vejam-se, por todos, dois trabalhos de Adelaide Millán Costa: Costa, 1992 e 2003.

²⁰ A numeração dos livros é posterior à Idade Média, possivelmente do século XIX (Ribeiro, 2019: 47). No caso dos livros aqui utilizados, optamos por não seguir esta sequência numérica, apresentando-os sempre na seguinte ordem: Livro 0 (1390–95), Livro 2 (1401–1449) e Livro 1 (1431–32) (vejam-se as tabelas em

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

todas as referências a *cavaleiro* e a *escudeiro* para, a partir delas, aprofundarmos a análise aos indivíduos associados a estes títulos. Construímos as tabelas que apresentamos em anexo partindo destas referências; cada número presente nas tabelas corresponde às páginas em que surge o indivíduo em questão, no entanto apenas aparecem associados ao título (*cavaleiro* ou *escudeiro*) nas páginas assinaladas na secção “Obs” (Observações). Estes indivíduos não eram, como fomos capazes de compreender, sempre identificados com os respetivos títulos, surgindo por diversas vezes em outras reuniões camarárias apenas com o seu nome ou então com outros cargos administrativos que desempenhavam. A identificação dos *cavaleiros* e *escudeiros* permitiu o posterior levantamento de todas as referências a cada um dos indivíduos associados a estes títulos, que apresentamos também nas referidas tabelas – e sempre levando ao máximo rigor a possível distinção de homónimos.

Cruzando esta informação com outros elementos que nos poderão ajudar na compreensão do presente objeto de estudo²¹, verificamos a presença de diversos indivíduos identificados como “cavaleiro” ou “escudeiro” na cidade do Porto ao longo da cronologia em análise.

Para além das Atas de Vereação, a informação contida em outras fontes, especialmente na *Documentação medieval do arquivo paroquial de S. Pedro de Miragaia* e nos *Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval*, permite-nos acrescentar informações relativas a alguns dos indivíduos, como os títulos, propriedades, cargos ocupados e até mesmo alguns aspetos da vida pessoal. Para além disto, é ainda de grande importância a referência a muitos mais *cavaleiros* e *escudeiros* que não constam nas atas de vereação e que eram proprietários de imóveis dentro do termo da cidade do Porto.

Na obra *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do Século XV* são referidos 12 escudeiros e 2 cavaleiros, entre o “rol dos *cidadãos honrados* que governaram o Porto em meados do século XV” (Sousa, 2014: 403–405).

3.2. A diluição de um privilégio?

anexo – os números correspondentes a cada um dos indivíduos correspondem às páginas em que aparecem os seus nomes nos três livros analisados).

²¹ Para cruzamento de informações utilizar-se-ão as informações obtidas através da leitura paleográfica das seguintes fontes: Ferramosca & Duarte, 2001; Duarte & Amaral, 1984; Amaral, 1987-1988). Para além destas, a obra Sousa, 2014: 385-458 será também fundamental.

Identificados estes indivíduos, teremos de compreender o grupo social em que se poderiam englobar, avaliando a possibilidade de diluição do antigo privilégio da cidade sobre a manutenção da nobreza fora dos muros e que, aliás, é preocupação constante ao longo dos vários anos de vereações, no final do século XIV, como em meados e finais do século XV. Estando aquele grupo social proibido de permanecer na cidade por mais de três dias, serão estes indivíduos do Povo? Ou poderão não residir efetivamente na cidade? Por outro lado, poderão também ser membros de uma nobreza que não representava quaisquer perigos para a autonomia do governo municipal.

Começaremos pela possibilidade de não residência destes indivíduos na cidade, ou melhor dizendo, de não permanência dentro dos muros. Tal hipótese, embora plausível para alguns dos indivíduos aqui em análise (já que apenas são referidos pontualmente²² ou aparecem em reuniões camarárias em representação do seu senhor²³), não apresenta grande sustentação quando pensamos em outros exemplos. São, por exemplo, os casos dos *cavaleiros* Álvaro Gonçalves da Maia, vedor da Fazenda, que aparece referido nos três livros de atas e apresenta demasiada assiduidade (com presença física evidenciada pela lista de presenças e também pelas assinaturas) nas sessões camarárias para, pelo menos, não podermos considerar que se encontrasse instalado dentro dos muros da cidade por um período superior a três dias. Ou ainda Fernão de Sá, alcaide-mor da cidade, que é também presença assídua num conjunto de reuniões seguidas no Livro 1. Este indivíduo é efetivamente nobre²⁴ e tudo indica que possa ter residência dentro dos muros da cidade²⁵. Os Sás, como alcaides-mores, tinham um Paço no Porto e poderiam passar na cidade o tempo que entendessem.

²² É o caso, por exemplo, de Rodrigo de Avidos, escudeiro do infante D. Pedro, que nos surge referido numa transcrição de uma carta enviada à cidade pela rainha D. Leonor.

²³ Veja-se, a título de exemplo, o caso de Diogo Gonçalves, escudeiro do Duque de Bragança, D. Afonso.

²⁴ Sobre a alcaidaria do Porto não existem ainda trabalhos de fundo que nos permitam compreender em pormenor a realidade da família dos Sá e a sua relação com o Porto desde a outorga da alcaidaria a João Rodrigues de Sá pelo monarca D. João I. Existem, contudo, alguns projetos de investigação em curso que poderão vir a responder a esta lacuna na historiografia sobre a cidade portuense.

²⁵ Em sessões camarárias são referidos os “Paços de João Rodrigues de Sá” (pai de Fernão de Sá e alcaide-mor antes deste) (*Vereações: anos de 1401-1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo* (1980), p. 170). Para além disto, e em resultado de sugestão do colega investigador Hugo Cardoso, que elaborou, para o Seminário de História Medieval da Licenciatura em História da Faculdade de Letras do Porto, um trabalho intitulado *Filhos de algo – os Sás como Alcaides-mores do Porto entre 1392 e 1499* (Porto: FLUP, 2021), é possível encontrar outras referências documentais a estes “Paços” em documentos do cabido do Porto (ADP, *Cartório do Cabido da Sé do Porto, Livro dos Originais*, Livro 30, fl. 21).

Paralelamente, se, como vimos, podemos identificar no seio deste universo de indivíduos alguns membros da nobreza, certamente também poderemos admitir que alguns seriam parte integrante do grande e heterogéneo grupo que era o Povo medieval. Acolhendo mercadores, ourives, sapateiros, carneiros, pobres e mendigos, vagabundos e prostitutas, o Povo incluía uma variedade muito grande de pessoas²⁶ que se distinguiam por vários fatores de divisão social, a começar por um: o trabalho. Tal fator colocava-os em patamares sociais distintos (ainda que dentro do mesmo grande grupo) e em condições materiais de existência muito díspares. Assim, estamos certos de que dentro do Povo encontraríamos alguns *cavaleiros* e *escudeiros*, precisamente pela relativa perda de valor (enquanto fator de distinção entre classe social) destes títulos que anteriormente analisamos e pelo prestígio e riqueza que esses homens tivessem adquirido.

Por sua vez, é também fulcral analisar os cargos exercidos por estes indivíduos no governo da cidade do Porto e seu termo. Analisando as Atas de Vereação vão-nos surgindo diversos nomes associados a alguns cargos de relativa importância na gestão da vida portuense e das regiões circundantes, como Meirinhos²⁷ ou Corregedores²⁸, para além dos Alcaides²⁹. Damos conta, portanto, da envolvimento destes *cavaleiros* e *escudeiros* no governo portuense, não sendo difícil pensar que tais sujeitos não representariam grandes entraves à autonomia do governo da cidade (mesmo tendo em consideração todo o ambiente político que se vivia principalmente no período da regência de D. Pedro e inícios do governo de D. Afonso V). Se tal fosse o caso, os oficiais camarários prontamente correriam ao poder central pela defesa das suas liberdades e privilégios, como tão frequentemente o faziam.

Parece-nos, por tudo isto, claro que no interior das muralhas da cidade do Porto, ao contrário do que seria de esperar tendo em conta o privilégio da cidade, residiam ou pelo menos permaneciam por períodos superiores a três dias vários *cavaleiros* e *escudeiros* que tinham, aliás, um papel de relevo na vida política e administrativa da cidade, como provam os cargos por estes indivíduos exercidos e atrás apresentados. Será razoavelmente seguro afirmar que entre eles existiriam alguns elementos da nobreza. No entanto, não é

²⁶ Lembramos aqui os estudos sobre a sociedade medieval portuguesa que apresentámos acima.

²⁷ São os casos dos escudeiros Rui Afonso e Rodrigo Afonso.

²⁸ Escudeiros Estêvão Anes da Ponte e Filipe Anes.

²⁹ O Alcaide-mor Fernão de Sá (cavaleiro) e os alcaides-pequenos Diogo Leite e João Afonso de Carapeços (escudeiros).

difícil acreditar que muitos destes indivíduos fossem elementos do Povo, que por algum serviço prestado, ou pela realidade para a qual atrás alertámos acerca destes títulos ao longo do período final da Idade Média, haviam conseguido este estatuto. Isto leva-nos a crer que poderão ter residido efetivamente alguns elementos da nobreza dentro dos muros da cidade do Porto, mas a maioria destes indivíduos aqui analisados não serão mais do que elementos do Povo que haviam ascendido económica e politicamente, o que lhes permitiu também uma ascensão social (não significando necessariamente uma inclusão no grupo da nobreza, mas antes uma distinção dentro do Povo).

Tudo isto não significa, por outro lado, que no termo do Porto a nobreza não se pudesse fixar, o que efetivamente fez; era ao redor desta cidade que se encontravam numerosos elementos da nobreza portuguesa. “Residia nas proximidades do burgo, como no documento supra (carta de D. Fernando) se diz, a maior parte da nobreza de Portugal e aqui possuíam os nobres, e além deles certas igrejas e ordens religiosas, numerosas propriedades, coutos e honras.” (Ferreira, 1948: 288). Prova maior disso é a enorme quantidade de honras, quintãs e casas honradas que se podem encontrar no termo do Porto³⁰.

4. Considerações finais

O reinado de D. Manuel I (1495-1521) significou mais um fortalecimento do poder real, que caminhava a passos largos para se afirmar como um poder absoluto no Reino de Portugal. Assiste-se a uma perda de poder das instituições locais, num processo de centralização do poder régio que já há muito vinha a ser desenvolvido. No caso da cidade do Porto, esta interferência régia na sua vida política levou a uma perda da autonomia municipal e, claro está, a uma perda considerável de influência da oligarquia que governava a urbe. Tudo isto confere à cidade do Porto toda uma nova conceção. O Porto será sempre uma cidade virada para o mar, para o comércio internacional e ultramarino, mas no decorrer do século XVI e daí em diante, deixará de possuir a autonomia governamental de que até então gozava. Entre as principais mudanças que o reinado de D. Manuel I trouxe ao Porto, destaca-se o fim do privilégio de não residência de fidalgos

³⁰ Veja-se (Sottomayor-Pizarro, 1994).

dentro da cerca muralhada da cidade, ainda que esta situação registe os seus avanços e recuos numa fase inicial³¹.

O reinado de D. João III significou já a imposição desta nova realidade na vida portuense. Com o desenrolar dos anos, este privilégio começou a perder o seu sentido por diversas razões, entre as quais o próprio caminho no sentido da nobilitação das camadas mais altas do Povo, como também a perda de significado que estes títulos sofreram ao longo do desenrolar da história política, social e económica da Idade Média portuguesa, e a ‘urbanização’ da fidalguia, que deixou de ser o pesadelo de uma cidade comercial e burguesa para se tornar num grupo de habitantes que lhe conferiam distinção e outras pautas de consumo.

O privilégio de não residência de fidalgos foi, sem qualquer dúvida, absolutamente fundamental para o governo local medieval portuense. Privilégio em que a câmara se recusa a ceder, como nos provam os vários episódios de choque violento entre a cidade e alguns nobres que ousaram fazer face às determinações dos poderes locais. Contudo, parece-nos também claro que o governo camarário não atuou da mesma forma em relação a todos os elementos da nobreza. A relação que a cidade estabelece com nobres como os da casa de Bragança³², os Coutinho³³ ou os Pereira³⁴, que desde cedo mostraram um interesse em dominá-la politicamente, não será a mesma que estabelece com um fidalgo ‘menor’, que não representava qualquer risco para a autonomia do governo local, pelo que a sua permanência ou até mesmo residência num espaço intramuros não seria de forma alguma incomodativa ou ameaçadora.

Paralelamente, parece-nos que a maioria dos *cavaleiros* e *escudeiros* que encontramos nas Atas de Vereação do final do século XIV e primeira metade do XV seriam elementos do vasto e heterogéneo grupo do Povo. Neste ‘grupo social’ cabiam muitos e muito distintos elementos, cabendo também, cremos, estes titulares de um estatuto que, embora possa ter tido significado nobiliárquico numa fase mais primitiva do

³¹ Sobre o fim da autonomia municipal vejam-se Machado (2006) e Patriarca (2010).

³² Lembre-se o particular interesse que o duque Afonso I de Bragança desenvolveu sobre a cidade do Porto, em muito auxiliado pelo ambiente político que se estabeleceu ao longo do reinado de D. Afonso V, sobretudo após o afastamento político de D. Pedro, cuja regência a cidade do Porto havia apoiado após a morte de D. Duarte.

³³ Sobre a relação da Câmara do Porto com os Coutinho após o reinado de D. João I veja-se Azevedo (1938: 26-34).

³⁴ Lembre-se a pressão que Rui Pereira sentiu por parte da cidade quando ocupou uma casa dentro das muralhas, corria o ano de 1474, levando ao marcante e conhecido episódio do incêndio desta mesma casa – e de várias outras na mesma rua, provocado por habitantes do burgo.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

conceito, era no final do século XIV um mero título honorífico, não constituindo uma nobilitação da burguesia, por um lado, nem afirmando com certeza a presença de nobres na cidade do Porto do final da Idade Média, por outro.

Parece claro que a luta pela manutenção do privilégio portuense foi uma realidade que se manteve durante séculos, pelo menos até ao final do reinado de D. Manuel I, que a cidade vai constantemente resistir no sentido de não se quebrar este privilégio. Contudo, como vimos, o reinado de D. João III e a própria realidade da sociedade do Porto vão marcar a dissolução deste tão antigo e outrora tão valioso privilégio. Até aqui, a cidade aplicar-se-á com todos os seus recursos para manter do lado de fora dos muros os elementos da nobreza portuguesa (ou pelo menos alguns), luta na qual o bispo também desempenhou um papel fundamental, visto que a nenhuma das duas forças do poder interessava esta presença no espaço citadino.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

Bibliografia:

Fontes Publicadas:

AMARAL, Luís Carlos (1987-1988), “Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, II série, vol. 5/6, pp. 55-132.

DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos (1984), “Documentação Medieval do Arquivo Paroquial de S. Pedro de Miragaia”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, II série, vol. 2, pp. 87–120. Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm.

FERRAMOSCA, Fabiano; DUARTE, Luís Miguel (2001), *Livro da Abertura da Rua Nova*, Cascais, Patrimonia.

Vereações: 1431–1432: Livro I (com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados) (1985), Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Vereações: anos de 1390–1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo (1937), Porto, Câmara Municipal do Porto.

Vereações: anos de 1401–1449: o segundo livro de vereações do município do Porto existente no seu arquivo (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade.

Estudos:

ALMEIDA, Paula Cardoso (2010), *O poder dos bispos: de D. Hugo a D. Vicente Mendes*, Matosinhos, Quidnovi.

AURELL, Martin (coord.) (2016), *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media. XLII SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES*, Estella-Lizarra, Gobierno de Navarra.

AURELL, Martin (1996), “La chevalerie urbaine en Occitanie (fin Xe-début XIIIe siècle)”, in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public. 27^e Congrès*, Rome, pp. 71-118.

AZEVEDO, Agostinho (1938), “Os Coutinhos e a Maia”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. 1, pp. 26–34. Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm.

- Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1997), “O Estado e as Sociedades Urbanas”, in Maria Helena da Cruz Coelho, Armando Luís de Carvalho Homem, Armando Justino Almeida, *A Génese do Estado Moderno em Portugal*, Lisboa, Universidade Autónoma Editora, pp. 269-292.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2006), “O Poder Concelhio em Tempos Medievais: o “deve” e “haver” historiográfico”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, III série, vol. 7, pp. 19-34.
- CORTESÃO, Jaime (1967), *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Lisboa, Portugalia.
- COSTA, Adelaide (2003), “As actas camarárias portuguesas da Idade Média: questões em aberto”, in Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem a Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 81-86.
- COSTA, Adelaide Millán (1993), *Vereação e vereadores. O Governo urbano do Porto em finais do século XV*, Porto, Arquivo Histórico-CMP.
- COSTA, Adelaide Millán (1999), *Projecção espacial de domínios das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, Lisboa, Edição da Autora.
- COSTA, Adelaide Millán (2012), “O domínio sobre homens e territórios enquanto fator de identidade social: Coruche e os concelhos limítrofes (séculos XIV e XV)”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 99-128.
- COSTA, Adelaide Millán (1992), “Uma Fonte, um Universo: Vereações e Mundo Urbano”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n. 7, pp. 35-47.
- CRUZ, António; PERES, Damião (dir.) (1962–1965), *História da Cidade do Porto*, 3 vols., Porto, Portucalense Editora.
- Dicionário de História de Portugal* (1999–2000), Joel Serrão (coord.), vol. II, Porto, Figueirinhas.
- DUARTE, Luís Miguel (1985), “Um burgo medieval que muda de senhor. Episódios da vida do Porto medievo”, *Ler História*, n° 5, pp. 3-16.
- DUARTE, Luís Miguel (2001), “Os melhores da terra (um questionário para o caso português)”, in F. Themudo Barata (ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas Metodológicos. Actas do colóquio*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 91-106.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

FARELO, M. S. da Silva (2008), *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, Lisboa, Edição do Autor.

FERREIRA, J. A. Pinto (1948), “O Porto e a Residência dos Fidalgos (subsídios para a sua História)”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XI, Fasc. 3, pp. 266-338. Disponível em: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/P-B-2035/P-B-2035.htm.

JARA FUENTE, José Antonio (coord.) (2014), *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*, Castilla-La Mancha, Ediciones de Castilla-La Mancha.

JARA FUENTE, José Antonio (2013), “Didáctica de las relaciones políticas ciudad-nobleza en la cuenca del siglo XV. ‘Çercada de muchos contrarios’”, *Edad Media: revista de historia*, n. 14, pp. 105-127.

JARA FUENTE, José Antonio (2012–2014), “Integrar, excluir, dominar. Relaciones de poder y conflicto político en la Castilla urbana del siglo XV”, *Anales de la Universidad de Alicante: Historia Medieval*, n. 18, pp. 95-118.

MACHADO, Maria de Fátima (2006), “D. Manuel e o Porto: o fim da autonomia municipal” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 337-350.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes: notas da história social*, 2ª ed., Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, in Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (2010), *A sociedade medieval portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, 6ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros.

MATTOSO, José (2001), *Identificação de um país: composição*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José (2001), *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: narrativas dos livros de linhagens*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MIRANDA, Flávio (2010), *A cidade dos mercadores: da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*, Matosinhos, Quidnovi.

MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel (2010), *A cidade e o mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*, Matosinhos, Quidnovi.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

MORENO, Humberto Baquero (1986), *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença.

MORENO, Humberto Baquero (1994), “As Oligarquias Urbanas e as Primeiras Burguesias em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto - História*, II série, vol. 11, pp. 111-136.

OLIVEIRA, Miguel (1989), “O Senhorio da Cidade do Porto e as Primeiras Questões com os Bispos”, *Lusitania Sacra*, t. IV, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, pp. 29-60.

PATRIARCA, Raquel (2010), *Ambições régias: o declínio do poder municipal*, Matosinhos, Quidnovi.

REIS, António Matos (2007), *História dos Municípios [1050-1383]*, Lisboa, Livros Horizonte.

RIBEIRO, Marco Alexandre (2019), *As atas de vereação do Porto de 1485 a 1488: Leitura paleográfica, publicação e estudo prévio*, Porto, Edição do Autor.

RIBEIRO, Marco Alexandre (2020), “O Príncipe Perfeito: a figura de D. João II à luz da historiografia liberal portuguesa”, *História. Revista da FLUP*, IV série, vol. 10/1, pp. 153-172.

SEQUEIRA, Joana Isabel (2010), *Como nasce uma cidade: das origens ao Condado Portucalense*, Matosinhos, Quidnovi.

SERRA, Joaquim Bastos (2012), “Os ‘Façanha’. Uma família da oligarquia eborense nos finais de trezentos”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 163–186.

SERRA, Joaquim Bastos (2018), *Governar a cidade e servir o rei: A oligarquia concelhia em Évora em tempos medievais (1367-1433). Nouvelle édition*, Évora, CIDEHUS. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/3288>.

SILVA, Manuela Santos (2012), “Distinções sociais em concelhos régios medievais do Oeste português”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-EU, pp. 129–144.

SOARES, Torquato de Sousa (1989), *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto durante a Idade Média*, Porto, Livraria Civilização.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1994), “A Propriedade Privilegiada no Termo do Porto”, in *Henrique, o Navegador*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 63–65.

SOUSA, Armindo de (1994), “Os Bispos do Porto e o Poder Central na Idade Média”, in *Henrique, o Navegador*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 75-78.

SOUSA, Armindo de (1994), “Tempos Medievais”, in Luís A. De Oliveira Ramos (ed.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 120-253.

SOUSA, Armindo de (1997), “1325–1480”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal. A monarquia feudal*, vol. 2, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 311-556.

SOUSA, Armindo de (2014), “Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV”, in Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral, André Evangelista Marques (org.), *O parlamento medieval português e outros estudos*, 1ª ed., Porto, Fio da Palavra, pp. 385-458.

VIANA, Mário (2012), “Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 61–82.

VILAR, Hermínia Vasconcelos (2012), “Da vilania à nobreza: trajetórias de ascensão e de consolidação no Sul de Portugal (séculos XIV–XV). Distinções sociais em concelhos régios medievais do Oeste português”, in Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, pp. 145–162.

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

Anexos

Tabela 1 – Cavaleiros (páginas em que surgem mencionados)

	Livro 0	Livro 2	Livro 1	Obs.
Álvaro Gonçalves da Maia	222	221; 226; 238; 250; 252; 255; 297; 303; 311; 326; 408; 440; 454; 478	60; 64; 83; 84; 86; 87; 90; 92; 102; 104; 105; 108; 114	Só surge com o título de cavaleiro das atas do Livro 2 (454) e Livro 1 (90; 102); Surge com o título de Vedor da Fazenda no Livro 0 (222) e no Livro 1 (60); Existem outros "Álvaro Gonçalves", não sendo claro se algum deles poderá ser este cavaleiro.
Fernando Álvares	-	235; 252; 255; 303; 305; 319; 350	-	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 2 (319; 350)
Fernão Anes	-	-	30; 53; 58; 69; 81; 102; 110; 112; 114; 116; 121	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 1 (30; 53; 58; 81; 102; 110; 112; 114; 116; 121)
Fernão de Sá	-	200; 231; 239; 272; 275; 281; 305; 341; 350; 373; 391; 396; 398; 400; 402; 411; 474	100	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 2 (239; 275; 350; 373); Alcaide-mor do Porto
João Rodrigues	-	-	85; 89	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 1 (85; 89); Poderá ser o mesmo que algum dos outros "João Rodrigues"
João Rodrigues Taborda	-	227; 239; 250; 252; 255; 272; 289; 303; 474	27; 29; 30; 36; 51; 53-56; 58; 64-66; 69; 79; 83; 90; 92; 95; 100; 102; 105; 108; 110; 112; 114; 119; 121; 123	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 1 (110); Coudel dos arnesados; "lançado por suspeito" de uma reunião camarária (Lv. 2, p. 239).
Rui Borges	-	313; 329; 330	-	Só surge com o título de cavaleiro nas atas do Livro 2 (329; 330); Cavaleiro do Rei D. Afonso V.
Cavaleiro	-	366; 368; 414	-	Referência apenas ao título, sem nomes associados

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

Tabela 2 – Escudeiros (páginas em que surgem mencionados)

	Livro 0	Livro 2	Livro 1	Obs.
Diogo Leite	-	314	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (314); Alcaide pequeno.
Lopo de Mariz	-	114; 115; 116	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (114).
Rui Afonso	-	477	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (477); morador na freguesia de Modivas; Meirinho da Maia.
Rui Galvão	-	329; 330; 335; 337; 343; 369; 387; 434; 444; 454	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (387); Secretário do Rei D. Afonso V; Aparece apenas como redator das cartas do Rei enviadas à cidade.
Rui Martins	-	-	47	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 1 (47); Morador em Avintes.
Diogo Gonçalves	-	431	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (431); Escudeiro do Duque de Bragança; Existem mais "Diogo Gonçalves", não sendo claro se algum deles poderá ser este escudeiro.
Rodrigo Afonso	-	247; 253; 258; 304; 319	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (319); Escudeiro de Fernando Álvares (cavaleiro); Eleito Meirinho da Maia, a pedido do Duque de Bragança.
Estêvão Anes da Ponte	-	196; 198; 203; 239; 260; 261; 277	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (277); Escudeiro do Infante D. Pedro; Corregedor de Entre-Douro-e-Minho.
Rodrigo de Avidos	-	249	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (249); Escudeiro do Infante D. Pedro.
João Afonso de Carapeços	-	70; 71; 123; 137	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (70); Escudeiro de João Rodrigues de Sá; Alcaide-pequeno
Filipe Anes	-	314; 342; 344; 346; 352; 354; 356; 371; 374; 378; 380; 383; 386; 388; 392; 395; 398; 400; 402; 404; 410; 421; 424; 428; 431; 439; 443; 445; 448; 449; 457; 458; 459	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (344); Escudeiro do Rei D. Afonso V; Escolar em Direito; Corregedor de Entre-Douro-e-Minho

Marco Alexandre Ribeiro - *Cavaleiros e Escudeiros no Porto de inícios do século XV. História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 55-79. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a4

Heitor de Teives	-	392; 393; 419; 422	-	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 2 (392; 419); Escudeiro do Rei; Escrivão dos órfãos, judeus e sisas
Martim Afonso	-	-	49	Só surge com o título de escudeiro nas atas do Livro 1 (49); Escudeiro de Riba-do-Douro; Existem mais "Martim Afonso", não sendo claro se algum deles poderá ser este escudeiro.
Escudeiro	-	343; 366; 403; 446; 451; 453; 455; 456	-	Referência apenas ao título, sem nomes associados; Na p. 403 do Livro 2 é referido um "escudeiro da Condessa de Vila Real", mas sem qualquer referência ao seu nome.

O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI

The city of Porto seen by Doutor João de Barros in the middle of the 16th century

La cité de Porto vue par le Doutor João de Barros au milieu du XVI^e siècle

la ciudad de Oporto vista por el Doutor João de Barros a mediados del siglo XVI

Joana Lencart
CITCEM/FLUP
jlencart@letras.up.pt

Resumo: Em meados do século XVI, o Doutor João de Barros redigiu uma obra intitulada *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* que constituiu um importante relato geográfico e corográfico dessas regiões, com interessantes pormenores que incluem não só descrições urbanísticas e arquitetónicas, como também elementos relativos às atividades económicas; às relações sociais, às devoções e às lendas, entre muitos outros. A cidade do Porto destaca-se pelo detalhe da descrição nesta obra do Doutor João de Barros, reeditada em 2019 pela Câmara Municipal do Porto. A análise de outras fontes da época e de estudos historiográficos recentes irá esclarecer-nos acerca do rigor histórico do relato do jurista quinhentista.

Palavras-chave: Porto; século XVI; Doutor João de Barros; Geografia e Corografia.

Abstract

In the middle of the 16th century, Doutor João de Barros wrote *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, a book that represented an important geographic and chorographic account of those regions, with interesting details that include not only urban and architectural descriptions, but also elements related to economic activities, social relationships, devotions, and legends, among many others. The city of Porto stands out for the detailed description in this book, recently republished. The analysis of other contemporary sources and recent historiographic studies will enlighten us about the historical rigor of this 16th century account.

Keywords: Porto; 16th century; Doutor João de Barros; Geography and Chorography.

Résumé: Au milieu du XVI^e siècle, Doutor João de Barros a écrit *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* qui constituait un important récit géographique et chorographique de ces régions, avec des détails qui incluent les descriptions architecturales, ainsi que les éléments liés aux activités économiques ; aux relations sociales, aux dévotions et aux légendes, entre autres. La ville de Porto se distingue pour le détail de la description dans cet ouvrage, récemment republié. L'analyse d'autres sources de l'époque et de récentes études historiographiques nous éclairera sur la rigueur historique du récit du juriste du XVI^e siècle.

Mots-clés: Porto; XVI^e siècle; Doutor João de Barros; Géographie et Chorographie.

Resumen: A mediados del siglo XVI, Doutor João de Barros escribió *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* que constituyó un importante relato geográfico y corográfico de estas regiones, con descripciones urbanísticas y arquitectónicas, así como elementos relacionados con actividades económicas, relaciones sociales, devociones y leyendas, entre muchas otras. La ciudad de Oporto se destaca por el detalle de la descripción en esta obra, republicada hace poco tiempo. El análisis de otras fuentes de la época y de estudios historiográficos recientes nos iluminará sobre el rigor histórico del relato jurista del siglo XVI.

Palabras clave: Oporto; siglo XVI; Doutor João de Barros; Geografía y Corografía

“No principio desta comarca d’Antre Douro e Minho junto ao rio Douro da parte do norte esta cituada a mui antiga e nobre cidade do Porto”

Doutor João de Barros¹

O Porto no século XVI

O século XVI representou uma época singular da história nacional. As viagens dos Descobrimentos impulsionaram o conhecimento de novas terras e novos povos, estimularam o conhecimento científico que o Renascimento promovia, a par com a difusão da cultura clássica e novos valores artísticos. As convulsões religiosas de então culminaram na Reforma e Contra Reforma e lançaram-se as bases do considerado *Estado* moderno. A capital do reino, do império, era Lisboa, cidade rica e cosmopolita. Por sua vez, o Porto afirmava-se como uma cidade com grande dinamismo económico, social e cultural, elevando-se a segunda cidade do reino (Dias, 1998: 16).

A principal atividade económica do Porto era o comércio que, para se realizar, pressupunha a existência de determinadas condições como vias de acesso e de escoamento, produtos, mercados e mercadores, meios financeiros e ligações internacionais (Silva, 1994: 275). Era pelo rio Douro que chegavam à cidade os barcos carregados de vinho e pão do Entre Douro e Minho; pelo mar chegava o sal de Aveiro, o peixe de Sesimbra e da Galiza, o trigo da Sicília e da Bretanha e os tecidos ingleses e flamengos (Machado, 1997: 63). Os comerciantes do Porto mantinham uma atividade comercial não só com o norte da Europa, mas também participavam nas rotas do Mediterrâneo (Fonseca, 1980: 138-139). Apesar de o comércio ser a principal atividade económica, a maioria da população ativa da cidade trabalhava nas artes “mecânicas”, ou manuais. Ribeiro da Silva (1994: 294) contabilizou 93 profissões manuais diferenciadas, na primeira metade de seiscentos.

No dia 20 de junho de 1517, o Porto recebeu foral novo de D. Manuel² o qual instituía um novo regime fiscal e influenciava a circulação de mercadorias e a frequência de navios na cidade. Segundo Amândio Barros (2017: 136, 139), o foral teve um impacto imediato no comércio de vinhos e de couros, gerando um aumento expressivo das

¹ Barros, ed. 2019: 141.

² Sobre os forais do Porto ver Costa, 2017.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

exportações. A cultura da vinha adaptava-se muito bem ao território de Entre Douro e Minho, como aliás reportam o Doutor João de Barros (Lencart, 2019: 26), e Mestre António (ed. 1959, ed.: 446), autor que precedeu o Doutor João de Barros na descrição da região de Entre Douro e Minho.

A cidade do Porto refletia o modelo de edificação das cidades marítimas e muito orientadas para as trocas comerciais, com dois pólos distintos: a cidade alta, institucional e religiosa, e a cidade baixa, portuária e comercial (Afonso, 2012: 23). Na cidade alta destacava-se a Sé, a residência episcopal e a casa-torre dos Paços do Concelho, no terreiro da catedral. O grande movimento de naus e navios junto à barra do Douro, reflexo das intensas trocas comerciais, era também dinamizado pela importante atividade de construção naval “com a madeira da terra” (Barros, ed. 2019: 149; 356), atividade que o Doutor João de Barros também assinala em Azurara, especificando que só Vila do Conde “lansa mais naos e navios que todo Portugal” (Barros, ed. 2019: 208).

O bairro comercial burguês da cidade do Porto foi dinamizado com a construção de uma nova alfândega régia e com abertura da rua Nova, nos finais do século XIV, e da rua das Flores, no princípio do século XVI, atraindo diversas atividades económicas e promovendo a instalação de burgueses notáveis. A supremacia social dos ricos mercadores e burgueses portuenses irá manter-se até meados do século XVI, tendo para tal contribuído D. João II que, em 1490, atribuiu aos cidadãos do Porto os mesmos privilégios dos fidalgos (Afonso, 2012: 42).

Segundo Francisco Ribeiro da Silva (1994: 265), nas sete freguesias do Porto e termo viveriam cerca de 13 500 almas em 1527. As freguesias eram então Sé, São Nicolau, Vitória, Miragaia e Santo Ildefonso, dentro da cidade, e Cedofeita e Massarelos, fora da cidade. João Alves Dias (1998: 18), para o mesmo período (1527-1532) estima que a cidade do Porto e seu termo teriam cerca de 13 800 habitantes³. O Doutor João de Barros estimava que a cidade do Porto tinha, em meados do século XVI, 4 000 “vizinhos”, mas não especifica as freguesias contabilizadas (Barros, ed. 2019: 284).

Este trabalho terá como foco a cidade do Porto integrada na região de Entre Douro e Minho na visão de certos autores do século XVI, nomeadamente, o Doutor João de Barros, Mestre António e o licenciado Francisco Dias e, ainda, Duarte Nunes de Leão, cuja obra é publicada no início do século XVII.

³ Sobre a população do Porto no período moderno ver Osswald, 2008.

Nos inícios do século XVI estavam em curso as reformas que promoviam o “renascimento jurídico do Estado Moderno”: o regimento dos oficiais das cidades, as ordenações manuelinas, as demarcações fronteiriças, os primeiros esboços cartográficos, os arrolamentos de moradores, entre outros (Valentim, 2006: 445). O Estado burocrático emergente não ficava, por sua vez, indiferente às narrativas e relatos do território, considerando-os mesmo um auxiliar indispensável para efetivar o exercício do seu poder.

O Porto visto pelo Doutor João de Barros e pelos seus contemporâneos

A temática da geografia e da corografia era bastante recorrente entre os autores dos séculos XVI e XVII, e mesmo posteriores. Como podemos constatar pelas inúmeras referências na *Bibliotheca Lusitana*, existiam diferentes descrições do Reino, em geral, e de certas urbes, em particular⁴, mas o cerne deste trabalho será sobre as descrições da cidade do Porto, concretamente as do século XVI. Recentemente, Luís Pedro Silva (2019: 60) apresentou uma tese relativa ao clima no noroeste de Portugal, onde sistematizou os autores quinhentistas que redigiram ensaios sobre a província de Entre Douro e Minho, os quais insistiam que a dita província se destacava de todas as outras da Hispânia pela abundância de águas, a opulência da vegetação e a fartura dos frutos, como veremos mais à frente. A região de Entre Douro e Minho, onde o Porto se integra, abarcava no século XVI um espaço muito vasto, balizado pelos rios que lhe davam o nome, mas espraiando-se para sul até Santa Maria da Feira e para leste até ao rio Tâmega, delimitando a fronteira com a comarca de Trás-os-Montes (Valentim, 2006: 434).

Mestre António de Guimarães foi o primeiro autor a legar-nos uma narrativa idílica da comarca de Entre Douro e Minho, cerca de 1512, logo secundado pelo Doutor João de Barros, em meados do século XVI. Em 1593, André de Resende, na sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, escusava-se a repetir o que escritores anteriores já haviam reiterado sobre o clima, a abundância e a produtividade da província da Lusitânia (Silva, 2019: 68). No entanto, Frei Bernardo de Brito, na sua obra *Geografia antiga da Lusitânia* (1597), decide perpetuar o discurso dos seus antecessores, promovendo uma vez mais as riquezas e excelências da referida região (Silva, 2019: 68).

⁴ Veja-se Machado, 1759, t. IV: 594-595.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

As descrições quinhentistas especificamente dedicadas ao Porto são praticamente inexistentes. A exceção será, talvez, a narrativa do licenciado Francisco Dias, procurador régio que se instalou na cidade a partir de 1548⁵. Trata-se de um relato muito distinto do do Doutor João de Barros, como veremos.

Em virtude da recente reedição da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (Barros, ed. 2019), acompanhada de um estudo introdutório ao autor e à obra, aqui apenas será feita uma breve apresentação do seu autor – o Doutor João de Barros –, pretendendo-se, por sua vez, destacar a sua narrativa do Porto quinhentista⁶.

O Doutor João de Barros viveu no século XVI⁷. Segundo Barbosa Machado, estudou jurisprudência em Coimbra, foi ouvidor do arcebispo de Braga e escrivão da câmara de D. João III entre 1546 e 1547, que o nomeou desembargador dos agravos em 1549. Em 1562, segundo uma mercê régia, era escrivão “das cousas” da comarca da Estremadura, cargo que exercia desde 1548 e que acumulava com o de escrivão da corte (Baião, 1917: 341). Em março de 1586 já teria falecido, como se depreende de uma apostilha anexa a uma carta de padrão de 10 de dezembro de 1563 (Baião, 1917: 442).

Natural de Vila Real, o Doutor João de Barros foi cidadão do Porto e terá residido na rua das Flores. Além da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, são-lhe atribuídas outras obras como *Espelho de cazados* e o *Livro das escripturas autenticas e bens do mosteiro de Pedrozo* (Lencart, 2019: 11-15).

A obra *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, recentemente reeditada (2019), resultou de apontamentos que o autor redigira enquanto desempenhara as funções de ouvidor em Braga e que desejou memorar. Afirma que, por ser natural dessa região, as informações que transmite serão mais fidedignas (Barros, ed. 2019: 56). Não obstante, sabemos hoje o Doutor João de Barros terá recolhido muita informação em trabalhos de autores seus contemporâneos. É o caso de Mestre António (*Tratado sobre a provincia d'Amre Douro y Minho*, de 1512) e de Rui Fernandes (*Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas*, de 1532), como afirmam Garcia (2002: 56) e Daveau (2002: 74). A título de exemplo, Mestre António afirmava que uma videira, em

⁵ A publicação deste texto ficou a dever-se a Magalhães Basto (1937).

⁶ O estudo que acompanha a reedição da *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes* (Barros, ed. 2019) inclui três representações cartográficas que refletem os topónimos que o Doutor João de Barros menciona na dita obra, tanto para as províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes (mapas 2 e 3) como para a cidade do Porto, em particular (mapa 1).

⁷ Ver informação mais completa sobre a biografia do Doutor João de Barros em Lencart, 2019: 10-14.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Burgães, dava 35 a 40 almudes de vinho por ano (António, ed. 1959: 446) e o Doutor João de Barros, por sua vez, declarava que a mesma vide dava 30 almudes por ano (Barros, ed. 2019: 110). Outro exemplo ainda: Rui Fernandes descrevia que, em São João da Pesqueira, as barcas não podiam passar adiante por causa de uma “mui alta fraga” (cit. por Daveau, 2002: 74); por sua vez, o Doutor João de Barros afirmava que no meio de São João da Pesqueira estava “uma pedra que impede o curso dellas [barcas] ir adiante” (Barros, ed. 2019: 120).

Recuemos um pouco. Mestre António era médico cirurgião de D. João II e foi o autor da primeira descrição conhecida da região de Entre Douro e Minho. A obra, intitulada *Tratado da Provincia d’Amtre Douro y Minho e suas avondanças*, data de 1512, e o manuscrito mais completo encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto⁸. Apesar das suas múltiplas cópias, a obra permaneceu manuscrita até 1959, sendo então publicada por Luciano Ribeiro (Garcia, 2002: 56).

Mestre António, natural de Guimarães e aí morador, não recorreu aos autores clássicos, mas à sabedoria de pessoas antigas, limitando-se a descrever o que observava à sua volta. No seu relato, descreve as culturas agrárias e demais produções da terra, árvores e respetivos frutos; tal como o Doutor João de Barros, como veremos, enumera também cidades, vilas, colegiadas, 130 mosteiros e perto de 1 400 igrejas “afoora outras tantas ermidas e oratorios e confrarias e capellas” (Durães, 1994: 94-95; António, ed. 1959: 451). Afirma existirem na província 25 000 fontes e quase 200 pontes de “arcos de pedra lavrados” (António, ed. 1959: 451). As suas referências ao Porto são, contudo, muito pontuais. Refere-se ao bispado do Porto, à colegiada de Cedofeita, aos conventos de São Francisco, de São Domingos e aos dois de Santa Clara (António, ed. 1959: 449-450); lembra ainda a barra do Douro “per omde emirão naos e navios” (António, ed. 1959: 453). Não obstante a aparente simplicidade, o seu texto terá funcionado como um importante auxiliar do poder estatal pelas informações que veiculava, sobretudo no que dizia respeito à população, ao comércio, às fortalezas, às rendas eclesiásticas e aos foros arrecadados pelos vários senhorios (Valentim, 2006: 446-447).

Na opinião de Romero Magalhães (1980: 34), o texto de Mestre António servirá de inspiração ao Doutor João de Barros o qual, ao contrário do seu antecessor, escrevia num

⁸ Sobre Mestre António, ou António da Costa Miranda, e as diferentes cópias do seu texto ver Valentim, 2006: 435-440.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

estilo pesado “despejando catadupas de erudição”, e pouca informação acrescentando sobre a província de Entre Douro e Minho.

Tal como no caso do texto de Mestre António, o relato geográfico do Doutor João de Barros permaneceu manuscrito até ao início do século XX. Data de 1919 a primeira edição do manuscrito do Doutor João de Barros relativo às comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Em 2019, procedeu-se à reedição do manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP, Ms. 1109), acrescentando-se a publicação de um outro, existente na Biblioteca Nacional (BNP, COD. 216), e atribuído ao mesmo autor. O manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Porto encontra-se datado de 1548, mas o da Biblioteca Nacional é seguramente de finais do século XVI, pois o autor refere-se à sepultura de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires (que morreu em 1590 e está sepultado na igreja de São Domingos de Viana). Como o Doutor João de Barros já teria morrido em 1586, o manuscrito de Lisboa foi redigido, se não na totalidade, pelo menos em parte, por outro autor, a partir dos apontamento do Doutor João de Barros⁹.

Esta *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras os Montes* do Doutor João de Barros é muito mais do que um mero enunciado de localidades. Não obstante referir mais de cinco centenas de topónimos, o autor identifica mosteiros, conventos, ermidas, comendas, castelos, torres e muralhas, pontes, fontes, rios, ribeiras, entre tantos outros elementos relativos à toponímia local. Acrescente-se que a sua formação jurídica permitia-lhe conhecer bem a legislação antiga e recente e os textos canónicos, a que recorre com frequência. Cita filósofos, historiadores, geógrafos, escritores e poetas, concorrendo assim para enriquecer o seu relato corográfico (Lencart, 2019: 22-24).

No manuscrito da Biblioteca Nacional¹⁰ existe um capítulo dedicado às pessoas “notáveis” da região, nomeando Rodrigo Álvares, que foi o primeiro prototipógrafo português, impressor das Constituições Sinodais de D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, em 1497, e detentor da primeira oficina de impressão da cidade do Porto; e Pedro de Escobar, também conhecido por Pedro do Porto, que foi um compositor renascentista e o primeiro grande compositor de música portuguesa. O Doutor João de Barros é taxativo ao afirmar que o navegador Fernão de Magalhães “que achou outro caminho para a Índia” era natural do Porto (Lencart, 2019: 114-115, 149).

⁹ Veja-se a questão dos diferentes manuscritos e das demais versões e edições em Lencart, 2019: 14-20.

¹⁰ BNP, COD. 216.

No seu périplo pelo Porto, o Doutor João de Barros começa por identificar os termos da cidade: a nascente, os concelhos de Porto Carreiro e Santa Cruz de Riba Tâmega, a poente, o mar “occeano”, a norte, o rio Ave e a sul, pelo rio Douro. Aponta a antiguidade para a fundação da cidade e discorre sobre a origem do seu nome, que deu origem a Portugal (Barros, ed. 2019: 141). Tinha a cidade, então, cinco paróquias: a Sé era a única dentro de muros; fora localizavam-se as de Santo Ildefonso, São Pedro de Miragaia “porque está defronte de Gaia”, Santa Marinha, no arrabalde de Vila Nova, e Cedofeita no arrabalde de Massarelos (Barros, ed. 2019: 149, 284).

Na tabela seguinte são enumeradas de forma sucinta as principais informações que o jurista compulsou para a cidade do Porto.

Muralha / castelo	Castelo de Vandoma; muralha primitiva e muralha fernandina
Conventos/ igrejas	Sé e paço episcopal; mosteiros de S. Domingos, de S. Francisco, dos Loios, de S. Bento, de Cedofeita, de Grijó, de St ^a Clara do Codessal e de St ^a Clara de Monchique.
Hospitais	Misericórdia, Rocamador, St ^a Clara, St ^o Ildefonso, S. Lázaro, Espírito Santo.
Ermidas	N ^a S ^a da Graça, S. Miguel, St ^o Estevão e st ^o António, S. Nicolau, St ^a Cruz.
Sinagoga	Monchique.
Ruas	Rua Nova e Rua das Flores.
Fontes/ chafarizes	Paço episcopal; S. Domingos; Loios; rua das Flores.
Relíquias	Sé do Porto e mosteiro de S. Domingos.

Tabela 1 - Principais elementos descritos pelo Doutor João de Barros na cidade do Porto (Barros, ed. 2019: 143-149).

No morro onde se encontra a Sé erguia-se a primeira cerca defensiva, que o autor faz remontar ao “tempo dos Romanos”, para frisar a sua antiguidade (Barros, ed. 2019: 142). De facto, pelo menos desde a ocupação romana, o morro da Sé era fortificado e, no final do século IX, por intervenção de Afonso III das Astúrias, foi erguida uma muralha que, mais tarde, no século XII foi reconstruída (Afonso, 2012: 57). Esta reconstrução situa-se no período de administração do bispo D. Hugo (1114-1136), teria quatro portas e contava com um perímetro de 750 metros (Sousa, 2017: 45-46). Em frente do morro da Sé, na margem oposta do rio Douro, teriam os mouros construído o castelo de Gaia, narrando, o autor, a lenda associada ao topónimo (Barros, ed. 2019: 143; 269).

Para além do “muro velho”, a cidade era ainda cercada por outra muralha, do tempo de D. Fernando, que tinha, segundo a versão do manuscrito da Biblioteca Nacional, 20 torres e 22 portas e postigos (Barros, ed. 2019: 143) ou 30 torres “fortes e altas” e 12 portas e postigos, na versão do manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto (Barros, ed. 2019: 276). Como afirma Armindo de Sousa, o número de portas e postigos abertos na muralha é difícil de estabelecer com precisão, bem como identificar os seus nomes que foram variando ao longo dos séculos. Acrescenta que, na época medieval, não seriam mais de 17 as portas e postigos; quanto às torres “não se sabe” (Sousa, 1994: 143-144). A muralha medieval teria um perímetro de três mil metros, elevando-se a 11 metros de altura e, nalguns casos, a 15 metros de altura (Rodrigues, 2007: 115). Esta muralha, para além das inerentes funções militares, servia também de “barreira aduaneira”, impondo direitos de portagem sobre todas as mercadorias que cruzavam as suas portas (Rodrigues, 2007: 112).

Mas antes da construção da chamada muralha fernandina, que em rigor deveria chamar-se de D. Afonso IV, relata o jurista que havia na cidade muitas casas e torres que serviam de abrigo às populações (Barros, ed. 2019: 143). De uma maneira geral, essas casas-torre¹¹ eram de grande qualidade, feitas em pedra, com três ou mais pisos, com uma aparência maciça e coroamento em ameias (Afonso, 2012: 66). Dada a interdição aos nobres de permanecerem no espaço urbano do Porto por mais de três dias, as casas-torre do burgo eram de iniciativa eclesiástica ou burguesa e, a sua construção, estava dependente da autorização do bispo (Afonso, 2012: 66). Também o Doutor João de Barros refere esta interdição imposta à nobreza, como sendo um dos privilégios dos cidadãos do Porto (Barros, ed. 2019: 150), proibição que remontava à segunda metade do século XIV, e fora decretada pela autoridade eclesiástica, logo secundada pela burguesia, se bem que só promulgada em 1428 (Pinto, 2002: 46). Ser cidadão do Porto era ser detentor de privilégios que o aproximavam do estatuto da nobreza¹² (Silva, 1994: 322), e a que o próprio Doutor João de Barros também se reporta (Barros, ed. 2019: 150-151).

A construção da Sé teria sido iniciada por D. Teresa, mulher do conde D. Henrique, “no lugar aonde suia ser castello”, afirmando o Doutor João de Barros ter visto o documento dessa instituição e doação (Barros, ed. 2019: 143; 276). Por ter um aspeto

¹¹ Sobre a identificação das casas-torre do Porto medieval ver Sousa, 2017.

¹² Sobre os privilégios dos cidadãos do Porto ver Silva, 1994: 322-329.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

bem diferente do atual, copiamos o relato do jurista. Em meados do século XVI, a catedral¹³ tinha:

“duas torres altas e tudo com ameas a modo de castello pera toda defensão, e he de abobada e tem esteos mui fortes, e 4 capellas no cruzeiro, com huma charolla. E tem boas claustras, de abobada. [...] As duas torres da See com Nossa Senhora no meo são as armas e diviza da cidade” (Barros, ed. 2019: 143-144).

Uma fonte de meados do século XII sugeria que o bispo do Porto, D. Pedro Pitões (1146-1152), teria acolhido, numa pequena ermida que servia de sede da diocese, os cruzados antes da tomada de Lisboa (1147) (Silva, 2008: 27). As obras do novo edifício tiveram início nos finais do século XII, prolongando-se pela centúria seguinte (Afonso, 2012: 60). A catedral sofreu, porém, remodelações frequentes nos séculos imediatos. Vários prelados portuenses, entre eles Dom Diogo de Sousa (1496-1505) e Dom Frei Baltasar Limpo (1536-1550), ordenaram importantes transformações na catedral da cidade¹⁴. Podemos, por isso, supor que, quando o Doutor João de Barros chegara à Sé, esta deveria parecer um estaleiro de obras.

Na capela-mor da catedral havia um retábulo onde, numa arca de prata dourada, estavam colocados os ossos de São Pantaleão (Barros, ed. 2019: 144; 278). Na Idade Média, e neste começo da época moderna, as relíquias tinham um importante papel na promoção da devoção dos fiéis que se concretizava em doações e esmolas. Os santos, em particular os mártires, assumiam poderes taumaturgos para aqueles que se aproximassem das suas relíquias. Segundo o Doutor João de Barros, a cabeça de São Pantaleão andava “de fora emcastoada em prata, com que muitos enfermos recebem saude” (Barros, ed. 2019: 144). Em dezembro de 1499, o bispo Dom Diogo de Sousa determinara a trasladação das relíquias de São Pantaleão da igreja de Miragaia para a Sé. Já antes D. João II ordenara a execução de uma arca de prata para as ossadas de São Pantaleão, que D. Manuel mandara concluir com as suas armas (Afonso, 2018: 42). No tesouro da Sé guardava-se um braço de São Vicente, relíquia que de Lisboa seguiria para Braga, mas que “maravilhosamente a azemala [...] o levou dereito ao altar mor da See” (Barros, ed. 2019: 144). Este quotidiano religioso está também espelhado na narrativa de Mestre António que afirmava que na comarca de Entre Douro e Minho havia muitos santos sepultados e numerosas relíquias. Além de São Pantaleão, refere-se ao “corpo santo do

¹³ Sobre a evolução arquitetónica e artística da Sé do Porto veja-se Botelho, 2006.

¹⁴ Veja-se Afonso, 2018.

mosteiro de Leça huma legua do Porto” (António, ed. 1959: 458). O licenciado Francisco Dias também não é indiferente a este pendor religioso. Nas suas memórias quinhentistas descreve um milagre ocorrido no convento de São Domingos, quando ao ser imposta uma “toalha com que estava singido o crucifício de Jesu” sobre os olhos de uma menina cega, de cinco anos, esta recuperou a visão¹⁵ (Dias, ed. 1937: 55). Regista uma curiosidade ocorrida durante a lua nova de novembro de 1577: a passagem de um cometa “com grandes raios que fazia espanto e andava com a lua” que nem os antigos haviam visto (Dias, ed. 1937: 114).

Segundo o Doutor João de Barros, o paço episcopal, junto da Sé, erguia-se num lugar alto, sobranceiro ao rio Douro. Havia aí um chafariz, cuja água era transportada por “arcos e cannos”. Dentro e fora de muros, havia na cidade 30 fontes “e hum rio piquenno que corre pelo meo, pera limpeza della” (Barros, ed. 2019: 144). Por motivos de doenças e contágios, a reparação e limpeza das fontes e chafarizes era da alçada concelhia, que dispensava elevadas quantias para assegurar o regular abastecimento de água à cidade (Machado, 1997: 121). Contrariamente ao cenário idílico apresentado pelo Doutor João de Barros e Mestre António, o licenciado Francisco Dias destaca vários momentos de peste na comarca, um em 1565, que começara em Azurara numa nau que viera de Inglaterra, e outro, três anos mais tarde, em 1568, em Esposende com origem n’O Grove (Galiza); reporta-se ainda à grande carestia do ano de 1574, com muita falta de pão, vinho e azeite (Dias, ed. 1937: 22-23). Em janeiro de 1581, a peste que assolou o Porto matou “mais de sete mil pessoas”, obrigando o próprio Francisco Dias a refugiar-se com a família em Coimbrões, durante oito meses (Dias, ed. 1937: 124).

O Doutor João de Barros afirmava existirem na cidade diversos mosteiros e conventos, dentro e fora de muros: São Domingos, São Francisco, Loios, São Martinho de Cedofeita, Grijó, Santa Clara do “Codeçal”, São Bento, Corpus Christi e Santa Clara de Monchique (Barros, ed. 2019: 145-148; 276-284).

Segundo o autor, o convento de São Domingos fora edificado pela infanta D. Mafalda, filha de D. Afonso Henriques, que também fundou o mosteiro de Arouca (Barros, ed. 2019: 145; 278). Como sabemos, há aqui algumas incongruências por parte do jurista. A infanta D. Mafalda, a que se reporta, é filha de D. Sancho I e neta de D.

¹⁵ Segundo Magalhães Basto, este milagre foi também relatado com pequenas variantes por Frei Luís de Sousa, na *História de S. Domingos* (Basto, 1937: 181-182).

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Afonso Henriques. Não fundou o mosteiro de Arouca, mas recebeu-o de seu pai, convertendo-o aos costumes de Cister, em 1224 (Sousa, 2016: 122). Por sua vez, o convento de São Domingos do Porto, foi fundado por iniciativa do bispo do Porto, D. Pedro Salvadores (1235-1247), em 1237, mas, na tentativa de resolver os diferendos entre o bispo e os pregadores, D. Sancho II declarou-se fundador e padroeiro do convento, em 1239¹⁶. Quanto ao edifício, o Doutor João de Barros assinalava que a igreja era “nobre e de nobres capellas, claustros, alpendres e jardim”, tinha muitas relíquias, entre elas uma do Santo Lenho, e uma valiosa cruz de prata (Barros, ed. 2019: 145; 278). As memórias do licenciado Francisco Dias também referem este convento de São Domingos, assinalando o retábulo do altar de Jesus, feito no ano de 1565, e o altar de Nossa Senhora do Rosário colocado em 1575, feito apenas em madeira e sem estar pintado (Dias, ed. 1937: 28). Também nesse convento se reuniu o capítulo provincial dos Dominicanos em maio de 1576 (Dias, ed. 1937: 56).

O convento de São Francisco era, nas palavras do Doutor João de Barros, um edifício de construção mais recente, relativamente ao de São Domingos, e com muitas capelas de fidalgos, enumeradas nos capítulos dos morgados (Barros, ed. 2019: 136; 145) e referidos mais à frente neste trabalho.

O mosteiro dos Loios, ou da “ordem de São João dos Azuns”, como lhe chama, fora edificado há “quarenta annos” (Barros, ed. 2019: 145; 278), ou seja, em finais do século XV. O convento de Nossa Senhora da Consolação do Porto, ou convento de Santo Elói, como também era conhecido, foi fundado em 1490 e as obras iniciaram-se logo no ano seguinte, tendo sido agregado à congregação dos Loios em 1493 e os seus privilégios confirmados por D. Diogo de Sousa (1471-1532), bispo do Porto, em 1496 (Sousa, 2016: 247). Fora erguido no espaço compreendido entre a Porta dos Carros e o postigo do Vimial (Afonso, 2012: 76).

O mosteiro de São Martinho de Cedofeita localizava-se fora da cidade, para norte, num arrabalde a que chamavam “Massarelos” (Barros, ed. 2019: 284). Segundo Barros, era igreja colegiada dos cónegos de Santo Agostinho e fora mandada fazer pela rainha D. Mafalda com a pedra e madeira que sobejou das obras da Sé e por ter sido feita em pouco tempo se designou “cedo feita” (Barros, ed. 2019: 146). Os vários argumentos sobre a

¹⁶ Hoje designado por convento de Nossa Senhora dos Fiéis de Deus do Porto. Sobre o convento de São Domingos ver Sousa, 2016: 382-383.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

antiguidade e fundação da colegiada de São Martinho de Cedofeita, que remonta a tempos anteriores à nacionalidade, foram já analisados com rigor científico por Lúcia Rosas (1988, 33-60).

O mosteiro de São Salvador de Grijó chamava-se inicialmente “Igresoula”, ou *Ecclesiola*, e fora edificado na Serra do Pilar, a duas léguas do local onde se encontra atualmente, tendo sido transferido para poder melhor servir “no espiritual” a população (Barros, ed. 2019: 146). A construção do mosteiro, no lugar atual, foi iniciada após o bispo do Porto, D. Baltasar Limpo (1537-1550), ter dado provisão para a sua transferência em 1537 e os cónegos mudaram-se em 1542 (Sousa, 2016: 184). Segundo Barros, a traça do novo edifício fora do bispo de Leiria, Frei Brás de Barros (1545-1556), reformador da congregação da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho) que o “ordenou de arte nova e redonda” (Barros, ed. 2019: 146, 283), numa alusão ao estilo arquitetónico em que fora edificado.

O convento de Santa Clara “do Codeçal” fora inicialmente fundado em Entre-os-Rios, no lugar do Torrão, na confluência do Tâmega com o Douro. No início do século XV, a comunidade foi transferida para o Porto por estar sujeita a constantes abusos por parte de senhores nobres da região e para conservarem “melhor a releição” (Barros, ed. 2019: 147; 279; Sousa, 2016: 296). O convento foi erguido junto do caminho dos Codeçais, que descia de Cimo de Vila até à Ribeira, e a primeira pedra foi colocada pelo próprio D. João I (Afonso, 2012: 75). O Doutor João de Barros afirmava ter consultado, no convento de Santa Clara do Porto, o foral de Entre-os-Rios (de 1241), que trasladou a propósito de certos costumes de direito consuetudinário (Barros, ed. 2019: 93; 279). O dito foral fora dado por Teresa Rodrigues de Barbosa, mãe de D. Châmoa Gomes, fundadora do mosteiro de Entre-os-Rios (Lencart, 2019: 95, nt. 259), facto assinalado pelo Doutor João de Barros, no capítulo relativo ao antigo concelho de Benviver (Barros, ed. 2019: 226).

Dentro dos muros da cidade do Porto, o Doutor João de Barros contabiliza ainda o mosteiro feminino de São Bento, construído por ordem de D. Manuel em 1518, para albergar as monjas dos mosteiros beneditinos, “que estão pellos montes”, em Vila Cova, Tarouquela, Tuias e Rio Tinto; a vida conventual iniciara-se em 1536, no designado mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto (Barros, ed. 2019: 147, 282; Sousa, 2016: 89).

Na margem oposta do Douro, no “arrabalde de Villa Nova” localizava-se o convento feminino da Ordem de São Domingos, da invocação de *Corpus Christi*. O Doutor João de Barros acrescenta que aí fora enterrada, duzentos anos antes “uma duquesa de Bargaça (*sic*)” (Barros, ed. 2019: 147; 283). Segundo Sottomayor Pizarro (1987: 278) trata-se de D. Leonor de Alvim (m. 1388), mulher de D. Nuno Álvares Pereira e mãe de D. Beatriz Pereira de Alvim, que casou com D. Afonso, filho ilegítimo de D. João I e 1.º duque de Bragança.

No arrabalde de Monchique, o Doutor João de Barros assinala um convento feminino de freiras de Santa Clara, que fora “recentemente” edificado e cujo retábulo do altar-mor era de pedra “de arte nova muito formoso” (Barros, ed. 2019: 147). Segundo Ferreira Alves (2002: 135), este retábulo era da autoria de João de Ruão e a pedra era revestida a azulejo. O convento da Madre de Deus de Monchique de Miragaia fora fundado em 1533 por D. Pedro da Cunha Coutinho e sua mulher D. Beatriz de Vilhena (Barros, ed. 2019: 283; Sousa, 2016: 304) e o traçado da obra fora da responsabilidade de Diogo de Castilho (Ferreira-Alves, 2002: 133). Barros faz questão de assinalar a “perfeição” do edifício, com as suas oficinas, o dormitório, os claustros e as cinco fontes entre os jardins e pomares (Barros, ed. 2019: 148). Também assinala que o convento fora erguido no lugar onde os judeus tinham a sua sinagoga, existindo ainda aí uma pedra com letras hebraicas com uma profecia: “que vira tempo em que naquelle lugar sera feito templo ao verdadeiro Deus”, numa alusão à nova edificação (Barros, ed. 2019: 148). Segundo Geraldo Coelho Dias (2006: 148-168) tratava-se da sinagoga quinhentista da judiaria nova do Olival e a designada “Pedra de Monchique”, com a referida profecia, está atualmente no Museu do Carmo, em Lisboa.

O licenciado Francisco Dias assinala ainda na cidade do Porto a colocação da primeira pedra da igreja do Colégio de Jesus, hoje conhecida por igreja dos Grilos, e localizada em “as Aldas”, no dia 20 de agosto de 1573 (Dias, ed. 1937: 49). O autor acrescenta que, em 1570, D. Sebastião dera aos Jesuítas os mosteiros de Paço de Sousa, Vila Boa do Bispo e Roriz, e aos Dominicanos o de Vilela, e mais três, mas “depois se arependeu ell rei e não ouve efeittu” (Dias, ed. 1937: 103).

No Porto, segundo o Doutor João de Barros, havia oito hospitais (apesar de indicar apenas sete): Misericórdia, Rocamador, Santa Clara, Palmeiros, Santo Ildefonso, São Lázaro e Espírito Santo. E contabiliza sete ermidas: Nossa Senhora da Graça, São Miguel,

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Santo Estêvão, Santo António, Santa Cruz e duas dedicadas a São Nicolau (Barros, ed. 2019: 149). O autor não acrescenta qualquer informação relativamente a uns e a outras, mas podem ler-se algumas anotações complementares na edição crítica (2019: 149) e no trabalho de Daniel Afonso (2012: 78-84).

O Doutor João de Barros destaca duas ruas na cidade do Porto: a rua Nova¹⁷ e a rua das Flores¹⁸. A rua Nova era espaçosa e comprida, frisando, num acesso de bairrismo, que era “mais larga que a de Lisboa”, e terminava na praça onde estava o convento de São Francisco (Barros, ed. 2019: 285). Erguida sob a égide de D. João I, o traçado da rua Nova teria origem romana, tendo sido rasgada sobre um antigo caminho medieval (Afonso, 2012: 51). Os limites da rua Nova eram, a nascente, a rua dos Mercadores e, a poente, o convento de São Francisco (Santos, 2010: 40). Desde o início, esta artéria da cidade assumiu várias designações: rua Nova, rua “Fermosa”, como lhe chamava o seu promotor D. João I, mais tarde Rua dos Ingleses e, atualmente, rua do Infante D. Henrique (Amaral e Duarte, 1985: 8-9).

A rua de Santa Catarina das Flores, como era então designada, fora mandada abrir “pouco ha”, por D. Manuel I, em 1521. Tinha num extremo o convento de São Domingos e no outro os mosteiros de São Bento e dos Loios e, ao longo da rua, existiriam cinco ou seis fontes. As casas tinham quintais, jardins e hortas e a “mor parte destas casas são boas e nobres” (Barros, ed. 2019: 285). Aí terá residido o próprio Doutor João de Barros. A rua de Santa Catarina das Flores facilitava a ligação entre o rio e a porta de Carros, promovendo o escoamento dos produtos entrados pela alfândega e pelo postigo dos Banhos, convertendo-se numa das artérias preferidas da aristocracia e de membros destacados do clero (Silva, 1994: 268; Afonso, 2012: 54). Acrescente-se que, no reinado de D. Manuel, a proliferação da circulação de carros, aliada à preocupação de enobrecimento das cidades, multiplicou o calcetamento das ruas a par do seu alargamento (Dias, 1998: 78).

A cidade do Porto, junto ao rio Douro, tinha grande movimento de naus e navios (Barros, ed. 2019: 276). O rio Douro era navegável desde a foz até São João da Pesqueira, onde havia uma “grande pedra”, uma fraga, que impedia as embarcações de passar adiante. Não tinha nenhuma ponte pois, apesar de se ter iniciado uma “nas caldas abaixo

¹⁷ Sobre a rua Nova do Porto, atual rua do Infante D. Henrique, ver Santos, 2010, e Amaral e Duarte, 1985.

¹⁸ Sobre a rua das Flores ver Afonso, 2000.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

de Lamego”, abandonou-se a empresa devido às cheias e ao forte caudal da água, ficando aí apenas “sinal donde se comessava” (Barros, ed. 2019: 120). O autor também faz alusão às cheias deste rio, perto da sua foz, junto ao mosteiro do *Corpus Christi*, em Gaia (Barros, ed. 2019: 282). Ao longo do percurso, as suas águas eram fartas em sáveis e lampreias, “tainhas, barbos, bogas, ciros, engias” e solhos; e nas quintas ao redor havia muitas oliveiras e árvores de fruto (Barros, ed. 2019: 120). O vinho produzido nas encostas do Douro e em Ribas de Pinhão era transportado em barcas para o Porto (Barros, ed. 2019: 348).

Também o acesso à barra do Douro é referido nas memórias do licenciado Francisco Dias num episódio ocorrido no início de 1533, envolvendo uma nau francesa atacada por dois navios biscainhos que conseguiram fugir porque “tiverão mare para se tornar a sair pella barra fora” (Dias, ed. 1937: 46). Em maio de 1572, engalanara-se o rio e as margens com “barças bateis embandeirados trombetas charamellas e muito regozijo” para celebrar o casamento da filha de Diogo Brandão Pereira com D. Francisco de Almeida, tendo sido padrinho o bispo do Porto e João Rodrigues de Sá (Dias, ed. 1937: 48).

Segundo o Doutor João de Barros, na comarca de Entre Douro e Minho, os principais portos de mar ficavam na embocadura dos principais rios: o do Porto próximo da foz do rio Douro, que era muito seguro depois que entravam as naus, não se podendo aí entrar sem piloto de terra (Barros, ed. 2019: 356). O Doutor João de Barros não o refere, mas D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e senhor do couto de São João da Foz, enquanto abade comendatário de Santo Tirso, mandara erguer um farol na entrada da barra do Douro, o farol de São Miguel-o-Anjo, cujos primeiros fogos acenderam-se em 1528 (Barros, 2017: 135). Em todos os portos da comarca havia homens “muito espertos na arte de mariar” e uma intensa construção naval (Barros, ed. 2019: 356).

Segundo o licenciado Francisco Dias, o castelo, ou fortaleza, de São João da Foz começara a edificar-se em 16 de agosto de 1570, com João Gomes da Silva como vedor régio das obras, tendo sido o seu primeiro capitão Francisco de Sá, filho de João Rodrigues de Sá de Meneses (Dias, ed. 1937: 103). O Doutor João de Barros não poderia mencionar esta fortaleza, mas alude à igreja renascentista aí edificada por ação do já mencionado D. Miguel da Silva (Barros, ed. 2019: 158). O jurista reporta-se, contudo, a essas personalidades, quando refere que os direitos do concelho de Aguiar de Sousa e

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Gondomar pertenciam a João Rodrigues de Sá, filho de Francisco de Sá (Barros, ed. 2019: 138).

Apenas no manuscrito da Biblioteca Nacional existe um capítulo dedicado aos morgados da região. Especificamente para o Porto (Barros, ed. 2019: 136-141), nomeia, na igreja de São Francisco do Porto, Diogo Brandão, que era contador-mor da Fazenda Real, e que detinha a capela dos Brandões; João Carneiro, a dos Carneiros; João Rodrigues de Sá, que fora alcaide-mor do Porto e camareiro de D. João I, tinha a capela de Fernão de Sá; António Paz tinha três capelas; havia ainda um morgado na capela dos Ferraz e outro na capela do mestre João. Na igreja de São Domingos havia um morgado na capela dos Baldaia. No convento dos Loios, havia um na capela do protonotário, outro na capela de João Cardoso e Duarte Rangel tinha a capela de Afonso Carneiro. No convento da Madre de Deus de Monchique havia um morgado na capela de D. Beatriz de Vilhena, mulher de Pedro da Cunha Coutinho (Lencart, 2019: 31).

É interessante constatar que o Doutor João de Barros não se refere aos paços do concelho da cidade do Porto, apesar de o fazer para outras localidades, nomeadamente Guimarães (Barros, ed. 2019: 192). Seria pelo seu mau estado de conservação, o que destoaria do tom com que descreve outros edifícios importantes da cidade? De facto, a casa-torre dos Paços do Concelho, erguida no século XV entre o pátio da Sé e a rua de São Sebastião, apresentava sinais de insegurança em meados do século XVI, tendo mesmo algumas sessões camarárias sido transferidas para outros edifícios, “pela torre estar para cair” (Pinto, 2002: 49-50).

Na prática, o Doutor João de Barros apresenta-nos uma cidade, diríamos, quase idealizada. Tratando-se de uma descrição marcadamente urbanística, as suas preferências vão para os grandes e sumptuosos edifícios religiosos e para os novos arruamentos que beneficiam o traçado urbano e a circulação em meados do século XVI. São recorrentes as referências a fontes, a hortas, a jardins, à abundância de água... Não há qualquer referência à insalubridade da cidade ou a edifícios em mau estado de conservação; nem à mendicidade, órfãos ou enjeitados. Procurou, sem dúvida, exaltar esta “excelente terra” (Barros, ed. 2019: 58), projetando uma memória agradável e cativante da cidade.

Contrariamente ao cenário idílico apresentado por Mestre António e pelo Doutor João de Barros, as memórias quinhentistas do licenciado Francisco Dias dão-nos uma visão bem diferente da cidade do Porto. O licenciado Francisco Dias relata que se dirigiu

ao Porto enquanto procurador régio, no exercício do cargo de corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, aí entrando em 1548. Com um mandato de três anos, as suas competências eram sobretudo de caráter judicial, julgando certos casos de justiça e servindo de mediador de conflitos entre concelhos. Entre as suas atribuições, estava a obrigação de informar o rei acerca do que se passava nessa circunscrição, de fiscalizar o exercício de outros poderes locais e de ordenar e reparar obras públicas (Pinto, 2002: 41). Segundo Magalhães Basto, Francisco Dias era licenciado em Direito, fora corregedor em Coimbra e, a partir de 1538, passou a exercer o mesmo cargo na comarca e correição do Porto. Dez anos mais tarde, em 1548, está no Porto. Aí casou e teve sete filhos; exerceu cargos municipais, nomeadamente o de vereador, e desempenhou funções honoríficas nas procissões e festas solenes da cidade; correspondia-se com figuras eminentes da época; e, em 1583, ainda havia registo da sua presença na cidade (Basto, 1937: V-XI).

Na sua obra *Memoria de coussas que acontecerão nesta cidade depois que vim a ella*, Francisco Dias registou essencialmente pessoas, cenas e episódios do quotidiano, num estilo expressivo, revelando paralelamente a sua erudição clássica, e que muito contribui para estudar os costumes da sociedade portuense de quinhentos (Basto, 1937: XII-XIV). Aponta, por exemplo, os trajes das mulheres e dos homens, anotando com alguma ironia a evolução da moda e o despropósito do luxo (Dias, ed. 1937: 9-19). Na rua dos Mercadores descreve uma altercação resolvida a fio de espada, envolvendo um “mullato cativo” (Dias, ed. 1937: 30). Reporta-se ainda a uma morte ocorrida na tenda de um cutileiro da Bainharia (Dias, ed. 1937: 42). Uma leitura atenta das suas memórias permite identificar referências pontuais a elementos urbanísticos e arquitetónicos da cidade.

Já num registo semelhante a Mestre António e ao Doutor João de Barros, destacamos a *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão. Segundo Orlando Gama, este autor nasceu em Évora entre 1528 e 1530, foi bacharel em Leis e, mais tarde, em 1554, licenciado em direito civil pela Universidade de Coimbra. Autor de inúmeras obras, nomeadamente a coleção de legislação conhecida por *Leis Extravagantes*, as *Chronicas dos Reis de Portugal* e a *Ortographia da Lingoa Portuguesa*. Morre em Lisboa, em abril de 1608. Em 1610, Gil Nunes do Leão publica a título póstumo, a obra do tio *Descrição do Reino de Portugal*, que terá sido redigida entre 1599 e 1601 (Gama, 2002: 9-35).

Escrita em contexto de união ibérica, exalta os valores e as riquezas nacionais, mas defendendo a legitimidade filipina; por outro lado, promove as excelências de Lisboa, inserindo-se no movimento interno que elevava Lisboa a capital da Península. Sendo natural de Évora, exalta o vinho e o trigo do Alentejo, mas as deslocações que efetuou pelo país permitiram-lhe conhecer e descrever as “maravilhas” que encontrou (Coelho, 2002: 37-54). Na opinião de Margarida Durães (1994: 98), Duarte Nunes do Leão vai buscar a fonte de inspiração para as suas descrições de Entre Douro e Minho a Mestre António, nada trazendo de novo a não ser a divisão administrativa. Suzanne Daveau (2002: 75) vai ainda mais longe ao afirmar que o autor não fez qualquer descrição do Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, nem sequer do “imponente sítio urbano do Porto, na foz do Douro”, não obstante ter estado em Vila do Conde e Barcelos; a autora reitera que os dados quantitativos que apresenta para a região de Entre Douro e Minho são retirados de Mestre António (Daveau, 2002: 75-76). Assinala que no bispado do Porto havia 600 pias de batizar e que na terra de Entre Douro e Minho existiam 130 mosteiros (na realidade, o mesmo número que Mestre António apresentara cerca de cem anos antes) (Leão, ed. 2002: 205). Uma vez mais a abundância da água e as inúmeras fontes do território são evidenciadas no relato de Duarte Nunes do Leão (Leão, ed. 2002: 164-167), numa narrativa pouco original.

Duarte Nunes do Leão, na senda dos seus contemporâneos, louva os recursos naturais do país, e exalta os seus santos e as virtudes dos nacionais; cita, com abundância, autores clássicos e modernos (Daveau, 2002: 71). A *Descrição do Reino de Portugal* tem 46 capítulos dedicados a santos, beatos e indivíduos com fama de santidade, que nasceram no reino ou que aqui eram venerados, dando particular destaque aos mártires (Leão, ed. 2002: 211-272). Duarte Nunes do Leão relata a origem e martírio de São Pantaleão e declara que foi sepultado na Sé do Porto onde se encontra num “sepulchro de prata dourado posto no altar-mór” (Leão, ed. 2002: 262). Trata-se da única referência aos santos e relíquias da cidade.

A originalidade da narrativa de Mestre António, nos inícios do século XVI, é expandida com as descrições do Doutor João de Barros, em meados da centúria, nomeadamente no que respeita à descrição, não só, da cidade do Porto, mas também das restantes cidades e vilas das comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Num

outro registo, as memórias do licenciado Francisco Dias mostram-nos o quotidiano da cidade do Porto, relatando indivíduos e episódios pontuais dessa urbe quinhentista.

Conclusão

A origem da temática das descrições geográficas situa-se no Renascimento, ligada não só às viagens de descobrimentos e à expansão mercantil, mas também associada à recuperação dos autores clássicos (Durães, 1994: 94). Por sua vez, os Estados têm uma necessidade crescente destas descrições em virtude da complexificação da administração pública e da necessidade de conhecimento dos territórios sob a sua administração (Valentim, 2006: 441) e, por isso, as fomenta.

O Doutor João de Barros transformou o seu relato corográfico num registo panegírico da região de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes: a abundância de água; a variedade de árvores de fruto, de animais, de plantas... Apenas é crítico a classificar o carácter das gentes de entre os rios Lima e Minho “gente mui belicosa e revoltosa [...] ferós e má de amansar” (Barros, ed. 2019: 213). Mas, de uma maneira geral, os habitantes da região de Entre Douro e Minho eram pessoas verdadeiras, piedosas “agazalhadores dos estrangeiros e pobres” (Barros, ed. 2019: 116).

Desde o início da centúria de Quinhentos, Mestre António assumiu-se como ponto de partida para as descrições sobre a região do Entre Douro e Minho, que o Doutor João de Barros em parte decalcou e dilatou e que a obra de Duarte Nunes do Leão complementou, expandindo a sua descrição a todo o Reino, já no início de Seiscentos.

Tanto o Doutor João de Barros como Duarte Nunes do Leão escrevem com grande sentido político, exaltando os valores nacionais. Por sua vez, Mestre António regista, num discurso simples, mas muito relevante, as vivências do Entre Douro e Minho. É, contudo, transversal a estes três autores a narrativa laudatória, exaltando as excelências e riquezas do território. Por sua vez, o licenciado Francisco Dias dá-nos conta de episódios concretos do quotidiano portuense de Quinhentos, relatando a dura realidade de uma cidade cosmopolita de então.

Na análise das fontes compulsadas, e tendo em conta apenas a perspetiva descritiva da cidade do Porto, são apresentadas duas narrativas que se complementam na sua diversidade: a realidade do quotidiano vivida pelo licenciado Francisco Dias e o panorama idílico da cidade apresentado pelo Doutor João de Barros.

Apesar de diversos, os ensaios de carácter geográfico relativos à província de Entre Douro e Minho do século XVI repetem até à exaustão as riquezas naturais, a fertilidade da terra e a abundância de frutos e animais, transformando essas descrições num retrato bucólico da região e que se repetem nas centúrias seguintes. Tratam-se, de facto, de modelos narrativos laudatórios característicos do período moderno e que não são exclusivos da província de Entre Douro e Minho, nem do reino de Portugal, mas comuns ao humanismo europeu, fértil em redações deste género. Adicionalmente, estes ensaios apresentam importantes dados de natureza económica, financeira e demográfica a par de outros de ordem militar e religiosa, indispensáveis à investigação histórica. Estes textos refletem, também, um processo de mudança onde os Estados modernos precisam cada vez mais deste tipo de informações, de forma a colocá-las ao seu serviço.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

Bibliografia:

Fontes manuscritas:

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), COD. 216.

Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Ms. 1109.

Estudos:

AFONSO, Daniel Borges Braz (2012), *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto 1386-1521*, Porto, FLUP.

AFONSO, José Ferrão (2000), *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto Quinhentista*, Porto, FAUP.

AFONSO, José Ferrão (2018), “A Sé do Porto e a sua envolvente no século XVI (1499-1606)”, in A. F. Abreu e L. C. Amaral (coords.), *Dos Homens e da memória: Contributos para a história da diocese do Porto*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, pp. 39-55.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985), “Os homens que pagaram a Rua Nova”, *Sep. Revista de História*, vol. 6, pp. 8-96.

ANTÓNIO, Mestre (ed. 1959), *Tratado sobre a provincia d’Amte Douro y Minho*, in Luciano Ribeiro, “Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 22 (3/4), pp. 445-460.

BAIÃO, António (1917), *Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o Escritor seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas "Decadas"*, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, v. 11, pp. 202-355.

BARROS, Amândio J.M. (2017), “A evolução económica do Porto no século XVI e a sua projeção internacional”, in COSTA, Paula Pinto (coord.), *O Foral do Porto (1517-2017). Marca de um Rei, Imagem de uma Cidade*, Porto, Câmara Municipal do Porto.

BARROS, Amândio Jorge Morais (2006), “Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 1, Porto, FLUP, pp. 49-70.

BARROS, João de (ed. 2019), *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, estudo e transcrição de Joana Lencart, Porto, Câmara Municipal do Porto.

- Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5
- BASTO, A. de Magalhães (1937), “Prefação”, in *Memórias quinhentistas dum procurador del-Rei no Porto*, Porto, Câmara Municipal-Gabinete de História da Cidade.
- BOTELHO, Maria Leonor (2006), *A Sé do Porto no século XX*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COELHO, António Borges (2002), “Cinco notas para a *Descrição do Reino de Portugal* de Duarte Nunes do Leão”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 37-54.
- COSTA, Paula Pinto (coord.) (2017), *O Foral do Porto (1517-2017). Marca de um Rei, Imagem de uma Cidade*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- DAVEAU, Suzanne (2002), “O conteúdo geográfico da *Descrição do Reino de Portugal*”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 63-92.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2006), *As Religiões da nossa vizinhança: História, Crença e Espiritualidade*, Porto, FLUP.
- DIAS, João José Alves (coord.) (1998), “Portugal do Renascimento à Crise Dinástica”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Ramos, *Nova História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Editorial Presença.
- DIAS, Licenciado Francisco (ed. 1937), *Memórias quinhentistas dum procurador del-Rei no Porto*, prefácio e notas finais de A. de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal-Gabinete de História da Cidade.
- DURÃES, Margarida (1994), “O Minho no pensamento Geo-histórico do Portugal Moderno e Contemporâneo”, *Cadernos Noroeste*, vol. 7 (2), pp. 93-113.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime (2002), “Elementos para a história do Convento da Madre de Deus de Monchique”, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol.1, Porto, FLUP, pp. 129-147.
- FONSECA, Luís Adão da (1980), “O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da Época Moderna)”, *Revista de História*, vol. 3, Porto, FLUP, pp. 127-140.
- GAMA, Orlando (2002), “Duarte Nunes do Leão. Elementos para uma biografia”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 9-35.
- GARCIA, João Carlos (2002), “As descrições de Portugal no século XVI”, in *Duarte Nunes do Leão. Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, pp. 55-62.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

LEÃO, Duarte Nunes de (ed. 2002), *Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História.

LENCART, Joana (2019), *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes por João de Barros*, estudo e transcrição, Porto, Câmara Municipal do Porto.

MACHADO, Diogo Barbosa (1759), *Bibliotheca Lusitana*, tomo IV, Lisboa, Officina de Francisco Luis Ameno.

MACHADO, Maria de Fátima Pereira (1997), *O Porto de D. Manuel a D. João III: 1518-1530*, Porto, Faculdade de Letras.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1980), “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650 – Esboço de problemas”, *Revista de História Económica e Social*, nº 5, pp. 15-56.

OSSWALD, Helena (2008), *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*, Porto, FLUP.

PINTO, Álvaro Rodrigues (2002), *Vida quotidiana, economia e poder no Porto segundo as Actas de Vereação de 1539-40*, Porto, FLUP.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor (1987), *Os patronos do Mosteiro de Grijó: evolução e estrutura da família nobre – séculos XI e XIV*, Porto, FLUP.

RIBEIRO, Luciano (1959), “Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 22 (3/4), pp. 442-460.

RODRIGUES, Fátima Cristina Pinto Coelho (2007), *O Urbanismo, a arquitectura e a construção no Porto medieval*, Porto, FLUP.

SANTOS, Maria Helena Pizarro Paula (2010), *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*, Porto, FLUP.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1994), “Tempos Modernos”, in Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 256-375.

SILVA, Luís Pedro (2009), *O Clima no Noroeste de Portugal (1600-1855)*, Porto, FLUP.

SILVA, Maria João Oliveira e (2008), *Scriptores et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*, Porto, Fio da Palavra.

SOUSA, Armindo de (1994), “Tempos Medievais”, in Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 119-253.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2016), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

Joana Lencart - *O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 81-105 DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1a5

SOUSA, Silvana Raquel Vieira de (2017), *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*, Projeto de Estágio, Porto, FLUP.

VALENTIM, Carlos (2006), “Uma corografia renascentista útil ao poder e aos poderes”, *Noroeste – Revista de História*, 2, Braga, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, pp. 433-451.

Outros Estudos

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)

The religious party of Our Lady of Conception of Vila Viçosa at the time of John II, duke of Braganza (1630-1640)

Le fête religieuse de Notre-Dame de la Conception de Vila Viçosa à l'époque de Jean II, duc de Bragançe (1630-1640)

La fiesta religiosa de Nuestra Señora de la Concepción de Vila Viçosa en la época de Juan II, duque de Braganza (1630-1640)

Francisco José Pegacha Pardal
CHUL/IPPEM
francisco.pardal@campus.ul.pt

Resumo: A devoção à Imaculada Conceição em Vila Viçosa remonta à Idade Média. Com o estabelecimento da Casa de Bragança na localidade, a mesma foi muito estimada pela família ducal. A festa, organizada pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição, contava com celebração eucarística, monumental procissão e outros divertimentos profanos, nomeadamente jogos e touradas. O estudo desta festa do século XVII centra-se no relato de António de Oliveira de Cadornega, sendo a informação cruzada com documentação da confraria e com estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Imaculada Conceição. Festa Religiosa. Vila Viçosa. Casa de Bragança. Idade Moderna.

Abstract: The devotion to the Immaculate Conception in Vila Viçosa reassembles to the Middle Age. With the establishment of House of Braganza in the locality, was extremely estimated by the ducal family. The party, organized by the Brotherhood of Our Lady of Conception, included a Eucharistic celebration, a monumental procession, and other profane amusements, including bullfights and fireworks. The study of this 17th century celebration focuses on the account of António de Oliveira de Cadornega is cross-checked with brotherhood documentation and with other historiography.

Key words: Immaculate Conception. Religious Party. Vila Viçosa. House of Braganza. Modern Age.

Résumé: La dévotion à l'Immaculée Conception à Vila Viçosa remonte au Moyen Âge. Avec l'établissement de la Maison de Bragançe dans la localité, il a été grandement estimé par la famille ducal. La fête, organisé par la Confrérie Notre-Dame de la Conception, comprenait une célébration eucharistique, une procession monumentale et d'autres divertissements profanes, à savoir, des jeux et des corridas. L'étude de cette fête au XVIIe siècle se concentre sur le récit d'António de Oliveira de Cadornega, la documentation produit par la confrérie et la bibliographie sur le sujet.

Mots-clés: Immaculée Conception. Fête Religieuse. Vila Viçosa. Maison de Bragançe. Époque Moderne.

Resumen: La devoción a la Inmaculada Concepción en Vila Viçosa se remonta a la Edad Media. Con el establecimiento de la Casa de Braganza en la localidad, fue muy apreciada por la familia ducal. La fiesta, organizada por la Confraria de Nuestra Señora de la Concepción, contó con una celebración eucarística, una procesión monumental y otras diversiones profanas, a saber, juegos y corridas de toros. El estudio de esta fiesta del siglo XVII se centra en el testimonio de António de Oliveira de Cadornega, información que se cruza con documentación de la cofradía y con bibliografía sobre el tema.

Palabras clave: Inmaculada Concepción. Fiesta Religiosa. Vila Viçosa. Casa de Braganza. Edad Moderna.

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

Nos séculos XVI e XVII, Vila Viçosa conheceu um grande crescimento, por a localidade ter albergado a Corte dos duques de Bragança até à Restauração de 1640. A presença ducal ditou um florescimento cultural e comercial, que, após a entronização de D. João IV, haveria de decair, por muitos dos seus principais propulsores se terem transferido para Lisboa (Araújo, 2000: 29). A marca brigantina foi particularmente notável na devoção à Imaculada Conceição, que, volvidos poucos anos, seria proclamada padroeira do reino. De modo a melhor compreender a festa da referida invocação mariana ao tempo do oitavo duque, mais tarde rei de Portugal, procuraremos cruzar o relato de António de Oliveira de Cadornega, destacado escritor calipolense do século XVII, que descreveu a referida localidade, com documentação da confraria e com bibliografia sobre o tema.

1. Vila Viçosa, *Parnaso da Idade Moderna*

O estudo da devoção e ação da Confraria da Imaculada Conceição de Vila Viçosa passa, necessariamente, pelo uso de um conjunto de fontes produzidas na época moderna. No início de seiscentos, Francisco de Moraes Sardinha equiparou Vila Viçosa ao Monte Parnaso e D. Teodósio II a Apolo, pela importância que a Corte ducal tinha para o seu desenvolvimento. Nascido em Vila Viçosa em 1559, Francisco de Moraes Sardinha foi cavaleiro fidalgo da casa de D. Teodósio II, duque de Bragança, além de mesário nobre da Misericórdia e vereador da Câmara. A data da sua morte remete, com grande probabilidade, para o ano de 1626, sendo, desde inícios da centúria, o decano dos vereadores (Sardinha, 2003: 25-26). Também António de Oliveira de Cadornega, destacado escritor calipolense do século XVII, descreveu a referida localidade. Nascido por volta de 1624, partiu para Angola em 1639, acompanhando o governador Pedro César de Menezes. As largas décadas que passou em África foram marcadas, inicialmente, pelas guerras entre os portugueses e os povos nativos. Apesar de não ter desempenhado nenhum papel relevante no plano bélico, foi elevado a capitão, em 1649 (Teixeira, 1982: 1-9).

Cadornega parece ter-se destacado nas questões administrativas, tendo feito parte do senado da câmara de Massangano e sido juiz ordinário da mesma vila. No final da sua vida residiu em Luanda, onde exercia funções de vereador em 1685. Figura influente, esteve ligado a várias irmandades locais, acreditando-se que tal não sucedeu com a Misericórdia por causa da sua ascendência judaica. Não regressou a Portugal, pois a mãe

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

e a irmã haviam sido julgadas pelo Tribunal do Santo Ofício, sob acusação de judaísmo, na década de 1660. No entanto, ao falecer em 1690, detinha grande prestígio em África.

Anos antes, em 1681, relatou a *História Geral das Guerras Angolanas*, dedicada ao futuro rei D. Pedro II. Redigiu, na mesma época, a *Descrição de Vila Viçosa*, que só em 1982 foi editada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Teixeira, 1982: 4). Tenha-se em conta que esta última obra é uma das poucas fontes que permite conhecer a festa da Imaculada Conceição de Vila Viçosa na época em que a Corte ducal aí residiu. Desta forma, de modo a melhor se apurar a devoção à referida invocação mariana, consideramos importante analisar esta memória de Cadornega, particularmente dedicada à procissão, embora não deixe de mencionar as celebrações eucarísticas e os divertimentos profanos. De modo a tornar a análise mais completa, procederemos ao cruzamento da informação da fonte impressa com o único livro de receita e despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição do tempo do duque D. João II (1630-1640), respeitante ao ano de 1632-1633. Antes, contudo, de nos dedicarmos às celebrações em estudo, contextualize-se a realidade calipolense na Época Moderna, assim como o funcionamento da irmandade mencionada, responsável pelas questões culturais do orago de Vila Viçosa.

De facto, a vila cresceu bastante sob o patrocínio dos Bragança, nomeadamente ao nível das instituições religiosas e assistenciais. No primeiro caso, cabe mencionar os sete conventos existentes na localidade: Nossa Senhora do Amparo, de monges paulistas; Nossa Senhora da Graça, de agostinhos calçados; Nossa Senhora da Piedade, de franciscanos capuchos; São João Evangelista, casa professa da Companhia de Jesus; Nossa Senhora da Esperança e das Chagas de Cristo, ambos de clarissas; e Santa Cruz, de religiosas agostinhas (Freire, 1739: 140). Também a Misericórdia local, fundada no início do século XVI, contou com o apoio dos referidos duques (Araújo, 2000: 31). D. Jaime colocou o Hospital do Espírito Santo sob a sua administração em 1525, ao passo que D. João I incumbiu a referida instituição de gerir o Colégio dos Meninos Órfãos, em 1575 (Araújo, 2000: 169-170). No tempo de D. Teodósio II e de D. João II a outorga de esmolas aos pobres foi constante, tendo este último determinado que os principais polos de assistência da localidade eram a Misericórdia e a casa de Bragança (Araújo, 2004: 2-3).

Na primeira metade do século XVII, considerou-se que Vila Viçosa possuía uma localização excelente, pois estava próxima de Badajoz, Estremoz, Elvas, Évora, Olivença

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

e Portalegre (Sardinha, 2003: 128-129). Foi também referida como um lugar aberto, com castelo antigo, cidadela moderna e muralha antiga e pouco defensável, segundo texto anónimo (BA, 51-VIII-45: 319). Já no século XVIII, André Freire de Carvalho descreveu a localidade como detentora de formosos edifícios e nobres ruas, rodeada por uma deliciosa campina (Freire, 1739: 139). Com águas saudáveis e rica em hortas – onde havia todo o tipo de fruta –, a povoação dividia-se em cinco bairros, na primeira metade de seiscentos: Castelo, São Sebastião, Santa Luzia, Santo António e Santo Agostinho (Cadornega, 1982: 24).

A vila alentejana era abastecida frequentemente tanto de carne como de peixe. Estes eram destinados, em primeiro lugar, à casa de Bragança, seguindo-se os mosteiros, a nobreza e, por último, o povo (Araújo, 2000: 41). As crises cerealíferas fizeram-se sentir em diversas ocasiões durante a modernidade, o que levou o duque D. João II, em 1636, a criar um celeiro destinado à reserva de cereais (Pestana, 1982: 77) – que, por vezes, era necessário importar de Castela. A vila estava bem servida pelos mais variados ofícios, como alfaiates, barbeiros, carpinteiros, espingardeiros, ferreiros, ourives e sapateiros (Pestana, 1994-1995: 423-425). Também não faltavam as feiras: a de maio (de origem medieval), a de Santa Maria de Agosto e a de janeiro (criadas pelo duque D. Jaime), tendo a segunda surgido pela subtração de dias à primeira, excessivamente longa. Em 1697, foi criado um mercado semanal, que se realizava à quarta-feira (Araújo, 2000: 41-42).

Até ao século XVIII, o castelo e a praça velha tiveram um lugar central em Vila Viçosa, pois aí se localizavam os paços do concelho, a cadeia, o pelourinho, os açougues e as casas do trigo e da farinha. O rossio assumiu-se também como um ponto de referência, por ser espaçoso e cheio de grandiosidade. No entanto, o primeiro espaço foi perdendo notoriedade a partir do século XVI, quando os duques de Bragança abandonaram a alcáçova e se transferiram para o novo paço, começando a vila a estruturar-se à sua volta. Salvaguardou-se uma exceção, a que nos referiremos em seguida: a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição (Araújo, 2000: 30-32).

2. A Igreja Matriz e a Confraria de Nossa Senhora da Conceição no período pré-Restauração

O mais antigo dos vários templos de Vila Viçosa foi fundado no período medieval, embora a data precisa não seja consensual entre a historiografia. O seu nome é, na

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

esmagadora maioria das vezes, indissociável de D. Nuno Álvares Pereira, a quem a vila foi atribuída, a par de tantas outras, pelo rei D. João I, no final do século XIV (Cunha, 1990: 61). A tradição atribui ao Condestável a reedificação do templo, tendo em conta que este já existia no reinado de D. Fernando I (Espanca, 1892: 137).

Assim, e embora não tenha sido o seu primeiro obreiro, ao Condestável se ficou a dever a conclusão das obras da igreja, dedicando-a à Imaculada Conceição (Faria, 1984: 141). A devoção a este título já era conhecida em Portugal, graças à sua difusão pelos bispos de Coimbra, Évora e Lamego, assim como da rainha D. Isabel de Aragão, em inícios do século XIV (Lavajo, 2005: 117). Os franciscanos tiveram também um papel determinante na sua aceitação em território português, uma vez que a Ordem dos Frades Menores constou entre os defensores da devoção a esta invocação da Virgem Maria, que não foi unanimemente aceite pelo cristianismo medieval – a Ordem dos Pregadores foi um dos mais acérrimos opositores do imaculismo, pois considerava que a conceção de Nossa Senhora não era isenta do pecado original (Pardal, 2018: 27-33).

Embora a *Crónica do Condestabre* apenas refira que D. Nuno Álvares Pereira foi responsável pela edificação da igreja de Santa Maria de Vila Viçosa (Crónica, 1969: 64-65), a historiografia é unânime em atribuir ao nobre português a dedicação do templo a Nossa Senhora da Conceição (Pardal, 2018: 130). Na época Moderna difundiu-se uma origem lendária da imagem da Virgem Imaculada venerada na matriz calipolense, referindo-se que havia dado à costa uma caixa com uma imagem destinada à localidade alentejana (Santa Ana, 1760: 19). Mais consensual é a opinião de que a imagem foi fabricada em Inglaterra e trazida para Portugal por ordem do Condestável, embora Túlio Espanca tenha considerado que a escultura é de pedra de Ançã (Espanca, 1978: 535).

Em relação ao templo, sabemos que o edifício quatrocentista sofreu profundas reformas nos séculos XVI e XVII. As obras iniciaram-se na década de 1560, durante o governo do duque D. João I. Estas contaram com o financiamento de D. Sebastião e de D. Henrique, tendo cada um dos soberanos contribuído com 100.000 réis (Pardal, 2018: 43). Essas intervenções arrastaram-se por vários anos, levando a que não estivessem concluídas quando D. João IV foi aclamado rei, em dezembro de 1640 (Espanca, 1978: 527). Por as obras não terem andamento e por o Santíssimo Sacramento estar num estado pouco digno, os oficiais da câmara de Vila Viçosa, o prior e os beneficiados da referida igreja queixaram-se ao *Restaurador*. Este teve em conta as queixas dos calipolenses e deu

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

continuidade às obras, das quais ficou encarregado António Cavide, que colocou a direção da obra em praça pública (BA, 51-IX-2: 137-147; 197).

O culto litúrgico ao orago do templo estava confiado à Confraria de Nossa Senhora da Conceição. Desconhece-se a data precisa da sua fundação: apesar de comumente atribuída a D. Nuno Álvares Pereira, os aforamentos mais antigos remetem para a década de 1480 (Cunha, 2000: 194). Esta assumiu um papel predominante na devoção imaculista durante a época Moderna (Melo, 1964: 7-8) e foi sob a proteção da casa de Bragança que se deu a sua consolidação como uma das mais importantes irmandades calipolenses: os duques contribuíam e participavam na festa de 8 de dezembro e eram juízes da mesma antes de 1640 (Melo, 1964: 7-8; Cunha, 2000: 381-382). Não havia um número limite para a admissão de irmãos e a vida da irmandade estava sob a administração de três membros: o juiz, o escrivão e o tesoureiro (Araújo, 2001: 130).

A Mesa da Confraria era constituída pelos referidos elementos, eleitos para o exercício das suas funções. Caso falecesse algum irmão, era sucedido pelo que se lhe seguia na lista de eleição. Os confrades eram apologistas deste sistema, pois consideravam que esta era a melhor forma para gerir a confraria, procurando evitar cisões e outros aspetos nocivos à mesma. Estes tinham de ser ricos, dignos e zeladores da fé católica. Após a eleição, era-lhes dado o juramento, através do capelão, assim como o compromisso para que houvesse uma administração digna (Araújo, 2001: 130).

O cargo mais importante cabia ao juiz, que devia zelar pelo bom funcionamento da irmandade, vigiando tudo o que lhe dizia respeito e dando o exemplo aos restantes mesários e confrades, como era aliás, costume nestas instituições. O escrivão, responsável por toda a documentação, recebia um inventário dos bens da instituição, cabendo-lhe mantê-lo permanentemente atualizado, sucedendo o mesmo com os foros, rendas e esmolas. Ao tesoureiro, clérigo do hábito de São Pedro, cabia cuidar dos objetos vocacionados para o ornato da imagem de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente os vestidos e os toucados. Estava igualmente responsável pela cobrança dos foros, rendas e outras fontes de rendimento da confraria (Araújo, 2001: 130-131).

A confraria contava ainda com dois elementos muito importantes: o capelão e o andador. O primeiro deveria ter boa reputação, vida exemplar e pertencer à ordem de São Pedro. Era assalariado conforme as disponibilidades da irmandade e o papel que desempenhava na irmandade era o de cantar as missas dos sábados pelos monarcas e rezar

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

as dos dias de Nossa Senhora. Em relação ao segundo, tinha de deter excelentes características morais, como a fidelidade e os bons costumes. O seu papel passava essencialmente por auxiliar o tesoureiro, guardando consigo objetos cultuais da confraria, não tendo, de acordo com os estatutos de 1696, um salário estipulado (Araújo, 2001: 132).

Os irmãos da Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa contavam com uma série de indulgências e privilégios que lhe foram concedidas no final do século XVI pela Santa Sé e pelo arcebispado de Évora. A listagem de benesses foi redigida pelos cardeais que presidiam a Arquiconfraria da Caridade de Roma, seguindo as diretrizes traçadas pelo papa Leão X e confirmadas por Sisto V. O documento seguiu o modelo vigente em várias irmandades, grande parte delas romanas (Sumário, 1590: 1-2). Entre as muitas datas contempladas com indulgência, não podia deixar de figurar a de 8 de dezembro, festa litúrgica da Imaculada Conceição, sendo concedido aos confrades que visitassem o templo alcançavam indulgência plenária e tiravam uma alma do purgatório (Sumário, 1590: 11). Estas questões estiveram em prática na Época Moderna, embora já existissem no período medieval. Indultar pressupunha a realização de uma atividade devocional ou caritativa por parte do crente, quer para expiação dos vivos, quer por intercessão pelos mortos, nomeadamente a saída do purgatório (Schirmacher 2012: 93-96; Tingle, 2014: 192). Assim sendo, não se estranhe o facto de, mediante a remissão dos pecados, se procurasse que os devotos visitassem a igreja matriz de Vila Viçosa, de modo particular no dia da festa do seu orago.

3. Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa: da descrição da festa ao livro de receita e despesa de 1632

O texto de Cadornega, escrito na última década de vida do autor, reflete as memórias da localidade alentejana no tempo do governo dos duques D. Teodósio II e D. João II, especialmente para o último, que regeu o ducado de Bragança entre 1630 e 1640. Sendo descritos o quotidiano, as freguesias e ruas que compunham Vila Viçosa no segundo quartel do século XVII, largas páginas foram também dedicadas a Nossa Senhora da Conceição, que dava nome a uma das paróquias calipolenses, sendo-lhe dedicada uma sumptuosa festa no dia 8 de dezembro. Retenha-se que a festa em contexto barroco significava opulência e exteriorização, contando com uma grande aderência da

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

população, cativando todos os grupos sociais (Bonet Correa, 1990: 5; Alvarez Santaló, 1995: 161; Tedim, 2003: 318).

A procissão, enquanto expressão pública devocional, enquadrava-se também nos moldes festivos barrocos - talvez, por isso, tenha sido o momento da festa que maior destaque alcançou no relato de Cadornega. Este cortejo remetia para a importância dada ao espaço público pela comunidade paroquial, no qual participavam três grupos de fiéis: os clérigos, os devotos que acompanhavam o cortejo e, por último, os que assistiam à sua passagem das ruas, janelas e varandas, que eram devidamente decoradas (Jordan, 2015: 158; Serra, 2010: 53). À exceção da procissão do enterro do Senhor, todas eram feitas durante o dia, iniciando-se na igreja paroquial ou na capela a quem a procissão era dedicada. As ruas eram sempre limpas e ornamentadas, sendo a procissão presidida por um pároco, que seguia debaixo do pálido, cujas seis varas eram normalmente seguradas por figuras da nobreza ou da elite local. A ordem de precedência para segurar as varas era a seguinte: primeira à direita, primeira à esquerda, segunda à direita, segunda à esquerda, e assim sucessivamente (Gouveia, 2000: 334-337).

Sabe-se que em Vila Viçosa estava a cargo da confraria concecionista e, em ano não especificado pelo autor seguido, o juiz da mesma foi o duque D. João. Ao aristocrata cabia segurar uma das varas do pálido que abrigava o Santíssimo Sacramento, assim como os seus irmãos, D. Duarte e D. Alexandre (Cadornega, 1982: 25). No que respeita à participação da casa de Bragança, cabe referir que esta conferia prestígio ao momento solene. D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança, participou assiduamente na referida procissão, à qual comparecia montado no seu cavalo (Calado, 1668: 99). O seu filho primogénito e sucessor esteve associado às festas de 8 de dezembro desde tenra idade: com poucos anos de vida, ainda na qualidade de duque de Barcelos, esteve gravemente doente, tendo a sua cura sido encarada como uma intercessão de Nossa Senhora da Conceição e em 1611, com sete anos, jogou às canas naquela ocasião (Marques, 1983: 166; Brandão, 1672: 398). Em relação a D. Alexandre, o filho mais novo dos sétimos duques, sabe-se que ofereceu à confraria de Nossa Senhora da Conceição um vestido de tela azul para a venerada imagem, em 28 de dezembro de 1632 (APIMVV, RCNSCVV, 9: 8).

No entanto, além da família Bragança, também a fidalguia a ela associada figurou na procissão, envergando hábitos e mantos de diversas ordens militares. Ao longo do

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

percurso foram-se juntando figuras como D. Luís de Melo, Fernão Rodrigues de Brito, Francisco de Sousa Coutinho e Pedro de Melo e Castro, que desempenhavam os cargos palatinos de estribeiro, camareiro, apresentador e veador, respetivamente (Cadornega, 1982: 25-26). A referida casa nobre possuía uma dimensão considerável nos séculos XVI e XVII, podendo ser comparada à dos filhos de D. Manuel I. Isto deveu-se ao facto de os duques terem conseguido consolidar o poder da sua casa ao longo de várias gerações, ao contrário do que sucedeu com os infantes portugueses, que foram incapazes de perpetuar os seus ducados (Cunha, 2000: 96-100).

No que respeita à importância dos servidores do duque, refira-se, a título de exemplo, a família Melo e Castro, que serviu a casa de Bragança durante várias gerações: Dinis de Melo e Castro, cujo pai e avô serviram D. João II e tomaram parte na procissão de Nossa Senhora da Conceição, teve uma destacada participação na Guerra da Restauração. Em 1691, foi agraciado com o título de conde das Galveias, por D. Pedro II (Castro, 1731: 3-4; Zuquete, 1963, II: 631). Em relação a António Cavide, que também elencou a procissão, tratou-se de uma figura estimada pelo futuro monarca, acumulando cargos de confiança no paço e na vereação de Vila Viçosa (Cunha, 2000: 227). A sua ligação à igreja matriz calipolense foi estreita, pois ordenou a edificação de uma capela no templo para aí se fazer sepultar. No entanto, ao falecer em 1674, acabou por descer à tumba em Lisboa, na igreja da Penha de França (Espanca, 1978: 531).

Como era expectável, além dos oficiais da casa de Bragança, também o clero de Vila Viçosa integrou a procissão de 8 de dezembro. Sublinhe-se a presença do juiz da vara eclesiástica e da Irmandade da Cruz de Cristo, cujos confrades empunhavam tochas e trajavam faustosamente. Seguiam-se os religiosos dos conventos calipolenses: Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Esperança, Chagas de Cristo, Santa Cruz e São João Evangelista, como atrás ficou dito (Araújo, 2000: 62). O cortejo era igualmente composto por carros musicais, que figuraram noutras procissões seiscentistas, nomeadamente em Espanha. (Rodrigo Zarzosa, 2005: 479-480). No caso calipolense foram descritos da seguinte forma:

“No primeiro [carro], iam os atabales e trombetas bastardas; no segundo, harpas, charamelas, cornetas e fagotes, com música; e, no último, ia a maior parte da capela da música. Todos os três carros de mui ricas telas e sedas de diversas cores, com muitas danças e chacotas ao derredor e por toda a procissão, levando todos os oficiais as ricas bandeiras de seus ofícios, com pélas e a mais ostenta que nas procissões principais se usa. Ocupava toda esta procissão um grande espaço.” (Cadornega, 1982: 26)

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

Como referiu Cadornega, a procissão da Imaculada Conceição, em Vila Viçosa, contava com a participação da esmagadora maioria do clero calipolense, assim como dos oficiais da câmara. No que diz respeito às irmandades e ofícios, foi a dos Passos de Cristo que mereceu destaque por parte de Cadornega, embora não fosse improvável que outras instituições elencassem o cortejo, pois existiam em Vila Viçosa trinta e seis confrarias, na Época Moderna. Esta tinha a sua sede no convento de Nossa Senhora da Graça, por sinal o primeiro a ser edificado em Vila Viçosa (Araújo, 2000: 62-63), beneficiando do mecenato dos duques de Bragança. Situado em frente ao paço, conheceu uma campanha de obras no século XVII, levadas a cabo pelo futuro D. João IV, no seguimento de uma promessa feita pelo seu pai, tornando-se a igreja no panteão dos duques de Bragança. As ossadas dos duques foram transladadas para a igreja em 1677, por ordem do príncipe D. Pedro (Filipe, 2015: 19-23).

A participação do universo confraternal não foi caso único em Vila Viçosa, pois também as procissões do *Corpus Christi* de Lisboa e do Porto contavam com a presença de várias dezenas de confrarias e ofícios – no último caso, em 1621, aos ourives cabia a décima quarta posição (Santos, 2015: 248-249). A participação destes grupos laborais no cortejo conferia-lhes prestígio: assim sucedia com os alfaiates lisboetas do século XVIII, que empunhavam a bandeira de Nossa Senhora das Candeias na já referida festa de guarda, uma das mais importantes da Época Moderna (Silva, 2013: 69; Santos, 2005: 72-74). O aparato processional expressou-se igualmente nos ricos trajes eclesiásticos, finamente bordados a ouro, como relatou o autor da *Descrição de Vila Viçosa*. Se a solenidade do momento passou pela ostentação das bandeiras dos ofícios pelos seus membros, o majestoso requinte disse respeito aos três carros de música que elencaram o cortejo: não faltaram atabales, trombetas, harpas, charamelas e fagotes, além do coro da capela, que cantavam anualmente as missas de Nossa Senhora da Conceição (Araújo, 2000: 136; Pardal, 2018: 186). As ruas por onde passava a procissão eram também preparadas para a ocasião; eram previamente limpas, ficando interdita a circulação; ornamentavam-se as janelas, pois o ambiente deveria ser o mais digno possível (Braga, 1992: 455; Cardona, 2008-2009: 128). No entanto, os festejos de índole religiosa não se detiveram apenas com o percurso processional:

“Recolhida que foi esta tão magnífica e vistosa procissão em a paróquia da Igreja Matriz da Senhora da Conceição, onde havia saído, houve missa cantada, beneficiada pelo daião da Capela que havia levado a Nosso Senhor na procissão, e ornada com a excelente

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

capela da música daquela Real Casa, com sermão do melhor sujeito e autoridade, que foi, de manhã o confessor de Sua Excelência e prior do Convento da Graça, Frei Dionísio dos Anjos, assistindo àquela festividade todos os principais, fidalguia e gente nobre, da Câmara, da Reposteira, e os mais de menos conta, com o concurso de toda a gente nobre do governo da república daquela Vila, justiças e mais tribunais, com multidão de gente plebeia, que não cabia naquela freguesia.” (Cadornega, 1982: 26)

É possível considerar que a missa da festa da Imaculada detinha a maior solenidade possível à época do oitavo duque de Bragança. Em primeiro lugar, por os sermões da festa terem sido pregados por figuras ligadas ao próprio D. João II e ao convento dos Agostinhos, um dos espaços claustrais mais ilustres de Vila Viçosa (Cadornega, 1982: 26). Em segundo, por o autor ter feito menção à presença de muitos fidalgos e nobres calipolenses, além dos devotos plebeus da vila e da região. (Pardal, 2018: 192-198).

Não raras vezes estes aproveitavam a ocasião para entregar ofertas à Virgem, expressando a gratidão pela intercessão da mesma pelos pedidos dos crentes. Embora não se conheça a maioria dos ex-votos ofertados neste período, sabe-se que, entre 1679 e 1740, estes passaram por dinheiro, fogaças, joias, ouro, prata e vestidos para o ornato da Imaculada Conceição (Pardal, 2018: 154-174). Veja-se, por exemplo, o que sucedia no Santuário de Nossa Senhora da Nazaré, na Pederneira, em que muitos devotos entravam na igreja ao longo dos dias festivos, para, diante da imagem, agradecerem a realização do milagre e entregarem a oferta (Penteado, 1998: 170-171).

Outro aspeto que remete para o esmero que a Confraria de Nossa Senhora da Conceição empregava na referida solenidade tem que ver com a armação da igreja. Este trabalho cabia ao armador, que, na véspera da festa, cuidava da decoração, por sinal faustosa, recorrendo a têxteis de caráter efémero (Ferreira, 2017: 122). O único livro de receita e despesa da irmandade que chegou à atualidade foi o de 1632-1633. Entre os itens respeitantes à despesa, são vários os que remetem para a festa de 8 de dezembro e para a armação em particular. Sobre esta questão, atente-se o seguinte:

Quadro I – Despesa com a festa de Nossa Senhora da Conceição (1632)

Despesa	Valor (em réis)
Armação da igreja	1.710
Serviços	380
Materiais	120

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

Outras despesas	25
Total	2.315

Fonte: APIMVV, RCNSCVV, 9: 31-31v.

O quadro acima revela uma despesa variada, remetendo o principal gasto para os panos da armação da igreja, no valor de 1.150 réis. O armador foi Lourenço Franco, que contou com a ajuda de um homem no dia da Imaculada Conceição, além do que dormiu na igreja, possivelmente para guardar o templo. Além das cortinas, também foram utilizadas sete cargas de junco para a ornamentação, respeitando as outras despesas ao culto litúrgico – o escrivão fez referência ao carvão, necessário para queimar o incenso (APIMVV, RCNSCVV, 9: 31v). A música, fundamental para as celebrações eucarísticas, fazia-se representar pelo órgão, sendo incumbido de *levantar* os foles do mesmo um calipolense não identificado. Embora a confraria calipolense tivesse meios para arcar com os gastos da festa, nem sempre as irmandades mais pobres o conseguiam fazer. No caso de Nossa Senhora do Castelo, em Coruche, quando os rendimentos se revelavam insuficientes, os custos eram divididos pelos confrades, em finais do século XVIII (Correia, 2016: 95). O referido livro de receita e despesa alude a outras festas marianas custeadas pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição.

Quadro II – Festas da Confraria de Nossa Senhora da Conceição (1632-1633)

Festa	Valor (em réis)
Nossa Senhora da Assunção	14.000
Nossa Senhora da Visitação (1632) e Nossa Senhora das Neves	160
Nossa Senhora da Natividade	80
Nossa Senhora da Conceição	2.315
Nossa Senhora do Ó	80
Natal	80
Nossa Senhora da Visitação (1633)	80

Fonte: APIMVV, RCNSCVV, 9: 31-33v.

Uma leitura do quadro II permite concluir que, contrariamente ao expectável, a festa mais dispendiosa, no valor de 14.000 réis, foi a de Nossa Senhora da Assunção, celebrada em 15 de agosto: as despesas prenderam-se com o transporte do vestido da

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

Virgem Maria para casa do mordomo (40 réis); armação da igreja e coro, com panos de seda, painéis volantes e folhagens, por Lourenço Franco e Francisco Lopes (13.000 réis); jantar dos armadores (140 réis); pagamento ao Leitão, homem que serviu na véspera e no dia da festa (160 réis); a Lourenço Franco, por dormir na igreja (80 réis); seis cargas de espadana e uma de ramos (560 réis); ao frade que levantou os foles do órgão (20 réis) (APIMVV, RCNSCVV, 9: 30-30v).

A segunda festa em que mais dinheiro se despendeu foi a de Nossa Senhora da Conceição, à qual já nos referimos. Seguiram-se outras festas marianas – Visitação, Neves, Natividade e Expectação, popularmente conhecida por do Ó – e o Natal, cuja despesa foi de 80 réis, pela armação dos panos na igreja matriz (APIMVV, RCNSCVV, 9: 30-32v). A mesma era visitada por inúmeros devotos ao longo do ano, quiçá por influência das indulgências concedidas à irmandade concecionista (Sumário, 1590: 1-12). António de Oliveira de Cadornega mencionou o caráter milagroso da imagem de Nossa Senhora da Conceição, a quem agradeciam devotos de várias partes do Alentejo (Cadornega, 1982: 24).

Em inícios do século XVIII, também frei Agostinho de Santa Maria se referiu aos milagres de Nossa Senhora da Conceição. Figura erudita, desempenhou os cargos de cronista dos agostinhos, prior do convento de Évora, secretário da província eclesiástica e vigário geral da congregação da sua ordem (Machado, 1741: 69). Autor da obra *Santuário Mariano*, dividida em dez tomos, dedicou algumas páginas a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, descrevendo-a da seguinte forma:

“He esta Santa Imagem de altura de uma vara; tem nos braços o Menino Jesus, & muito chegado ao peyto. He pintada sobre a escultura ou estofada: porem por mais reverencia, ou mayor adorno, tem uma camisa de hum pano branco, que nunca se lhe despio: & por cima se veste de ricas roupas de télas preciosas, & com manto conforme os tempos. (...) A Senhora está collocada na Capella mor, & fechada com grades de prata, com varias cortinas de télas; (...) & adornão-na de ricas roupas, & assim tem muitas, & de grande preço, & ricas joyas.” (Santa Maria, 1718: 200-201).

Além de descrever a imagem de Nossa Senhora da Conceição e a igreja matriz de Vila Viçosa, o autor também destacou a presença de inúmeros ex-votos junto do orago, nomeadamente mortaldas, quadros e insígnias (Santa Maria, 1718: 201). Sobre esta questão, tenha-se em conta, além das fontes impressas mencionadas, os itens de receita de mortaldas, presentes no livro de receita e despesa da confraria concecionista, referentes ao ano de 1632-1633. Veja-se o seguinte quadro.

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

Quadro III – Mortalhas oferecidas por esmola à Imaculada Conceição (1632-1633)

Número	Tipo	Ofertante	Localidade
3	Desconhecido (entregues em 1631-1632)		
1	Desconhecido	Maria Valadares	Desconhecida
1	Pano da Índia	Rodrigo Manuel	São Mansos (termo de Évora)
1	Desconhecido	Maria Taborda	Crato
1	Desconhecido	Manuel Zambujo	São Bento do Mato (termo de Évora Monte)
1	Desconhecido	Gaspar Rodrigues	Barbacena
1	Desconhecido	Inês Rodrigues	Nossa Senhora do Monte Virgem (termo do Redondo)
1	Desconhecido	António Dias Almocreve	Juromenha
1	Desconhecido	Mulher do almoxarife Paulo Nunes Magro	Vila Viçosa
1	Desconhecido	João Álvares	Olivença
1	Desconhecido	Francisco Rodrigues	Santa Maria (Estremoz)
1	Desconhecido	Mulher de Fernão Velho Castela	Borba
1	Pano grosso e preto	Desconhecido	

Fonte: APIMVV, RCNSCVV, 9: 55.55v.

É possível verificar que as mortalhas entregues a Nossa Senhora da Conceição eram provenientes de várias partes do Alentejo. Esta foram provavelmente oferecidas à venerada imagem na sequência de alguma graça obtida pelos seus devotos. Tratando-se de um lençol utilizado para envolver o corpo de um defunto, as mortalhas ofertadas tinham uma forte componente simbólica, sendo entregues ao mordomo da confraria. O último item anotado pelo escrivão em 1632 foi a de João Álvares, natural de Olivença, cujo registo data de 15 de novembro (APIMVV, RCNSCVV, 9: 55-55v). É provável que algumas tenham sido oferecidas durante a festa de 8 de dezembro, ou durante as restantes, maioritariamente respeitantes a celebrações marianas.

Embora a festa da Imaculada Conceição tenha tido uma componente religiosa muito forte, as manifestações profanas também se fizeram sentir. Destaque para as luminárias e os exuberantes espetáculos pirotécnicos no Terreiro do Paço, que aureolavam de

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

esplendor os referidos festejos (Cadornega, 1982: 27). O caso não foi único no Portugal moderno: refira-se, a título de exemplo, os lançados em Lisboa, após a procissão evocativa da canonização dos santos Inácio de Loiola e Francisco Xavier, organizada pelos jesuítas da Casa Professa de São Roque, em 1623 (Coutinho & Ferreira, 2006: 9-10). No caso calipolense, o espetáculo deve ter sido custeado pela casa de Bragança, uma vez que a despesa não figurou no livro de receita e despesa da confraria (APIMVV, RCNSCVV, 9: 30-58). No entanto, a mesma veio a custeá-la, na referida ocasião, no primeiro quartel do século XVIII: em 1725, despenderam-se 1.200 réis com os foguetes na festa de 8 de dezembro (APIMVV, RCNSCVV, 14: 11).

O Terreiro do Paço foi também palco de outras manifestações de índole profana. Ao tempo de D. João II, a tourada marcava quatro dos oito dias em que se festejava a Virgem Imaculada em Vila Viçosa. Segundo Cadornega os touros mais bravos eram criados no Roncão, não havendo proibição de serem mortos. Entre os toureiros destacaram-se nomes como Fernão Rodrigues de Brito, Salvador de Brito Pereira e António Galvão - todos eles da casa do duque. No que respeita aos forcados e capinhas, eram naturais de Coimbra e, por serem muito corajosos, arrecadaram diversos prémios, atribuídos por membros da Corte ducal (Cadornega, 1982: 27-28; Braga, 2015: 217-219).

Embora as corridas de touros tenham estado associadas aos mais variados tipos de festejos, a verdade é que o caso da festa de Nossa Senhora da Conceição não foi excepcional no seio das manifestações de índole religiosa. Várias festas no período Moderno contaram com a festa brava: destacaram-se as procissões a do *Corpus Christi*, em localidades como Braga ou o Funchal. Em Lisboa, a festa religiosa de Santo António, em 1621, também contou com a realização de touradas durante três dias. No Porto e em Santarém, toureava-se por ocasião das festas de São Pantaleão, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da Assunção e do Espírito Santo (Braga, 2015: 222-224). Além da festa brava, outro aspeto revelador da magnificência da componente profana de 8 de dezembro prendeu-se com os prémios sorteados após as corridas de touros:

“Seguiram-se depois dos reais touros, três dias de sortes, com grandiosos prémios, em que se gastou muito dinheiro, por serem os prémios peças de ouro e prata e cortes de ricas telas e sedas, que o que a tinha de lhe sair alguma em preto ficava bem pago e satisfeito o seu desejo, havendo muitos motes engraçados que causavam muita risa, e outros em preto, à burlesca.” (Cadornega, 1982: 28)

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

Lançar sortes era um divertimento comum no período Moderno. Segundo Rafael Bluteau, o seu procedimento era o seguinte: vários apostadores davam uma certa quantia, com um mote ao arbítrio da pessoa. Lia-se então um bilhete, que podia levar o apostador a arrecadar um montante variável, dependente da relação do bilhete com o que estava escrito no livro das sortes (Bluteau, 1720: 733). No caso calipolense, verificamos que eram sorteados prémios de grande valor, como peças de ouro, prata ou tecidos de tela e de seda (Cadornega, 1982: 28). Além das sortes, o Terreiro do Paço foi também palco de outros divertimentos, bem ao gosto da modernidade:

“O oitavo dia, último daquelas suntuosas festas, houve todo o género de festejo a cavalo, correndo-se canas, alcanzias, estafermo e argolinha, encontradas, caracóis, em duas quadrilhas, que pera tudo dava aquele espaçoso Terreiro, lugar em que deu fim aquele festejo.” (Cadornega, 1982: 28)

O jogo era frequentemente associado à festa, ambos uma forma de sociabilidade (Cunha, 2017: 81). O jogo das alcanzias – que era uma bola de barro, oca, seca ao sol e do tamanho de uma laranja – consistia em dois cavaleiros tentarem acertar com o referido objeto no adversário, quebrando-o (Bluteau, 1712: 222). O estafermo era uma figura de madeira em forma humana, tendo no braço esquerdo uma rodela e na mão direita um açoite, simbolizando o castigo dirigido ao cavaleiro. O objetivo deste era derrubar o boneco com uma lança (Bluteau, 1713: 304). Fazer caracol era também uma acrobacia em que se recorria ao cavalo, que fazia um movimento circular (Bluteau, 1712b: 134). Por último, cabe referir o jogo de canas, sobre o qual Rafael Bluteau escreveu o seguinte:

“Jogo [de canas], que hé hum género de peleja de homens a cavallo, com suas quadrilhas distintas, que acometem os contrários, & dão voltas, & com canas se perseguem. (...) Querem alguns, que este jogo se chame *Ludus Troianus*, & dizem, que Júlio Ascânio o trouxe de Tróia a Itália & outros o trouxeram de Itália às Hespanhas, em que hoje hé mais usado.” (Bluteau, 1713: 93).

Como anteriormente se referiu, este jogo gozava de alguma popularidade na festa de Nossa Senhora da Conceição, pois D. João II participou nela em 1611. O duque, enquanto titular de Barcelos e de Bragança, fez a ligação entre as componentes religiosa e profana da festa imaculista, tendo em conta que participou na procissão, assistiu à missa, jogou às canas e apreciou, da varanda do palácio, ao espetáculo tauromáquico (Cadornega, 1982: 24-28; Cunha, 2000: 195). Ambas as componentes detiveram o máximo requinte e aderência dos vários grupos sociais de Vila Viçosa, desde a família ducal e seu séquito

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

aos devotos plebeus das localidades limítrofes e do próprio “Parnaso do mundo todo”, como lhe chamou Francisco de Moraes Sardinha (Sardinha, 2003: 91).

Em jeito de conclusão

Em 25 de março de 1646, seis anos após a Restauração da Independência, o rei D. João IV declarou Nossa Senhora da Conceição padroeira de Portugal, agradecendo-lhe a sua entronização e a vitória de vários confrontos com os exércitos do monarca castelhano. Na mesma ocasião, instituiu um tributo para ajuda da festa imaculista em Vila Viçosa.

No tempo em que o *Restaurador* era apenas duque de Bragança, os referidos festejos foram marcados por requinte e solenidade. A igreja era ornamentada com o máximo rigor, utilizando-se cortinados de luxuoso tecido e várias cargas de junco. Realizava-se uma procissão que percorria as principais ruas de Vila Viçosa, durante a qual era levado o Santíssimo Sacramento, sob um púlpito transportado por D. João II e pelos irmãos.

Além da família ducal, também os oficiais palatinos e os associados elencavam o cortejo, assim como a maioria do clero calipolense, trajado cerimoniosamente, com paramentos luxuosos e bordados a ouro. À procissão seguiu-se missa na igreja matriz, cujo sermão coube ao confessor do duque, ao passo que o da manhã foi pregado por um religioso agostinho do convento de Nossa Senhora da Graça, um dos mais prestigiados da localidade.

À componente religiosa da festa seguiu-se a profana, que contou com espetáculo pirotécnico, salvas de artilharia e touradas. A festa brava esteve associada a diversas festas religiosas da época, além de ter constado entre vários divertimentos da casa de Bragança, nomeadamente nos casamentos de D. Teodósio II com D. Ana de Velasco e Girón, em 1603, e de D. João II com D. Luísa Francisca de Gusmão, em 1633. O Terreiro do Paço, que acolheu estes divertimentos, contou ainda com a realização de vários jogos, a maioria deles vocacionados para a cavalaria, tais como canas, alcanzias, estafermo e caracóis, realizados ao longo do oitavário imaculista.

Foi graças ao relato de António de Oliveira de Cadornega, calipolense que residiu a maior parte da vida em Angola, que a memória da festa de 8 de dezembro não se esvaiu no tempo. No entanto, também o livro de receita e despesa da Confraria de Nossa Senhora da Conceição de 1632-1633 se afigura fundamental para compreender a realidade do culto

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

litúrgico e da devoção ao orago da localidade alentejana. Entre os itens da despesa da irmandade, foi possível apurar que, além da festa imaculista, também outras datas marianas foram assinaladas, nomeadamente as da Visitação, das Neves, do Ó e da Assunção. Esta última, contrariamente ao expectável, foi a que contou com um maior investimento.

Um dos títulos do referido documento remete para a receita de mortalhas. Estas eram entregues ao mordomo da confraria por devotos de diversas localidades alentejanas, como Crato, Estremoz, Évora, Évora-Monte, Juromenha, Olivença, Redondo e, naturalmente, Vila Viçosa. O carácter milagroso da imagem de Nossa Senhora da Conceição atraía os crentes que procuravam agradecer algum milagre ou graça obtida, não sendo descartável a hipótese de o fazerem durante a festa de 8 de dezembro, momento requintado, solene e multifacetado, que contou com manifestações religiosas e profanas concomitantemente.

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Paroquial da Igreja Matriz de Vila Viçosa (APIMVV), Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, cod. 9, 14.

Biblioteca da Ajuda (BA), 51-VIII-45, 51-IX-2.

Fontes Impressas

BLUTEAU, Rafael (1712-1728), *Vocabulario Portuguez e Latino...*, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Lisboa, Oficina de José António da Silva. Tomos I-X.

BRANDÃO, frei Francisco (1672), *Sexta Parte da Monarchia Lusitana, que contém a história dos últimos vinte & tres annos delRey D. Dinis*, Lisboa, Oficina de João da Costa.

CADORNEGA, António de Oliveira de (1982), *Descrição de Vila Viçosa*, Introdução, proposta de leitura e notas por Heitor Gomes Teixeira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

CALADO, frei Manuel (1668), *O Valeroso Lucideno, E Triumpho da Liberdade. Parte Primeira*, Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro.

CASTRO, Júlio de Melo e (1731), *História Panegyrica da Vida de Dinis de Mello de Castro, Primeyro Conde das Galveas do Conselho de Estado, & Guerra dos Serenissimos Reys Dom Pedro II e Dom João V*, Lisboa, Oficina de José Manescal.

Cronica do Cõdestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereyra, principiador da casa q agora he do Duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste procedem agora o Emperador em todolos Reynos xpos de Europa ou as raynhas deles ou ambos (1969), Edição fac-símile, Lisboa, Tipografia Silvas Lda.

FREIRE, António de Oliveira (1739), *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal...*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues.

MACHADO, Diogo Barbosa (1741), *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Cronologica*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Inácio Rodrigues.

SANTA ANA (1760), *Oração Sagrada, Histórica e Panegyrica do Mysterio da Conceição Purissima da Senhora, que recitou em o dia 8 de Dezembro de 1759 na Real Capela de Villa Viçosa, estando presentes Suas Magestades, e Altezas*, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno.

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

SANTA MARIA, frei Agostinho de (1718), *Santuário Mariano, e História das Imagens milagrosas de N. Senhora e das milagrosamente aparecidas, que se venerão em o Arcebispado de Évora, & nos Bispados do Algarve, & Elvas seus suffraganeos*, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galram.

SARDINHA, Francisco de Moraes (2003), *O Parnaso de Vila Viçosa*, Leitura do texto, introdução, notas e índices por Christopher C. Lund, Rio de Janeiro, H. P. Comunicações Editora.

SOUSA, António Caetano de (1739 - 1740), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomos VI-VII, Lisboa, Régia Oficina Sylviana.

Summario das Indulgencias, Previlégios, Graças, Favores, Immunidades, Liberdades, indultos, & outras diversas concessões assi Spirituaes como temporaes concedidas & outorgadas per autoridade Apostolica aos Officiaes, Irmãos, Confrades, e bemefeitores da cõfraria de nossa Senhora da Conceiçam instituyda na igreja Matrix de Villa Viçosa ... (1590), Évora, Martim de Burgos.

Estudos

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000), *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2001), “Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696, *Callipole*, n.º 9, pp. 127-139.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2004), “Vila Viçosa, as ‘esmolas’ e os ‘pobres’ do duque D. João II (1636-1646)”, *Revista de Demografia Historica*, XII-II, pp. 183-205.

BONET CORREA, Antonio (1990), “La fiesta barroca como práctica del poder”, in Antonio Bonet Correa, *Fiesta, Poder y Arquitectura. Aproximaciones al Barroco español*, Madrid, Ediciones Akal, pp. 5-30.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (1992), “Entre o Sagrado e o Profano: As procissões em Portugal no século XVIII segundo alguns relatos de estrangeiros”, in Maria Helena Carvalho dos Santos, *A Festa*, vol. II, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII e Universitária Editora, pp. 455-468.

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

BRAGA, Paulo Drumond (2015), “Um Espetáculo de Morte: As Touradas”, in Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga (coord.), *Animais e Companhia na História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

CARDONA, Paula Cristina Machado (2008-2009), “Procissões sacras: arte e equipamentos no universo das confrarias”, *Revista da Faculdade de Letras*, I série, vol. VII-VIII, pp. 127-149.

CORREIA, Ana Maria Diamantino (2016), “A Irmandade de Nossa Senhora do Castelo de Coruche: do século XVII ao início do século XX”, in Ana Maria Diamantino Correia (coord.), *500 Anos. Procissão em Honra de Nossa Senhora do Castelo*, Coruche, Câmara Municipal de Coruche e Museu Municipal de Coruche, pp. 71-104.

COUTINHO, Maria João Pereira; FERREIRA, Sílvia (2006), “As Procissões na Lisboa Barroca: alguns exemplos de celebração ao divino”, in Ana Isabel Vasconcelos e Maria do Rosário Cunha (org.), *Formas e espaços de sociabilidade: contributos para uma história da cultura em Portugal*. Actas, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 1-17.

CUNHA, Mafalda Soares da (1990), *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.

CUNHA, Mafalda Soares da (2000), *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa.

CUNHA, Tito Cardoso e Cunha (2017), “Festa e Jogo” in Margarida Santos Alpalhão, Carlos Clamote Carreto e Isabel de Barros Dias (coord.), *O Jogo do Mundo*, Lisboa, Instituto de Estudos de Literatura e Tradição – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 81-90.

ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1892), *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa Concelho da Província do Alentejo e Reino de Portugal*, Redondo, Tipografia de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho.

ESPANCA, Túlio (1978), *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, IX tomo, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes.

FARIA, Francisco Leite de (1984), “Crença e Culto da Imaculada Conceição em Portugal”, *Revista Española de Teologia*, vol. 44, fase 1, pp. 137-160.

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

FERREIRA, Maria João Pacheco (2017), “Das armações e do ofício de armador na cidade de Lisboa nos séculos XVII e XVIII”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 7, pp. 113-136.

FILIPE, Carlos Joaquim Campino (2015), *O Património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: Encomenda, Financiamento e Construção*, Dissertação de Mestrado em «História Moderna e Contemporânea», Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

GOUVEIA, António Camões (2000), “Procissões”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores pp. 334-345.

JORDAN, Benoît (2015), “Fêtes et processions: une occupation rituelle l’espace public”, *Reveu d’Alsace*, n.º 141, pp. 157-177.

LAVAJO, Joaquim Chorão (2005), “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”, in Manuela Mendonça (coord.), *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Actas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 109-151.

MARQUES, João Francisco (1983), *A Parenética Portuguesa da Restauração, 1640-1668: A Revolta e a Mentalidade*, Tese de Doutoramento em «História Moderna», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MELO, António Pedro Maria da Luz de São Paio e (1964), “As Históricas Confrarias Concepcionistas de Vila Viçosa”, *Armas e Troféus*, II série, n.º 5, pp. 5-12.

PARDAL, Francisco José Pegacha (2018), *Uma Devoção de Grandes e Pequenos. Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa nos Séculos XVII e XVIII*, Dissertação de Mestrado em «História - Especialização em Moderna e Contemporânea», Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PENTEADO, Pedro (1998), *Peregrinos da Memória. O Santuário de Nossa Senhora da Nazaré*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

PESTANA, Manuel Inácio (1982), *Celeiros Comuns da Antiga Casa de Bragança*, Portalegre, Edição da Assembleia Distrital de Portalegre.

PESTANA, Manuel Inácio (1994-1995), “Vila Viçosa no ano da morte de D. João V”, *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, II série, n.º 11, pp. 423-425.

Francisco José Pegacha Pardal - *A festa religiosa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ao tempo de D. João II, duque de Bragança (1630-1640)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 107-129. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a5_1

RODRIGO ZARZOSA, Carmen (2005), “Solemnas fiestas honor de la Inmaculada Concepción celebras en Valencia en el siglo XVII”, in Francisco Javier Campos y Fernández de Sevilla (coord.), *La Inmaculada Concepción en España: religiosidade, historia y arte*, vol. 1, San Lorenzo de El Escorial, Real Centro Universitario Escorial - María Cristina, pp. 475-500.

SANTOS, Beatriz Catão dos (2005), *O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa - século XVIII*, São Paulo, AnnaBlume.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz (2015), “A procissão de *Corpus Christi* e os ourives. Lisboa e Porto, séculos XVII e XVIII”, *Lusitania Sacra*, n.º 32, pp. 241-263.

SCHIRRMACHER, Thomas (2012), *Indulgences. A History of Theology and Reality of Indulgences and Purgatory*, Bonn, Verlag für Kultur und Wissenschaft.

SERRA, Alessandro (2010), *Culti e devozioni delle confraternite romane in Età moderna*, Dissertação de Roma, Dissertação de Doutoramento em «História do Cristianismo», Università Degli Studi di Roma “Tor Vergata”.

SILVA, Maria da Graça de Barros (2013), *Leis e saberes do ofício de alfaiate na época moderna. O caso da cidade de Lisboa setecentista*, Dissertação de Mestrado em «História Moderna», Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

TEDIM, José Manuel (2003), “A festa e a cidade no Portugal barroco”, in Fauxto Sanches Martinez (coord.), *Barroco: Actas do II Congresso Internacional*, Porto, Universidade do Porto, pp. 318-323.

TEIXEIRA, Heitor Gomes (1982), “Introdução”, in António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*, Introdução, proposta de leitura e notas por Heitor Gomes Teixeira, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, pp. 1-35.

TINGLE, Elizabeth (2014), “Indulgences in the Catholic Reformation polemic and pastoral uses of pardons in France c. 1520-1715”, *Reformation & Renaissance Review*, vol. 16, n.º 2, pp. 180-203.

ZUQUETE, Afonso Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil. Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*, vols. I-III, Lisboa, Editorial Enciclopédia.

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)
Crypto-Jewish women condemned by the Court of the Holy Office of Lisbon (17th
century)

Crypto-juives condamnés par le Tribunal du Saint-Office de Lisbonne (XVII^e
siècle)

Mujeres criptojudías condenadas por el Tribunal del Santo Oficio de Lisboa (siglo
XVII)

Indira Leão
 FCSH – UNL
 indiravicenteleao@gmail.com

Resumo: Este estudo centra-se nos processos inquisitoriais de dez cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa entre 1662 e 1694. A análise deste *corpus* documental é essencial para compreender o posicionamento da Inquisição nestes casos, revelando as práticas criptojudáicas que levariam as cristãs-novas a serem condenadas. Ademais, os processos evidenciam estratégias de resistência e proteção pessoal e comunitária face ao Tribunal. Serão, igualmente, considerados neste quadro de análise aspetos mais individuais relacionados com cada uma das réis, relativamente à sua riqueza (patente nos inventários de bens) e crenças religiosas.

Palavras-chave: Criptojudaísmo, Inquisição, História das Mulheres, Época Moderna.

Abstract: This study focuses on the inquisitorial processes of ten new Crypto-Jewish women convicted by the Court of the Holy Office of Lisbon between 1662 and 1694. The analysis of this documentary is essential to understand the institution's position in these cases, revealing the crypto-Jewish practices that led to the condemnation of the crypto-Jewish women. In addition, the documentation show strategies of personal resistance and community protection in Court. Women individual inventories of goods will also be considered in this analysis, related with their wealth and religious beliefs.

Keywords: Crypto-Judaism, Inquisition, Women's History. Early Modern Age.

Résumé: Cette étude se concentre sur les processus inquisitoriaux de dix femmes crypto-juives condamnés par le Saint-Office de Lisbonne entre 1662 et 1694. L'analyse de ce corpus documentaire est essentielle pour comprendre la position de l'Inquisition dans ces affaires, révélant les pratiques qui conduiraient les chrétiens à la condamnation. En outre, les processus montrent des stratégies de résistance et de protection personnelle et communautaire devant le Tribunal. Dans ce cadre d'analyse, des aspects plus individuels liés à chacun des défendeurs seront également pris en compte, en relation avec leur richesse (indiquée dans les inventaires de biens) et leurs croyances religieuses.

Mots-clés: Cripto-judaïsme, Inquisition, Histoire des Femmes, Période Moderne.

Resumen: Este estudio se centra en los procesos inquisitoriales de diez mujeres criptojudías condenadas por el Tribunal del Santo Oficio de Lisboa entre 1662 y 1694. El análisis de este *corpus* documental es fundamental para comprender la posición de la Inquisición en estos casos, revelando las prácticas criptojudías que llevarían a las mujeres a ser condenadas. Además, los procesos muestran estrategias de resistencia y protección personal y comunitaria ante el Tribunal. En este marco de análisis también se considerarán aspectos más individuales relacionados con cada uno de los imputados, en relación a su riqueza (reflejada en los inventarios de bienes) e creencias religiosas.

Palabras clave: Criptojudaísmo, Inquisición, Historia de las Mujeres, Período Moderno.

Introdução

O presente estudo é um contributo, ainda que modesto, para a História das Mulheres que deu os primeiros passos nos anos sessenta do século passado na Grã-Bretanha e nos EUA, e sensivelmente uma década depois em França (Perrot, 2007: 18). Dentro deste vasto campo historiográfico, o estudo de caso prende-se com a presença de cristãs-novas no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, analisando, de forma mais micro, o perfil dos casos selecionados, dando a conhecer realidades pessoais e institucionais frente àquele Tribunal.

Dos contributos historiográficos relativamente ao protagonismo feminino na esfera inquisitorial, citamos o estudo de Renée Levine Melammed, *Heretics Or Daughters of Israel? The Crypto-Jewish Women of Castile* (2002), no qual enfatiza o papel ativo das cristãs-novas como portadoras da tradição mosaica, determinadas em subverter os ensinamentos da Igreja e a correr o risco de prisão ou morte, para garantirem a continuidade judaica nas suas famílias. O autor ainda demonstra que os cristãos-novos, recorrendo aos recursos jurídicos proporcionados pela Inquisição, como a elaboração de uma defesa, conseguiam combater o sistema, descredibilizando os seus denunciadores e atenuando as suas sentenças. Para um melhor entendimento acerca das vidas de mulheres conversas e a sua importância para a Inquisição em Espanha e na América Hispânica veja-se o estudo *Women in the Inquisition: Spain and the New World* de Mary E. Giles (1999), e o de Stacey Schlauf *Gendered crime and punishment women and/in the Hispanic Inquisitions* (2013).

No que concerne à historiografia em língua portuguesa, destaca-se a obra de Maria Antonieta Garcia (1999) dedicada exclusivamente às práticas criptojudais e na qual analisa alguns processos de cristãs-novas condenadas pelo Santo Ofício de Lisboa. A historiadora brasileira Lina Gorenstein (2005 e 2008) tem estudado as cristãs-novas no Rio de Janeiro durante os séculos XVII e XVIII que foram condenadas pela Inquisição de Lisboa. Nos seus estudos, a autora destaca as estratégias de resistência protagonizadas por cristãs-novas para protegerem a comunidade e também para usufruírem de atenuantes nas suas penas, ao colaborarem proactivamente com o Tribunal corroborando as suspeitas que existiam contra elas. Ainda na historiografia portuguesa, existem estudos basilares sobre a presença, em termos quantitativos e qualitativos, de cristãos-novos na Inquisição (Bethencourt, 1994; Marcocci & Paiva, 2013; Braga, 2015), e os que se centram nos

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

rituais e práticas mosaicos praticados pela comunidade criptojudáica em Portugal (Saraiva, 1985; Garcia, 1999). Contudo, não é tão comum a investigação relativas à presença de cristãs-novas na Inquisição portuguesa, que forneça um perfil mais detalhado sobre quem eram estas mulheres e de que modo tiveram uma atuação ativa e determinante no desenrolar dos seus processos. Deste modo, a presente investigação tem como intuito explorar esta dimensão, ao analisar as identidades das cristãs-novas: os seus nomes, níveis de riqueza, rituais, apreciações acerca dos delitos cometidos, entre outros aspetos, assim como apreender os seus posicionamentos ativos e de resistência ante o Tribunal e que influenciaram as suas sentenças.

Para podermos tecer uma visão mais aprofundada das cristãs-novas, selecionámos dez processos inquisitoriais contra cristãs-novas, situados cronologicamente entre 1662 e 1694. A escolha por uma amostragem pequena para o corte cronológico estabelecido deve-se não só à complexidade da análise da documentação inquisitorial como também por estes processos apresentarem réis residentes em diferentes espaços geográficos sob tutela da Inquisição de Lisboa, por forma a incorporar alguma diversidade geográfica (cinco das réis residiam em Lisboa, e as restantes em Abrantes, Guarda, Leiria, Trancoso e Espírito Santo no Brasil). O período cronológico estabelecido coincide com o enfraquecimento do Tribunal do Santo Ofício português determinado pela sua suspensão em 1674¹ pelo papa Clemente X (1590-1676), tendo sido incentivado pelas reclamações expostas por cristãos-novos em Roma relativas aos abusos inquisitoriais cometidos nos confiscos de bens e à dureza dos cárceres (Marcocci & Paiva, 2013: 174-208).

Antes de passarmos à análise da documentação mobilizada para este estudo, recorrendo à metodologia proposta por autores como Maria Antonieta Garcia (1999) e Lina Gorenstein (2005, 2008) abordaremos a particular ação repressiva inquisitorial sobre as judaizantes. O *Regimento* de 1640 será basilar para enquadrar o delito de judaísmo segundo a normativa inquisitorial, a fim de perceber quais eram as condenações previstas para este crime.

A ação repressiva inquisitorial

Os judeus convertidos na Península Ibérica foram forçados a adaptar-se às realidades ibéricas, abandonando algumas das suas práticas, como foi o caso da

¹ A Inquisição portuguesa será restabelecida a 5 de agosto de 1683.

Indira Leão – *Cristãos-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

circuncisão que, segundo a *Bíblia*, comemora o pacto entre Deus e Abraão, e era uma prática recorrente entre os judeus ibéricos, tendo sido uma das primeiras a desaparecer, uma vez que deixava marcas facilmente detetadas pela Inquisição. As práticas que se mantiveram foram as de “portas adentro”, realizadas dentro de casa em comunidade ou individualmente (Gorenstein, 2008: 122).

Gradualmente, os cristãos-novos adotaram práticas sincréticas “o conhecimento obrigatório da doutrina católica; miscigenou-se com as práticas judaicas; a herança cultural era transmitida oralmente, de geração, em geração” maioritariamente pelas mulheres (Garcia, 1999: 125), materializando-se no designado criptojudaísmo. O criptojudaísmo fazia parte do quotidiano dos cristãos-novos que o transmitiam secretamente como instrumento de sobrevivência, estando restrito à ideia sincrética da crença na Lei de Moisés para a salvação da alma, e à prática de alguns rituais e cerimónias (Gorenstein, 2008: 119-121). A adaptação mais comum dos rituais católicos era a do *Pater Noster* (Pai Nosso), “que era feito mais facilmente por essa oração ser uma amálgama de várias orações judaicas” (*Ibidem*: 125). Estes rituais criptojudaicos foram registados nos processos analisados.

Alguns dos preceitos mosaicos mantidos pelos criptojudeus e identificáveis pelos inquisidores eram: rezar o Padre-nosso sem dizer Jesus no fim; fazer os jejuns nas segundas e quartas-feiras de cada semana; não comer carne de porco; guardar a Páscoa dos Judeus, estando nove dias sem trabalhar e comendo pão asmo ou ázimo²; a prática da cerimónia do *Shabat*, na qual a mulher desempenha uma função relevante ao acender as velas antes do pôr-do-sol para se poder rezar “com as mãos estendidas sobre as mesmas” (*Ibidem*: 126); varrer a casa “às avessas” dos cristãos, limpando-a para o dia santificado, ritual que poderá ser uma reverência pela *Mezuzah*³, que estava na porta (*Ibidem*: 126).

Além dos rituais, existia a celebração de algumas datas importantes, que, para os inquisidores, era um indício seguro de criptojudaísmo:

“O calendário judaico das celebrações mais tradicionais é o seguinte: *Rosh Hashaná* (o início do ano litúrgico judaico), *Yom Kipur* (Dia do Perdão), *Sukkot*

² Pão asmo ou ázimo é pão sem levedura “que os judeus costumam consumir durante os oito dias da Páscoa” (Lipiner, 1999: 190).

³ *Mezuzah* é a palavra em hebraico para umbral. De acordo com a tradição, a *Mezuzah* deverá ser afixada na entrada das casas judaicas, assim como nas divisões da casa, exceto nas casas de banho. A própria *Mezuzah* consiste num pergaminho no qual estão escritas duas passagens bíblicas (Syme, disponível <https://reformjudaism.org/practice/lifecycle-and-rituals/what-mezuzah-why-and-how-do-we-use-it> consulta em 16/05/2020).

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

(Cabanas), *Simhat Torá* (comemoração da entrega da Torá, ou Lei a Moisés), *Hanukkah* (Festa das Luzes), *Purim* (a história de Ester), *Pessach* (a história do exôdo do Egito) e *Shavuot* (Festa das Semanas)” (*Ibidem*: 127).

A cerimónia do *Shabat* consistia em guardar os sábados de trabalho, ou seja, não se trabalhava no sábado, que seria o dia santificado para ser comemorado com amigos e familiares. O *Shabat* tinha a duração de 24 horas e a sua preparação incluía limpeza pessoal e da casa, sendo essencial tomar banho e vestir roupas limpas (*Ibidem*: 126).

Por forma a haver um melhor entendimento acerca do procedimento normativo inquisitorial para com os suspeitos do delito de judaísmo, é necessário recorrermos ao *Regimento* de 1640, documento regulador das normas de funcionamento do Tribunal do Santo Ofício. Segundo este *corpus* jurídico, o judaísmo era considerado uma forma de heresia. Em qualquer delito, as penas eram dadas consoante o estatuto social de cada indivíduo. Fatores como a rapidez na confissão das culpas, e mostras e sinais verdadeiros de arrependimento, podiam atenuar a pena do réu. O *Regimento* previa penas de excomunhão maior, confisco de bens, privação de benefícios e honras e relaxação à justiça secular para os hereges e apóstatas⁴. As penas eram acompanhadas de penitências espirituais reguladas para qualquer crime de heresia e apostasia. As penitências espirituais estipulavam que o condenado devia comunicar com pessoas virtuosas e doutas, que as instruissem nas matérias da fé, e concomitantemente, obrigavam-no a assistir às pregações e demais cerimónias religiosas e a se confessar sacramentalmente nas quatro festas principais do ano: Natal, Páscoa, Pentecostes, e Assunção de Nossa Senhora (*Regimento do Santo Officio da Inquisiçam dos Reynos de Portvgal*, Livro V, Título I, 1640).

Quando havia prova legítima, através de testemunhos singulares ou cúmplices no mesmo delito, de que o réu era crente e observante na Lei de Moisés ou em outra seita e persistia em negá-lo (tornava-se negativo), incorria no confisco dos seus bens e no relaxamento à justiça secular (morte na fogueira), tendo de se apresentar no auto público da fé num “hábito com fogos”, símbolo da sua condenação à morte na fogueira (*Ibidem*).

Atendendo aos dados disponibilizados por Isabel Drumond Braga, as diferenças numéricas entre homens e mulheres condenados por judaísmo não foram significativas.

⁴ Todas as manifestações contrárias à fé católica eram consideradas heresia, sendo que esta se distingue da apostasia, porque o herege afasta-se parcialmente da sua fé, e o apóstata abandona-a completamente (Lipiner, 1999: 129).

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

No Santo Ofício de Lisboa entre 1536 e 1629, os judaizantes representaram 68% dos processados, num total de 1933 homens (51,5%) e de 1818 mulheres (48,5%). Em Évora, para o período de 1660 e 1821 o número total de mulheres judaizantes processadas foi de 2748 (50,3%) contra 2715 homens (49,6%) (Braga, 2015: 134).

Lina Gorenstein, estudiosa do criptojudáismo feminino no Rio de Janeiro durante os séculos XVII e XVIII, identificou uma forte presença de cristãos-novos no Rio de Janeiro, que nos finais do século XVII já constituía “três quartos da população branca” (Gorenstein, 2008: 116). Parte da comunidade vivia na cidade, dedicando-se a atividades urbanas e 50% dedicava-se à atividade agrícola, nomeadamente à produção de açúcar. Destaca-se que muitos eram proprietários de 20% dos engenhos de açúcar existentes no Rio de Janeiro.

Muitas vezes eram as mulheres cristãs-novas que controlavam os engenhos em caso de viuvez, ou quando o marido exercia outra atividade. Contudo, e tal como sucedia na generalidade destas comunidades, também na Europa, era na família que desempenhavam o seu papel principal: “a elas cabia a preservação da memória judaica, imprescindível” (*Ibidem*: 118). Talvez por esse motivo os inquisidores encarassem as cristãs-novas como uma ameaça para a sociedade católica, pois “acreditavam que o Judaísmo era transmitido às novas gerações pelo sangue, pela memória feminina e até mesmo pelo leite materno” (*Ibidem*). Para a Espanha do século XVIII, Sonia Pérez-Villanueva também constatou que as mulheres criptojudias foram o alvo principal da Inquisição porque “se habían transformado, desde la conversión forzosa, en líderes religiosos y culturales y, en muchos casos, incluso llevaban el control de la economía familiar” (Pérez-Villanueva, 2019: 194). Os processos inquisitoriais das famílias criptojudaicadas estudados pela autora, refletem o medo na mulher judia, principalmente se fosse velha e viúva, encarada “como la gran amenaza contra la Cristiandad” (*Ibidem*: 197), porque além de controlarem o património familiar, transmitiam os preceitos judaicos dentro da comunidade.

Entre os processos inquisitoriais contra cristãs-novas fluminenses, Gorenstein refere o caso de Isabel de Barros Silva, mulher letrada e culta que instruiu os seus filhos e sobrinhos a confessarem as suas culpas (que não cometeram), denunciando pessoas que não conheciam. As suas histórias foram previamente preparadas e eram consistentes para dar aos inquisidores a confissão que almejavam, livrando os seus familiares de uma pena

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

maior ou de torturas. Isabel foi condenada ao açoite público e ao degredo de dez anos para o Algarve no auto da fé de 18 de maio de 1727 (Gorenstein, 2005: 277-278).

A estratégia utilizada por Isabel para enganar a Inquisição, evitando uma condenação mais grave, alia-se a outras identificadas por outros autores. O medo de ser denunciado por alguém que tinha sido preso ou ouvido em tribunal, o que desencadeava muitos processos, levava alguns cristãos-novos a confessarem-se voluntariamente. Deste modo, a confissão voluntária podia tornar-se mais credível para os inquisidores e atenuar a pena (Garcia, 1999: 127).

A Inquisição exortava sempre à denúncia de pessoas, parentes e não parentes observantes na Lei de Moisés. Uma estratégia para evitar a perseguição de mais elementos da comunidade era a nomeação de “defuntos, os ausentes e, depois os que se apresentaram ao Santo Ofício, ou que estão presos” (*Ibidem*: 134). Esta estratégia foi também identificada na nossa documentação, como se poderá constatar de seguida.

Cristãs-novas condenadas por judaísmo em Lisboa (1662-1694)

Dispomos de dez processos de cristãs-novas condenadas por judaísmo entre 1662 e 1694 referentes a: Grácia Dias (ANTT, TSO, IL, proc. 10462) condenada no auto da fé de 17 de setembro de 1662; Maria Madalena (ANTT, TSO, IL, proc. 7019), condenada no auto da fé de 17 de agosto de 1664; Beatriz Gomes (ANTT, TSO, IL, proc. 9375), condenada no auto da fé de 4 de abril de 1666; Leonor Rodrigues (ANTT, TSO, IL, proc. 1510), condenada no auto da fé de 31 de março de 1669; Ana Henriques (ANTT, TSO, IL, proc. 249) e Catarina Miguéis (ANTT, TSO, IL, proc. 770-1) condenadas no auto da fé de 10 de dezembro de 1673; Micaela de Matos (ANTT, TSO, IL, proc. 7092) e Ana da Costa (ANTT, TSO, IL, proc. 5411-1), condenadas no auto da fé de 13 de maio de 1682; Maria Correia (ANTT, TSO, IL, proc. 3658), condenada no auto da fé de 14 de março de 1688; e Isabel Rodrigues (ANTT, TSO, IL, proc. 11704), condenada no auto da fé de 16 de maio de 1694.

De modo a facilitar a leitura dos processos inquisitoriais, procederemos à seguinte ordem de análise: em primeiro lugar, com base nos inventários dos bens das rés identificados na maioria dos seus processos, inferiremos os seus níveis de riqueza, bem como outras informações mais pessoais relativamente a cada uma delas; depois examinaremos de que modo elas chegaram à Mesa do Santo Ofício, se foi através de

Indira Leão – *Cristãos-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

denúncias, ou se se apresentaram voluntariamente no Tribunal; de seguida focar-nos-emos nos rituais mosaicos que praticavam e nos conhecimentos que possuíam acerca da doutrina católica; por último, enunciaremos o posicionamento das rés face ao delito cometido, se se consideraram culpadas, inocentes ou se formaram defesa com os seus procuradores, uma vez que a forma como agiram ao longo dos seus processos será fulcral para perceber as suas respetivas condenações.

O confisco de bens era um procedimento comum aplicado aos cristãos-novos, previsto no *Regimento* de 1640. Em sete dos processos estudados, foram encontrados inventários de bens que nos fornecem mais informações sobre o nível de riqueza das rés, dando-nos mais detalhes pessoais sobre elas. Percebemos que Ana Henriques não tinha bens móveis nem de raiz, porque “vivia de esmolas que lhe fazia seu sobrinho em cuja casa, e companhia vivia, e que lhe não devião nem ella devia cousa algũa” (ANTT, TSO, IL, proc. 249).

Catarina Miguéis não possuía quaisquer bens pois estes já lhe haviam sido confiscados em 1629, quando foi presa pela primeira vez pela Inquisição de Coimbra. Além de termos conhecimento de que a ré já tinha estado presa anteriormente por judaísmo, percebemos que esta prisão, aliada ao confisco dos seus bens, a deixou numa grave situação de pobreza: “de moveis tinha só os de seu uso que erão bem limitados por ser muito pobre, e viver com grandes necessidades, mas que lhe não devião, nem ella devia cousa algũa” (ANTT, TSO, IL, proc. 770-1).

Ana da Costa, à semelhança de Catarina Miguéis, referiu que quando foi presa pela segunda vez pelas mesmas culpas de judaísmo, não possuía bens pois estes já tinham sido gastos “com as despezas que fez consigo” (ANTT, TSO, IL, proc. 5411-1) aquando da sua primeira prisão.

Isabel Rodrigues não tinha bens móveis nem de raiz em seu nome, porque na altura em que se apresentou ao Santo Ofício era ainda menor (ANTT, TSO, IL, proc. 11704).

As condenadas acima enunciadas seriam as mais desfavorecidas, atendendo à informação fornecida pelos seus inventários. Veremos agora as sentenciadas com mais bens.

Grácia Dias, além dos móveis que tinha em casa, possuía alguns bens que herdou da família: tinha umas casas em Abrantes “em que não morava por serem piquenas”,

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

alugando-as por dois mil réis, sendo este valor repartido com a irmã Joana. Além disso, possuía quatro alqueires e meio de azeite (ANTT, TSO, IL, proc. 10462).

Beatriz Gomes possuía muitos bens. Além do mobiliário, roupas e de alguns instrumentos para a agricultura, “hũa enxada, hum malho, hũa machadinha, hum pico, dous campos de pezar”, tinha duas casas em Celorico as quais tinham adegas, valendo cem mil réis; uma vinha em “Montalto junto a Celorico” que dava uma média de oitenta almudes de vinho por ano, valendo cem mil réis, e que pertencia aos seus filhos Francisco e Tomás; “algũas oliveiras não sabe quantas e dão todos os anos de seis [a]the quatro almudes de azeite, não sabe o que valerão”; tinha “quatro pipas e hum tonel hũa das quais leva sessenta almudes de vinho (...) e o dito tonel que leva sinco almudes estava também cheo de vinho branco”; e disse que não tinha ouro nem prata “nem em sua caza havia dinheiro algum” (ANTT, TSO, IL, proc. 9375).

Leonor Rodrigues detinha “tres moradas de casas”, em Lisboa e umas casas nobres “não sabe em que sitio”. O seu marido tinha uma “tenda com toda a sorte de mercadoria, e hũa casa com toda a sorte de moveis, que ausentandosse para Castella ficarão desemparados”. Quando foram para Castela esses bens ficaram para Antão Rebelo, que segundo Leonor, tinha uma ligação com a sua irmã Brasia Rebela, que a induziu a ir para Castela “porque a querião prender pelo Santo Officio”, dando a entender que a sua irmã tentou convencê-la a ausentar-se para ficar com os seus bens. No que respeita a dívidas, ela não sabia se as tinha, porque “dellas dará melhor resão seu marido Belchior Rodrigues” (ANTT, TSO, IL, proc. 1510). Este desconhecimento de Leonor acerca das dívidas da família, remetendo essa responsabilidade para o marido, seria normal. Uma vez que, tendencialmente os homens, ao controlarem e gerirem os negócios e bens familiares, possuíam um melhor conhecimento acerca do valor destes, por seu turno, as mulheres, responsáveis pelas questões domésticas, conheceriam com maior rigor o “recheio da casa” (Braga, 2017: 192-193).

Contudo, dos sete inventários de bens, o que mais nos impressionou pela sua singularidade foi o de Micaela de Matos. A ré havia sido presa na capitania do Espírito Santo no Brasil, e posteriormente transportada no navio Nossa Senhora do Livramento para os cárceres do Santo Ofício de Lisboa, desembarcando em Lisboa quase três meses depois. Através da descrição de alguns livros colocados no seu inventário, apercebemo-nos de que se trata de uma mulher letrada, e igualmente abastada: “hũas meditações, hum

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

manual de orações, *hum* cordão de S. Francisco, (...) uma de relíquias e outra de devoções, um agravatador de ouro, uma argolinha de prata (...) e uma agulheta também de prata” (ANTT, TSO, IL, proc. 7092).

Porém, não são estes bens que tornam o inventário de Micaela especial. São as mercadorias humanas, ou seja, os seus escravos que a tornavam numa escravocrata, reflexo da sociedade colonial brasileira. A ré possuía vários escravos: uma mulata de nome Joana, que teria 40 anos e lhe tinha custado 60 000 réis; uma mulata de nome Ângela com 45 anos, que a acompanhou para Lisboa, e não sabe “o que custou”; um “moleque por nome João de onze, ou doze anos de idade, não sabe quanto custou”; um mulato de nome Salvador de 15 anos, “não sabe o que custou, e também veio em companhia della declarante”; uma negra “a que chamão Violante” de 20 anos, não sabia o seu valor; uma “mulatinha” de quatro anos que era filha de Ângela, e também veio em sua companhia e chamava-se Feliciania; outra “mulatinha” de 3 anos, de nome Luísa e um “mulatinho” de nome Salvador de 5 anos. E estes 3 “pequeninos tinha ella declarante e seu marido dado carta de alforria” (*Ibidem*).

Relativamente ao modo de como estas cristãs-novas chegaram ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, a maioria foi denunciada por pessoas próximas com as quais realizavam as cerimónias judaicas: vizinhos e inclusivamente parentes como cônjuges, pais, irmãos, tios, sobrinhos, cunhados ou sogras. Alguns dos denunciantes já estavam presos por judaísmo quando as delataram. O grau de proximidade entre os denunciantes e as denunciadas, assunto já estudado por vários autores, evidencia que o medo da denúncia e condenação pelo Santo Ofício seria capaz de quebrar qualquer relação familiar ou de amizade.

Além das denúncias que desencadearam a maior parte destes processos, registam-se algumas rés que se apresentaram voluntariamente ao Tribunal para confessar as suas culpas: Maria Madalena, Leonor Rodrigues e Isabel Rodrigues.

Maria Madalena tinha apenas 14 anos quando foi voluntariamente ao Tribunal no dia 10 de julho de 1664. Tanto ela como os irmãos: Francisco Rodrigues, Violante e Guiomar Mendes no mesmo mês de julho apresentaram-se no Santo Ofício, após os pais terem sido presos em Évora. Maria Madalena chegou a confessar que tinha sido crente na Lei de Moisés até à prisão dos pais. Os detalhes idênticos, dados tanto por Maria como pelos seus irmãos e pais, relativos a ensinamentos e cerimónias mosaicos, leva-nos a crer

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

que, à semelhança dos casos estudados por Lina Gorenstein (2008), estes jovens poderiam ter sido instruídos pelos pais a contarem a mesma história, como estratégia para serem poupados a uma pena maior. O facto de a mesma ré ter denunciado tios maternos, que já tinham estado presos, podia igualmente enquadrar-se na mesma estratégia de proteção e sobrevivência da comunidade judaica, denunciando pessoas já defuntas, o caso do avô, que segundo Maria Ihe tinha aconselhado a ser observante na Lei de Moisés, ou que estivessem presas (caso dos tios e dos pais). Ao recorrerem à denúncia e revelarem a verdade das suas culpas satisfariam os inquisidores e, deste modo, podiam ter penas mais leves.

Leonor Rodrigues e Isabel Rodrigues quando se apresentaram voluntariamente no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa para confessarem as suas culpas, não existindo denúncias diretas contra elas, foram autorizadas pela instituição a irem para casa e a se apresentarem à Mesa quando fossem chamadas. Diríamos hoje que puderam aguardar o julgamento em liberdade, procedimento somente aplicado nestes casos, porque a falta de provas, ou seja, de denúncias contra as rés, impediam o seu encarceramento. Leonor e Isabel só foram presas quando o Tribunal conseguiu reunir denúncias de outros cristãos-novos contra elas. Contrariamente a Leonor, que esperou um ano até o Santo Ofício a encarcerar e dar continuidade ao seu processo, e a Isabel, que quando se confessou tinha 14 anos, e que esperou 28 anos (de 1666 até 1694), evidenciando que o desenvolvimento de alguns processos poderia ser moroso. Leonor Rodrigues confessou voluntariamente as suas culpas no mesmo período de tempo dos filhos e marido, talvez pelo receio de serem denunciados. Leonor argumentou que por sua pobreza e por “outros impedimentos” que teve, não confessou mais cedo à Mesa, e por isso estava muito arrependida e pedia perdão (ANTT, TSO, IL, proc. 1510).

Quanto aos rituais e cerimónias hebraicos praticados pelas dez cristãs-novas, que continuavam a ser mantidos pela comunidade criptojudáica, e, por isso, eram mais facilmente identificáveis pela Inquisição, constam o jejum da Rainha Esther, o jejum do Dia Grande e a Páscoa dos Judeus,

“e havião de fazer o jejum da Rainha Esther⁵ que ordinariamente vem em fevereiro e principio da quaresma e dura tres dias e o havião de fazer estando em cada hum dos ditos dias sem comer nem beber se não á noite em que podião cear tudo o que não fosse

⁵ De acordo com Maria Antonieta Garcia, Esther foi para as comunidades criptojudáicas em Portugal “um exemplo paradigmático de libertação, arriscando a sua vida pelo povo hebreu”, sendo o jejum de Esther preservado durante séculos (Garcia, 1999: 80).

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

de carne e pella mesma forma havião de fazer o jejum do dia grande no mês de setembro, e que havião de festeiar a Paschoa dos judeos que ordinariamente vem na semana santa a qual dura sete dias e nelles he obrigação comer pão asmo e tudo em memoria da sahida do Povo de Israel do Egipto, e que havião de deixar de comer carne de porco lebre coelho e peixe sem escama, porque elle seu pai cria na mesma ley de Moyses e nella esperava salvarse e por sua guarda fazia as ditas ceremonias” (ANTT, TSO, IL, proc. 9375).

Além destes rituais, e das proibições alimentares de carne de porco, lebre, coelho e peixe sem escama, a cerimónia do *Shabat*, é igualmente mencionada em todos os processos como “guardar os sabbados de trabalho” (*Ibidem*).

O ensino da observância na Lei de Moisés era feito por pessoas próximas das réis: o avô de Maria Madalena, as mães de Ana Henriques e de Isabel Rodrigues, a irmã de Catarina Miguéis, que, segundo a ré, a persuadiu na observância de Moisés após a sua reconciliação à fé católica em Coimbra. Beatriz Gomes confessou que ela e o marido Miguel Rodrigues ensinaram os seus filhos a crerem na Lei de Moisés.

Todas as judaizantes eram cristãs batizadas, faziam obras de cristãs, assistindo à missa, pregação, confessando e comungando, e tinham conhecimento da maioria das orações que compunham a doutrina católica: Avé Maria, Padre-nosso, Salvé Rainha, Credo, Mandamentos da Lei de Deus e Mandamentos da Santa Madre Igreja, sendo que poucas réis tinham conhecimento dos últimos mandamentos. Leonor Rodrigues admitiu que ia à missa, comungava e confessava-se por “cumprimento do mundo”, dando a entender que o fazia só para cumprir com o que a sociedade ditava (ANTT, TSO, IL, proc. 1510). Beatriz Gomes ao pôr-se de joelhos rezou todas as orações da doutrina católica, algo que deve ter surpreendido os inquisidores, levando o notário a registar “que tudo disse muito bem” (ANTT, TSO, IL, proc. 9375).

No tempo em que as réis viviam na Lei de Moisés, acreditavam no Deus que fez o céu e a terra e, algumas, rezavam “e offerecia[m] a oração do Padre Nosso” (ANTT, TSO, IL, proc. 1510), sendo que esta oração constituía um dos preceitos mosaicos mantidos pelos criptojudes, tal como foi referido anteriormente. Não acreditavam na Santíssima Trindade nem associavam Jesus Cristo a Messias, nem o tinham por Deus verdadeiro. Estas declarações evidenciam o sincretismo religioso característico das comunidades criptojudas em Portugal.

O precário conhecimento da doutrina judaica, consequência do sincretismo religioso, levaram Catarina Miguéis a pensar que Moisés era o seu verdadeiro Deus, algo que foi associado por diminuição por parte do Tribunal, ou seja, considerou-se que ela

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

não confessou inteiramente as suas culpas, já que “não he uerossimel que fosse Moyses, pois elle o não he, nem os professores da sua Ley o tem por tal, nem da de todas as pessoas com que nesta meza ha informação se communicou na crença da Ley de Moyses depois de sua abjuração e reconciliação” (ANTT, TSO, IL, proc. 770-1).

Apesar de ter confessado a sua observância, o facto de ter repetido o mesmo delicto pela segunda vez, e haver a suspeita que estivesse a ocultar informações relativas à sua confissão, levaram o Tribunal a considerar que Catarina já não tinha mais salvação, e foi condenada à fogueira.

No que concerne às condenações, a maioria das rés (seis) por ter feito inteira confissão das suas culpas, mostrando claros sinais de remorso e arrependimento, teve como penas preferenciais o cárcere ou a arbítrio ou perpétuo, condenações mais leves do que a morte na fogueira contemplada no *Regimento* de 1640. O cárcere era acompanhado por confisco de bens e penitências espirituais.

Maria Madalena, por se ter apresentado voluntariamente para confessar “suas culpas *com* mostras e sinaes de arrependimento, pedindo dellas perdão e misericordia”, teve cárcere a arbítrio dos inquisidores, o qual foi suspenso a 9 de setembro de 1664, com a condição de Maria não sair do reino. Beatriz Gomes, que no decorrer do processo se sentiu mal “por estar com grande fraqueza na cabeça e miolo, por razão da doença que agora teve”, foi sentenciada a cárcere e hábito penitencial perpétuo. Depois do auto da fé, o cárcere foi designado para a vila de Celorico “da qual se não sairá sem licença desta Mesa”. Pouco tempo depois, a 18 de março de 1667, a Igreja da vila de Celorico declarou a morte de Beatriz, muito provavelmente da mesma doença de que padecia durante o processo (ANTT, TSO, IL, proc. 9375).

Leonor Rodrigues teve pena de cárcere a arbítrio dos inquisidores, tendo sido atenuada por causa do seu bom procedimento em dirigir-se à Mesa, confessar tudo e mostrar remorsos. O seu cárcere acabou por ser suspenso a 16 de abril de 1669, e se quisesse sair do reino teria de ter licença do Tribunal (ANTT, TSO, IL, proc. 1510). Para Isabel Rodrigues, o Santo Ofício teve em consideração o bom conselho que usou em confessar as suas culpas à Mesa, decretando-se cárcere e hábito a arbítrio. Posteriormente, a 29 de maio de 1694 o cárcere foi anulado, “e se pode ir pera onde bem lhe estiver contanto que não seja pera fora do Reyno sem licença do Santo Officio” (ANTT, TSO, IL, proc. 11704). Constata-se que Maria Madalena, Leonor Rodrigues e Isabel Rodrigues,

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

que decidiram apresentar-se voluntariamente à Mesa do Santo Ofício para confessarem as suas culpas, mostrando arrependimento e pedindo misericórdia, fizeram-no como estratégia para obter atenuantes nas suas penas. Por esta via, conseguiram corresponder às expectativas inquisitoriais e obtiveram uma maior misericórdia, beneficiando da anulação das suas penas de cárcere.

Ana Henriques mesmo tendo feito a sua confissão, não chegaria ao dia da leitura pública da sua sentença no auto da fé. Pelas 2h da manhã do dia 2 de abril de 1673, Ana, com 80 anos, morreu no cárcere. O seu corpo foi examinado e chegou-se à causa de morte: “morte natural, sem violência algũa, por ser muito velha, desamparada do calor natural, e que por esta razão os Medicos, que a visitarão, lhe não applicarão remedios, e havia poucos dias se tinha confessado”. O Tribunal valoriza o facto de a ré, antes da sua morte no cárcere, ter usado “de bom conselho”, ao confessar “suas culpas na Mesa do Santo Officio com mostras e sinaes de arrependimento, pedindo dellas perdão e misericordia”. Devido ao bom procedimento de Ana, decidem recebê-la “ao Grémio e União da Santa Madre Igreja como em sua vida pedio”, e mandam que os seus ossos sejam enterrados em solo sagrado (ANTT, TSO, IL, proc. 249).

Contrariamente aos casos das cristãs-novas que confessaram as suas culpas, deparámo-nos com rés que não se declararam crentes na Lei de Moisés e tentaram provar as suas inocências. Grácia Dias, alegou que estaria presa “por falso testemunho de alguém que lhe quizesse mal”, formou contraditas de defesa e declarou-se inocente. Foi-lhe decretada sentença de tormento. Ao estar presente na casa onde se procedia à tortura, deparando-se com os instrumentos que lhe seriam aplicados, Grácia amedrontou-se e corroborou as denúncias feitas contra ela. No entanto, a 15 de dezembro de 1660, o alcaide dos cárceres, Agostinho Nunes, dá conta à Mesa da sua morte que ocorreu no dia anterior “das quatro para as cinco da tarde”. O corpo foi examinado pelo médico e cirurgião que declararam morte por “idropesia”, doença caracterizada pela acumulação anormal de líquido no tecido celular. Chegaram-lhe a ser aplicados os remédios necessários, tendo-se confessado. O Santo Ofício ficou com os bens de Grácia e entregou os seus ossos à justiça secular para serem queimados no auto da fé (esta condenação era designada de “relaxamento em estátua”). A publicação da prova de justiça que condenava Grácia podia ser contestada pelos seus herdeiros para “defensa da honra memoria fama e

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

fazenda de Gracia Dias”. Tratando-se de uma mulher solteira e sem filhos, nenhum herdeiro veio recorrer da sentença da ré (ANTT, TSO, IL, proc. 10462).

Micaela de Matos, a escravocrata, também declarou que estava presa por “falços testemunhos de seus inimigos”. Na sua defesa, desconstrói as acusações de judaísmo: nunca guardava os sábados de trabalho, “porque no tal dia esfregava a sua caza e mandava cair, e no tal dia era que fazia mais trabalho de toda a semana (...)”; gostava muito de carne de porco “della he mui afeiçoada”. Defende que é acusada injustamente, porque a sua sogra é sua inimiga, uma vez que sempre se opôs ao seu casamento, e também criou um filho “adulterino” do seu marido para a “desgostar”. Quando o marido estava ausente em Angola, a ré teve de ficar com a sogra pois não tinha “mais sítio por onde ir”, e durante esse período teve grandes conflitos com ela. Nomeou também como seus inimigos o irmão do marido, Mateus, o pai dele Francisco de Matos e ainda Francisco Álvares de Alcácer do Sal, que não consta nas denúncias, mas ela presumiu que fosse um dos delatores.

Micaela desenvolve nas suas contraditas que a inimizade com Francisco Álvares de Alcácer do Sal advém do facto de ele “depois de ter deflorado da ditta Isabel da Veiga sua prima, se ausentou não querendo cazar com ella”. O marido de Micaela como forma de retaliação para remediar a desonra sofrida pela prima, prendeu Francisco em Alcácer e trouxe-o preso “ao Aljube desta cidade [Lisboa] adonde esteve prezo” e que depois disso “ficarão todos em odio mortal”. A ré nomeou testemunhas que confirmaram que havia brigas entre si, a sogra e Francisco Álvares de Alcácer do Sal. O processo foi demorado porque o Tribunal, confrontado com a possibilidade de as denúncias contra Micaela terem sido falsas, devido a conflitos existentes entre ela e os denunciantes, volta a interrogá-los em janeiro de 1682. O cunhado Mateus da Costa Veiga manteve o seu depoimento contra ela e a sogra Juliana Brandoa não foi inquirida, pois já tinha morrido a 26 de abril de 1676. Micaela foi submetida a tortura e declarou que nada tinha a confessar. Provavelmente, tratando-se de uma mulher com posses, e como não se conseguiu confirmar o depoimento da sogra, Micaela foi condenada a cárcere a arbítrio, que foi posteriormente suspenso a 15 de maio de 1682, ficando somente impedida de sair do reino sem licença do Tribunal (ANTT, TSO, IL, proc. 7092).

Maria Correia assumiu o mesmo comportamento de negação das acusações contra ela, afirmando que o seu encarceramento derivou de falsos testemunhos de pessoas suas

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

inimigas. Quando os inquisidores estão quase a condená-la à morte na fogueira por negar o seu delito, Maria resolve confessar que acreditava na Lei de Moisés “com mostras, e sinaes de arrependimento, pedindo dellas [as culpas] perdão, e misericórdia”, alterando a sua pena para cárcere e hábito perpétuo com degredo de 5 anos para o Brasil, com penas espirituais e excomunhão. Esta foi a única ré, dentro da nossa análise destes dez processos, a ser condenada a degredo (ANTT, TSO, IL, proc. 3658).

Considerações finais

Como acabámos de demonstrar, a documentação analisada, não sendo volumosa, é reveladora da presença de cristãs-novas no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. A partir destes processos inquisitoriais podemos extrair várias tipologias de procedimentos, da denúncia à condenação das rés.

Desde logo, ressalta a existência de várias formas de resistência ao Tribunal. Primeiramente, temos três mulheres que se apresentam voluntariamente ao Santo Ofício para confessarem as suas culpas mostrando-se arrependidas, por forma a usufruírem de atenuantes nas condenações, como de facto sucedeu. E mesmo as que foram denunciadas e ao longo dos seus processos manifestaram arrependimento e pediram misericórdia do Tribunal, beneficiarem de condenações menos pesadas.

Depois, algumas destas rés delatam indivíduos da comunidade judaica já falecidos ou que no momento das suas prisões, se encontravam presos, o que se enquadra numa estratégia de proteção de membros da comunidade, assunto já estudado por autores como Lina Gorenstein (2005, 2008). Esta constatação é reveladora de que estas rés possuíam algum conhecimento dos mecanismos inquisitoriais e, apropriando-se deles conseguiram se autofavorecer, correspondendo às expectativas dos inquisidores, desempenhando um papel ativo dentro do enquadramento permitido pelo Santo Ofício. Note-se que as cristãs-novas que contestaram as denúncias contra elas recorreram a uma prerrogativa que lhes era conferida pelo *Regimento* inquisitorial de 1640, a possibilidade de formar defesa com procurador, evidenciando outras formas de resistência ao Tribunal do Santo Ofício. Nos casos em que conseguiram provar a existência de inimizades com os denunciantes, descredibilizando os seus depoimentos, usufruíram de atenuantes nas suas condenações,

É o que acontece com Micaela de Matos, que negou todas as denúncias contra ela, conseguiu formar defesa com o seu procurador, provando as inimizades que tinha com a

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

sua sogra, descredibilizando a denúncia contra ela, e, por esse motivo, usufruiu da suspensão da sua pena. A postura desta ré pode ser também interpretada como uma forma de resistência e enfrentamento em relação ao Santo Ofício, tendo possivelmente sido beneficiada por ser uma mulher de estatuto social elevado. Este pormenor remete-nos para as prerrogativas jurídicas, assentes no estatuto social, que moldavam a Inquisição, reflexo da sociedade hierarquizada da Época Moderna. Ainda relativamente ao processo de Micaela, existe um detalhe digno de nota, que mostra a importância social conferida à honra feminina, quando a ré relata que tinha inimizades com Francisco Álvares de Alcácer do Sal, já que este havia desflorado a sua prima não se cansando com ela, e para “limpar” a sua honra o marido de Micaela levou-o preso para o Aljube, em Lisboa.

Verificámos outras situações, nas quais o medo da tortura e condenação à pena de morte contribuíram para que algumas cristãs-novas retrocedessem nos seus depoimentos. Aliás, o medo era a arma inquisitorial mais eficaz para obter mais delações e condenações. Um exemplo claro disso, é o facto de a maioria dos denunciantes serem muito próximos das denunciadas, partilhando cerimónias e rituais mosaicos com estas e outros membros da comunidade criptojudáica. Grácia Dias, que havia negado as acusações contra ela, mudou o seu depoimento, declarando-se crente na Lei de Moisés, após estar presente na casa do tormento e verificar os instrumentos que lhe seriam aplicados na tortura. Maria Correia negou as acusações contra ela, e somente confessou o seu delito quando confrontada com a possibilidade de ser condenada à morte na fogueira. Pressupomos que o medo foi o principal responsável por estas duas mulheres confessarem crimes que, possivelmente, não haviam cometido. Somente o fizeram em situações limite, quando as suas vidas estavam em risco, como estratégia de sobrevivência.

Quanto aos rituais mosaicos realizados pelas cristãs-novas, existe um claro sincretismo religioso nas quais se fundiam crenças católicas e judaicas. Uma das manifestações deste sincretismo, característico do criptojudaísmo, manifestava-se no uso recorrente da oração do *Pater Noster* na sua observância mosaica. A maioria tinha conhecimento das orações da doutrina católica, assistia a missas, pregações, confessava-se e comungava. No entanto, Leonor Rodrigues, admitiu que fazia as obras de cristã para “cumprimento do mundo” (ANTT, TSO, IL, proc. 1510), dando a entender que o fazia só para ir ao encontro com o que a sociedade ditava, o que nos remete para a necessidade de

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

os cristãos-novos conhecerem a doutrina católica para poderem se adaptar à sociedade portuguesa e resistir ao Santo Ofício.

Todavia, o conhecimento precário da doutrina judaica levou Catarina Miguéis a pensar que Moisés era o seu verdadeiro Deus, tendo esta declaração sido considerada pelo Tribunal de diminuição, e, por isso, contribuiu para a decisão da sua condenação à morte na fogueira. A Inquisição presumiu que a ré deveria conhecer os preceitos judaicos, e que estaria a ocultar informações quanto à sua confissão, quando na realidade ela simplesmente os desconhecia.

A análise dos inventários de bens permitiu inferir o nível de riqueza das rés, confrontando-nos com cristãs-novas possuidoras de muitos bens, inclusivamente de escravos no caso de Micaela de Matos, mas também revelou situações de vida muito precárias. Ana da Costa e Catarina Miguéis, que já haviam sido condenadas pelo Santo Ofício, são casos exemplares das consequências nefastas do confisco inquisitorial de bens nas vidas de muitos cristãos-novos. A Inquisição apropriou-se de todos os seus bens e fontes de rendimento, colocando-as em situações de pobreza.

A morte de Grácia Dias e de Ana Henriques nos cárceres do Santo Ofício enquanto aguardavam julgamento, dão-nos conta das precárias condições das instalações carcerárias⁶, que colocavam em risco todas as rés, mas particularmente as que tinham mais idade ou que estariam já doentes, agravando os seus estados de saúde. O possível desinteresse da Inquisição em tratar medicamente rés doentes mais velhas, é evidente no caso de Ana Henriques, no qual os médicos decidiram não lhe aplicar remédios “por ser muito velha, desemparrada do calor natural”.

Em suma, com este estudo foi possível evocar as facetas e contextos das cristãs-novas condenadas pelo Santo Ofício de Lisboa, e a sua relevante presença e atuação na esfera inquisitorial. Os dados aqui apresentados convidam à realização de estudos sistemáticos, que consigam captar o perfil das mulheres como agentes históricos ativos dentro do Santo Ofício, tendo em consideração a tipologias de comportamentos e a representatividade social e regional.

⁶ Relativamente às condições insalubres dos cárceres inquisitoriais, alguns autores defenderem que estes eram de qualidade semelhante ou superior aos das prisões da justiça civil (Braga, 2007: 109).

Índira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Tribunal do Santo Ofício (TSO), Inquisição de Lisboa (IL), proc. 249, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2300121>.

ANTT, TSO, IL, proc. 770-1, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2300652>.

ANTT, TSO, IL, proc. 1510, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2301406>.

ANTT, TSO, IL, proc. 3658, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2303617>.

ANTT, TSO, IL, proc. 5411-1, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4490913>.

ANTT, TSO, IL, proc. 7019, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2307088>.

ANTT, TSO, IL, proc. 7092, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2307161>.

ANTT, TSO, IL, proc. 9375, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2309517>.

ANTT, TSO, IL, proc. 10462, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2310625>.

ANTT, TSO, IL, proc. 11704, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2311900>.

Fontes Impressas

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Regimento do Santo Officio da Inqvisiçam dos Reynos de Portvgal*, (1640) disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4483482>.

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

Estudos

BETHENCOURT, Francisco (1994), *História da Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Circulo dos Leitores.

BRAGA, Isabel Drumond (2007), *Vivências no Feminino. Poder, Violência e Marginalidade nos séculos XV a XIX*, Lisboa, Tribuna da História.

_____ (2015), “Inquisição e Género: em Busca de Especificidades” in Javier Burrieza (ed.), *El Alma de las Mujeres. Ámbitos de espiritualidad femenina en la modernidad (siglos XVI-XVIII)*, SÁNCHEZ, Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid, pp. 127-160.

_____ (2017), “Género e confisco inquisitorial no Portugal Moderno: Da legislação à prática”, in Margarita Torremocha Hernández e Alberto Corada Alonso (eds.), *La Mujer en la balanza de la Justicia (Castilla y Portugal, siglos XVII y XVIII)*, Valladolid, Castilla Ediciones, pp. 181-196.

GARCIA, Maria Antonieta (1999), *Judaísmo no Feminino. Tradição Popular e Ortodoxia em Belmonte*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

GILES, Mary E. (1999), *Women in the Inquisition: Spain and the New World*, Baltimore, London, The Johns Hopkins University Press.

GORENSTEIN, Lina (2005), *A Inquisição contra as mulheres. Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII*, [Coleção Histórias da Intolerância, 1 – Inquisição e Marranismo], São Paulo, Associação Editorial Humanitas.

_____ (2008), “O criptojudaísmo feminino no rio de janeiro (séculos XVII e XVIII)”, *Projeto História*, nº 37, dez., São Paulo, pp. 115-138.

LIPINER, Elias (1999), *Terror e linguagem: um dicionário da Santa Inquisição*, Lisboa, Contexto Editora.

MARCOCCI, Giuseppe, PAIVA, José Pedro (2013), *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

MELAMMED, Renée Levine (2002), *Heretics Or Daughters of Israel? The Crypto-Jewish Women of Castile*, Oxford University Press.

PÉREZ-VILLANUEVA, Sonia (2019), “Las mujeres criptojudías en la primera mitad del siglo XVIII: recuperación histórica e Inquisición”, *Edad de Oro, revista de Filología Hispánica*, v. XXXVIII, Departamento de Filología Española, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, pp. 190-208.

Indira Leão – *Cristãs-novas condenadas pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa (século XVII)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 131-151. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a6

PERROT, Michelle (2007), *Uma História das Mulheres*, Lisboa, Edições Asa.

SARAIVA, António José (1985), *Inquisição e cristãos-novos*, Lisboa, Editorial Estampa.

SCHLAU, Stacey (2013), *Gendered crime and punishment women and/in the Hispanic Inquisitions*, Leiden, Brill.

SYME, Daniel B., “What is a mezuzah? Why and how do we use it?” in *Reform Judaism*, [consulta em 16/05/2020], disponível em: <https://reformjudaism.org/practice/lifecycle-and-rituals/what-mezuzah-why-and-how-do-we-use-it>.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza - de Abragão ao Brasil oitocentista

Emigration and family network. The Mello e Souza - from Abragão to nineteenth-century Brazil

Émigration et réseau familial. Les Mello e Souza - d'Abragão au Brésil du XIXe siècle

Emigración y rede familiar. Los Mello e Souza: desde Abragão hasta el Brasil del siglo XIX

Jorge Fernandes Alves
FLUP/ CITCEM
jorge.f.alves@gmail.com

Maria José Moutinho Santos
CITCEM
mjsantos@letras.up.pt

Resumo: O texto parte do conceito de rede familiar para enquadrar o movimento migratório e a instalação de uma parte masculina de uma família numerosa de Abragão, Penafiel, no Brasil, na sequência da migração anterior de um ramo cognato. Nos meados do século XIX encontramos vários elementos da família Mello e Sousa estabelecidos no comércio do Rio de Janeiro, com ligações estreitas numa fase inicial e percursos posteriores autónomos. Procuramos seguir o lastro destes emigrantes, sinalizando apoios familiares e transações comerciais nos percursos mais relevantes.

Palavras-chave: emigração; redes; micro-história; Penafiel; Brasil.

Abstract: The text starts from the concept of family network to frame the migratory movement and the installation of a male part of a large family from Abragão, Penafiel, in Brazil, following the previous migration of a cognate branch. In the middle of the 19th century, we found several elements of the Mello e Sousa family established in the trade of Rio de Janeiro, with close connections at an early stage and later autonomous routes. We seek to follow the backing of these emigrants, signaling family support and commercial transactions on the most relevant individual life histories.

Keywords: emigration; networks; micro-history; Penafiel; Brazil.

Resumé: Le texte part du concept de réseau familial pour encadrer le mouvement migratoire et l'installation d'une partie masculine d'une grande famille d'Abragão, Penafiel, au Brésil, suite à la migration précédente d'une branche apparentée. Au milieu du 19e siècle, nous avons trouvé plusieurs éléments de la famille Mello e Sousa établie dans le commerce de Rio de Janeiro, avec des liens étroits à un stade précoce et plus tard des chemins autonomes. Nous cherchons à suivre le soutien de ces émigrants, signalant le soutien familial et les transactions commerciales sur les expériences les plus pertinentes.

Mots clés: émigration; les réseaux; micro-histoire; Penafiel; Brésil.

Resumen: El texto parte del concepto de red familiar para enmarcar el movimiento migratorio y la instalación de una parte masculina de una familia numerosa de Abragão, Penafiel, en Brasil, tras la migración previa de una rama afín. A mediados del siglo XIX, encontramos varios elementos de la familia

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Mello e Sousa estabelecidos en el comercio de Río de Janeiro, con estrechas conexiones en una etapa temprana y destinos autónomos posteriores. Buscamos seguir el respaldo de estos emigrantes, señalando el apoyo familiar y las transacciones comerciales en las experiencias más relevantes.

Palabras clave: emigración; redes; microhistoria; Penafiel; Brasil.

1. Introdução

Na sua natureza caleidoscópica, a emigração pode observar-se sob múltiplos olhares entre o macro e o micro, entre o quantitativo e o qualitativo, girando as tonalidades entre os diversos domínios. Por definição, representada como movimento entre países, a emigração tem na expressão estatística um indicador relevante para a quantificação das vagas de deslocações e as suas implicações na balança das trocas. Todavia, para o emigrante, elemento de um sistema que não controla e do qual tem apenas uma consciência difusa, a emigração é mais do que um número, é um ato de sobrevivência e/ou um projeto de vida, razões que exigem a observação da individualidade. Mas, o emigrante nunca é um ser isolado, imerso que está nas relações sociais, seguindo quase sempre por “atalhos batidos” (Alves, 2013). Importa, por isso, detetar as redes e os nós que o encaminham, subjacentes às partidas asseguradas por conexões e vínculos que ancoram as trajetórias e que podem, ou não, salvar o migrante da exclusão ou da marginalidade, sinalizando o horizonte que procura, pois raramente o emigrante está só na decisão de um projeto pessoal mas que surge envolto num processo de transformação social (Tilly, 1990).

Para acedermos aos sentidos das práticas migratórias, suas lógicas e acasos, o recurso à micro-história é incontornável, Tateando deambulações que deixaram lastro documental, avaliando as ações efetivas dos sujeitos, tantas vezes determinadas apenas pelo impulso ou pelo hábito, mais do que pela racionalidade, no complexo jogo dos vários tipos de redes (Karsburg & Vendrame, 2019).

Quando olhamos para a emigração portuguesa oitocentista, dirigida para o Brasil pós-colonial, a prática de emigrar em rede surge como o pano de fundo consensual para a “emigração espontânea” de indivíduos muito jovens, cuja decisão última de partir pertence à família e suas envolvências. Paralelamente, as extensões dos ramos familiares, de compadrio ou de vizinhança no além-mar são utilizadas como suporte da boa-consciência dos ascendentes, pois contam com a concretização da “arrumação” protetora

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

por parte dos já instalados além-Atlântico. “Arrumação” que se assegura através de “recomendações” ou “chamadas”, num processo solidário que pode ocultar, muitas vezes, interesses económicos de dar e receber. O protetor garante, por esta via, submissões e fidelidades que só o jovem caixeiro, recém-chegado, no seu isolamento, assegura com a suposta contrapartida de inserção no estabelecimento comercial, que, a prazo, pode garantir a sua própria autonomia (Pacheco & Alves, 2013).

Esta emigração, dita de caixeiros ou comercial, apresentava mecanismos distintos de outras, desde a favorecida ou a contratada (estas por iniciativa do país de destino, através de estímulos como transporte grátis ou concessão de terras, ou através de contrato prévio de alocação de serviços, vulgo “engajamento”). Nestas são os adquirentes da força de trabalho que determinam os movimentos do subsidiado ou do contratado, que o colocam de uma forma contundente nos trabalhos rurais, de modo a prosseguir o processo colonizador de cobertura e exploração do território.

Na verdade, a emigração espontânea que se verificava do Noroeste português para o Brasil oitocentista distinguia-se como fruto de uma cultura de emigração enraizada nessa disseminação de familiares e conterrâneos (Alves, 2000). Neles se delegava a responsabilidade da aculturação adolescente dos jovens emigrantes que partiam habitualmente com destino ao comércio, ofícios ou serviços. Foi um movimento que predominou até aos finais da década de 1870 e persistiu mesmo perante o alargamento social da “colónia portuguesa”, quando o Brasil criou apoios à imigração em massa, com vista à substituição da mão-de-obra escrava. Nos núcleos do comércio controlado pelos portugueses, estas redes tinham um papel decisivo na manutenção desse domínio, permitindo que as empresas se transferissem entre compatriotas, formatados desde jovens nas lojas e armazéns de secos e molhados. Era nesse meio que o jovem emigrante se fazia homem, reinventando-se num espaço social distinto e distante, num processo de reprodução social e de autonomia individual.

É neste quadro ligeiramente esboçado que se enquadram as trajetórias de um conjunto de emigrantes familiares do escritor e jornalista penafidense Ernesto José de Melo (1872-1939), cuja pesquisa carrou informação bastante para confluir num outro objeto de investigação ainda em curso, o da rede familiar dos Mello e Souza. Para isso, desenvolveu-se um aturado exercício de micro-história em que se utilizaram assentos paroquiais, testamentos, registos de passaportes, elementos iconográficos na posse da

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

família, imprensa periódica (mais de oitenta periódicos, a maior parte do Brasil). A investigação já desenvolvida sobre os Mello e Souza mostra-nos uma família com ampla inserção local e forte ligação ao Brasil, circunstância típica da região que assegurava contínuos fluxos de emigrantes para esse destino¹.

2. De Abragão para o Brasil

O nó conjugal que assegura esta fieira migratória encontra-se em Custódio José de Mello ao casar com Maria Josefa, filha de José Patrício de Souza, nos finais do século XVIII. Ambos de Abragão, Penafiel, a conjugação dos apelidos passa a sinalizar a descendência – Mello Souza ou Mello e Souza. Da descendência de Custódio, reteremos o filho Carlos (nascido em 2.3.1784, em Abragão), que encontramos a casar em 1806, com Maria Joana de Oliveira Couto, cujos descendentes discutiremos agora.

Terá sido pela via da família de Maria Joana que os novos Mello Souza tomaram esse destino, pois quatro dos seus irmãos já estavam no Brasil quando os filhos do casal partiram para lá. Deste laço conjugal que uniu Carlos e Maria Joana nasceram pelo menos onze filhos entre 1807 e 1829, quatro raparigas e sete rapazes. Destes últimos, cinco emigraram para o Brasil: José António (1813-1859, falecido no Rio de Janeiro com 46 anos); Francisco (1816-1886, também falecido no Rio com 70 anos); Manuel (1822-1879, que veio morrer em Abragão, aos 56 anos); Rodrigo (1829-1898, que faleceu também em Abragão com 69 anos); Joaquim (1827-1850, cujo destino brasileiro foi breve). Será essencialmente sobre estes irmãos que partiram para o Brasil que nos vamos alongar.

Dos outros irmãos, sabemos que Bernardino (n.1824) se casou e se estabeleceu na cidade de Penafiel em 1849, aos 28 anos, alimentando com os irmãos da emigração uma relação estreita (compadrio, representação legal, beneficiado nos testamentos), mantendo igualmente negócios regulares ligados à importação de couros crus e exportação de couros trabalhados, através da sua fábrica de curtumes no Arrabalde.

Das quatro irmãs, sabemos que Ana Joaquina e Margarida Rosa mantiveram também relações estreitas com parentes do Brasil, nomeadamente enviando cada uma um filho (Francisco José de Oliveira Couto e Manuel de Oliveira Souza Mello,

¹ Este texto constitui uma apresentação breve da cadeia migratória em causa, dados os limites da publicação. Está em curso a elaboração de uma versão mais alargada da saga familiar destes Mello e Souza no transcurso Portugal-Brasil.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

respetivamente) para o Rio de Janeiro ao cuidado dos seus irmãos, com quem partilharam negócios.

3. No Brasil: a rede de acolhimento dos tios

Ao Brasil estendia-se então a parentela, com os quatro cunhados de Carlos, irmãos de sua mulher Maria Joana, a saber: Francisco José Oliveira Souza (1787-1851), José Joaquim (1793-?), Joaquim (1796-1862) e António (1810-?), alguns dos quais teriam emigrado ainda na fase colonial do Brasil ou no período do Reino Unido, pois Francisco e Joaquim já viviam no Rio de Janeiro em 1819². Estes irmãos constituem um sólido nó da rede familiar que acolheu e orientou os sobrinhos recém-chegados, revelando uma boa inserção na sociedade brasileira.

Francisco José Oliveira Souza integrava nos anos da década de 1840 a mesa da assembleia geral do Banco Comercial, era o provedor da Ordem Terceira do Carmo e fazia parte da Sociedade Amante da Instrução, como nos mostra o *Jornal do Comércio*.

Joaquim e de António também dão publicidade ao tipo de negócio e à relação comercial com o sobrinho Francisco, filho de Carlos. A imprensa revela os Manifestos da Alfândega, onde Joaquim era avisado, em 1840, para recolher mercadoria ida da cidade do Porto, aparecendo também na exportação de couros para Trieste, Lisboa, Montevideo, etc. (*O Despertador Commercial e Político, RJ*, 10 de abril de 1840.). A sua casa de comércio da rua do Carmo surgia em anúncios pagos, referindo intermediação no aluguer de casas, na venda de propriedades, no trespasse de lojas, no aluguer ou oferta de mão-de-obra e na venda de escravos. Em 1842, a sua firma “girava” com a designação *Joaquim de Oliveira Souza & Sobrinho – loja de couros*, que venderia ao sobrinho Francisco no ano seguinte.

O seu irmão António estava também estabelecido no Rio sendo que, em 1833 e anos seguintes, a sua atividade comercial era referida na imprensa (viagens de negócios, transações em couros, contribuição em subscrições caritativas). Em abril de 1845, surgia o anúncio do trespasse do seu negócio da rua da Quitanda ao mesmo sobrinho Francisco.

² Como se pode comprovar pelo assento de batismo do seu sobrinho Joaquim, em que ambos eram dados como “assistentes no Rio de Janeiro”. Cf. Arquivo Distrital do Porto - *Freguesia de Abragão – Assento de Batismo, 1016, de 17-11-1819*.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Nesta família alargada encontramos um padrão de cultura comercial que se repete com adaptação às dinâmicas locais: a atividade do comércio a retalho a que se dedicaram alguns membros da família em Abragão e Penafiel – como Carlos Mello e Souza que manteve um negócio de mercearia, ferragens, louça fazendas, cera, etc. -, e que se repete no Brasil através da atividade dos seus cunhados e depois dos filhos e sobrinhos. Os tios Francisco, Joaquim e António eram referenciados na imprensa em franca e produtiva atividade, com casas nas principais ruas do Rio de Janeiro, e os “acolhidos” vão seguir e ampliar esse caminho.

4. Francisco, o “brasileiro”, nas carnes verdes e curtumes

Dos percursos dos cinco irmãos, filhos de Carlos e Maria Joana, ressalta a trajetória singular de Francisco José de Mello e Souza (inicialmente Mello Souza). Chegou ao Brasil em data imprecisa, mas antes de 1838, pois nesta altura, com 22 anos, já estava no Rio de Janeiro, a trabalhar com os tios António e Joaquim, na condição de “caixeiro”. Em 1842, tomava parte numa das sociedades com o tio Joaquim, a já referida *Joaquim Oliveira Souza e Sobrinho* e no ano seguinte, já o vemos sozinho no negócio (*Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, de 29 maio de 1843).

A sucessão geracional, a necessidade de preparação de trespasse dos negócios e os bons resultados da atividade de tios e sobrinho deverão ter aconselhado a ida dos outros dois irmãos: em 1844, partiam Manuel, com 20 anos e profissão de caixeiro, e Rodrigo, com 15 anos (Arquivo Distrital do Porto - *Registos de Passaportes* n.º 1917 e n.º 1918, de 1844).

Seguindo o costume na transmissão e retirada de negócio, Francisco avançou depois, como se disse, para a compra da firma ao tio António, diversificando o comércio dos couros e introduzindo a representação de produtos estrangeiros, nomeadamente cola e cera para o tratamento dos curtumes. Em 1851, Francisco acabaria por vender estes negócios da rua do Carmo e da rua da Quitanda, partindo para outros desafios.

Na verdade, em 1851, o *Almanak Administrativo* já o incluía nos negociantes de gado *vacuum*. Gado, couros, carnes verdes eram segmentos de um negócio que podia ser verticalizado e concentrado, com vantagem numa configuração de fileira. A visão de Francisco para o seu horizonte empresarial passava por controlar a compra do gado, a montante, para assegurar o abastecimento e controlar os preços, induzindo o aumento de

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

consumo de carne verde, através da modernização comercial dos talhos e o controlo do mercado. Controlava e aumentava, por outro lado, a produção de couro, a matéria-prima para a sua indústria de curtumes, que organizara a partir dos estabelecimentos trespassados pelos tios, mas erguendo um edifício industrial considerado modelo para a época. Tratava-se, na verdade, de um processo de concentração comercial e industrial, cuja relevância podemos acompanhar pelos jornais da época. Processo este que ficou como um episódio significativo na história do abastecimento de carnes verdes ao Rio de Janeiro, dado o volume do negócio e o complexo jogo de interesses económicos que enfrentou. Um projeto para eliminar a concorrência, um monopólio, assim o acusavam os concorrentes inimigos, em especial os ligados aos produtores de gado!

Seria mesmo um projeto devidamente arquitetado ou apenas a sequência de decisões que ia tomando casuisticamente? Se os concorrentes viam um processo de controlo do mercado, o consumidor urbano poderia beneficiar da normalização da compra de gado, ajustado a prazo e em quantidade, garantindo-se o abastecimento mais regular da carne verde, oferecida em instalações mais adequadas e higiénicas, com estabilização dos preços, eliminando-se por essa via os múltiplos, pequenos e arcaicos talhos sem qualidade e sem garantia de abastecimento. A concentração das atividades segundo o modelo descrito poderia trazer consigo a normalização do mercado das carnes verdes. Foi em torno destes pontos de vista opostos que desenrolou uma luta comercial com óbvias incidências políticas, dado interessar a toda a população e tocar no ponto vital do abastecimento de um segmento determinante na alimentação da população.

Francisco, pelos seus 30 anos, largava, assim, a rotina comercial da rede familiar e arriscava voos mais altos, o que fazia na companhia de parceiros de origem francesa, indo mais além do negócio tradicional dos curtumes. Ao mesmo tempo que modernizava este tipo de produção, muito dependente da abundância do gado para abate, avançava para as questões cruciais do abastecimento da capital do Império.

Neste quadro encontrámos referências ligando Francisco José de Mello e Souza a uma participação numa “sociedade francesa”, organizada em setembro de 1847, conforme denunciava um *Comunicado* anónimo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, nos inícios de 1848. Era uma forte diatribe acusatória contra a dita “sociedade”, formada por vários “estrangeiros”. Para além de Francisco, os outros “sócios” seriam conhecidos curtidores e surradores estabelecidos no Rio de Janeiro, que assim cartelizavam a sua

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

atividade e partiam para a verticalização, passando a distribuir também carnes verdes. A dita sociedade, que o redator ironizava de “filantrópica”, alegaria pretender fornecer a capital de “boa carne verde por preços razoáveis”. O anónimo *Decano* que assinava o texto procurava alertar as autoridades municipais para os atos de “pirataria” que estavam em causa, dado a “sociedade” assumir uma atitude monopolista sobre o abastecimento do gado *vacuum* ao Rio de Janeiro. Da sua estratégia constaria ainda o domínio sobre todos os curtumes importantes da capital, a compra das boiadas de uma forma astuciosa, com a criação artificial de escassez de gado - guardado em curros e pastos próprios e longe da vista de todos -, gado que apareceria quando os preços do mercado fossem convenientes.

Aquele “Comunicado” dava o mote às hostilidades que correriam a imprensa ao longo de vários anos, com as acusações a subirem de tom à medida que os negócios de Francisco prosseguiam e se alargavam, tanto nos objetivos como nas pessoas envolvidas. Se bem que, a polémica tenha perpassado, sobretudo nos jornais do Rio como o *Diário do Rio de Janeiro*, *O Republico*, *O Grito Nacional*, *O Correio Mercantil*, o *Jornal do Comércio*, *O Correio da Tarde*, *O Velho Brazil*, a *Marmota Fluminense*, *A Pátria*, *O Profeta* ou o *Periódico dos Pobres*, entre outros, também teve eco nos jornais de outras paragens como *O Brado do Amazonas*, o *Diário de Pernambuco* ou *O Liberal Pernambucano*. Nestas circunstâncias, a visibilidade de Francisco ampliou-se, desaparecendo, por detrás dele, os outros envolvidos nos negócios da dita “sociedade”. O comércio das carnes verdes para abastecimento da população crescente do Rio de Janeiro tornara-se um dos pontos quentes da política local e nacional, com fortes reflexos na opinião pública e nas disputas políticas do Congresso (Martins, 2019).

Francisco de Mello e Souza também tinha a sua imprensa e aí surgia como o imigrante empreendedor, que lutava pelo sucesso pessoal muito desejado, mas também como honrado adepto do progresso e do desenvolvimento da terra onde escolhera viver e a bem do qual ia dispondo dos seus capitais. Em escassos anos, passara de modesto caixeiro a homem de negócios com substanciosos cabedais e, nesta qualidade, fora acumulando a condição de detentor de um importante Curtume em S. Cristóvão, de negociante de gado *vacum*, de proprietário de numerosos açougues no Rio, acionista e diretor de várias

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

instituições, etc.³. Por estas razões e por ser português, reuniu também ódios por parte dos que se assumiram contra os “estrangeiros”, particularmente das correntes lusófonas, mas também daqueles a quem os seus negócios vinham pôr em causa interesses instalados.

Francisco e “associados” tornaram-se rapidamente os mais importantes negociantes na compra e abate de rezes, monopolizando a transformação das peles e vendendo a carne a preços estabelecidos, com peso garantido e com boas condições sanitárias nos designados “Talhos Monstros”⁴. O grupo, alegadamente, pretendia responder – com os óbvios dividendos – às crises do abastecimento de gado bovino à capital, que colocavam a população perante a escassez, os altos preços e a péssima qualidade do produto e dos lugares de venda. Estes eram argumentos que colhiam positivamente entre os seus apoiantes. A este propósito, o *Periódico dos Pobres* do Rio, de Janeiro de 1854, em notícia intitulada *Venda de carne verde em Nitheroy*, afirmava:

«Parabéns ao Sr. Mello. Os moradores de Nitheroy sofriam há muito com a venda de carnes nesses açougues (...) graças ao muito digno e honrado cidadão o Ilustríssimo Sr. Francisco José de Mello e Souza que mandou para ali carne muito boa para se vender a 120 réis [a libra], preço que sempre será sustentado, como o tem sido nos seus açougues monstros na Corte (...). Viva o Sr. Mello.»

Do outro lado da barricada, os ataques saíam cerrados numa imprensa que se dizia pretender defender os interesses dos pequenos produtores de gado e que transcrevia opiniões demolidoras sobre os “sócios”:

«miseráveis, audaciosos e insolentes estrangeiros (...) dos quaes é chefe o galego Francisco José de Mello e Sousa, (...) a carne fresca é monopólio de três miseráveis estrangeiros, à testa dos quaes se acha um, há bem pouco tempo desgraçado caixeiro de uma casa de couros possuindo apenas os inseparáveis tamancos e hoje é o monopolista mor do reino, o galego Francisco» (O Grito Nacional, 7 de janeiro 1853).

Mais uma vez, o nome apontado como chefe dos monopolistas era o do “galego Mello e Souza”, que acabava de comprar vários açougues e negociava a compra de outros, “para que só ele fique em campo, vendendo só ele a retalho a carne fresca do gado, que exclusivamente só ele vende no matadouro”. Estas denúncias, que vinham dos pequenos

³Para além das ações que possuía do Banco do Brasil, onde se situava quanto ao número de ações num lugar cimeiro, logo atrás da Imperatriz e da rainha de Portugal, foi acionista da Empresa Tipográfica 2 de Dezembro, da Companhia Geral de Seguros Feliz Lembrança, acionista e membro da direção da Companhia Tranquilidade de Seguro de Vidas Livres e de Escravos, acionista do Banco Rural e Hipotecário, membro da Junta Inspectora da Companhia Tutora Brasileira de Seguros, entre outros.

⁴Entre 1856 e 1858, Francisco teria 30 talhos em seu nome, no Rio de Janeiro, segundo vários periódicos.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

retalhistas da concorrência, viravam-se contra “o estrangeiro”, sendo, porventura, exageradas na tradicional expressão da lusofobia que via no comerciante de origem portuguesa o causador de todos os males, em especial nas subidas de preços.

Os ataques sofridos levaram Francisco a ripostar, fazendo publicar diversa correspondência que, a seus olhos, o ilibava das acusações que lhe eram dirigidas:

«Sr. Redactor, prometi ao seu jornal do dia 10 continuar a publicar novos documentos, sempre irrefragáveis, para destruir a gravíssima e injusta acusação que alguém fez pesar sobre mim de haver eu formulado e dirigido o monopólio das carnes verdes, fazendo encarecê-las, retendo as boiadas com o fim de obter um contracto. Sirva-se pois V. M. de publicar na sua folha de amanhã os documentos inclusos, enquanto não recebo outros que espero, para provar que gado havia em Santa Cruz quando se afirmou haverem lá 1.300 rezes pertencentes aos monopolistas» (Correio Mercantil, 14 de janeiro 1854).

A temática veiculada pela imprensa era de importância crucial para o universo da população, desde os fornecedores de gado provenientes de Minas aos consumidores (“as duzentas mil bocas que [era] preciso alimentar na capital do Império”), das autoridades responsáveis pelo abastecimento aos “atravessadores”.

Francisco e os seus associados tentaram avançar para a constituição de uma “Associação para a Indústria dos Curtumes e da sua anexa necessária, a venda das carnes verdes”, referida na imprensa como a Companhia dos Curtumes ou também Companhia do Rio de Janeiro, tanto mais que a publicação do Código Comercial, em 1850, viera facilitar/estimular a criação de sociedades anónimas e comanditas, que, desde aí, proliferaram. Em setembro de 1854, o jornal *O Propheta* publicava um ofício da polícia sobre a pouca transparência com que estava a ser tratada essa negociação, revelando que as ações da dita companhia, ainda sem existência legal, tinham já sido vendidas de forma particular. Na verdade, as diligências arrastavam-se e, em 24 de agosto de 1855, o *Correio da Tarde* veio, aparentemente, antecipar notícias: “Consta que os estatutos da companhia dos curtumes e carnes verdes, de que é diretor o sr. Mello e Souza foram aprovados com emendas pelo governo imperial”. A expectativa falhou, no entanto, porque em janeiro seguinte era publicado em vários periódicos o seguinte anúncio:

«Não se tendo effectivamente incorporado a Companhia de Cortumes como Sociedade Anonyma, por motivos alheios à minha vontade. Os Srs accionistas que em confiança realizaram parte das respectivas entradas são convidados a vir receber desde hoje, do meio dia às 3 horas, no meu escritório na rua de S. Pedro n.º 69 as quantias que me entregaram e os juros de mora”. 29 de janeiro de 1856. Francisco José de Mello e Souza.»

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Francisco assumia publicamente o desaire e ressarcia aqueles que haviam confiado no projeto. Na *Exposição do Visconde de Mauá aos seus credores* pode ver-se uma referência crítica a esta Companhia, nomeadamente à ligação entre o processo de monopolização do comércio das carnes verdes como base para a produção de matéria-prima para os couros, para a qual Mauá concorreu com um sexto do capital e com um prejuízo final superior ao capital integral da empresa (Mauá, 1878: 47).

Francisco continuou, porém, a colaborar com outros negociantes estrangeiros, conhecidos da praça do Rio de Janeiro e persistiu no seu papel de arrematante de contratos e negociante de gado, mantendo ainda por algum tempo uma supremacia significativa no negócio das carnes verdes e na indústria de couros. A situação só começou a alterar-se quando o governo criou, em 1858, uma agência oficial para a aquisição de gado, mas, em 1864, Francisco ainda tinha relevância neste comércio (*A Atualidade – Jornal da Tarde*, 4 de janeiro 1864).

Não obstante todos os ataques, Francisco José de Mello e Souza ganhava notoriedade como homem de negócios. Para além das referências anteriores, refira-se a participação na Associação Central de Colonização, criada para introduzir colonos europeus no Brasil, sob a forma de trabalho contratado, na sequência da legislação que punha fim do tráfico de escravos (1850). Em maio de 1856, da reunião promovida no salão da Praça do Comércio para eleger a direção, de entre os eleitos constava Francisco, ao lado da fina-flor empresarial da época no Rio de Janeiro. Não tardaram os vários comentários na imprensa adversa contra o papel de Francisco José de Mello e Souza, desdenhando da assinatura do contrato da Associação com o Governo, datado de 27 de março de 1857, para a introdução de colonos, sugerindo desconfiança face aos recentes insucessos do “Mello carnicheiro” e a sua eventual inclinação para se concentrar na população dos Açores para efeitos de recrutamento. É verdade que o trabalho desta Associação esteve longe de alcançar os objetivos iniciais na sua plenitude, em face das condições oferecidas para a locação de serviços na lavoura, mas funcionou, sendo dissolvida apenas em 1865, não obstante todas as críticas de que foi alvo pela incapacidade de conseguir as vagas de trabalhadores que se pretendiam para a lavoura.

Mas, de entre as várias intervenções empresariais, o relevo terá de ser dado à da Companhia de Ferro Carris da Tijuca, em cuja criação Francisco participou e assumiu forte responsabilidade. O Decreto de 29 de março de 1856 autorizava a organização de

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

uma Companhia para ligar, por carris, o Largo do Rocio até à Boavista, na Tijuca, projeto defendido longamente por Thomas Cochrane, que obteve a concessão, para logo o trespassar à dita Companhia, representada por três diretores: Francisco José de Mello e Souza, Alexandre Taylor e António da Rocha Miranda e Silva. Organizada em 1857, a Companhia comprometia-se a construir a estrada de carris em dezoito meses, com doze trens para passageiros e doze para transporte de carga.

Pela já referida *Exposição do Visconde de Mauá aos seus credores*, podemos conhecer a desconfiança inicial deste, as condições e a progressão do projeto que não o seduziu, sendo que se recusou mesmo a apoiá-lo. Não obstante a época favorável aos melhoramentos materiais, a Companhia não suscitou adesão aos acionistas, pelo que o núcleo organizador teve de subscrever partes substanciais do capital, acabando a Companhia por realizar um grande empréstimo com o Banco Mauá, mas sob responsabilidade individual das firmas dos diretores da empresa. Em janeiro de 1859 ainda se concluiu o primeiro troço do percurso, mas logo sobreveio o desastre financeiro: a assembleia-geral entregou a Companhia ao Banco, para solver parte da dívida, e os diretores tiveram de assumir as suas responsabilidades. Com o descalabro do Caminho de Ferro da Tijuca, Francisco e sua família tinham pela frente um horizonte adverso. Por escritura pública de 28 de setembro de 1860, Francisco declarou-se pessoalmente devedor da importância de cerca de 2.052:469\$000, dos quais 842:365\$000 a crédito de Mauá, comprometendo-se a pagá-la no prazo de 45 meses, juntamente com a sua mulher, e dando em garantia a hipoteca de todos os seus bens de raiz, móveis e semoventes (Silva, 2011:108-111).

A estrela de Francisco José de Mello e Souza nos negócios empalidecia, o que foi uma situação bastante genérica a estes empreendedores que nos meados do século XIX arriscavam em negócios coletivos que exigiam rápido capital e tardavam em gerar retorno líquido. Apenas com 44 anos e uma grande família a cargo, Francisco correu o risco de querer ir além dos curtumes e dos talhos que lhe tinham permitido voar financeiramente, mas o estatuto social de grande negociante e a chamada a grandes iniciativas da praça comercial, a que não soube resistir, levaram-no à ruína, esvaziando-lhe rapidamente os capitais antes acumulados.

Na sequência do destino ruinoso dos negócios, Francisco José Mello e Souza perdeu tudo. Em 1883, viu ser arrematada em praça a sua casa da rua do Imperador. Não obstante,

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

ali continuou a residir, por complacência de quem a adquiriu. Foi lá que morreu, três anos depois, em junho de 1886, viúvo, doente e afastado da vida que tivera. Alguns jornais fizeram eco do sucedido, recordando-o como o fundador da indústria dos curtumes no Rio, mas também pelo seu espírito culto e ânimo diligente. Um dos textos, mais alongado, relembra todo o seu percurso que era, na opinião do redator, o de um dos mais empreendedores vultos do comércio do Rio de Janeiro. Francisco começara como simples caixeiro, ganhara visibilidade com os “açougues monstros” e o controlo do fornecimento de gado das Minas, criando igualmente um moderno edifício industrial - o Curtume de S. Cristóvão, considerado modelar para a época (*Diário de Notícias*, RJ, 20 de junho de 1886).

5. Manuel e Rodrigo, os “torna-viagem”

Manuel chegou ao Rio de Janeiro em 1844, levando consigo o irmão Rodrigo. Ambos se iniciaram como caixeiros no comércio da família. Na maturidade, com dinheiro e sem família a cargo, desenvolveram um percurso cosmopolita, viajando juntos para a Europa várias vezes. Foram ambos agraciados por D. Pedro V e, em dezembro de 1873, receberam a comenda da Ordem Militar de Cristo pelos bons serviços prestados ao município de Penafiel (*Diário do Governo*, n.º 290, 22 de dezembro de 1873). Regressaram definitivamente a Portugal em datas diferentes.

Manuel foi um exemplo de uma atuação comercial em conexão com familiares diretos e compatriotas que chamou para o seu lado como sócios ou colaboradores, ilustrando as estratégias de fechamento comercial atribuído aos portugueses. Em 1854 surge numa sociedade, a *Machado e Mello*, com o seu primo, originário de Gaia, Manuel José Gonçalves Machado Júnior,⁵ com armazém de ferro, aço, cobre, chumbo e “fábrica de caldeireiro”, na rua da Alfândega. A *Machado e Mello* importava com regularidade do

⁵ Machado Júnior também teve uma trajetória de ascensão rápida no comércio, acionista de sociedades importantes e ligação a instituições de caridade e de cultura. Foi vice-presidente e depois presidente do Gabinete Português de Leitura, presidente da Imperial Sociedade Amante da Instrução – tornando-se comendador, tal como os primos Francisco, Manuel e Rodrigo. Desde 1854, fez parte da *Machado e Mello*, em 1868 formou uma nova sociedade, a *Machado, Costa e C^a* também em comércio de cobre em chapas, folha-de-flandres e fábrica de caldeireiro. O primo Machado Júnior terminou com os bens arrestados pela Fazenda Nacional.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Porto farta quantidade de peles preparadas, nomeadamente cordovões⁶, beneficiando dos contactos e da atividade empresarial dos Machado, em Gaia, e dos Mello, em Penafiel. Em 1864, Manuel, preparando já o regresso, retirou-se da sociedade, que continuou com o primo Machado e outro antigo colaborador, António Ernesto Rangel da Costa, sob a razão de *Machado & Costa*.

Paralelamente, Manuel tinha estabelecido, em 1852, uma outra sociedade com José Joaquim de Castro Júnior⁷ sob o nome de *Castro Júnior e C^a*, com um estabelecimento de fazendas na rua da Quitanda, firma dissolvida de comum acordo em 31 de janeiro de 1860. Contudo, a retirada implicou a transferência do negócio para Castro Júnior, que deu interesse ao antigo caixeiro de Manuel, o sobrinho deste, Manuel de Oliveira Souza Mello⁸, continuando o negócio em mãos familiares.

No ano seguinte, Manuel ampliou o seu leque de interesses. Para isso, formalizou uma nova sociedade, desta vez, com José Gonçalves Oliveira Sanches, em comércio de géneros norte-americanos, tais como máquinas para lavoura, instrumentos de agricultura e horticultura e outros produtos, com loja na rua da Alfândega. Neste caso, Manuel limitou-se a introduzir capital na empresa, como sócio comanditário – 30:000\$000. Em 1868, com a retirada de Manuel para Portugal, esta sociedade foi extinta, mas o negócio continuou nas mãos do compatriota Sanches.

Depois do regresso a Portugal, a vida de Manuel desenrolou-se de forma tranquila entre os campos verdes da sua terra. Aplicou a fortuna acumulada na aquisição de propriedades e deu verbas para melhoramentos e beneficência. Morreu inesperadamente, de forma trágica, aos 56 anos, suscitando o seu falecimento repercussões na imprensa:

“Dizem as folhas portuguesas de 23 de Julho que se suicidou em Abragão, concelho de Penafiel, atirando-se a um poço, o comendador Manuel José de Mello e Souza abonado proprietário e outrora negociante conceituado na praça do Rio de Janeiro” (O Cearense, 6 de Agosto de 1879).

⁶ De 1854 a 1860, atestamos, no *Correio Mercantil*, a chegada de muitos fardos de “peles preparadas” oriundas do Porto e dirigidas à *Machado e Mello*.

⁷ Castro Júnior levou para a sociedade a sua experiência já que tinha sido gerente desde 1831 de uma loja na mesma rua que deixou para se associar a Manuel.

⁸ Manuel José de Oliveira Souza Mello partiu para o Brasil ainda jovem para trabalhar como caixeiro do seu tio Manuel José de Mello e Souza, na loja de fazendas da rua da Quitanda. Quando em 1860 o negócio foi dissolvido, Castro não só lhe deu interesses, como deu ao seu primo Francisco José de Oliveira Couto. Em 1872, os dois primos assumiram já sozinhos uma ligação formal, ao criarem uma nova firma com outra dimensão e interesses, a *Mello e Couto*, para o comércio de fazendas por atacado.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Por sua vez, Rodrigo, chegado ao Brasil, seguiu as pisadas dos irmãos. Em 1846, com 17 anos, começou a representar os tios Joaquim e António e o irmão Francisco no negócio dos couros, em algumas viagens de negócio para o interior. Seis anos depois, em 1852, apenas com 23 anos, saiu do círculo de negócios com a família para se lançar com Bento José Peixoto, numa sociedade designada por *Souza & Peixoto*, para venda de carne seca, toucinho, farinha, queijos e mantimentos. Rapidamente estenderam a sua atividade por dois estabelecimentos, um na rua do Rosário e outro no Beco da Lapa e, em 1859, com 30 anos, vemo-lo como proprietário de “uma vasta casa” na rua de S. Cristóvão e terrenos na Praia do Saco do Alferes. Rodrigo acompanhava, ainda que discretamente, as opções financeiras do irmão Francisco, acompanhando-o na compra de ações da Associação Central de Colonização e do Banco do Brasil.

O ano de 1860 foi, de certo modo, um ano de viragem no percurso de Rodrigo. Para lá de ter sido o último ano de vigência da sua sociedade com Bento Peixoto, obteve a autorização para usar brasão de armas dos Mello e Souza e assumiu a decisão de divergir completamente dos negócios em que sempre trabalhara. Os capitais acumulados permitiram-lhe estabelecer formalmente, em 1875, uma sociedade com Marcelino Pereira de Moraes⁹, a *Moraes & Mello*, para a construção de três edifícios do governo, destinados aos Correios e Caixa de Amortização, à Bolsa de Comércio e um terceiro destinado a escritórios de bancos e companhias. *O Comércio do Porto*, transcrevendo o *The South American Mail*, noticiava que,

«depois de superadas todas as dificuldades que embaraçavam o começo da construção, verificou-se a 24 de Abril, com as solemnidades do costume, o lançamento da pedra fundamental do edifício destinado ao Correio e Caixa de amortização, dignando-se S.M. o Imperador honrar este acto com a sua augusta presença comparecendo também grande numero de sócios da associação e muitas pessoas gradas d’esta capital. Os actuaes empzarios da construção são os snrs. José Marcellino Pereira de Moraes e Rodrigo José de Mello e Souza. Estes cavalheiros deram desde logo principio aos trabalhos».

Dois anos depois, o edifício estava totalmente concluído e pronto para entrar em funções e, logo em 1880, a imprensa noticiava a cerimónia de assentamento da 1ª pedra, agora do edifício que serviria de Praça do Comércio. Este imóvel, como o dos Correios,

⁹ O bem-sucedido Marcelino Pereira de Moraes foi também alvo da lusofobia, recebendo mimos como: “portuguez chapado da família dos brutos e perigosos que vêm para o Brazil explorar e que se não morrem de febre amarella chegam a enriquecer depressa” (*A Gallegada*, 4 de maio de 1883).

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

tinha projeto do arquiteto, nascido português, Francisco Béthencourt¹⁰, sendo a empreitada adjudicada, como estava previsto, à dupla Moraes e Mello. No dizer dos entendidos, este projeto constituiu um certo progresso no ramo da construção civil brasileira (*Revista das Estradas de Ferro*, RJ, 1889).

Dos Mello e Souza que se estabeleceram no Brasil, Rodrigo foi aquele que, de forma consistente, esteve mais próximo dos interesses culturais da “colónia portuguesa” no Rio de Janeiro. Foi com o Retiro Literário Português, fundado em 1859, que Rodrigo estabeleceu, ao longo dos anos, a mais forte relação: em 1887, recebeu o título de Benemérito do Retiro, de que era sócio há muitos anos. Era também visitante frequente das sessões do Gabinete Português de Leitura, onde podia encontrar-se, igualmente, com alguns dos amigos e compatriotas. Apesar dos muitos anos passados em terras brasileiras, Rodrigo quis deixar marcas bem visíveis de ligação e reconhecimento à sua terra natal, mas também marcas da sua vida de sucesso. Ajudou os mais pobres e contribuiu para a criação e manutenção de agremiações de teor filantrópico, caritativo e cívico. O seu testamento (Oliveira, 2001) é um espelho dessas intenções, que se fundem com o que era expectável de um brasileiro de torna viagem.

6. Considerações finais

Neste exercício de micro-história, fomos à procura de emigrantes, procurando desenrolar alguns fios de vida de gente comum que engrossava a corrente migratória que rumava ao Brasil no século XIX. Partimos de um nó inicial, uma família da então paróquia de Abragão, concelho de Penafiel, captando a sua descendência e tentando sinalizar pontos referenciais nos percursos respetivos e procurando conferir a cada um dos descendentes a sua trajetória, perseguindo o lastro documental que conseguimos compulsar até ao momento.

Seguimos, assim, um grupo de homens em diferentes momentos das suas vidas no Rio de Janeiro e alguns também no seu retorno. Rodrigo e Manuel voltaram ricos e titulares de comendas, cumprindo o sonho brasileiro, mas nem todos atingiriam o seu desígnio. Alguns nem tiveram tempo de construir um futuro, porque a morte os ceifou muito jovens (Carlos Mello e Francisco Couto, por exemplo), ou ainda em idade ativa

¹⁰ Francisco Joaquim Béthencourt da Silva (1831-1911), nascido português no veleiro que conduzia o seu pai português e a sua mãe francesa como emigrantes para o Brasil.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

(Manuel de Mello). Outros perderam tudo o que haviam conseguido nos negócios incertos em que se envolveram, (como Francisco José de Mello Souza e Manuel Machado Júnior). Mas a “sorte” fazia parte do risco das suas vidas.

Todos partiram jovens, no quadro dos padrões migratórios da época, e tiveram o apoio familiar à chegada, tirocinando como caixeiros antes de alcançarem autonomia. Uns estabeleceram relações sociais mais amplas, arriscaram negócios em fase de euforia de crescimento económico, atingindo verdadeiro fulgor mercantil. Contudo, nem sempre atuaram com avaliação preventiva dos riscos, perdendo a luminosidade que a dado momento marcou as suas vidas, porém continuando o seu percurso brasileiro. Outros desenvolveram processos comerciais mais discretos, numa amplitude mediana, não constituíram família e voltaram à “terrinha” na idade outonal, fazendo-se notados no retorno. Para todos, reconhece-se uma atividade social no Brasil ligada a instituições beneficentes e/ou culturais. E alguma ligação ao ponto de partida, em termos de relações comerciais.

Os Mello e Souza (ou Mello Souza) de que falamos são o exemplo vivo de uma corrente de gente que, ao longo dos tempos, construiu a ligação entre Portugal e Brasil, procurando novas oportunidades num risco calculado quanto à inserção no mercado de trabalho brasileiro: a emigração fazia parte de um processo de aprendizagem, para a qual havia algumas estruturas de suporte, como as redes da parentela, de conterrâneos, de conhecidos que aguardavam os jovens que partiam ao apelo de um horizonte económico mais amplo. Redes de malha fina ou de malha solta, estas estruturas invisíveis mas fundamentais no apoio ao movimento migratório? Num tempo de marcação do individualismo, a crença dos jovens, das famílias e da sociedade em geral era a de que a definição da malha passava pela subjetividade de cada um e pelas suas capacidades de criação e/ou aproveitamento de oportunidades. Aparentemente, *o homo economicus* far-se-ia por si próprio enquanto ator racional, ainda que, de facto, o saibamos imerso nas vastas estruturas de um sistema económico implacável, no qual procurava encontrar equilíbrios quase sempre instáveis e, frequentemente, efémeros.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

A - Documentação de Arquivo:

Papéis da família Mello e Souza (Abragão) – PF

Correspondência de Rodrigo José de Melo e Sousa para seu sobrinho Francisco (1896 - 1897).

Documentação legal sobre o património familiar.

Fotografias de família.

Arquivo Distrital do Porto – ADP

Registos paroquiais das freguesias de Penafiel, Marco de Canaveses e Porto.

Documentação do Cartório Notarial de Penafiel.

Fundo da Escola Raul Dória.

Fundo do Governo Civil do Porto – Registo de Passaportes.

Arquivo Histórico Municipal do Porto - AHMP

Registo de testamentos.

Fundo Tomás Lobo: Livros de Carga da barca Amélia (1835-1852).

Arquivo Municipal de Penafiel – AMP

Fundo da Administração do Concelho.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia.

Fundo do Colégio do Carmo.

Biblioteca Municipal de Penafiel – BMP

Fundo Antigo.

B – Imprensa Periódica: Fundo da Hemeroteca Digital Brasileira

Correio Brasiliense (ING); *Actualidade* (A); *Jornal Político, Literário e Noticioso* (RJ); *Almanak Administrativo e Mercantil do Rio de Janeiro* (1844-1885); *Almanaque Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (1844-1889) (RJ); *Aurora Fluminense* (RJ); *Auxiliador da Administração do Correio da Corte* (O) (RJ); *Auxiliador da Industria*

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Nacional (O)(RJ); Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Jornal Official da Maçonaria Brasileira; Brado do Amazonas (O) (AMA); Brasil (O) – Orgão do Partido Conservador (RJ); Brasil. Ministério do Amazonas Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império. 1832-1888; Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal; Correio Oficial (RJ); Cearense(O); Conciliador (O) (MG); Correio da Manhã; Correio Oficial de Minas (MG); Correio da Tarde (O) ; Courier du Brésil: Politique, Littérature, Revue des theatres, sciences et Arts, Industrie, Commerce (RJ); O Despertador (O) (RJ); Diário do Maranhão (MA); Diário de Notícias (RJ); Diário de Pernambuco (PE); Diário do Rio de Janeiro; Federação (A) – Orgão do Partido republicano; Folha Nova (A) (RJ); A Gallegada: Folha Reaccionaria (RJ); Gazeta Jurídica: Revista Mensal de Doutrina, Jurisprudência e Legislação (RJ); Gazeta Lusitana: Publicação semanal dedicada à Colónia Portuguesa no Brazil (RJ) 1873-1887; Gazeta da Tarde (RJ); Gazeta de Notícias (RJ);Globo (O (RJ)); Grandense: Periódico Comercial ;Grito Nacional (O) (RJ); Guia das Cidades do Rio de Janeiro e Niteroi Para 1883 (RJ); Imprensa (A) (MA); Jornal do Comércio do Rio de Janeiro; Jornal do Penedo (AL); Jornal do Recife (PE); Liberal Pernambucano (O) (PE); Marmota Fluminense (RJ); Monitor (O) (MG); Monitor Campista (RJ); Nação (A) (RJ);Novo e Completo Índice Cronológico da História do Brasil (RJ);Pátria (A); Paiz (O) (MA); Profeta (O)– jornal politico; Repórter (O) (RJ); Republico (O) (RJ);Revista de Engenharia (RJ); Rio (O (RJ)); Três de Maio (RJ); Velho Brasil (O) (RJ); Voz da Nação(A) (RJ);13 de Maio (O) (RJ).

Imprensa Periódica Portuguesa

Alarme (O) - Semanário republicano (Penafiel).

Almanaque do Porto e Vila Nova de Gaia – 1843, 1844, 1845.

Almanaque - Anuário de Penafiel –1935, 1936.

Comércio do Porto (O).

Directorio civil, político, comercial, estatístico da cidade do Porto e Villa Nova de Gaya de 1846.

Diário do Governo (Portugal) – 1851, 1866, 1873, 1874, 1877, 1884, 1889, 1890.

Penafidelense (O): Folha política, literária e noticiosa (Penafiel).

Periódico dos Pobres do Porto.

Jorge Fernandes Alves e Maria José Moutinho Santos – *Emigração e rede familiar. Os Mello e Souza – de Abragão ao Brasil oitocentista*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 153-172. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a7

Tempo (O) – Jornal independente (Penafiel).

Bibliografia:

ALVES, Jorge Fernandes, 1994, *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos.

ALVES, Jorge Fernandes, 2000, «Atalhos batidos - a emigração nortenha para o Brasil», *Atalaia / Intermundos: revista internacional de exegese contemporânea*, Vol: 6/7, pp. 297-308.

KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maira Inês (org.), 2019, *Variações da micro-história no Brasil: temas, abordagens e desafios*, São Leopoldo, Oikos.

MARTINS, Marcos Lobato (2019), «A participação do sul de minas no abastecimento de carne verde do rio de janeiro: 1858-1864», *Tempos Históricos*, volume 23, p. 238-271.

MAUÁ, Visconde (1878), *Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá e C e ao público*, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, João Rodrigues de (2001), *Casa da Botica (Abragão, Penafiel)*, Porto, CEGHHF da UMP, 2001.

PACHECO, Elsa; ALVES, Jorge Fernandes (2013), «Rede migratória, integração social e refluxos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso», in ARAÚJO, M. M et al. (eds), *Os "brasileiros" enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Braga / Rio de Janeiro, CITCEM / Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, Elisiane et al. (org), 2011, *Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica*, Brasília, Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

TILLY, Charles, 1990, «Transplanted Networks», in Yans-McLaughlin, Virginia (ed.) *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*, Oxford University Press, New York.

As eleições legislativas de 1921 no Alentejo¹

The 1921 legislative elections in the Alentejo

Les élections législatives de 1921 dans l'Alentejo

Las elecciones legislativas de 1921 en Alentejo

Manuel Baiôa
CIDEHUS, Universidade de Évora
manuelbaioa@hotmail.com

Resumo: O presente estudo incide sobre as eleições legislativas de 1921 ocorridas nos seis círculos eleitorais do Alentejo. Aborda os tópicos referentes à contextualização política, à escolha dos candidatos a deputados, a campanha eleitoral, o clientelismo, os acordos e as fraudes eleitorais. Apresenta ainda uma revisão dos resultados eleitorais do Alentejo, demarcando-se dos números seguidos pela historiografia portuguesa.

Palavras-chave: Eleições, clientelismo, I República, Alentejo.

Abstract: This study focuses on the 1922 legislative elections that took place in the six electoral districts of the Alentejo (Portugal). It addresses topics related to political contextualization, the choice of candidates for deputies, the electoral campaign, clientelism, electoral fraud and agreements. It also presents a review of the electoral results of the Alentejo, moving away from the numbers followed by Portuguese historiography.

Keywords: Elections, clientelism, 1st Republic, Alentejo.

Résumé: La présente étude se concentre sur les élections législatives de 1921 qui ont eu lieu dans les six circonscriptions de l'Alentejo (Portugal). Il aborde des sujets liés au contexte politique, au choix des candidats aux députés, à la campagne électorale, au clientélisme, aux accords et à la fraude électorale. Il nous présente également une révision des résultats électoraux de l'Alentejo, s'éloigner les chiffres suivis par l'historiographie portugaise.

Mots-clés: élections, clientélisme, 1ère République, Alentejo.

Resumen: El presente estudio se centra en las elecciones legislativas de 1921 que tuvieron lugar en los seis distritos electorales del Alentejo (Portugal). Aborda temas relacionados con el contexto político, la elección de candidatos a diputados, la campaña electoral, el clientelismo, los acuerdos y fraudes electorales. Además, presenta una revisión de los resultados electorales del Alentejo, que los desvincula de las cifras seguidas por la historiografía portuguesa.

Palabras clave: elecciones, clientelismo, primera República, Alentejo

Introdução

O presente artigo incide sobre as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados ocorridas em 1921 nos seis círculos do Alentejo (Portalegre, Elvas, Estremoz, Évora, Beja e Aljustrel). Abordamos a contextualização política; o processo

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

que levava à escolha dos candidatos a deputados; a campanha eleitoral; os acordos, as fraudes e as irregularidades ocorridas nos atos eleitorais; e finalmente a análise dos resultados eleitorais. Como complemento, em anexo, apresentam-se os quadros com os resultados eleitorais. Não iremos abordar o tópico referente à legislação eleitoral, que já tem sido amplamente explorado (Almeida, 1998 e 2014; Lopes, 2011 e 2013; Pereira, 2014).

Os estudos sobre as eleições legislativas da I República de Oliveira Marques (1978: 589-644; 1980: 126-128) foram pioneiros e os resultados finais apurados para cada uma das eleições continuam a ser usados por toda a historiografia portuguesa. Contudo, conhecem-se várias imprecisões, fruto da dificuldade em identificar a orientação política de alguns deputados, e por esses resultados terem sido obtidos principalmente com recurso a fontes da imprensa, que não incorporaram alterações ocorridas nas comissões de verificação de poderes. Ainda assim, continuamos a usar neste estudo os resultados nacionais das eleições legislativas de 1921 propostos por Oliveira Marques (1980: 128), pois para estas eleições ainda não foi apresentada uma revisão dos mesmos, como já ocorreu para as eleições de 1918 (Silva, 2006, II: 177) e 1925 (Queiroz, 2010: 63-94; Baiôa, 2015: 309). Já em relação aos resultados eleitorais dos seis círculos do Alentejo, apresentamos neste estudo uma nova proposta com base nas fontes depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar.

As eleições legislativas da I República não têm sido objeto de muitos estudos de carácter regional e local (Serra, 1987; Menezes, 1992; Queirós, 2003; Cruz, 2007; Sequeira, 2014; Queiroz, 2015). Contudo, estas investigações são fundamentais para conhecer o processo político e os candidatos num contexto específico e singular. Para o Alentejo existem alguns trabalhos que abordam fugazmente esta temática (Silva, 1996; Baiôa, 1997 e 2000; Almeida, 1997; Faustino, 1997; Piçarra, 2010; Piçarra & Pinto 2010; Bernardo, 2013) onde se destacam os roteiros republicanos dedicados a Portalegre (Ventura, 2010), Évora (Matos, Bernardo & Rodrigues, 2010) e Beja (Piçarra & Mateus, 2010). Recentemente foram publicados dois estudos sobre as eleições legislativas de 1922 e 1925 no Alentejo, que têm uma estrutura semelhante à abordada neste artigo (Baiôa 2020; Baiôa 2021). Todavia, não existe nenhum estudo sistemático sobre as diversas eleições legislativas ocorridas durante a I República no Alentejo. Ainda assim, os dados apurados demonstram alguma singularidade desta região, com

uma afirmação precoce do Partido Republicano Português, ainda durante o período monárquico. Após a implantação da República o PRP manteve-se como partido dominante, ainda que no Baixo Alentejo tivesse de disputar a liderança com a União Republicana e no Alto Alentejo com o Partido Republicano Evolucionista. O Sidonismo e o pós-guerra contribuíram para uma afirmação das forças políticas conservadoras alentejanas ligadas aos meios agrários e às associações patronais, embora o PRP continuasse a liderar o sistema político.

As principais fontes arquivísticas utilizadas neste estudo foram as depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar onde se encontra toda a documentação oficial das eleições legislativas. O que não significa que espelhe o que realmente se passou, já que as fraudes e falsificações não foram exclusivas das assembleias eleitorais. Verificaram-se também nas próprias comissões de verificação de poderes. Mas eram estas que proclamavam os deputados eleitos.

Teria sido muito importante identificar arquivos privados que retratassem os bastidores das eleições, com as negociações, os acordos e as fraudes. No entanto, para além do Fundo Tomé José de Barros Queirós e do Arquivo António Lino Neto utilizados neste estudo, não conseguimos encontrar para o Alentejo este tipo de arquivos, conforme já foram identificados para outras regiões (Queirós, 2008: 115-116; Baiôa, 2015: 291-317). Recorreu-se, pois, à imprensa nacional e regional e às memórias identificadas nas fontes e na bibliografia para obter o máximo de informações sobre estes tópicos, de modo a cruzá-los com as fontes oficiais.

1. O contexto político

A IV legislatura (29.5.1919 a 1.6.1921) revelou-se a mais instável da I República. Uma série de fatores contribuíram para que o Parlamento se tornasse num local onde deputados e senadores obstaculizavam o normal funcionamento do poder executivo, o que levou à formação de dez governos. Embora as eleições de 11 de maio de 1919 tivessem ditado uma nova maioria absoluta para o Partido Republicano Português (PRP) e uma perspectiva de alguma estabilidade política, a situação rapidamente se alterou. As forças republicanas conservadoras chegaram a um entendimento em outubro de 1919 no sentido de formarem o Partido Republicano Liberal (PRL) que aglutinava o Partido Republicano Evolucionista, a União Republicana, o Partido Centrista Republicano e a

Conjunção Republicana da Beira. A constituição do PRL abria a esperança de o regime republicano encontrar uma solução de alternância pacífica dentro do quadro constitucional entre o PRP e o PRL (Leal, 2008: 50-85).

Este período também ficou marcado por indefinições na liderança, conflitos internos e dissidências dentro do PRP. Por um lado, havia diferenças ideológicas profundas a nível interno, como ficou patente na revisão constitucional de 1919 e, por outro lado, a falta de coesão do grupo parlamentar acarretava um fraco apoio aos governos do PRP. Assim, em março/abril de 1920, dezanove deputados e dez senadores, liderados por Álvaro de Castro, abandonaram o PRP e formaram o Grupo Republicano de Reconstituição Nacional, mais tarde transformando em Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN). Alguns meses mais tarde, este partido conseguiu criar um grupo parlamentar constituindo por trinta e três deputados e dez senadores. Simultaneamente houve mais duas cisões temporárias dentro do PRP. A primeira foi liderada por Domingos Leite Pereira, que formou um grupo dissidente no Parlamento em novembro de 1920, embora já estivesse em guerra aberta com a facção maioritária liderada por António Maria da Silva desde o ano anterior. A segunda surgiu no Porto, no início de janeiro de 1921, denominada Núcleo Republicano Regionalista do Norte. Estes dois grupos eram reduzidos. E mais circunscritos ficaram quando a maioria dos seus membros decidiu regressar ao PRP no final de 1921, no rescaldo da “Noite Sangrenta” e do fracasso eleitoral nas eleições legislativas desse ano (Silva, 1996: 36-51; Queirós, 2008: 30-42; Leal, 2014: 150-197).

Com estas cisões, o PRP perdeu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados desde março de 1920 e o país deixou de ter um partido que suportasse executivos sólidos. O Presidente da República viu-se obrigado a nomear governos de concentração ou minoritários que tiveram vida curta. Entre março de 1920 e maio de 1921 formaram-se oito governos com as mais variadas combinações. Acompanhando parte significativa da opinião pública, muitos políticos consideravam que a única solução passava pela dissolução do Congresso.

A facção maioritária do PRP, liderada por António Maria da Silva, estava empenhada na dissolução parlamentar para tentar obter uma nova maioria parlamentar, esmagando as cisões nas urnas e na mesa das negociações. As futuras eleições permitiriam ainda renovar o seu grupo parlamentar, tornando-o mais coeso. O PRL

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

também estava interessado na dissolução. A sua estratégia passava por persuadir o Presidente da República (oriundo da sua área política) a nomear um governo liberal e a dissolver simultaneamente as Câmaras. Assim, poderia “fazer” as eleições de forma a obter uma maioria parlamentar que lhe permitisse suportar um governo consistente.

À margem dos partidos e doutros agrupamentos políticos, a GNR e algumas forças militares lideradas por republicanos radicais próximos de Liberato Pinto revoltaram-se a 21 de maio de 1921, a pretexto de uma alegada conspiração que colocaria Bernardino Machado na chefia do Estado e Álvaro de Castro na chefia do governo. Invocaram ainda outras razões, como a transferência de oficiais e a proposta de remodelação da GNR, pelo que exigiam a demissão do governo e a dissolução parlamentar. O governo encontrava-se profundamente fragilizado e a sua falta de coesão já tinha levado à demissão de alguns ministros (*Diário de Lisboa*, 27.5.1921, p. 1; Silva, 1996: 20-55; Leal, 2008: 47-102; Baiôa, 2014: 1-14).

O Presidente da República, António José de Almeida, demitiu o governo presidido por Bernardino Machado e convidou Tomé de Barros Queiroz, líder do PRL para formar governo, com a promessa de que o Parlamento seria dissolvido após consulta ao Conselho Parlamentar e se realizariam novas eleições. O Presidente da República cumpriu a promessa e dissolveu as Câmaras no dia 1 de junho de 1921 e marcou eleições legislativas para o dia 10 de julho.

2. As candidaturas apresentadas no Alentejo

O Partido Republicano Liberal começou a preparar estas eleições desde o Ministério do Interior, nomeando os seus notáveis para os cargos de governador civil e administrador do concelho. O PRL estabeleceu acordos pré-eleitorais preferencialmente com o PRP em vários círculos para a distribuição dos votos e dos mandatos, embora também tenha feito acordos com os católicos e com o grupo dissidente do PRP liderado por Domingos Leite Pereira, pelo que alguns dias antes das eleições já muitos previam certamente o resultado final das mesmas (*A Capital*, 1.1.1921, p. 1). Estas negociações foram estabelecidas não só entre os diretórios dos partidos, mas também entre candidatos, governadores civis e notáveis individualmente, havendo por isso alguns acordos sem lógica ideológica, prevalecendo unicamente a distribuição de

lugares e de poder. A tática política revelava-se nestes casos mais forte do que as doutrinas.

No interior do PRL as negociações foram muito duras para a distribuição dos candidatos pelas listas, principalmente dentro da corrente unionista e evolucionista que se acusavam mutuamente de todo o tipo de tropelias, havendo também quem discordasse dos acordos firmados com o PRP².

No Alentejo o PRL decidiu disputar as maiorias em todos os círculos. No conjunto, apresentou 12 candidatos (dois em cada um dos círculos que elegiam três deputados). O PRP apresentou dez candidatos, disputando as maiorias em todos os círculos, com exceção do círculo de Estremoz e do círculo de Elvas, onde apenas disputou as minorias (um candidato em cada um destes círculos). O PRP teve o apoio de algumas estruturas locais do Partido Socialista Português, pois este partido não apresentou candidatos no Alentejo. Por sua vez, o Partido Republicano de Reconstituição Nacional apresentou sete candidatos, não concorrendo nos círculos de Portalegre e Elvas. Este novo partido apresentava-se com maior solidez no distrito de Évora, já que alguns dos antigos líderes do PRP tinham seguido Álvaro de Castro, como os parlamentares Alberto Jordão Marques da Costa, José Nunes Nascimento e João Xavier Camarate Campos. O antigo Centro Democrático de Évora e o jornal eborense *Democracia do Sul* também acompanharam a cisão, pelo que passaram a apoiar os reconstituíntes (*Democracia do Sul*, 21.03.1920, p. 1; *idem*, 11.04.1920, p. 2). Quanto à Causa Monárquica/Partido Monárquico, disputou as maiorias em Elvas e as minorias em Portalegre e Évora, embora os seus candidatos aparecessem, por vezes, “disfarçados em regionalistas [...] e outras designações”, segundo a acusação d’ *A Plebe*. (26.6.1921, p. 1). Concorreram ainda a Federação Nacional Republicana (Aljustrel e Portalegre), o Centro Católico Português (Portalegre), o Partido Republicano Popular (Elvas) e os Regionalistas (Beja), que apresentaram apenas um candidato nos círculos referidos.

As escolhas dos candidatos passaram quase sempre por uma negociação entre as estruturas locais e os diretórios dos partidos, havendo por vezes fortes diferendos entre estas duas estruturas. No entanto, em 1921 não transpareceram grandes querelas para as escolhas dos parlamentares alentejanos, ainda que alguns jornais criticassem as

² Cf., Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Fundo Tomé José de Barros Queirós* (FTJBQ), Caixa 5; *Democracia do Sul*, 28.6.1921, p. 1.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

candidaturas estranhas à região transtagana, como era o caso dos liberais Mário Soares Duque, João Marques Vidal, José Gomes de Carvalho de Sousa Varela e José do Vale de Matos Cid e do reconstituente António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier (*O Districto de Portalegre*, 19.6.1921, p. 2; *idem*, 26.6.1921, p. 1).

Seguindo os procedimentos constantes na lei orgânica do PRL, os órgãos locais deste partido sancionaram por unanimidade os nomes indicados pelo Diretório para se candidatarem a deputados pelos círculos de Beja e Estremoz (*O Bejense*, 23.06.1921, p. 1). Ainda assim, o jornal afeto ao PRP avançou que os nomes propostos pelo PRL no distrito de Évora tinham sido impostos pelo governador civil (*O Democrático*, 12.06.1921, p. 1).

No dia 22 de junho de 1921 reuniram as comissões municipais do círculo de Estremoz para indicarem os candidatos do PRP por aquele círculo. A escolha recaiu no coronel Ernesto Maria Vieira da Rocha (*O Democrático*, 26.06.1921, p. 1). No distrito de Beja, o PRP atraiu algumas famílias tradicionais de grandes proprietários que lhe garantiam um número significativo de votos. Nesse sentido, apresentou como candidatos a deputados dois filhos de antigos notáveis locais nobilitados no século XIX do Partido Regenerador e do Partido Progressista: José Joaquim Gomes de Vilhena³, candidato a deputado pelo círculo de Aljustrel, que era filho de José Joaquim Gomes de Vilhena⁴ (Visconde de Ferreira do Alentejo), e Paulo Limpo de Lacerda⁵, candidato a deputado pelo círculo de Beja, que era filho de Manuel Quaresma Limpo Pereira de Lacerda⁶ (Visconde de Altas Moras).

3. Os acordos eleitorais

Os partidos estabeleciam vários tipos de acordos eleitorais com as outras forças partidárias. Aqueles que podemos considerar lícitos, passavam por apoiar candidatos de

³ Ver nota 57.

⁴ Proprietário (Santa Clara de Louredo, Beja, 03/10/1844 – Ferreira do Alentejo, 27/12/1925). Visconde de Ferreira do Alentejo (decreto d’El-Rei D. Luís I, de 12.3.1885). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, seu Juiz substituto e Par do Reino eletivo. Foi o chefe local do Partido Regenerador (Ameixa, 2018: 163-177).

⁵ Ver nota 51.

⁶ Proprietário (Moura, 1841 - ?). Após comprar a Herdade das Altas Moras foi titulado pelo Rei D. Luís, de Visconde de Altas Moras (26 de fevereiro de 1875). Era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e foi Juiz substituto de Direito da Comarca de Moura. Foi presidente da Câmara Municipal de Moura em representação do Partido Progressista entre 1887 e 1889 (Trindade, 1997: 113, 151 e 220; Finha, 2010: 13).

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

outras forças políticas, ou então, estabeleciam um acordo no sentido de o boletim de voto conter dois candidatos de partidos diferentes, para assim poderem receber os votos dos eleitores dos dois partidos. Podia ainda haver acordos ilícitos com a combinação prévia dos resultados finais das eleições nalguns círculos ou concelhos, conforme já ficou demonstrado em estudos anteriores (Queirós, 2008: 115-116; Baiôa, 2015: 291-317). Na prática, no dia das eleições havia uma fraude generalizada nestes locais, pois elaborava-se apenas uma ata com o resultado que tinha sido previamente combinado (Lopes, 1994: 147-148). Nas eleições de 1921 foi amplamente difundido na imprensa o acordo estabelecido entre monárquicos, democráticos e reconstituintes nalguns concelhos do círculo de Aveiro, como Águeda e Sever do Vouga. O acordo foi assinado pelos caciques dos partidos quatro dias antes das eleições e estabelecia o resultado final das mesmas, dispensando a realização do ato eleitoral (*O Districto de Portalegre*, 24.7.1921, p. 1; Silva, 1997: 66). Há ainda indícios de conluio entre membros de diversos partidos em Felgueiras, Fafe, Guimarães, Constância e Celorico de Basto (Lopes, 1994: 153).

Nestas eleições identificamos indícios de acordos lícitos em alguns círculos do Alentejo. Nos círculos de Évora e Estremoz, o PRL e o PRP estabeleceram um entendimento. O PRP disputava as maiorias em Évora e as minorias em Estremoz e o PRL disputava as minorias em Évora e as maiorias em Estremoz. Este acordo visava particularmente os reconstituintes, tentando afastá-los da eleição de deputados (*Democracia do Sul*, 2.12.1921, p. 1-2).

O padre João Neves Correia⁷ informou António Lino Neto (líder do Centro Católico Português e candidato a deputado por Portalegre) deste acordo entre o PRP e o

⁷ João Neves Correia (Fratel, Vila Velha de Ródão, 22/03/1878 – Évora, 08/12/1953). Tornou-se pároco da aldeia de Barbacena (Elvas) em 8 de outubro de 1906. Na qualidade de presidente da Junta de Paróquia iniciou um processo judicial em 1907, em nome de vários habitantes de Barbacena, que tinham direitos de origem medieval para cultivar algumas herdades de Alfredo de Andrade e do seu filho, Rui de Andrade (candidato a deputado pelas listas monárquicas no círculo de Elvas em 1921). O “caso de Barbacena” apaixonou a opinião pública, pois punha em confronto os direitos sobre a terra de uma família aristocrática, face ao “domínio útil” de várias famílias de humildes seareiros. O processo judicial decorreu entre 1907 e 1915, tendo João Neves Correia contratado o advogado António Lino Neto (candidato a deputado pelo CCP no círculo de Portalegre em 1921). Durante o decurso do processo judicial ocorreram vários atos de violência entre as partes. O processo judicial terminaria no dia 20 de janeiro de 1915 com uma sentença favorável às pretensões da família Andrade por parte do Supremo Tribunal. O padre João Neves Correia passou a residir em Évora desde 11 de outubro de 1916, sendo professor do Seminário (Correia, 2013: 7-132).

PRL e do apoio que o Centro Católico poderia dar a alguns partidos, uma vez que não apresentava candidatos próprios nestes círculos:

“O Círculo de Évora que dá pela maioria 2 deputados e 1 pela minoria, encontra-se bastante dividido para o próximo acto eleitoral. Por acordo entre democráticos e liberais, disputam os primeiros as maiorias e os segundos as minorias, dando-se a inversa no Círculo de Estremoz, tendo em conta as forças eleitorais de que ambos dispõem nos dois círculos. Neste de Évora entram em luta igualmente monárquicos e reconstituintes com os nomes dos Srs. Drs. Cunhal e Jordão, reitor do liceu e antigo deputado, os quais contam boa influência. O acto, pois, será renhido e problemático o seu resultado. A votação do Centro, que não pode ainda ser grande por falta de organização e propaganda, não podia ir para os candidatos democráticos por extremistas, para o reconstituente pelas suas afinidades e tendências sectaristas, restando-nos os candidatos liberal e monárquico. Do primeiro ainda se não sabe o nome e o último, que V.^a Ex.^a bem conhece, parece-nos não haver dúvida que não se recusará a defender e aprovar todas as nossas reclamações. Por tal motivo, o nosso Presidente propôs que a ele não exigíssemos o compromisso por escrito, apesar da orientação que pareceu predominar na reunião do dia 12. Posteriormente pessoa altamente colocada e que tinha o direito de o fazer expôs a necessidade de reclamar o compromisso escrito e lembrou que, para evitar melindres, isso se fizesse por meio dessa Comissão Central, para o que se avisaria V.^a Ex.^a”⁸

Portanto, os católicos de Évora inclinavam-se para não dar o seu apoio aos democráticos e reconstituintes. Já entre liberais e monárquicos, escolhiam estes últimos.

No entanto, ficava ainda a dúvida se deviam estabelecer um compromisso por escrito.

Noutros círculos os católicos negociaram com os liberais, chegando a acordo em alguns deles. D. José Alves Mattoso, Bispo da Guarda, escreveu a António Lino Neto para o informar do seguinte:

“O António Mantas, deputado liberal, natural desta cidade, disse ao Sr. Bispo de Beja, que muito deseja o acordo com o Centro no Círculo da Guarda. Ele e o seu partido têm aqui pequena votação, mas [...] estão no Governo e o Governador Civil é criatura sua.

A meu ver, liberais e Centro unidos ganhavam a maioria, mas não poderão tirar a minoria aos democráticos. Querirá o Governo deixar um deputado ao Centro e contentar-se com outro? Talvez não. Mas quer-me parecer que os liberais sós, sem o auxílio doutro partido, nem a minoria terão segura”⁹.

Contudo, em Portalegre a relação dos católicos com os liberais foi distinta. Neste círculo foi estabelecido um acordo entre liberais e democráticos, tendo como objetivo central afastar os monárquicos e os católicos do Parlamento. A hierarquia católica do

⁸ Carta dirigida a António Lino Neto, datada em Évora a 26.6.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 4, doc. 50.

⁹ Carta datada em 6.6.1921, Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 21, mç. 4, doc. 15.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

Alentejo mobilizou-se e desdobrou-se em contactos para estabelecer vários tipos de acordos eleitorais para proteger os interesses dos católicos. Entre os mais ativos estiveram o monsenhor Joaquim José da Silva de Portalegre, o arcebispo coadjutor de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos e o padre João Neves Correia. Em Portalegre, onde os católicos apresentaram o seu líder nacional, António Lino Neto, estabeleceu-se um acordo após difíceis negociações com José Adriano Pequito Rebelo, monárquico da facção integralista¹⁰. Este acordo foi muito criticado nos meios governamentais liberais que inicialmente incentivaram a candidatura de António Lino Neto e até lhe propuseram estabelecer um acordo para o seu nome vir no boletim de voto com o candidato do PRL. O monsenhor Joaquim José da Silva advertiu António Lino Neto do seguinte:

“Fui informado de que o G. Civil recebera uma carta do Ministro do Interior mandando que o teu nome fosse votado pelos governamentais, porque precisava absolutamente de ti no parlamento, e que foram expedidas circulares para os diferentes concelhos, transmitindo esta ordem. Não sei se isto será um bem ou um mal. Afigura-se-me que a proteção do governo vai arreigar a suspeita de muitos de que tu és republicano que pode prejudicar-te de futura e até ao Centro. [...] Bom era que o acordo com o governo ficasse inteiramente secreto, mas não julgo isso possível”¹¹.

O acordo entre António Lino Neto e José Adriano Pequito Rebelo consolidou-se nos dias seguintes, inviabilizando um entendimento com os liberais. Por isso, o monsenhor Joaquim José da Silva foi chamado a uma reunião com o governador civil de Portalegre, Carlos Moreira Costa Pinto, da qual informou a esposa de António Lino Neto:

“[O Governador Civil] pretendeu acusar-nos de deslealdade porque, recomendando o governo a candidatura do Lino Neto, nós em vez de votarmos os candidatos do governo, íamos dar os nossos votos ao Pequito Rebelo. Para mostrar o interesse do governo pelo Dr. Lino Neto, mostrou-me alguma correspondência do governo e de amigos seus prometendo votar n’ ele. Procurei mostrar-lhe que não havia deslealdade alguma da nossa parte, visto que nada combináramos com os representantes do governo, que de nós nada quisera saber até ao momento. [...] Fiz-lhe notar que não havia da nossa parte intenção de hostilizar o governo, como prova o facto de eu mesmo, a pedido d’um membro da comissão política do Centro, ter pedido ontem telegraficamente a 8 arciprestes do círculo de Castelo Branco que votassem a lista do

¹⁰ As negociações entre António Lino Neto e José Adriano Pequito Rebelo foram tão difíceis e demoradas, devido à intransigência deste último, que os boletins de voto impressos pelos católicos apenas continham o nome de António Lino Neto. O nome de José Adriano Pequito Rebelo teve de ser acrescentado à mão à última hora (Almeida, 2013: 301-305).

¹¹ Carta datada em Portalegre a 4.7.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mc. 5, doc. 29. Cf., *O Districto de Portalegre*, 10.7.1921, p. 1; Almeida, 2013: 301-305.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

governo; que bem podia o governo dar votos ao Dr. Lino Neto n'este círculo, em troca de votos do centro n'outros círculos"¹².

Em alguns círculos onde os católicos não apresentaram candidatos, os acordos fizeram-se com monárquicos, reconstituintes, liberais, sidonistas e até com alguns democráticos. O plano dos católicos para estas eleições passava essencialmente por acordos locais com os partidos que as comissões diocesanas “entenderam conveniente” (*A União*, 6.8.1921, p. 1) para defender os seus interesses. Esta estratégia de estabelecer acordos locais e flexíveis era partilhada por grande parte da elite católica. D. José Alves Mattoso, Bispo da Guarda, em carta dirigida a António Lino Neto defendeu o seguinte:

“Não convém fazer acordo geral com um partido, seja qual for, mas sim acordos locais em toda a parte onde se pudesse fazer, porque só assim podemos garantir as nossas candidaturas. Composto de gente ordeira, o Centro tem votação, mas não sabe defendê-la, deixa-se roubar. Precisa por isso do auxílio dos outros partidos”¹³.

4. A campanha eleitoral

Uma das atividades principais da campanha eleitoral era a troca de correspondência entre os candidatos e os notáveis locais que controlavam os votos e que realizavam acordos eleitorais com os caciques das outras forças políticas. Atividade relevante era também a visita dos candidatos a algumas localidades para contactarem diretamente com os principais dirigentes políticos locais e com alguns eleitores. As deslocações entre essas localidades eram feitas habitualmente através do caminho-de-ferro. Contudo, progressivamente, o automóvel transformar-se-ia no principal meio de transporte, numa campanha eleitoral moderna, veloz e que chegava às aldeias mais recônditas. Esta situação, naturalmente, implicava um planeamento e gestão do tempo mais eficaz e um aumento considerável das despesas eleitorais.

Os candidatos do Partido Republicano Português de Évora, Jorge de Barros Capinha e Manuel Eduardo da Costa Fragoço, percorreram várias localidades desse círculo eleitoral, mas fizeram também visitas a localidades do círculo eleitoral de Estremoz, dando um auxílio ao candidato Ernesto Maria Vieira da Rocha. A inauguração do novo Centro Democrático de Portel, em 3 de julho de 1921, foi um momento emblemático para percebermos como decorriam estas visitas durante a

¹² Carta do monsenhor Joaquim José da Silva para [D. Matilde da Cruz Antunes de Mendonça] datada em Portalegre em 8.7.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 5, doc. 41.

¹³ Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 21, mç. 4, doc. 15.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

campanha eleitoral. Às 20 horas deu entrada na vila o automóvel que saiu de Évora com os candidatos do PRP: Sá Viana, Manuel Fragoso e Jorge Capinha. Eram aguardados pelo “bom povo republicano” na entrada da localidade, tendo-se iniciado aí um numeroso cortejo, a que se juntou a banda de música de Portel. À frente do mesmo ia a Comissão Municipal de Portel do PRP. Das janelas das casas apareceram muitas senhoras que soltavam vivas à República e ao Partido Democrático. Numa das ruas houve um encontro algo tenso, pois o candidato do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, Alberto Jordão Marques da Costa (antigo líder do PRP em Évora), estava num automóvel com o padre pensionista de Beja, Sebastião de Jesus Palma. Alberto Jordão também andava a visitar correligionários em várias localidades da região. Os democráticos passaram ao seu lado gritando vivas ao Partido Democrático e aos seus candidatos. Junto à entrada do Centro estava uma multidão à espera dos convidados. Já dentro do edifício, o presidente da Comissão Municipal do PRP, José Zarco Júnior, deu as boas vindas aos candidatos do PRP, sendo descerradas as fotos de Afonso Costa, patrono do Centro e dos correligionários Potes do Amaral e de Jorge Capinha. Seguiram-se vários discursos das principais figuras do PRP de Portel e de Évora, enaltecendo as qualidades dos seus candidatos. Findos os discursos, houve um lauto jantar para 80 pessoas, com uma forte presença de membros das comissões democráticas das freguesias do concelho de Portel. Seguiu-se uma nova série de elocuições e uma atuação musical a cargo de um sexteto, liderado pelo correligionário democrático Albuquerque, que só terminou às três da madrugada (*O Democrático*, 19.06.1921, p. 2; *idem*, 3.7.1921, p. 1; *idem*, 10.7.1921, p. 2; *idem*, 17.7.1921, p. 2)

José do Vale Matos Cid, Ministro da Justiça e candidato a deputado por Beja pelo Partido Republicano Liberal, deslocou-se de comboio até à capital do Baixo Alentejo no dia 29 de junho de 1921. Vinha acompanhado pelo secretário e por um jornalista d’*A Lucta*. Durante a viagem, em todas as paragens, foi recebido pelos representantes locais do PRL. Já em Beja, seria recebido por Mariano de Melo Vieira, governador civil deste distrito, Jaime António da Palma Mira, líder local do PRL e Eugénio Rodrigues Aresta, candidato a deputado pelo PRL neste distrito. O grupo dirigiu-se em automóvel para o Centro Político do PRL que se encontrava embandeirado e engalanado. Dentro do edifício houve um banquete, seguido de brindes e discursos dos altos dignatários do partido. Depois da sessão, os candidatos, acompanhados pelos principais dirigentes

locais, seguiram em automóvel em direção a Mértola. À chegada, a delegação foi recebida pelos notáveis: juiz, administrador do concelho e elementos da comissão municipal do PRL. A filarmónica da vila, que os esperava, entoou o hino nacional. A comitiva dirigiu-se de seguida para o edifício da administração do concelho onde houve mais discursos. À noite realizou-se um lauto banquete em casa da viúva de Allen Gomes. Na manhã seguinte, a comitiva dirigiu-se a Moreanes, Santana de Cambas e Mina de S. Domingos. Na primeira localidade dirigiu-se ao Centro Republicano que se encontrava à pinha. Nos discursos, José do Vale de Matos Cid afirmou que se fosse eleito seria “o delegado pronto e sempre a tratar das causas justas como o dos povos do concelho de Mértola no respeitante à questão do baldio”. Defendeu a divisão do mesmo e a entrega das propriedades às populações, pois isso traria um aumento da produção e da riqueza nacional. Na segunda localidade, a reunião com os correligionários decorreu no Centro Aresta Branco. A comitiva partiria seguidamente para a Mina de S. Domingos, através da linha de caminho-de-ferro dessa empresa, tendo contactado com administradores e trabalhadores mineiros. À tarde regressou a Beja onde teria lugar nova reunião no Centro Liberal. No dia seguinte, a comitiva viajaria de comboio até Serpa. À espera, na estação, estava a banda da União. O destino era, porém, o palácio do correligionário Domingos Abraço (cunhado de Afonso de Lemos), local de alojamento. Após um magnífico jantar numa sala florida e iluminada com lâmpadas elétricas, houve discursos e brindes com champanhe. Seguiu-se um passeio até ao Jardim Público para assistir ao concerto da Filarmónica de Serpa. Foi o ponto final da jornada de propaganda da comitiva liberal ao Baixo Alentejo (*O Bejense*, 7.7.1921, p. 1-3).

Os candidatos do PRP pelos dois círculos do Baixo Alentejo iniciaram a campanha eleitoral no dia 26 de junho com uma conferência no Centro Republicano Democrático Bejense. No dia seguinte dirigiram-se a Ourique, tendo reunido em casa do correligionário Bazílio da Rosa Loures onde prometeram lutar pela restauração da comarca de Ourique. A comitiva dirigiu-se posteriormente para Odemira, onde, no dia 27, se reuniu com vários dirigentes locais na casa de Pedro António Correia. Os discursos que aí tiveram lugar apontaram, como seria de esperar, para a defesa do progresso do concelho. A 3 de Julho os candidatos visitaram Mértola, percorrendo várias localidades do concelho. Na Mina de S. Domingos houve um comício. A grande concentração de mineiros levou a que os discursos se centrassem na obra da República e

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

do Partido Democrático em prol do operariado. O candidato a senador Ernesto Júlio Navarro chegou mesmo a declarar que “o operariado deve [...] à República a sua emancipação moral, que os fez cidadãos em vez de escravos” (*O Porvir*, 2.7.1921, p. 1).

Estas visitas serviam para reforçar os laços dos dirigentes nacionais com os notáveis locais que controlavam os eleitores. Estabelecia-se assim, uma troca de favores individuais e coletivos entre os candidatos a deputados, os caciques locais e os seus clientes. Candidatos e notáveis ofereciam promessas de empregos e favores em troca de votos. Em Ourique, o farmacêutico prometeu fornecer medicamentos gratuitamente durante 15 dias a todos os que votassem no Partido Republicano Liberal. Quando esta proposta foi feita ao coveiro filiado no Partido Republicano Português, este recusou. E ripostou, propondo enterrar o farmacêutico de graça se este votasse no PRP (*O Porvir*, 2.7.1921, p. 1).

A campanha eleitoral era também o momento de apresentação de favores para as localidades. Os candidatos democráticos por Évora, Jorge Capinha e Manuel Fragoso, divulgaram na imprensa, poucos dias antes das eleições, que tinham conseguido (por intermédio de António Maria Silva, líder do PRP) que Amieira e Alqueva passassem a ter transporte de correio e que o Hospital e Casa Pia de Évora recebessem um subsídio (*O Democrático*, 19.6.1921, p. 1). Esta situação foi vista como uma “caça ao voto” por parte do órgão reconstituente de Évora, *Democracia do Sul*. Contudo, no mesmo número, o diretor do jornal (igualmente candidato a deputado), Alberto Jordão Marques da Costa, divulgou também ter conseguido subsídios para a instalação do regimento de artilharia de Évora e para a aquisição do Palácio Amaral, para aí instalar o Museu Regional (*Democracia do Sul*, 10.7.1921, p. 1). Em Montalvão, o candidato governamental, Alexandre Vasconcelos e Sá, prometeu obras para as estradas; e em Tolosa comprometeu-se com a partilha de terrenos comunais, que por sinal eram privados (*O Districto de Portalegre*, 17.7.1921, p. 1). Na Amareleja, os candidatos liberais prometeram – caso vencessem as eleições – que elevariam esta localidade a sede de concelho; em Beja prometeram a construção, pelo governo central, da estrada municipal entre Beringel e Mombeja. Em Ourique subiram a parada, com a promessa da restauração da sua antiga Comarca; em Almodôvar, porém, garantiram que a Comarca de Ourique jamais seria restaurada (*O Porvir*, 2.7.1921, p. 1).

5. Irregularidades, fraudes e violências

Nestas eleições foram denunciadas uma série de irregularidades. O órgão de informação do PRP de Évora acusou os professores reconstituintes e o reitor do Liceu de Évora, Alberto Jordão Marques da Costa, de pressionarem os pais dos alunos para votarem neste candidato (*O Democrático*, 3.7.1921, p. 1): “Mas haverá algum eleitor com filhos no liceu que ainda não tenha sido atacado? Era vê-los na festa de encerramento, em cada esquina, recordando que se avizinhava o período de avaliações [...] ou melhor, de eleições!” (*O Democrático*, 5.7.1921, p. 1) Já no semanário do PRRN de Beja os democráticos foram acusados de andarem a comprar sufrágios com dinheiro (*O Lidador*, 27.6.1921, p. 1). Por sua vez, os democráticos acusaram os liberais de terem comprado votos a quarenta e cinco escudos nos concelhos de Moura e Mértola (*O Porvir*, 16.7.1921, p. 1). José Lino Neto confidenciou ao seu irmão, António Lino Neto, que chegou “a oferecer um conto de reis pela votação de Belver”¹⁴.

No círculo de Estremoz, o candidato reconstituente Alberto Xavier (cujo adversário direto era o democrático Vieira da Rocha) ganhou a eleição por 187 votos. Para isso muito contribuiu o ocorrido na assembleia eleitoral de Vila Viçosa, uma vez que não houve fiscalização, tendo os adversários do PRP estabelecido um conluio para prejudicarem o candidato democrático. Durante o ato eleitoral um cidadão pretendeu impedir a “imoralidade” de descarregarem votos de pessoas ausentes. Foi, porém, ameaçado de ser posto na rua à pancada e de ir para a cadeia. Daí muitos eleitores declararem “por escrito que não votaram” nesta Vila (*O Democrático*, 17.7.1921, p. 1-2).

No Redondo e no Alandroal houve várias acusações de chapeladas, já que praticamente todos os recenseados “votaram” (*O Porvir*, 16.7.1921, p. 1). Na freguesia de Ares, concelho de Nisa, a pressão efetuada pelo respetivo administrador para que o voto fosse nos candidatos liberais ultrapassou todos os limites: de facto, chegou ao ponto de prender Manuel Cuco e Manuel Gonçalves por estes pretensamente se recusarem a votar nos candidatos do governo (*Diário de Lisboa*, 15.7.1921, p. 6). Em Gáfete (Crato) houve chapelada prejudicando o católico Lino Neto e beneficiando o democrático Baltasar Teixeira¹⁵. Em Monforte e Assumar não se realizaram os atos

¹⁴ Carta datada em julho de 1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 6, doc. 45.

¹⁵ Cf., Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 21, mç. 6, doc. 34.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

eleitorais por não terem comparecido os presidentes das mesas eleitorais Em Montargil, alguns desacatos (que culminaram com o derrube da urna), impediram que o ato eleitoral se concluísse (*O Democrático*, 17.7.1921, p. 1; *A Plebe*, 17.7.1921, p. 2; *A Época*, 11.7.1921, p. 2).

O incidente em Montargil acabou por ter uma forte repercussão eleitoral, já que, pelo facto de os votos não terem sido aí contados, a assembleia de apuramento, realizada em Portalegre, proclamou deputados Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (PRL), João José da Conceição Camoesas (PRP) e António Lino Neto (CCP). O candidato democrático, Baltazar de Almeida Teixeira, não aceitou a proclamação, sustentando a sua reclamação no incidente verificado em Montargil. A comissão de verificação de poderes da Câmara dos Deputados aceitaria a reclamação, decidindo-se pela repetição das eleições em Montargil. Mas com uma particularidade: apenas participariam os candidatos António Lino Neto (CCP) e Baltazar de Almeida Teixeira (PRP). Os católicos reagiram desta decisão, acusando a comissão de falta de imparcialidade, pois a mesma era constituída unicamente por elementos do PRL e do PRP. Ainda antes da realização das eleições em Montargil, o acórdão referente ao círculo n.º 32 (Portalegre) proclamaria deputados Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (PRL) e João José da Conceição Camoesas (PRP), uma vez que haviam alcançado os votos suficientes. Faltava, pois, eleger o terceiro deputado do círculo (*Diário de Lisboa*, 19.7.1921, p. 6; *Diário da Câmara dos Deputados*, 2.8.1921, p. 11).

As eleições de Montargil foram repetidas em 18 de setembro. Mais uma vez, houve combinações e pressões de vária ordem. O padre de Montargil, António de Andrade Sequeira, tentou influenciar algumas famílias a votar em António Lino Neto, mas sofreu a animosidade de grande parte delas¹⁶. Os democráticos prometeram à população de Montargil que conseguiriam influenciar o governo no sentido de doar um conto de reis à Misericórdia e de instalarem na freguesia uma estação de telégrafo-postal, o que lhes garantia “uma maioria de 60 votos”¹⁷. Os católicos tentaram suplantar essa promessa, pois estavam convencidos que a “eleição reverterá a favor de quem oferecer melhores e mais seguras garantias” à população de Montargil. Por isso, o padre

¹⁶ Cf., Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 13.

¹⁷ Carta do senador católico João [José da Fonseca] Garcia para António Lino Neto, datada em Lisboa em 30.8.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 16.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

desta paróquia, António de Andrade Sequeira, sugeriu a António Lino Neto que oferecesse “mais um conto de reis ou o ordenado da sua candidatura a favor da Misericórdia”¹⁸ e o deputado liberal Alexandre Vasconcelos e Sá aconselhou-o a ir falar com o Ministro do Trabalho e da Instrução para “arrancar-lhe de vez o subsídio prometido”¹⁹. Mas os liberais acabaram por não apoiar convenientemente as pretensões dos católicos²⁰, o que inviabilizou a eleição de António Lino Neto e possibilitou a eleição de Baltazar de Almeida Teixeira. Alguns católicos imputaram esse desfecho à hostilidade de alguns monárquicos à candidatura de António Lino Neto. O monsenhor Joaquim José da Silva após saber que António Lino Neto tinha perdido as eleições escreveu-lhe a seguinte mensagem:

“Não me surpreendeu o facto já mais ou menos esperado desde que soube que os monárquicos declararam abster-se, declaração que eu traduzi por guerra sem tréguas à tua candidatura. O resultado da votação evidencia que assim foi. Os moralões críticos da atitude leal e desassombrada do Centro não hesitaram em dar os seus votos a um democrático dos mais radicais, para combaterem a candidatura d’ um católico apoiado pelo episcopado. E só eles aplicam a doutrina da Pastoral Coletiva e só eles defendem a Igreja!

Tartufos! Não é a ti que eles combatem. É ao Centro a quem representas, e no Centro à Igreja que eles só admitem escravizada aos seus ideais políticos e serva submissa das suas ambições”²¹.

Em Elvas, um acórdão da comissão de verificação de poderes também alterou o resultado do apuramento geral (*Diário da Câmara dos Deputados*, 3.8.1921, p. 10). O candidato monárquico, Rui de Andrade, não viu validada a sua eleição por pretensamente não ter apresentado os documentos comprovativos da sua elegibilidade. Em sua vez, foi proclamado deputado o candidato apoiado pelo governo liberal, José Pais de Vasconcelos Abranches, facto que a imprensa conservadora classificou como “um autêntico roubo” (*O Districto de Portalegre*, 8.8.1921, p. 1). E que Rui de Andrade

¹⁸ Carta do padre António de Andrade Sequeira para António Lino Neto, datada em Montargil em 26.08.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 16.

¹⁹ Carta de Alexandre Vasconcelos e Sá para António Lino Neto, datada em Lisboa em 31.8.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 20.

²⁰ António de Oliveira Salazar escreveu no dia 22 de Setembro de 1921 a António Lino Neto e questionou-o sobre a promessa de apoio eleitoral por parte de Vasconcelos (deverá ser um dos candidatos liberais, Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá ou José Pais de Vasconcelos Abranches): “Como cumpriu o Vasconcelos lá aquela solene palavra de honra que lhe deu diante de mim e do Anaquim e do Braga da Cruz, de que poria à disposição de V. Ex.^a a sua influência e dos seus amigos, se se viesse a repetir a eleição?”. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 22, mç. 1, doc. 37.

²¹ Carta do monsenhor Joaquim José da Silva para António Lino Neto, datada em Portalegre em 20.9.1921. Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, Cx. 22, mç. 1, doc. 33.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

corroborou, considerando a referida decisão uma “ladroeira” (*A Época*, 6.8.1921, p. 2) para beneficiar os candidatos governamentais. Acusou ainda os membros da comissão de verificação de poderes, presidida por Alberto de Moura Pinto, de ocultarem as suas intenções até lavrarem o acórdão, não lhe permitindo apresentar argumentos e documentos que comprovassem a sua elegibilidade enquanto cidadão português.

Em conclusão, as resoluções das comissões de verificação de poderes retiraram um deputado aos católicos e outro aos monárquicos e permitiram a eleição de mais um deputado do PRP e outro do PRL. Refira-se que as três comissões de verificação de poderes não tinham representação dos partidos minoritários: eram constituídas apenas com três elementos liberais e dois democráticos, o que levou o deputado monárquico Mário de Aguiar a concluir que “só é deputado quem o governo quiser” (*Diário de Lisboa*, 30.5.1921, p. 5).

Estas eleições, embora das menos concorridas, foram das que levantaram mais celeuma e acusações de violência e fraude. Uma das críticas mais comuns prendia-se com o facto de se ter utilizado o recenseamento de 1920, tido por muitos como inexato e falsificadíssimo. Ainda assim, como era norma, o governo, e em particular o Presidente do Ministério, enviou informações oficiais para as autoridades administrativas no sentido da defesa escrupulosa da legalidade e da liberdade eleitoral.

6. Os resultados finais das eleições

Como era costume, o partido que chefiava o governo e que preparou as eleições venceu. Contudo, os liberais não conseguiram uma maioria absoluta, uma vez que elegeram 79 deputados dos 163 que compunham a Câmara dos Deputados. O PRP tornou-se a segunda força política, elegendo 54 deputados. Perdeu as maiorias em muitos círculos, mas manteve uma forte presença em muitas regiões. Já os reconstituintes, ao elegerem doze deputados, mantiveram-se como a terceira força política da República, embora perdendo influência no Parlamento. Os restantes dezoito lugares da Câmara dos Deputados foram distribuídos por pequenas formações que poderiam desempenhar um papel importante dada a maioria relativa (embora clara) que os liberais haviam conseguido. Os monárquicos, que finalmente tiveram condições para ir às urnas, obtiveram quatro deputados, os independentes cinco, católicos três,

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

democrático-dissidentes três, regionalistas dois e populares um (Marques, 1980: 127; Queiroz, 1985: 430-436; Lopes, 1994: 33; Leal, 2014: 169-189).

No Alentejo houve uma grande renovação dos seus deputados, pois dez deles foram pela primeira vez eleitos nos círculos eleitorais da região. Os liberais elegeram dez deputados, os democráticos sete e os reconstituintes apenas um. O PRL e o PRP tiveram uma votação mais expressiva no Alentejo quando comparamos com o todo nacional. Assim, os liberais elegeram 48,5% dos deputados, mas no Alentejo a sua representatividade subiu para 55,6%. Os democráticos elegeram 33,1% dos deputados, mas no Alentejo a sua presença cifrou-se nos 38,9%. Já o PRRN, obteve piores resultados no Alentejo, uma vez que apenas elegeu um deputado, o que representa 5,6%. Os pequenos partidos, nomeadamente católicos e monárquicos, não conseguiram eleger deputados nesta região.

Nos estudos de Oliveira Marques (Marques, 1978: 624 e 643; Marques 1980: 127) foi contabilizado um deputado do Centro Católico Português no círculo de Portalegre e um deputado do Partido Monárquico no círculo de Elvas. No entanto, as decisões das comissões de verificação de poderes inviabilizaram a eleição destes deputados. Em sua substituição foram eleitos um deputado do PRP e outro do PRL, conforme demonstramos nas páginas anteriores e que está refletido no Quadro 1.

Quadro 1 - As eleições de 1921 (distribuição partidária a nível nacional e no Alentejo)

Candidatos/Partidos	Nacional (a)		Alentejo (b)		Alentejo (c) Nova proposta	
	N.º	%	N	%	N.º	%
Partido Republicano Liberal (PRL)	79	48,5	9	50,0	10	55,6
Partido Republicano Português (PRP)	54	33,1	6	33,3	7	38,9
Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN)	12	7,4	1	5,6	1	5,6
Independentes (Ind.)	5	3,1	-	-	-	-
Causa Monárquica/Partido Monárquico (PM)	4	2,5	1	5,6	-	-
Centro Católico Português/Católicos (CCP)	3	1,8	1	5,6	-	-
Dissidentes	3	1,8	-	-	-	-
Regionalistas (Reg.)	2	1,2	-	-	-	-
Partido Republicano Popular/Populares	1	0,6	-	-	-	-
Total	163	100	18	100	18	100

Fontes: a) Marques, 1980: 127;

b) Marques, 1978: 624 e 643

c) AHP, secção IX, cx. 334 a cx. 338

Conclusão

As eleições legislativas de 1921 salientaram-se por terem sido organizadas por um governo do PRL, graças ao novo quadro constitucional aprovado em 1919, que permitia que o Presidente da República dissolvesse o Congresso, após consulta do Conselho Parlamentar.

Estas eleições foram pouco participadas e tiveram fraca competitividade em muitos círculos, fruto de acordos pré-eleitorais estabelecidos entre os dois principais partidos republicanos: Partido Republicano Liberal e Partido Republicano Português.

A mobilização durante a campanha eleitoral também foi débil em vários círculos. Contudo, os candidatos percorreram as principais localidades para estabelecer contactos com os notáveis locais e realizaram-se diversas sessões públicas. Nestes comícios os candidatos intercalaram discursos mais ideológicos, com outros, marcadamente personalistas e paroquiais, tentando mobilizar o eleitorado com favores de vária ordem (promessas de novas estradas, tribunais e hospitais, e repartição de baldios), e adaptando-os ao local onde se realizavam as reuniões políticas. Os jornais afetos aos partidos difundiram manifestos e tentaram arregimentar os seus apoiantes.

Em algumas assembleias de voto do Alentejo surgiram indícios de irregularidades, chapeladas, fraudes e conluios. Todavia, os dados disponíveis não permitem estabelecer com rigor o grau de ilegitimidade do sistema político e a cartografia das fraudes. Ainda assim, em quase todos os círculos houve uma luta intensa pelo deputado eleito pelas minorias.

A nível nacional, a vitória coube como era norma, ao partido que as organizou a partir do Terreiro do Paço. Contudo, o PRL não alcançou a maioria absoluta. O PRP continuava a possuir uma vasta rede de caciques, centros políticos e jornais, o que lhe permitiu alcançar as maiorias em muitos círculos. Coexistiam duas forças com sentidos por vezes antagónicos. Por um lado, o poder do governo e dos seus funcionários administrativos, e do outro lado, a força dos notáveis locais. A primeira mostrou-se sempre mais forte, mas a segunda continuava a conseguir influenciar o resultado das eleições em algumas assembleias de voto.

No Alentejo também se manteve a tradição da vitória do partido que estava no poder. Daí o PRL ter conseguido as maiorias em Elvas, Estremoz, Beja e Aljustrel. O PRP, ainda assim, obteve um resultado assinalável, ganhando as maiorias em Portalegre

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

e Évora. Este partido mantinha estruturas sólidas na região e a dissidência do PRRN apenas teve alguma projeção no distrito de Évora, onde conseguiram eleger um deputado pelo círculo de Estremoz.

A direita conservadora tinha um forte bastião no Alto Alentejo. Todavia, a rivalidade entre católicos e monárquicos e os acórdãos das comissões de verificação de poderes impediram a eleição de deputados destas forças políticas nos círculos de Portalegre e Elvas, e em sua substituição, foram eleitos deputados do PRL e do PRP.

Anexos: As eleições legislativas de 1921 no Alentejo

Quadro 2 – Círculo N.º 32 – Portalegre

Número de votantes: 3472

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá ²²	PRL	1272	Eleito
João José da Conceição Camoesas ²³	PRP	1235	Eleito
António Lino Neto ²⁴	CCP	1222	Não Eleito
Baltazar de Almeida Teixeira ²⁵	PRP	1177	Eleito
José Adriano Pequito Rebelo ²⁶	Regionalista / PM	1059	Não Eleito
Mário Soares Duque ²⁷	PRL	715	Não Eleito
Manuel Hermenegildo Lourinho ²⁸	PRRN	125	Não Eleito
José Barreto	Reformista FNR ²⁹	22	Não Eleito

Fontes: Resultados eleitorais após o apuramento geral, Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 334. Posteriormente, um acórdão da comissão de verificação de poderes mandou repetir o ato eleitoral na Assembleia de Montargil (*Diário da Câmara dos Deputados*, 2.8.1921, p. 11). Após as eleições, realizadas em 18 de setembro de 1921, foi eleito Baltazar de Almeida Teixeira com uma vantagem de 17 votos sobre António Lino Neto (*A Época*, 21.9.1921, p. 4; *A União*, 1.10.1921, p. 4).

²² Médico da Marinha (Porto, 28/11/1872 – Oeiras, 01/10/1929).

²³ Médico (Elvas, 13/03/1887 – New Bedford, EUA, 12/11/1951).

²⁴ Professor universitário e advogado (Mação, 30/01/1873 – Lisboa, 16/11/1961).

²⁵ Advogado e professor (Leiria, 12/12/1871 – Lisboa, 17/07/1975). Não chegou a tomar posse do lugar de deputado, pois o Parlamento já se encontrava encerrado e não voltaria a abrir devido aos acontecimentos da “Noite Sangrenta”. Cf. *A Época*, 21.9.1921, p. 4; *A União*, 1.10.1921, p. 4.

²⁶ Proprietário. Licenciado em Direito (Gavião, 21/05/1892 – Lisboa, 22/01/1983).

²⁷ Advogado e delegado do procurador da República na comarca de Arganil. Natural de Penacova.

²⁸ Médico (Portalegre, 13/03/1891 – Lisboa, 24/05/1979).

²⁹ Federação Nacional Republicana.

Quadro 3 - Círculo N.º 33 – Elvas

Número de votantes: sem dados

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Francisco da Silva Telo da Gama ³⁰	PRL	1028	Eleito
Rui de Andrade ³¹	PM	969	Não Eleito
Plínio Octávio de Santana e Silva ³²	PRP	847	Eleito
José Pais de Vasconcelos Abranches ³³	PRL	836	Eleito
Eurico de Sampaio Satúrio Pires ³⁴	PM	520	Não Eleito
António Pais Rovisco ³⁵	Popular ³⁶	401	Não Eleito

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 335; O acórdão da Comissão de Verificação de Poderes proclamou deputado José Pais de Vasconcelos Abranches em detrimento de Rui de Andrade, que viu a sua eleição invalidada por não ter apresentado documentos comprovativos da sua elegibilidade (*Diário da Câmara dos Deputados*, 3.8.1921, p. 10; *O Districto de Portalegre*, 8.8.1921, p. 1).

Quadro 4 - Círculo N.º 34 - Évora

Número de votantes: 3290

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Francisco Cardoso de Lemos ³⁷	PRL	1146	Eleito
Jorge Barros Capinha ³⁸	PRP	1123	Eleito
Manuel Eduardo da Costa Fragoso ³⁹	PRP	1108	Eleito
Alberto Jordão Marques da Costa ⁴⁰	PRRN	1007	Não Eleito
João Marques Vidal ⁴¹	PRL	959	Não Eleito
Alfredo Augusto Cunhal Júnior ⁴²	PM	546	Não Eleito
José Garcia da Costa ⁴³	PRRN	380	Não Eleito

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 336

³⁰ Proprietário, formado em Direito pela Universidade de Coimbra (Ouguela, Campo Maior, 01/01/1992 – Campo Maior, 11/08/1995).

³¹ Proprietário, doutorado em ciências agrónomicas pela Universidade de Paris (Génova, 01/06/1880 – Lisboa, 20/12/1967).

³² Oficial do Exército (Elvas, 26/08/1890 – Lisboa, 07/06/1948).

³³ Proprietário, bacharel em Direito (Lisboa, 12/06/1865 – Lisboa, 06/05/1942).

³⁴ Oficial do exército, jornalista, professor e escritor (Elvas, 15/07/1881 – 25/06/1952).

³⁵ Magistrado e proprietário. Natural de Sousel.

³⁶ Partido Republicano Popular.

³⁷ Médico e proprietário em Mora (Casa Branca, Sousel, 22/01/1873 – Paris 11/10/1928).

³⁸ Médico (Loulé, 01/12/1890 – Évora, 11/08/1941).

³⁹ Escrivão de Direito (Montemor-o-Novo, 08/05/1886 – Lisboa, 1983).

⁴⁰ Professor do liceu e advogado (Cuba, 08/01/1884 – Évora, 02/10/1980).

⁴¹ Magistrado Judicial (Lamas do Vouga, Águeda, 10/02/1869 – Lamas do Vouga, Águeda, 23/03/1953).

⁴² Advogado e proprietário (Coruche, 27/01/1877 – Montemor-o-Novo, 23/10/1937).

⁴³ Advogado e conservador do Registo Predial (Reguengos de Monsaraz, 25/10/1881 – Reguengos de Monsaraz, 03/03/1954).

Quadro 5 - Círculo N.º 35 - Estremoz

Número de votantes: 3001

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Manuel de Sousa da Câmara ⁴⁴	PRL	1771	Eleito
José Gomes de Carvalho de Sousa Varela ⁴⁵	PRL	1514	Eleito
António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier ⁴⁶	PRRN	995	Eleito
Ernesto Maria Vieira da Rocha ⁴⁷	PRP	808	Não Eleito
José Maria Álvares ⁴⁸	PRRN	588	Não Eleito

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 337

Quadro 6 - Círculo N.º 36 - Beja

Número de votantes: 4081

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Eugénio Rodrigues Aresta ⁴⁹	PRL	2570	Eleito
José do Vale de Matos Cid ⁵⁰	PRL	2563	Eleito
Paulo Limpo de Lacerda ⁵¹	PRP	1408	Eleito
José dos Santos Bandeira Monteiro ⁵²	PRP	1377	Não Eleito
Alfredo Adelino de Sá ⁵³	PRRN	147	Não Eleito
Domingos Garcia Pulido ⁵⁴	Regionalista	43	Não Eleito

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 337A

⁴⁴ Professor no Instituto de Agronomia e Veterinária (Vila Viçosa, 18/11/1871 – Lisboa, 23/04/1955).

⁴⁵ Funcionário público (Marmeleira, Rio Maior, 13/08/1892 – ?).

⁴⁶ Advogado e jornalista. Foi secretário-geral do Ministério das Finanças e Diretor-geral da Fazenda Pública (Nova Goa, 24/04/1881 – Lisboa, 15/07/1975).

⁴⁷ Oficial do exército (Évora, 18/10/1872 – Lisboa, 16/04/1952).

⁴⁸ Industrial e proprietário (Borba, 01/01/1875 – Lisboa, 24/12/1940).

⁴⁹ Oficial do exército (Moura, 23/05/1891 – Porto, 24/08/1956).

⁵⁰ Advogado e professor (Viseu, 27/11/1871 – Lisboa, 14/01/1945).

⁵¹ Advogado e proprietário (Moura, 05/11/1881 – Moura, 17/01/1960), (Correia, 2016: 530).

⁵² Farmacêutico e proprietário (Mértola, 21/12/1873 – Mértola, outubro/1923).

⁵³ Conservador do Registo Civil e advogado.

⁵⁴ Advogado e professor (Vidigueira, 20/08/1892 – Lisboa, 16/12/1973). Integrava uma lista com o candidato do PRRN. Acabou por desistir da sua candidatura a poucos dias da eleição (*O Porvir*, 9.7.1921, p. 1).

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

Quadro 7 - Círculo N.º 37 - Aljustrel

Número de votantes: 2517

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/ Não Eleito
Manuel de Brito Camacho ⁵⁵	PRL	1212	Eleito
António Lobo de Aboim Inglês ⁵⁶	PRL	1183	Eleito
José Joaquim Gomes de Vilhena ⁵⁷	PRP	1079	Eleito
Mariano Martins ⁵⁸	PRP	876	Não Eleito
Mateus Palermo de Barros ⁵⁹	PRRN	260	Não Eleito
Pedro Joaquim Fazenda ⁶⁰	Reformista FNR	179	Não Eleito
Rodrigo Pimenta de Massapina ⁶¹	PRRN	166	Não Eleito

Fontes: Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 338

⁵⁵ Médico e jornalista (Rio de Moinhos, Aljustrel, 12/02/1882 – Lisboa, 19/09/1934).

⁵⁶ Professor no Instituto Superior Técnico, engenheiro de minas e industrial (Aljustrel, 30/06/1869 – Aljustrel, 18/10/1941), (Guimarães, 2006: 245-246; 385-387).

⁵⁷ Proprietário (Ferreira do Alentejo, 15/04/1876 – ?, 31/08/1931).

⁵⁸ Oficial da Marinha (Aljustrel, 08/12/1880 – Lisboa, 22/05/1943).

⁵⁹ Funcionário Público.

⁶⁰ Professor (Vidigueira, 13/07/1877 – Lisboa, 5/04/1965).

⁶¹ Funcionário Público e professor.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

Fontes e Bibliografia:

Fontes arquivísticas:

Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, cx. 334 a cx. 338.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Fundo Tomé José de Barros Queirós*, Caixas 1 a 6.

Universidade Católica Portuguesa, *Arquivo António Lino Neto*, cx. 21 e 22.

Fontes hemerográficas:

O Bejense. Beja, 1921.

A Capital. Lisboa, 1921.

Democracia do Sul. Évora, 1921.

O Democrático. Évora, 1921.

O Districto de Portalegre. Portalegre, 1921.

Diário de Lisboa. Lisboa, 1921.

A Época. Lisboa, 1921.

O Imparcial. Portalegre, 1921.

O Lidador. Beja, 1921.

A Plebe. Portalegre, 1921.

O Porvir. Beja, 1921.

A Rabeca. Portalegre, 1921.

A União. Lisboa, 1921.

Fontes impressas:

Diário da Câmara dos Deputados. Lisboa, 1921.

Diário do Governo. Lisboa, 1921.

FERREIRA, António Matos; ALMEIDA, João Miguel (coord.) (2009), *António Lino Neto, Intervenções Parlamentares (1918-1926)*, Lisboa, Texto Editores e Assembleia da República.

LEAL, Cunha (1967), *As minhas memórias*, vol. II, edição do autor.

LIMA, Luís (2012), *Catálogo do Arquivo Professor Lino Neto*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

SILVA, António Maria da (1947), in AA.VV., *In Memoriam. Álvaro de Castro. Homenagem de admiradores, de amigos e de correligionários*, Lisboa, pp. 133-135.

Bibliografia:

ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira d' (2013), *Católicos e Política na Crise do Liberalismo: O percurso de António Lino Neto (1873-1934)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de Almeida (1997), *Família e Poder no Alentejo (Elites de Avis – 1886-1941)*, Lisboa, Colibri.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (organização e introdução) (1998), *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (2014), “Lei Eleitoral” in Maria Fernanda Rollo, (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, pp. 642-646.

AMEIXA, Luís António Pita (2018), “A Primeira República em Ferreira” in *Ferreira: 5000 Anos de História. Comemoração dos 500 Anos do Foral Manuelino de Ferreira do Alentejo*, Ferreira do Alentejo, Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, pp. 163-177.

BAIÔA, Manuel (1997), “Elites políticas locais face ao «28 de Maio». O caso de Portalegre”, *IBN MÁRWAM*, n.º 7, pp. 205-217.

BAIÔA, Manuel (2000), *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos.

BAIÔA, Manuel (2014), “A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político”, *ARBOR, Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. 190, n.º 766, marzo-abril, pp. 1-14.

BAIÔA, Manuel (2015), *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BAIÔA, Manuel (2020), “As eleições legislativas de 1925 no Alentejo”, *Polis*, n.º 2, II série, pp. 9-29.

BAIÔA, Manuel (2021), “As eleições legislativas de 1922 no Alentejo”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Imprensa da Universidade de Coimbra, (no prelo).

BERNARDO, Maria Ana Rodrigues (2013), *Sociedade e Elites no Concelho de Évora. Permanência e Mudança (1890-1930)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

CORREIA, Margarida Sérvulo (2013), *O Caso de Barbacena: um Pároco de Aldeia entre a Monarquia e a República*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

CORREIA, José António de Oliveira (2016), *A Santa Casa da Misericórdia de Moura, 1502-2014*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

CRUZ, Maria Antonieta (2007), “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República”, *História. Revista da Faculdade de Letras*, vol. 8, pp. 459-479.

FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo (1997), *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

FINHA, José Francisco Rodrigues (2010), *Moura – O advento da República, factos e figuras*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2001), *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-UE.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2006), *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960). Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-UE.

LEAL, Ernesto Castro (2008), *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

LEAL, Pedro Manuel Figueiredo (2014), *Domingos Leite Pereira. Intervenção política e acção governativa durante a Primeira República*, Tese de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LOPES, Fernando Farelo (1994), *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

LOPES, Fernando Farelo (2011), “Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa” in André Freire (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 101-123.

LOPES, Fernando Farelo (2013), “Eleições” in Maria Fernanda Rollo (coord. geral), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, pp. 1092-1099.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1978), *História da 1.ª República Portuguesa: As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980), *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.

MATOS, Ana Cardoso de; BERNARDO, Maria Ana Bernardo; RODRIGUES, Paulo Simões (2010), *Évora. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.

MENEZES, Luís Manuel (1992), *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria Regional da Educação e Cultura.

PEREIRA, Miriam Halpern (2014), “A 1ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica”, *Historia Constitucional*, n.º 15, pp. 509-527.

PIÇARRA, Constantino (2010), *Beja republicana: 1910-1926*, Loulé, 100 Luz.

PIÇARRA, Constantino; MATEUS, Rui (2010), *Beja. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.

PIÇARRA, Constantino; PINTO, Ana Catarina (2010), *A Primeira República no Baixo Alentejo*, Almodôvar, Câmara Municipal.

QUEIRÓS, António José (2003), “As eleições legislativas de 1925 no concelho de Amarante”, *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. 2, pp. 95-105.

QUEIRÓS, António José (2008), *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte.

QUEIROZ, António José (2010), “As eleições legislativas de 1925”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, vol. 11, pp. 63-94.

QUEIROZ, António José (2015), “As eleições legislativas em Vila Nova de Famalicão”, *Boletim Cultural*, n.º 8/9, pp. 121-137.

QUEIROZ, Vasco de Barros (1985), *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Thomé José de Barros Queiroz. Episódios da vida do político Thomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Eva.

SEQUEIRA, Carla (2014), *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*, Porto, CITCEM.

SERRA, João B. (1987), “Elites locais e competição eleitoral em 1911”, *Análise Social*, n.º 95, pp. 59-95.

SILVA, Armando Malheiro da (2006), *Sidónio e Sidonismo*, 2 vol., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Manuel Baiôa – *As eleições legislativas de 1921 no Alentejo*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 173-201. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a9

SILVA, João Manuel Gonçalves da (1996), *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, Tese de Mestrado. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da (1997), “O Clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido reconstituente (1920-1923)”, *Análise Social*, n.º 140, pp. 31-74.

TRINDADE, Carla da Purificação Caleiro Roberto (1997), *As Elites locais e as eleições do Concelho de Moura (1860-1910)*, Tese de Mestrado em Sociologia, Évora, Universidade de Évora.

VENTURA, António (2010), *Portalegre. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, Quidnovi.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Student social and political participation in Porto (1969-1974). A look from the Faculty of Medicine of the University of Porto

Participation sociale et politique des étudiants à Porto (1969-1974). Un regard à partir de la Faculté de Médecine de l'Université de Porto

Participación social y política estudiantil en Porto (1969-1974). Una mirada desde la Facultad de Medicina de la Universidad de Oporto

Maria João Antunes
FPCEUP/Bolseira da FCT (SFRH/BD/130264/2017)
mariantunes.joao@gmail.com

Maria Teresa Medina
FPCEUP, CIIE
tmedina@fpce.up.pt

João Caramelo
FPCEUP, CIIE
caramelo@fpce.up.pt

Resumo: O movimento estudantil foi um elemento central na resistência à mais longa ditadura da Europa no século XX, e teve expressão em todas as academias, incluindo a do Porto. O presente trabalho procura reconstruir a ação, ainda que parcialmente, dos estudantes da Faculdade de Medicina do Porto, no período entre 1969 e 1974. Para tal recorre-se à análise de documentos escritos, produzidos pelas estruturas estudantis de Medicina. Verifica-se uma grande intensidade na atividade do movimento estudantil no período em estudo, com o desenvolvimento de grandes lutas por questões pedagógicas, relacionadas com o ensino e articuladas com a luta mais geral contra a repressão e a ditadura.

Palavras-chave: Movimento estudantil; Universidade do Porto; Faculdade de Medicina; Ditadura

Abstract: The student movement was a central element in the resistance to Europe's longest dictatorship in the 20th century, and had expression in all academies, including at the University of Porto. The present work seeks to reconstruct the action, albeit partially, of students of the Faculty of Medicine of Porto, between 1969 and 1974. For this purpose, written documents produced by the student representative structures are analyzed. There is a great intensity in the activity of the student movement in the period under study, with the development of significant struggles about pedagogical issues and articulated with the more general struggle against repression and dictatorship.

Keywords: Student Movement; Porto university; Medical School; Dictatorship

Résumé: Le mouvement étudiant a joué un rôle central dans la résistance à la plus longue dictature d'Europe au XXe siècle et avait l'expression dans toutes les académies, y compris celle de Porto. Le présent travail cherche à reconstituer l'action, bien que partiellement, des étudiants de la Faculté de Médecine de Porto, entre 1969 et 1974. A cet effet, l'analyse des documents écrits produits par les structures d'étudiants en médecine est utilisée. Il y a une grande intensité dans l'activité du mouvement étudiant dans la période étudiée, avec le développement des luttes significatives autour des questions pédagogiques, liées à l'enseignement et articulées avec la lutte plus générale contre la répression et la dictature.

Mots-clés: Mouvement étudiant; Université de Porto; Faculté de Médecine; Dictature

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Resumen: El movimiento estudiantil fue un elemento central en la resistencia a la dictadura más larga de Europa en el siglo XX, y tuvo expresión en todas las academias, incluida la de Porto. El presente trabajo busca reconstruir la acción, aunque parcial, de los estudiantes de la Facultad de Medicina de Oporto, entre 1969 y 1974. Para ello, se utiliza el análisis de documentos escritos producidos por las estructuras de estudiantes de medicina. Hay una gran intensidad en la actividad del movimiento estudiantil en el período de estudio, con el desarrollo de grandes luchas por cuestiones pedagógicas, relacionadas con la docencia y articuladas con la lucha más generalizada contra la represión y la dictadura.

Palabras-clave: Movimiento estudiantil; Universidad de Porto; Facultad de Medicina; Dictadura

Introdução

Não é hoje possível pensar nas transformações educativas ao longo do século XX, em Portugal e no mundo, sem equacionar o papel dos estudantes. Os movimentos estudantis têm sido objeto de investigações diversas no âmbito de campos científicos específicos. Não obstante, no campo da História da Educação, parece ser reservado um papel secundário à participação estudantil. Apesar da História da Educação há muito ter abandonado os limites da história das instituições, do ideário pedagógico ou dos métodos de ensino (Nóvoa, 1996; Felgueiras, 2008), a verdade é que quando se trata de retratar a realidade histórica, da universidade ou da escola, verifica-se que a mesma tende a analisar o papel dos professores, dos órgãos de gestão, das políticas nacionais ou locais, a caracterizar edifícios e recursos, mas pouco o corpo estudantil e as suas práticas. A inauguração de uma “História Social da Educação”, centrada em processos que são coletivos e que compreendem diferentes temporalidades e atores (Felgueiras, 2008: 496), não contribuiu ainda de forma profícua para que os movimentos estudantis tenham lugar de destaque neste campo.

Não obstante, a análise dos movimentos estudantis é fundamental para a compreensão do educativo, da evolução das políticas, das práticas e dos métodos, para a caracterização das instituições, das ideias pedagógicas, e também dos processos de aprendizagem. Acresce que o estudante, enquanto sujeito histórico cognoscível, a partir dos longos anos 60 (Hobsbawm, 1997), tem uma particular importância nos processos de transformação social e política verificados, um pouco por todo o mundo, nas instituições educativas e fora delas.

Em Portugal, verifica-se uma sub-representação na historiografia dos movimentos estudantis do Porto, durante a ditadura, uma vez que a existente se centra essencialmente em Lisboa e Coimbra, com particular incidência nos acontecimentos das

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

crises académicas de 1962 e 1969 (Cardina, 2008; Bebiano, 2003). Esta sub-representação verifica-se também nos aspetos relacionados com a dimensão educativa da participação estudantil e com o papel da ação estudantil para as transformações educativas verificadas após o 25 de Abril (Medina, 2008).

A mais longa ditadura da Europa caracterizou-se pela intensa repressão política, pela perseguição violenta da polícia política, ausência de liberdades democráticas, censura e pobreza da larga maioria da população. A ditadura impôs 13 anos de guerra nos territórios ocupados por Portugal que significaram a perda de milhares de vidas de portugueses, moçambicanos, guineenses e angolanos e que só viria a terminar com o fim do regime e a Revolução do 25 de Abril (Medina, 2008).

Entre 1960 e 1973, quase 900 mil portugueses foram obrigados a emigrar (Pordata, 2020) em busca de melhores condições de vida, por se recusarem a participar na guerra colonial ou para fugirem à perseguição política.

No campo educativo, logo nos primeiros anos do regime, procurou-se desmantelar a influência do pensamento republicano nas escolas e na pedagogia, impôs-se a separação dos sexos, reduziu-se a escolaridade obrigatória, os conteúdos curriculares e as competências dos professores, desvalorizando-os (Nóvoa, 1992). A política centralista adotada manifestava-se no controlo e vigilância apertados da vida nas escolas e na asfixia da iniciativa local (Nóvoa, 1992). Às classes trabalhadoras estava destinada apenas a escolaridade obrigatória, quando a conseguiam completar, estando os restantes níveis de ensino reservados às elites (Medina, 2008). O ideário fascista atribuía à educação um papel de seleção social, inculcação ideológica e doutrinação moral (Medina, 2008; Nóvoa, 1992). A política educativa do regime condenou o sistema educativo português, desde muito cedo, ao empobrecimento técnico e científico e ao progressivo afastamento das práticas internacionais (Nóvoa, 1992; Medina, 2008). Nas escolas e universidades, uma parte dos professores e investigadores mais brilhantes, foi sendo sucessivamente afastada da educação, designadamente com os processos de depuração de 1935, 1946-1947 e 1973, que impuseram a reforma compulsiva ou a simples demissão daqueles que se opunham ao regime (Rosas & Sizifredo, 2013).

Em 1970, 40% das crianças entre os 10 e os 14 anos não frequentava a escola (Pordata, 2020; INE, 1971). O baixo acesso por parte das crianças pobres e da classe

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

trabalhadora à escola e aos mais altos níveis de ensino era ainda um dos principais problemas da sociedade portuguesa na entrada da década de 70 (Medina, 2008).

Apesar deste contexto social caracterizado por uma profunda elitização da educação, foi nas escolas e universidades que surgiu um dos mais expressivos movimentos de resistência à ditadura. Os estudantes organizaram-se contra o regime em diferentes momentos, principalmente após o início da guerra colonial. Em 1962, invadiram a cantina universitária de Lisboa e iniciaram uma greve de fome, que levou à maior detenção coletiva neste período, tendo sido presos mais de 800 estudantes (Accornero, 2013). Em 1969, os estudantes da Universidade de Coimbra fizeram greves às aulas e exames, em reação à repressão e à prisão de dirigentes da Associação Académica. O confronto permanente e a subversão da ordem estabelecida nas escolas e universidades, no início dos anos setenta, fragilizaram o regime. Prisões e expulsões de estudantes tornaram-se frequentes. Em 1973, “os estudantes representavam 43,5% de todos os presos políticos” (Accornero, 2013: 1043).

As organizações e associações de estudantes, durante a década de 60 e início de 1970, constituíram “ilhas de liberdade” (Carrilo-Linares & Cardina, 2012) onde se confrontavam ideias e valores e se projetavam aspirações de uma sociedade livre e democrática.

Procedimentos metodológicos

O artigo desenvolve-se a partir de um projeto de investigação de doutoramento em curso que visa o aprofundamento do conhecimento e da análise sobre a complexidade, amplitude e influência do movimento estudantil no Porto, entre 1969 e 1974. Até ao momento foram realizadas 25 entrevistas com ativistas associativos estudantis, com a duração média entre uma hora e meia e quatro horas e cinquenta minutos e, recolhidos, digitalizados e inseridos em base de dados, mais de 800 documentos preservados por diferentes ativistas. No geral, estes documentos são comunicados, *flyers* e boletins editados pelas estruturas associativas estudantis, designadamente associações, comissões e delegações de curso ou comissões de greve, assim como documentos relativos a processos eleitorais dessas mesmas estruturas.

Neste trabalho procura-se reconstituir, ainda que parcialmente, lutas estudantis desenvolvidas no Porto, e em particular na Faculdade de Medicina da Universidade do

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Porto (FMUP), a partir da análise de documentos produzidos pelas estruturas estudantis da faculdade, contribuindo para o conhecimento da história da FMUP e para o desenvolvimento da História da Educação.

Para a reconstituição dos acontecimentos narrados neste artigo, analisaram-se mais detalhadamente 38 documentos da base de dados criada e três entrevistas com ativistas da FMUP.

Participação estudantil e processos de conscientização

A participação estudantil durante este período compreendia diferentes níveis de intervenção social e política. Os estudantes organizavam-se em comissões e delegações de curso (turma¹), onde a discussão e iniciativa tinham como objeto as condições do ensino e os problemas específicos de cada turma, desde a ausência de materiais de estudo, passando pela forma como se desenvolviam as aulas, os estilos de trabalho dos professores, horários, calendário de exames, métodos pedagógicos e de avaliação. Organizavam-se, também, em torno das Comissões Pró-Associativas e Instaladoras das Associações de Estudantes, onde o objeto de intervenção integrava as questões essenciais tratadas pelas comissões e delegações de curso, mas também, e com maior relevância, as questões da liberdade associativa, uma visão mais integrada das condições de ensino, a reflexão sobre a organização dos cursos, as reformas nacionais e todas as questões respeitantes à universidade em geral, desde as questões de ação social, desportivas, culturais, editoriais. Neste segundo nível de intervenção verificava-se já um esforço de coordenação associativa, fosse em relação a todas as associações de uma determinada universidade, fosse também em relação às outras universidades. Esta coordenação verifica-se no Porto a partir da convocação conjunta de plenários gerais de estudantes da Universidade e liceus e da publicação de diversos comunicados sobre a liberdade associativa e de denúncia da repressão, assim como sobre outros assuntos pontuais. Em alguns momentos, verifica-se também a existência de uma coordenação a nível nacional, com a publicação de comunicados resultantes de tomadas de posição das três academias: Porto, Lisboa e Coimbra, e tomadas de posição conjuntas das faculdades de determinada área, como é o caso de Medicina, que lança comunicados em diferentes momentos assinados pelas três associações do país.

¹ Neste período os estudantes referiam-se ao “curso” para designar o ano.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Muitas vezes a participação dos estudantes evoluía de um nível de intervenção para o seguinte, assim como para outro tipo de organizações externas à academia, fossem estruturas associativas e cooperativas como, por exemplo, a UNICEPE², no Porto, ou a Juventude Universitária Católica - JUC, fossem estruturas semilegais ou ilegais de oposição ao regime como, por exemplo, no campo do Movimento de Oposição Democrática, as Comissões de Apoio aos Presos Políticos ou Comissões de Estudantes Democratas.

Alguns estudantes participavam também em organizações ilegais e clandestinas, como o Partido Comunista Português (PCP) e a União dos Estudantes Comunistas (UEC) e, a partir de determinado momento, noutros movimentos e correntes como o Partido Comunista Português – Marxista-Leninista (PCP-ml), e a sua organização de juventude (UEC-ml), e a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), que publicava o jornal *O Grito do Povo*.

Havia estudantes que participavam paralelamente nas diferentes estruturas (comissões de curso, associações, movimento de oposição e partidos ilegais) e outros que apenas tinham participação numa ou em algumas das estruturas. Em muitos casos, verificava-se que estudantes que começavam a participar ao nível da turma, evoluíam para a participação noutras estruturas. Noutros casos, estudantes que já participavam em estruturas clandestinas iniciavam a sua participação ao nível do curso e nas associações, quando acediam à universidade ou ainda nos liceus.

Este movimento entre diferentes níveis de intervenção teve uma ligação inequívoca aos processos de consciencialização social e política e ao crescimento de um profundo sentimento popular antifascista que se foi agudizando nos anos 60 e início da década de 70.

Aquilo que, por vezes, começava por ser um sentimento de injustiça face às dificuldades no ensino, evoluía para a tomada de consciência para a repressão política existente no país, quando, por exemplo, os estudantes mais investidos na resolução de problemas sentidos na faculdade eram presos ou perseguidos pela PIDE, ou quando a atividade de produção de materiais de estudo (sebentas), pela associação de estudantes, era dificultada ou mesmo impedida pela direção da faculdade ou pela polícia.

² Unicepe – Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto, formada em 1963.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

A organização e participação estudantil na Faculdade de Medicina do Porto

Na FMUP é constituída a Comissão Instaladora da Associação de Estudantes (CIAEFMP) em 1963, aproveitando o decreto-lei n.º 44632 que previa a possibilidade de legalização de agremiações de estudantes, perante a aprovação dos seus estatutos pelo Ministério da Educação Nacional (MEN). Este decreto-lei, não correspondendo inteiramente às reivindicações de legalização das associações de estudantes, foi utilizado pelas mesmas para estruturar a sua atividade num quadro semilegal. Apesar da CIAEFMP nunca ter sido reconhecida pelo MEN, a direção da FMUP atribuiu instalações à associação, essencialmente para atividades editoriais de produção de materiais de apoio ao estudo e, pelo menos até 1968, verifica-se uma relação de colaboração entre a CIAEFMP e a direção da Faculdade³.

A partir do ano letivo de 1968-1969 vai verificar-se um incremento da atividade associativa e da iniciativa reivindicativa face às condições de ensino, o que acabará por influenciar a alteração da relação entre a CIAEFMP e a direção da Faculdade.

A análise das estatísticas educativas disponíveis mostra que o número de estudantes matriculados na FMUP irá sempre crescer a partir de 1966-1967 (últimos dados disponíveis antes do ano letivo de 1969-1970) e com uma variação superior à verificada na Universidade e a nível nacional.

³ No programa de candidatura à CIAEFMP da lista única no ano letivo de 1966-1967 (p.18) os estudantes fazem referência às boas relações com a direção da faculdade à altura: “A experiência de três anos de trabalho associativo tem provado o magnífico espírito de colaboração e boa vontade do nosso Director”, Arquivo particular de António Dias.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Quadro 1. Evolução do número de estudantes na FMUP

Faculdade de Medicina do Porto			
Ano letivo	Estudantes matriculados	Pela 1.ª vez no 1.º ano	Varição n.º total de estudantes %
1966-1967	890		
1969-1970	1328	361	49%
1970-1971	1558	365	17%
1971-1972	1812	439	16%
1972-1973	2275	653	26%
1973-1974	2762	699	21%

Fonte: INE, Estatísticas da Educação Anos Letivos de 1967, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974

Quadro 2. Evolução do número de estudantes na Universidade do Porto

Universidade do Porto			
Ano letivo	Estudantes matriculados	Pela 1.ª vez no 1.º ano	Varição n.º total de estudantes %
1966-1967	6368		
1969-1970	7056	1685	11%
1970-1971	8258	1721	17%
1971-1972	9104	1971	10%
1972-1973	10684	2659	17%
1973-1974	11767	2716	10%

Fonte: INE, Estatísticas da Educação Anos Letivos de 1967, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974

Quadro 3. Evolução do número de estudantes Universitários no país

Nacional			
Ano letivo	Estudantes matriculados	Pela 1.ª vez no 1.º ano	Varição n.º total de estudantes %
1966-1967	35933		
1969-1970	46019	10197	28%
1970-1971	49461	9956	7%
1971-1972	51510	11161	4%
1972-1973	53999	12305	5%
1973-1974	58605	14161	9%

Fonte: INE, Estatísticas da Educação Anos Letivos de 1967, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974

O aumento do número de estudantes na Universidade do Porto, neste período, não foi acompanhado pelo aumento do número de docentes ou pela melhoria das condições materiais da Faculdade, o que foi conduzindo à degradação sucessiva das condições pedagógicas (Santos, 2011). Ao iniciar a sua vida académica, os estudantes

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

da FMUP, assim como os estudantes de outras faculdades do Porto e do país, confrontavam-se com uma universidade sem relação com o exterior, desligada da investigação e dos avanços científicos e tecnológicos internacionais, desprovida de recursos materiais e desapossada dos seus melhores mestres. O autoritarismo, inflexibilidade e ausência de iniciativa e inovação pedagógica, caracterizavam as relações institucionais um pouco por todo o país.

É neste contexto que se desenvolve um processo de “efervescência estudantil” (Accornero, 2009) que vai marcar profundamente a vida da FMUP nos longos anos 60 e em particular entre 1969 e 1974.

A atividade da CIAEFMP, neste período, vai desenvolver-se em torno de três grandes áreas: a atividade editorial, com a organização e publicação de sebatas e outros materiais de estudo; a ação reivindicativa pela liberdade associativa e legalização da associação e a luta contra a repressão; a ação reivindicativa por uma reforma do ensino⁴.

Para além destas três grandes áreas de atuação, a CIAEFMP vai publicar um jornal – o *Bisturi* – e organizar um conjunto de outras atividades, desde a receção aos novos estudantes, passando por colóquios e debates, convívios e a organização de um campo de férias⁵.

O curso de Medicina desenvolvia-se em seis anos. Até 1969, o grau de licenciado em Medicina era atribuído depois da aprovação em todas as disciplinas do curso e da realização de um estágio, com a duração de 10 meses, nos Hospitais Escolares ou nos serviços das Faculdades⁶. Este estágio previa a permanência mínima de três horas diárias nos serviços. Depois de 1969, o estágio foi substituído pelo 1.º ano do Internato Geral⁷, que era significativamente diferente, e pressupunha que os Hospitais adequassem as vagas ao número de estudantes aprovados em todas as disciplinas do curso e que afetassem verbas para remuneração. Em teoria, todos os estudantes que terminavam a parte curricular do curso tinham lugar no 1.º ano do Internato Geral e direito à remuneração, ainda que a implementação desta alteração

⁴ Arquivo particular de António Dias, *Colega: comunicado da CIAEFMP de apelo à participação nos grupos de estudo sobre a Reforma do Ensino e do Ensino Médico*. Porto, 16.01.1969 [dactilografado].

⁵ Idem, *Relatório de actividades da direcção relativa ao ano lectivo de 1969-1970: comunicado da CIAEFMP*. Porto, 1970 [dactilografado].

⁶ Decreto-Lei n.º 39803 de 2 setembro de 1954, Regula o estágio do curso de Medicina.

⁷ Decreto-Lei n.º 48879, de 22 fevereiro de 1969, Estabelece o 1.º ano do Internato Geral para a conclusão do curso de Medicina.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

tenha sido algo conturbada, como se pode deduzir pelas declarações do representante do 1.º ano do Internato Geral do Hospital de Santo António, na reunião do Conselho Nacional de Internato Médico de 21 de junho de 1971, onde afirma que, nesta data, ainda não foi concertado a nível nacional nenhum plano de atividades para o Internato, e considera verificar-se a desorientação ao nível das instâncias superiores⁸. Também as conclusões da reunião dos Internos Gerais do 1.º ano do Hospital Escolar São João, de 19 de junho de 1971, vêm afirmar a existência de problemas numerosos que carecem de soluções urgentes e a insegurança sentida pelos Internos⁹. Ao mesmo tempo, reivindica a participação dos Internos nos órgãos de direção do Internato, a nível local e nacional. O Regulamento do Internato Geral será sucessivamente alterado entre 1969 e 1974¹⁰.

Quadro 4. Plano de estudos do curso de Medicina

1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano
Biologia Médica	Anatomia Descritiva	Bacteriologia e Parasitologia	Propedêutica Médica e Semiótica Laboratorial	Patologia Médica e Anatomia Patológica Especial	Clínica Médica
Física Médica	Histologia e Embriologia	Anatomia Patológica	Terapêutica Geral e Hidrologia	Terapêutica Médica	Pneumotisiologia
Química Médica	Fisiologia	Farmacologia	Propedêutica Cirúrgica	Patologia Cirúrgica e Anatomia Patológica Especial	Clínica das Doenças Infecciosas
Anatomia Descritiva	Química Fisiológica	Psicologia	Semiótica Radiológica	Medicina Operatória	Clínica Cirúrgica
			Higiene e Medicina Social	Clínica Obstétrica	Urologia
			História da Medicina	Ginecologia (para clínica geral)	Clínica Pediátrica e Puericultura
			Deontologia	Dermatologia e Veneriologia (para clínica geral)	Medicina Legal e Toxicologia Forense

Fonte: Decreto-Lei n.º 40360, de 20 de outubro de 1955, Plano de estudos do curso médico-cirúrgico

⁸ Arquivo particular de Helena Medina, *Carta enviada ao Presidente do Conselho Nacional do Internato Médico pelo representante do 1.º ano do Internato Geral do Hospital Geral Santo António*. Porto, 23.06.1971 [dactilografado].

⁹ Idem, *Conclusões da reunião dos Internos Gerais do 1.º ano do Hospital Escolar São João*. Porto, 19.06.1971 [dactilografado].

¹⁰ O Regulamento do Internato Médico é estabelecido pela portaria n.º 23903 de 6 de fevereiro 1969, sendo sucessivamente alterado pelas portarias n.º 240/70 de 14 de maio de 1970; n.º 671/71 de 6 de novembro de 1971; n.º 102/72 de 21 de fevereiro de 1972, n.º 760/73 de 3 de novembro de 1973 e alvo de novas alterações ainda antes do 25 de abril.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

No *Bisturi*, jornal da CIAEFMP, irão ser publicados artigos que se dedicam a informar sobre as discussões relativas à estruturação do 1.º ano do Internato Geral (necessário à conclusão do curso) e à organização e ação dos Internos¹¹.

Em artigos do *Bisturi*, e nos programas de listas candidatas à CIAEFMP, verifica-se também a discussão sobre o papel do médico na sociedade e as condições de saúde no país. Em 1972, por exemplo, a CIAEFMP lança um *Bisturi*¹² especial sob o título Carreiras Médicas e Direito à Saúde, em que anuncia o início de publicação de textos sobre “o problema das Carreiras Médicas, Ordem dos Médicos e Saúde Pública”. O editorial denuncia “a mais completa desorganização dos serviços de saúde, o anacronismo das suas estruturas, a ausência de pessoal técnico e de material que possa satisfazer as necessidades elementares no campo da saúde”. Condena ainda a intenção manifestada pelo Conselho Escolar da Faculdade de limitar as entradas de novos estudantes como forma de atuar sobre o problema da sobrelotação, num país em que “o número de médicos por mil habitantes é um dos mais baixos da Europa”. Nesse mesmo *Bisturi* é publicado um texto de março de 1971, assinado por Virgílio Moreira, em que o autor, citando o Relatório das Carreiras Médicas, publicado em 1961¹³, escreve o seguinte:

“É indispensável que «todos os Portugueses, qualquer que seja o seu nível económico e social, tenham direito ao mesmo nível de tratamento, à fruição das mais modernas e eficientes técnicas, aos mais complexos e dispendiosos métodos de diagnóstico e de terapêutica» (Relatório das Carreiras Médicas, 1958). Sem se assegurar a Saúde Pública não se cria uma condição fundamental do progresso dos Povos. Para se «garantir a qualquer indivíduo, no momento necessário, os cuidados médicos de que necessita» é necessário criar um «Serviço Nacional de Saúde» (Relatório das Carreiras Médicas, 1958)”.

(Virgílio Moreira, 1971)

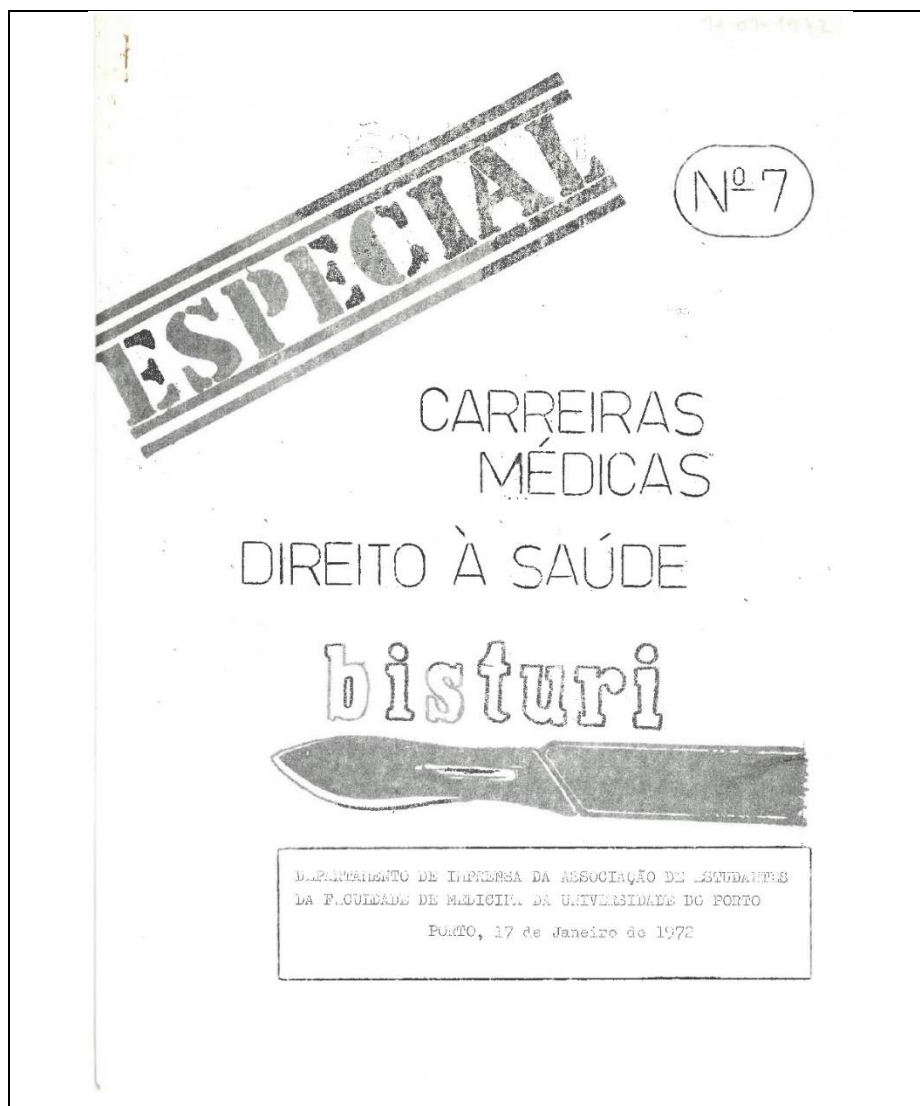
¹¹ Arquivo particular de António Dias, “Greve dos Internos e Médicos Graduados dos Hospitais Centrais de Lisboa”, *Bisturi especial*. Porto, 03.1971 [dactilografado]; Idem, “Práticos Clínicos – As condições de um estágio que o não tem sido”, *Bisturi especial*. Porto, 01.1972 [dactilografado]; Idem, “Práticos Clínicos de Lisboa”, *Bisturi especial*. Porto, 04.1972 [dactilografado].

¹² Arquivo particular de António Dias, “Carreiras médicas Direito à Saúde”; *Bisturi especial n. 7*. Porto, 01.1972 [dactilografado].

¹³ O Relatório das Carreiras Médicas é um documento desenvolvido pela Ordem dos Médicos e apresentado em 1961, que teve influência na reestruturação posterior das carreiras médicas e serviços de saúde (Costa, 2009).

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Imagem 1. Bisturi n.º 7, janeiro de 1972



Fonte: Arquivo particular de António Dias, “Carreiras médicas Direito à Saúde”, *Bisturi especial n. 7*. Porto, 01.1972 [dactilografado].

A organização dos estudantes em comissões e delegações de curso vai desenvolver uma atividade intensa, neste período, em torno das questões pedagógicas. Entre as mais prementes estão as relativas à avaliação, à ausência de materiais de estudo e a reduzida ligação a uma prática clínica.

Entre outras ações reivindicativas, na FMUP, destacam-se, no ano letivo de 1969-1970 a recusa de participação no apuramento de Histologia pelos estudantes do 2.º

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

ano do curso¹⁴ e a realização de vários debates com estudantes e professores, promovidos pelo 4.º ano do curso, para discutir a inadequação do método de avaliação por exame¹⁵.

Em 1970-1971, a realização de uma greve a Biologia, promovida pelos estudantes do 1.º ano, tem uma adesão de 100%. Os estudantes denunciam a recusa do professor em fornecer o programa da disciplina ou a gravação das aulas, que mantém na sua posse, e a existência de apenas um livro na biblioteca para os 430 alunos que a frequentam¹⁶. No 5.º ano, as ações reivindicativas são contra a exigência de mais um ponto escrito em Dermatologia¹⁷.

Em 1972-1973, uma greve dos estudantes do 3.º ano, com 100% de adesão, à disciplina de Bacteriologia e Parasitologia, perante a recusa do professor em distribuir a avaliação por duas provas ao longo do ano, eliminando a avaliação final por exame¹⁸ e a greve dos estudantes do 4.º ano, à disciplina de Propedêutica Médica, contra a avaliação à componente prática por considerar insuficiente a prática na disciplina para ser sujeita a avaliação¹⁹, são outros momentos significativos da luta dos estudantes a nível dos cursos.

Em comum, estas ações têm a denúncia e recusa da sobrecarga dos estudantes, num curso que, por esta altura, era profundamente teórico e exigia aos estudantes uma excessiva memorização num tempo relativamente curto e com reduzida ligação a uma prática clínica (Costa, 2009). O contacto com enfermarias hospitalares e a realização de períodos continuados de acompanhamento de prática clínica apenas existia nos últimos dois anos do curso.

¹⁴ Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da delegação de curso do 2.º ano*. Porto, 06.01.1970 [dactilografado].

¹⁵ Idem, *Comunicado n.º 1 da Comissão de Exames do 4.º ano*. Porto, 09.01.1970 [dactilografado]. Idem, *Comunicado n.º 2 da Comissão de Exames do 4.º ano*. Porto, 13.01.1970 [dactilografado].

¹⁶ Idem, *Comunicado da Comissão Informativa de Biologia do curso 1º ano*. Porto, 04.1971 [dactilografado].

¹⁷ Idem, *Relatório do 5.º ano 1970-1971*. Porto, 1971 [dactilografado]. Idem, *Livro Branco de Dermatologia*. Porto, 1971 [dactilografado].

¹⁸ Idem, *Comunicado da comissão pedagógica do 3.º ano do curso ao Conselho Escolar*. Porto, 1973 [dactilografado].

¹⁹ Idem, *Comunicado da Direção da AEFMP*. Porto, 06-1973 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

A repressão sobre os estudantes e a ação da CIAEFMP

A ação estudantil, no Porto, pela liberdade associativa e contra a repressão, vai agudizar-se logo no início de 1969, no seguimento da ação da polícia no plenário geral da Universidade, convocado para o dia 27 de fevereiro, no átrio da Faculdade de Ciências, local onde, no Porto, irão sempre ter lugar os plenários estudantis conjuntos de todas as faculdades. O plenário de 1969 é convocado para ratificar os oito pontos da Declaração de Coimbra, aprovada em reunião, no final de 1968, por representantes das três academias. A Declaração reivindicava a legalização imediata de todas as comissões pró-associativas, a revogação de toda a legislação anti-associativa, a participação dos estudantes no governo da Universidade, a participação dos estudantes na reforma do ensino, a legalização dos órgãos federativos dos estudantes e o lançamento de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses e, por fim, a amnistia de todos os estudantes presos e expulsos da academia e a reintegração dos professores afastados²⁰.

O plenário do dia 27 de fevereiro foi interrompido pela polícia de choque “que largamente se serviu do seu contundente e habitual argumento – o casse-tête”²¹. A intervenção da Polícia de Choque indignou os estudantes, que atribuíram a responsabilidade ao reitor da Universidade, acusando-o de ter deixado de servir a Universidade para servir o Governo e a repressão, tornando-se um “Reitor-Polícia”²². A partir deste momento a vida na Universidade não voltaria à normalidade e a repressão da atividade associativa iria intensificar-se.

A reforma Veiga Simão, apresentada pelo próprio, a 6 de janeiro de 1971, a partir das linhas gerais de dois documentos – Projecto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior (Stoer, 1983; Accornero, 2009) –, irá ser fortemente contestada pelos estudantes.

Em janeiro de 1971 é publicado o 3.º *Bisturi*. Num artigo intitulado “A repressão sobre a Universidade ou a ironia de uma Reforma?”, cujo título evidencia as dúvidas crescentes no seio dos estudantes sobre a transparência dos objetivos da Reforma, são

²⁰ Arquivo pessoal de António Dias, *Informação Académica»: Jornal dos organismos associativos dos estudantes do Porto*. Porto, 21.02.1969 [dactilografado]. Idem, *Comunicado da CIAEFMP*. Porto, 26.02.1969 [dactilografado].

²¹ Idem, *Comunicado da CIAEFMP*. Porto, 04.03.1969 [dactilografado].

²² Idem

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

questionadas afirmações do Ministro. Perante a sua afirmação de que “os textos seriam sujeitos a uma ampla discussão pública”, perguntam os estudantes o que significam:

“(…) todos os entraves postos à reunião, discussão e análise dos problemas levantados;

(…) o aparecimento sistemático da polícia pronta a espancar-nos animallescamente quando nos reunimos?

(…) os espantalhos da «subversão» e da «política» a serem continuamente levantados para incriminar grande número de colegas nossos^{23?}”

A 20 de Abril de 1971²⁴, a polícia invade a faculdade e interrompe uma reunião geral de estudantes. Encerra as instalações da associação, que só viriam a ser reabertas após o 25 de Abril. A partir daquele momento, a intervenção da polícia dentro da faculdade torna-se regular. A direção da faculdade assume um papel ativo na obstaculização da atividade associativa, não facilitando a realização de nenhuma iniciativa e ordenando sistematicamente a retirada de propaganda estudantil.

Ainda em 1971, questiona-se o carácter e a realização das atividades da Queima das Fitas. Em Medicina, os estudantes discutem o carácter alienante e “burlesco” da iniciativa, que contribui para representar o estudante universitário como “um indivíduo folgazão e despreocupado e sem problemas”. Denunciam “a contradição entre a actual situação de crise e o aspecto recreativo e despreocupado que tomarão as várias realizações da queima, às quais assistirão autoridades académicas e civis implicadas na grave situação” da Faculdade²⁵. Em reunião geral de alunos, a 22 de abril de 1971, os estudantes decidem propor a realização de uma assembleia de grelados ou encontrar outras formas de manifestação, em discussão com os estudantes de outras faculdades; assegurar que a repressão vivida pelo movimento associativo e a luta dos estudantes é refletida nas iniciativas da queima das fitas; a abstenção total na cerimónia da bênção das pastas e participação no cortejo em silêncio, além de procurarem ainda outras formas de mostrar o descontentamento. A Queima das Fitas de 1971 viria a ser a última realizada, da mesma forma, no Porto e até muito depois da Revolução do 25 de Abril, dando o cortejo desse ano lugar a uma manifestação estudantil, decidida em plenário

²³ Arquivo particular de António Dias, *Bisturi 3*. Porto, 01.1971 [dactilografado].

²⁴ Idem, *Comunicado da Direção da AEFMP*. Porto, 22.04.1971 [dactilografado].

²⁵ Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da Direção da Associação de Estudantes da FMP*. Porto, 23.04.1971 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

geral dos estudantes da Universidade do Porto, a 23 de abril²⁶, em que as palavras de ordem mais ouvidas seriam “abaixo a repressão” e “fora a queima”²⁷.

No ano de 1972, a repressão atinge mortalmente um estudante, em Lisboa. O assassinio a tiro, pela PIDE, a 12 de outubro de 1972, do estudante Ribeiro dos Santos, gera uma onda de protesto generalizado contra a violência do regime, também no Porto. A 17 de Outubro, os estudantes do Porto, respondendo a uma convocatória das Associações de Medicina, Ciências, Engenharia e Liceus, realizam um “meeting”²⁸ em Ciências, que culminou com um desfile de 1500 estudantes “com o apoio da população”, e que percorreu “o Carmo, a Praça Carlos Alberto e a Rua de Cedofeita, gritando os manifestantes, entre outros slogans, as expressões “assassinos”, “abaixo a guerra colonial” e “fora a PIDE”²⁹.

A 4 de abril de 1973, os estudantes concentram-se em “meeting” na Faculdade de Ciências, contra a realização do Festival Internacional de Coros Universitários, organizado pelo Orfeão Académico de Coimbra, numa ação que é reprimida pela polícia e culmina com a prisão de 325 estudantes³⁰, seguida de um processo de julgamento de 92 deles, entre 9 de Julho e 29 de Dezembro, porque se recusam a pagar as multas aplicadas aos presos de 4 de Abril, multas essas ao abrigo do Decreto-lei n.º 450/72, de 14 de Novembro de 1972, criado para a repressão de reuniões e distribuição de documentos (Castro, 1973; Castro, 1974). A realização da iniciativa, com a participação de coros de Espanha Franquista, África do Sul, Brasil, Filipinas e Japão foi entendida como uma provocação à luta dos estudantes, uma forma de esconder o mal-estar generalizado nas universidades e uma tentativa de dar uma imagem de abertura ao exterior por parte do regime (Cordeiro, 1998).

A 30 de Abril de 1973, a polícia invade novamente a Faculdade de Medicina e lá se irá manter em regime de semi-permanência até ao 25 de Abril. É preso um estudante

²⁶ Idem, *Comunicado do Departamento Informativo dos Organismos Associativos dos Estudantes do Porto*. Porto, 23.04.1971 [dactilografado].

²⁷ *Jornal Avante!* Maio de 1971.

²⁸ Neste período, os estudantes utilizam nos comunicados a expressão *meeting* para se referir a encontros, manifestações, etc.

²⁹ Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da associação de estudantes de Medicina e de Engenharia*. Porto, 18.10.1972 [dactilografado].

³⁰ Arquivo particular de António Dias, *Boletim Informativo AEFMP*. Porto, 04.1973 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

e outros três recebem contra-fé para se apresentarem na PIDE³¹. São instaurados 19 processos disciplinares e a 10 estudantes é aplicada a suspensão preventiva por 90 dias³².

No final do ano, há novamente intervenção da polícia, que encerra o bar da faculdade, último reduto, a nível de instalações, para a atividade associativa, onde se vinham a realizar reuniões gerais (RGA's) com a participação de mais de 500 estudantes. A 7 de dezembro, os estudantes declaram-se em greve geral contra a repressão. A 13 de dezembro é impedida a realização de uma RGA e são presos novamente dois estudantes. Em dezembro de 1973, a Faculdade está transformada “num verdadeiro quartel-general da polícia comandado pelo famigerado Capitão Braga” que persegue, espanca e prende estudantes³³.

No dia 7 de fevereiro de 1974, e no seguimento das eleições para a associação, a polícia dispara uma rajada de tiros na faculdade e prende mais dois estudantes. Os estudantes reivindicam “O Hospital não é um Quartel. Polícia fora da Faculdade!”³⁴. O estado de sítio irá manter-se até ao 25 de Abril.

³¹ Arquivo particular de António Dias, *Comunicado das delegações de curso 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos*. Porto, 02.05.1973 [dactilografado].

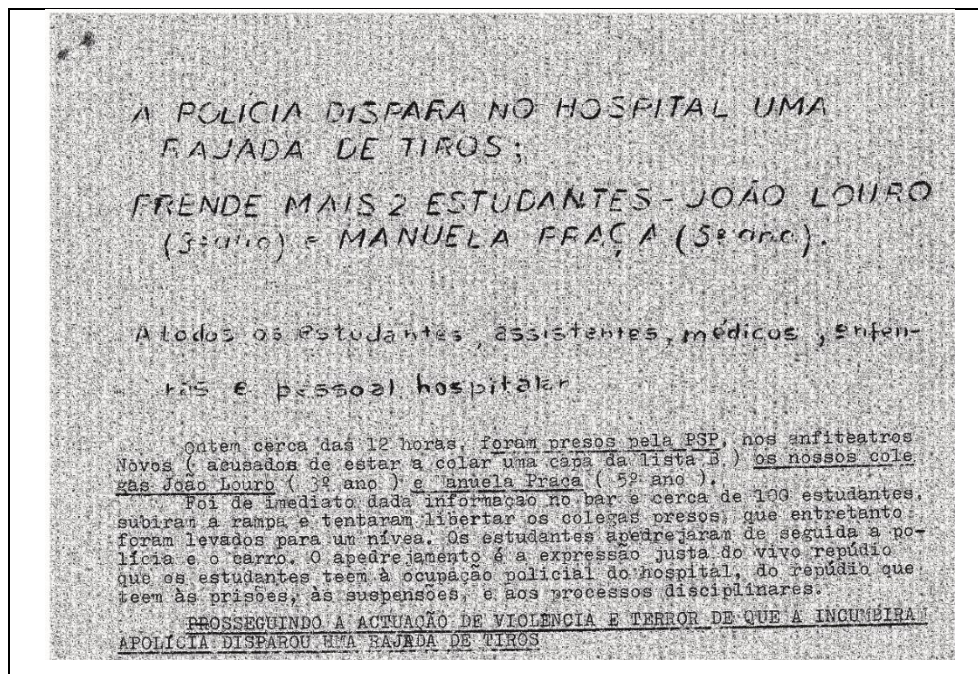
³² Idem, *A Polícia novamente em Medicina»: comunicado das AEs de Ciências, Engenharia, Letras e Liceus*. Porto, 28.04.1973 [dactilografado].

³³ Idem, *Comunicado da Direção AEFMP*. Porto, 12.1973 [dactilografado].

³⁴ Idem, *Comunicado Mesa da Assembleia Geral AEFMP*. Porto, 08.02.1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Imagem 2. Comunicado da Mesa da Assembleia Geral da AEFMUP, fevereiro de 1972.



Fonte: Arquivo particular de António Dias, *Comunicado Mesa da Assembleia Geral AEFMP*. Porto, 08.02.1974 [dactilografado].

Disputa e confronto político na FMP

Até ao ano letivo de 1969-1970, na FMUP, a única intervenção organizada externa relevante foi a dos estudantes militantes do PCP. No final do ano de 1969 surge na faculdade, ainda de forma incipiente, uma nova corrente política que viria a organizar-se em lista candidata à CIAEFMP no ano seguinte – 1970-1971 –, sob o slogan “Lista Crítica”.

A evolução das organizações político-partidárias de esquerda, no país – em geral desenvolvidas a partir de cisões com o PCP –, a partir de 1965³⁵ vai materializar-se na intervenção estudantil, de forma mais concreta, a partir do ano letivo de 1972-1973, com a afirmação de duas correntes perfeitamente diferenciadas: a corrente “Unidade” com estudantes militantes do PCP e da União dos Estudantes Comunistas (UEC) e a corrente “Por um Ensino ao Serviço do Povo” com estudantes do PCP-ML e da UEC-ML. Nas listas de ambas as correntes irão participar estudantes sem filiação político

³⁵ Sobre esta matéria em relação ao movimento estudantil veja-se Accornero (2009) e Cardina (2010).

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

partidária, alguns dos quais ligados e com intervenção nas estruturas estudantis católicas.

Nos anos letivos de 1969-1970, 1970-1971 e 1971-1972, na direção da CIAEFMP, intervêm organizadamente os estudantes comunistas. No ano letivo de 1972-1973, uma lista ligada ao PCP-ML e UEC-ML ganha as eleições e no ano letivo de 1973-1974, cujas eleições só terão lugar em fevereiro de 1974, volta a ganhar uma lista ligada ao PCP, cuja direção irá participar nos processos de transformação da faculdade, imediatamente após a Revolução de Abril. No Quadro 5. apresentam-se as listas candidatas à CIAEFMP entre 1967 e 1974 que foi possível identificar. Relativamente aos três anos letivos anteriores a 1967, com ligeiras modificações, a CIAEFMP teve a mesma composição³⁶.

Quadro 5. Listas candidatas à CIAEFMP entre 1967-1974 e correntes políticas presentes

Ano letivo ou data das eleições	Designação das Listas		Lista eleita	Corrente maioritária na lista eleita
1967-1968	Lista proposta pelos colaboradores		Lista proposta pelos colaboradores	PCP
jan/70	Unidade Estudantil		Unidade Estudantil	PCP
dez/71	Lista A (Lista Crítica)	Lista B (Unidade Estudantil)	Lista B (Unidade Estudantil)	PCP
jan/73	Lista A (Por um Ensino ao Serviço do Povo)	Lista B (Unidade por uma Associação de Todos os Estudantes)	Lista A (Por um Ensino ao Serviço do Povo)	PCP-ML
fev/74	Lista A (Por um Ensino ao Serviço do Povo)	Lista B (Unidade Estudantil)	Lista B (Unidade Estudantil)	PCP

Fontes: Arquivo particular de António Dias, *Programa de candidatura à CIAEFMP 1967/1968*. Porto, 1967 [dactilografado]; *Unidade Estudantil: Programa de candidatura à CIAEFMP 1970-1971*. Porto, 1970 [dactilografado]; *Crítica: Programa de candidatura Lista A 1971-1972*. Porto, 1971 [dactilografado]; *Acta de reunião de apuramento de escrutínio*. Porto, 12.1971 [dactilografado]; *Unidade Por uma Associação de todos os Estudantes: programa de candidatura à AEFMP*. Porto, 01.1973 [dactilografado]; *Por um Ensino ao Serviço do Povo: programa de candidatura 1973-1974*. Porto, 01.1973 [dactilografado]; *Por um Ensino ao Serviço do Povo: programa de candidatura 1974-1975*. Porto, 1974 [dactilografado].

As portas que Abril abriu

Um dos primeiros comunicados, após o 25 de Abril, da direção da associação de estudantes da FMP identificava, entre outras, como tarefas e reivindicações principais

³⁶ Arquivo particular de António Dias, *Programa de Candidatura CIAEFMP 1966-1967*. Porto, 1966 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

dos estudantes: a recuperação de todo o material apreendido pela PIDE; a expulsão da faculdade de todos os pides e o seu julgamento; a demissão dos órgãos de gestão, designadamente do diretor e do conselho escolar; a revogação da legislação anti-estudantil; ocupação do salão de festas; a autogestão de todas as publicações e a possibilidade do mesmo se concretizar com o bar e a biblioteca da faculdade; a programação de uma assembleia geral da faculdade e a demissão de membros do corpo docente por comportamentos anti-estudantis ou de colaboração com o regime³⁷.

No início do verão de 1974, as direções das associações de estudantes das faculdades de medicina de Lisboa e Porto e da Associação Académica de Coimbra, organizadas a partir da Pró União Nacional dos Estudantes Portugueses – Pró-UNEP³⁸, lançam um apelo à participação nas campanhas de educação sanitária, que decorrem entre agosto e setembro desse ano e definem áreas fundamentais de atuação, entre as quais: planeamento familiar e higiene materno-infantil; vacinação; condições de alimentação; condições de habitação; higiene no trabalho e ocupação dos tempos livres. Propõem-se desenvolver rastreios, despistes, esclarecimento e levantamentos estatísticos sobre doenças infectocontagiosas, diabetes, bócio endémico, doenças cardiovasculares, estomatologia e ginecologia e medidas preventivas contra o cancro³⁹. As campanhas de educação sanitária, a par das campanhas de alfabetização do verão de 1974, que decorriam em simultâneo, seriam uma experiência importante para o estabelecimento do Serviço Cívico Estudantil, cuja gestação se prolongou entre o outono de 1974 e a primavera de 1975 (Oliveira, 2004).

Um dos maiores problemas vividos nos inícios do ano letivo de 1974-1975 era o da superlotação das universidades. De acordo com um comunicado de associações de

³⁷ Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da Direcção n.º 9*. Porto, 29.04.1974 [dactilografado].

³⁸ De acordo com Luísa Tiago Oliveira (2004:85), a Pró União Nacional dos Estudantes Portugueses (Pró-UNEP) “pretendia vir a representar o conjunto dos estudantes portugueses” e teve um papel significativo na concretização das campanhas estudantis de Alfabetização e Educação Sanitária que se desenvolveram no verão de 1974. Também de acordo com a mesma autora, esta estrutura era “muito próxima” à União dos Estudantes Comunistas (UEC).

³⁹ Arquivo particular de António Dias, *Aos estudantes de medicina! Por uma campanha de educação sanitária: comunicado das Associações de Estudantes de Medicina de Porto e Lisboa e Associação Académica de Coimbra*. Porto, 1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

estudantes do Porto, de 18 de novembro de 1974⁴⁰, forças políticas contrárias à revolução procuravam atribuir os problemas às transformações operadas desde abril de 1974 e os estudantes esforçavam-se por esclarecer e discutir a realidade que melhor conheciam:

“As escolas há muito que deixaram de poder comportar mais estudantes. A correlação entre o número de alunos e o quantitativo de professores e a capacidade de instalações vinha progressivamente a deteriorar-se. O apetrechamento técnico-didático é insuficiente e desactualizado, os métodos pedagógicos utilizados transformam o estudante num indivíduo passivo, acrítico e desinteressado pelo seu trabalho. O número de estudantes oriundos das classes trabalhadoras é reduzidíssimo”.

O problema da superlotação atingia no ano letivo 1974-1975 proporções irresolúveis. A nível nacional, o número de estudantes inscritos para 1.ª matrícula foi de 28755, o que representava um acréscimo de 46% face ao número de estudantes no ensino superior em 1973-1974⁴¹. Na FMUP, com um número total de estudantes matriculados, em 1973-1974, de 2762, apresentam-se inscritos para 1.ª matrícula, 1520 novos alunos⁴². Trata-se de quase mais 50% do número total de alunos, numa instituição já profundamente sobrecarregada antes do 25 de Abril. Face a esta realidade, as associações de estudantes e a Pró-UNEP apoiam uma alternativa ao ingresso dos novos estudantes, com a criação de um serviço cívico que mobilize os estudantes “para serviços de utilidade pública como, construção de bairros, escolas, cultivo de terras incultas, electrificação de aldeias, serviços de assistência hospitalar, alfabetização, apoio às cooperativas e autarquias locais”⁴³.

Após o 25 de Abril, estudantes e docentes da FMUP, em conjunto, encetaram novas formas de trabalhar. Na Assembleia Magna de 1 de junho de 1974 é discutida a formação de comissões pedagógicas paritárias, em cada disciplina. Propõe-se que a comissão pedagógica de cada ano do curso seja constituída pelas comissões de

⁴⁰Arquivo particular de Teresa Medina *A superlotação das universidades – problema a resolver na perspectiva da democratização do ensino: comunicado das Associações de Estudantes de Engenharia, Instituto Industrial, Liceus e Medicina do Porto*. Porto, 18.11.1974 [dactilografado].

⁴¹ A afluência à educação superior pode indicar a importância atribuída por setores mais alargados da população ao acesso aos mais elevados graus de ensino e a sua percepção do direito dos seus filhos à educação superior.

⁴² *Ibidem*, 1.

⁴³ Arquivo particular de Teresa Medina, *A superlotação das universidades – problema a resolver na perspectiva da democratização do ensino: comunicado das Associações de Estudantes de Engenharia, Instituto Industrial, Liceus e Medicina do Porto*. Porto, 18.11.1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

disciplina e de forma igualmente paritária. E que se eleja a Comissão Pedagógica da Faculdade. Definem-se as competências de cada um destes organismos, designadamente: a resolução de problemas em cada nível (disciplinas, ano e faculdade) e a elaboração de planos de estudo. Define-se que a Faculdade procurará coordenar-se com as comissões pedagógicas de outras escolas de medicina “com vista à integração da vida da Faculdade nas necessidades sócio-políticas do povo português”⁴⁴. É eleita a Comissão Diretiva da Faculdade.

Quadro 6. Composição da Comissão Diretiva da Faculdade de Medicina do Porto aprovada em Assembleia Geral da Faculdade a 1 de junho de 1974

Representantes dos docentes	Representantes do pessoal	Representantes dos estudantes
Amandio Tavares (Diretor – Prof. Catedrático)	Luís Bessa Nunes	António Jorge (1.º ano)
Pina Cabral (Prof. Ext.)	Fernando Gonçalves Sá	Ivone Ferreira (2.º ano)
Valdemar Cardoso (Assistente)	Dr. Gilberto	João Almeida (3.º ano)
Emílio Peres (Assistente)	Dr. Lecour de Meneses	Sérgio Vinagre (4.º ano)
Joaquim Andrade (Monitor)	Melo Adrião	António Albino (5.º ano)
Júlio Machado Vaz (Monitor)	Dr. ^a Hermelinda Avelar	Helder Caramês (6.º ano)
Agostinho (Monitor)	Dr. ^a Isolete Amaral	José Figueiredo (2.º ano, por indicação da AEFMUP)

Fonte: Arquivo particular de António Dias, *Comunicado da Direção da AEFMP*. Porto, 03.06.1974 [dactilografado].

Sobre a avaliação, define-se ainda que durante os meses de junho, julho, outubro e novembro vigora na faculdade o sistema de grupos de trabalho, constituídos por estudantes e docentes para trabalho em cada disciplina e consequente avaliação final. Estabelece-se que a participação em cada grupo de trabalho é critério de avaliação de estudantes e docentes. A avaliação a partir da experiência em cada grupo de trabalho dos estudantes é expressa em duas categorias: apto e não apto. Eliminam-se os exames como efetuados até aí, exceto para estudantes que não possam participar justificadamente nos grupos de trabalho. Delimita-se as disciplinas em que se aceita a possibilidade de passagem administrativa: Física Médica, Química Médica, História da

⁴⁴ Idem, *Propostas de trabalho para o ano letivo 1973-1974 a apresentar à Assembleia Magna pelos docentes e discentes da Comissão Directiva da FMP*. Porto, 27.05.1974 [dactilografado].

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Medicina, Deontologia Profissional e Higiene e Medicina Social. Esta possibilidade está limitada a casos bem justificados por docentes e discentes e exige o envio dos processos ao Ministério da Educação e Cultura⁴⁵.

Conclusão

Na FMUP, os anos entre 1969 e 1974 serão de grande contestação e, ao mesmo tempo, de gestação de novas formas de pensar a educação superior e a educação médica. Os acontecimentos e ambiente ilustrados por documentos das estruturas estudantis do Porto e pelos testemunhos de ativistas da FMP, neste período, ilustram o funcionamento de uma faculdade, a par de outras um pouco por todo o país, sobrelotada e com graves deficiências de recursos materiais e no corpo docente e de um curso profundamente teórico, assente na memorização e com uma prática quotidiana virada quase exclusivamente para a avaliação sumativa. A acumulação de conflitos entre estudantes e docentes em torno das questões pedagógicas, designadamente da avaliação, aponta para uma importância significativa destas matérias no desenvolvimento associativo estudantil na faculdade, com a constituição de diversas comissões de turma e ano. As dificuldades colocadas aos estudantes, com a ausência de livros e estruturas de apoio escolar, a falta de diálogo com professores e ausência de negociação na avaliação, aliadas à sobrecarga teórica e ausência de componentes práticas no curso, formam o caldo perfeito para uma crescente consciencialização política que evolui do questionamento ao funcionamento do curso para o questionamento dos objetivos do ensino superior e do ensino médico, da inexistência de um serviço nacional de saúde e de uma carreira médica, até ao questionamento e crítica do regime político. Neste processo intervêm dirigentes associativos mais politizados, alguns com militância partidária, que reconhecem a importância, no quadro da luta contra o regime, de mobilizar os colegas para as mais diversas ações de contestação, muito para além das questões pedagógicas. Para além disto, o contexto vivido de grande ebulição social, muito marcado pelas consequências de uma guerra colonial que se materializava na vida estudantil como um grave obstáculo e interregno no ciclo de vida dos jovens, ao mesmo tempo que comportava consequências físicas e mentais terríveis e inclusive a morte,

⁴⁵ Ibidem

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

será o terreno fértil para o desenvolvimento de uma consciência antifascista e anticolonialista.

A agudização da repressão na faculdade parece contribuir não para o abrandamento da contestação e iniciativa estudantil, mas, pelo contrário, para a multiplicação de ações cada vez mais audazes.

As reivindicações estudantis formuladas durante a ditadura pela legalização das associações e organismos estudantis, contra a repressão, por uma reforma geral do ensino, pelo acesso das classes trabalhadoras a todos os graus de ensino, por métodos de avaliação contínua, por uma maior ligação do ensino à sociedade, pela exigência de maior componente prática no curso, pela participação estudantil na gestão da universidade, servem de referência às primeiras concretizações após a revolução de abril. A eleição de uma comissão diretiva da faculdade paritária, a eliminação dos exames como efetuados até ao 25 de abril, a organização e condução de campanhas de educação sanitária, refletem as reivindicações anteriores. São repertórios de ação e organização que, aliados à oportunidade percebida para a participação social e política, desencadeada pela revolução do 25 de abril, vão ser fundamentais para a ímpar participação popular verificada nos anos seguintes e para a construção de um novo sistema de ensino na democracia portuguesa (Accornero, 2013). A participação estudantil e as suas organizações, entre muitas outras, constituíram um espaço de democracia e de aprendizagem de práticas de liberdade num contexto profundamente repressivo. Práticas e aprendizagens que foram mobilizadas na ação estudantil e popular após a revolução e que são fundamentais para compreender o legado democrático da revolução portuguesa e as bases do Serviço Nacional de Saúde.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

Referências Bibliográficas

ACCORNERO, Guya, (2009), *Efervescência estudantil: estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*, Tese de doutoramento em «Ciências Sociais (Sociologia Histórica)», Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

ACCORNERO, Guya (2013), “Contentious politics and student dissent in the twilight of the Portuguese dictatorship: analysis of a protest cycle”, *Democratization*, 20(6), pp. 1036-1055, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13510347.2012.674367>

BEBIANO, Rui (2003), “A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 151-163, [consulta em 25/05/2021]. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/1152>

CARDINA, Miguel (2011), *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal: 1964-1974*, Tese de doutoramento em «História Contemporânea», Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARRILLO-LINARES, Alberto; CARDINA, Miguel (2012), “Contra El Estado Novo Y El Nuevo Estado. El Movimiento Estudiantil Ibérico Antifascista”, *Hispania: Revista Española de Historia*, 72 (242), pp. 639–667, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/hispania.2012.v72.i242.382>

CASTRO, Raul (1974), *Reunião Ilegal ou Acusação Irreal? Alegação de recurso para o Tribunal da Relação do Porto, no processo dos 90 estudantes no Tribunal de Polícia*, Porto: Edição de autor com distribuição da Editorial Inova.

CORDEIRO, José (1998), “Uma luta estudantil”. *Público*, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <https://www.publico.pt/1998/12/27/jornal/uma-luta-estudantil-121244>

COSTA, Rui (2009), *O Poder Médico no Estado Novo (1945-1974). Afirmção, Legitimação e Ordenamento Profissional*, Porto: U. Porto editorial.

FELGUEIRAS, Margarida (2008), “A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico”, *Revista Brasileira de Educação* v. 13, n. 39, pp. 483-501, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300006

HOBBSAWM, Eric (1997), *A Era dos Extremos. A História do século XX (1914-1991)*, Lisboa: Editorial Presença.

Maria João Antunes, Maria Teresa Medina e João Caramelo – *Participação social e política estudantil no Porto (1969-1974). Um olhar a partir da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 203-228. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1a10

MEDINA, Teresa (2008), *Experiências e Memórias de Trabalhadores do Porto. A Dimensão Educativa dos Movimentos de Trabalhadores e das Lutas Sociais*, Tese de doutoramento em «Ciências da Educação», Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

NÓVOA, António (1996). “História da educação: Percursos de uma disciplina”, *Análise Psicológica* 4 (XIV), pp. 417-434, [consulta em 23/01/2021]. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3198>

OLIVEIRA, Luísa (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O serviço cívico estudantil (1974-1977)*, Oeiras: Celta Editora.

ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina (2013), *Estado Novo e Universidade. A perseguição aos professores*, Lisboa: Tinta da China edições.

SANTOS, Cândido (2011), *História da Universidade do Porto*, Porto: U. Porto editorial.

STOER, Stephen (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, Uma Década de Transição*, Porto: Edições Afrontamento

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral

The “ancient book” in the library of the Museum of Ethnography and History of Douro-Litoral

Le « livre ancien » dans la bibliothèque du Musée d’Ethnographie et d’Histoire du Douro-Litoral

El “libro antiguo” en la biblioteca del Museo de Etnografía e Historia del Duero-Litoral

Jorge António Araújo
FLUP/CITCEM
jorgemontanhaa@sapo.pt

Resumo: O presente estudo resulta do trabalho de investigação desenvolvido no âmbito de dois estágios realizados na Direção Regional de Cultura do Norte, um em 2012/2013 e outro em 2017, no qual tivemos a oportunidade de analisar os exemplares de “livro antigo” que constituem parte da biblioteca do extinto Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, e que atualmente se encontra no Palacete do Visconde de Vilar de Allen, vulgo Casa de Allen. Pretende-se dar a conhecer a existência desse património bibliográfico e descrever algumas das suas características, tentando perceber a sua inserção e relação com o museu que o albergava.

Palavras-chave: “Livro Antigo”; Biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral; Direção Regional de Cultura do Norte; Casa de Allen, Porto.

Abstract: This study is the result of the research work developed under two internships carried out in the North Regional Directorate of Culture, one in 2012/2013 and another in 2017. We had the opportunity to analyse “ancient book” units that are part of the library of the extinct Museum of Ethnography and History of Douro-Litoral, which is currently in the Palace of the Viscount of Vilar de Allen, commonly known for Casa de Allen. We intend to disclose the existence of this bibliographic heritage and describe some of its characteristics, trying to understand its insertion and relationship with the old museum.

Keywords: Ancient Book; Library of the Museum of Ethnography and History of Douro-Litoral; Northern Regional Directorate of Culture; Casa Allen; Porto.

Résumé: La présente étude est le fruit d'un travail de recherche réalisé dans le cadre de deux stages faits à la Direction Régionale de la Culture du Nord, l'un en 2012/2013 et l'autre en 2017, dans lesquels nous avons eu l'occasion d'analyser les copies de "livre ancien" qui font partie de la bibliothèque de l'extinct Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, qui se trouve actuellement dans le palais du vicomte de Vilar de Allen, communément connu sous le nom de Casa de Allen. Il vise à faire connaître l'existence de ce patrimoine bibliographique et à décrire certaines de ses caractéristiques, en essayant de comprendre son insertion et sa relation avec le musée qui l'a abrité.

Mots-clés: Livre Ancien; Bibliothèque du Musée d’Ethnographie et d’Histoire du Douro-Litoral; Direction Régionale de la Culture du Nord; Casa Allen, Porto.

Resumen: El presente estudio es fruto del trabajo de investigación realizado en el contexto de dos prácticas realizadas en la Dirección Regional de Cultura del Norte, una en 2012/2013 y otra en 2017, en las que

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

tuvimos la oportunidad de analizar los ejemplares de “libro antiguo” que forman parte de la biblioteca del extinto Museo de Etnografía e Historia del Duero-Litoral, que actualmente se encuentra en el Palacio del Vizconde de Vilar de Allen, comúnmente conocido por Casa de Allen. Se pretende dar a conocer la existencia de este patrimonio bibliográfico y describir algunas de sus características, intentando comprender su inserción y relación con el museo que lo albergaba.

Palabras clave: Libro Antigo; Biblioteca del Museo de Etnografía e Historia del Duero-Litoral; Dirección Regional de Cultura del Norte; Casa Allen; Porto.

Introdução

Entre 2012 e 2013 tivemos a oportunidade de realizar um estágio curricular na Direção de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Norte¹ e, nesse âmbito, de tomar contacto com a biblioteca do então recém-aberto ao público Palacete do Visconde de Vilar de Allen², prestando apoio à sua instalação. Já em 2017, no contexto de um programa de estágios de verão (entre 25 de julho e 15 de setembro), voltámos à Direção Regional de Cultura do Norte, precisamente quando se procedia à transferência da biblioteca do extinto Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, à época localizada no Palácio de S. João Novo³, para a Casa de Allen, onde hoje se encontra.

Esta biblioteca conheceu diferentes processos de mudança desde o encerramento do museu, em 1992, que, à falta de um catálogo ou inventário prévio⁴, e dadas as condições em que ocorreram, alteraram a sua antiga organização. Isto porque os livros foram colocados em caixas, expostos a condições adversas à sua conservação e transportados para diferentes locais ao longo do tempo – num percurso que adiante detalharemos –, até chegarem, finalmente, à Casa de Allen, sem que houvesse um registo que permitisse a recuperação da totalidade das antigas cotas e da antiga disposição. Esta última mudança implicou, portanto, um esforço urgente de tratamento, inventariação e organização dos livros, no qual também pudemos participar. Foi neste contexto que

¹ Como nota prévia, não podemos deixar de agradecer a quem permitiu a realização deste trabalho, aos contributos dos revisores anónimos, à Dr.^a Conceição Teixeira e à Dr.^a Maria João, ambas da Direção Regional de Cultura do Norte, e ao contributo amigo de Duarte Babo Marinho.

² Vulgo *Casa de Allen*, e doravante assim referido.

³ Catarina Sousa Couto Soares opta por usar a denominação Casa de S. João Novo, seguindo o termo que surge na documentação consultada para o seu estudo, mas admitindo que o título mais conhecido é o de “Palácio de S. João Novo” e que tal categorização não é desmerecida (Soares, 2016: 36-38). Aqui optámos pela designação mais recorrente.

⁴ Também Catarina Sousa Couto Soares (2016: 94) referiu, na sua dissertação, que tanto o antigo arquivo como a biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral se encontram por descrever.

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

desenvolvemos um levantamento dos exemplares de “livro antigo” da biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.

Tendo consciência de quão o conceito de “livro antigo” exige uma reflexão, tomamos como referência a definição eminentemente de âmbito temporal, apontada por Faria e Pericão, ao considerarem que o livro antigo «abrange as obras impressas desde 1501 até 1800 inclusive» (2008: 764). Esta baliza cronológica corresponde à tarefa que cumprimos de acordo com a orientação do estágio, pelo que embora existindo obras de datação posterior estas não foram incluídas neste estudo.

O nosso primeiro objetivo com este artigo é tornar pública a existência deste conjunto bibliográfico, de inegável valor patrimonial, na Casa de Allen, que quase parecia perdido, e chamar a atenção para a incúria a que foram sujeitos os exemplares identificados, avaliando o seu atual estado de conservação. Trata-se, por isso, de um registo para divulgação e memória futura. Procedemos, igualmente, à análise de algumas características dos livros identificados, seguindo uma grelha de análise constituída, nomeadamente, pelo registo das temáticas, datação, língua, locais de edição e indicações de antigos possuidores, de modo a identificarmos eventuais critérios que tenham contribuído para a integração destes livros na biblioteca do museu. Porém, tem-se a consciência de que o trabalho foi realizado num período de tempo bastante limitado. Mesmo assim, acreditamos poder este pequeno trabalho chamar a atenção de outros investigadores para o seu conteúdo e virem a desenvolver estudos posteriores. A nossa convicção resulta da constatação de que, passados anos sobre os estágios realizados, muito pouco sucede, porque estes livros estão por estudar, por restaurar, indisponíveis para o público, não são divulgados e não são conhecidos. Por isso, e por mais coloquial que seja a expressão, gostaríamos, assim, de dar um “abanão” na inércia e apresentar o retrato de uma parte relevante da biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, tal como a encontramos nesse verão de 2017.

O texto divide-se em três partes: um primeiro ponto corresponde ao enquadramento quanto ao estado geral da biblioteca e a algumas condicionantes com que nos deparámos no desenvolvimento do trabalho; um segundo ponto, apresenta a relação dos livros encontrados, que se segue à explicitação dos critérios pelos quais nos guiámos; finalmente, um último ponto da análise pretende sistematizar alguns dos traços gerais que caracterizam o conjunto bibliográfico.

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

1. Estado da biblioteca e condicionantes

O Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral funcionou entre 1945 e 1992 no Palácio de S. João Novo⁵, na cidade do Porto, um edifício mandado renovar em 1725 por Pedro da Costa Lima (1648-1728), «ilustre cidadão» (Belo, 1938) da cidade à época, a partir de «huas cazas nobres» que o mesmo teria à rua de S. João Novo (Soares, 2016: 52-54)⁶.

Foi este museu fundado pela Junta de Província do Douro Litoral, no contexto político e de administração cultural do Estado Novo, imbuído, portanto, do desejo de salvaguarda e promoção da “cultura popular”, das identidades regionais e nacional, com particular destaque para a valorização da vida rural, e incorporando os ideais morais do regime enquanto elementos unificadores da diversidade regional portuguesa (Damasceno, 2010: 26-31; Soares, 2016: 88-91). Não obstante, o museu resistiria até à última década do século XX, desempenhando, ao longo do tempo, nas palavras de Catarina Soares, «um papel relevante na atividade científica e cultural do distrito» (2016: 163) do Porto e desenvolvendo «um vasto leque de atividades de divulgação da etnografia e história do Douro-Litoral» (2016: 163).

Os sinais de decadência e de necessidade de reforma, porém, já se vinham acumulando, ocorrendo mesmo, em 1984, um incêndio na área que albergava o arquivo e a biblioteca, até que, em 1992, o museu encerra definitivamente, dada a falta de condições de segurança do edifício. Apesar das intenções de reinstalação do museu, a verdade é que tal não sucedeu, tendo o seu espólio (museológico, bibliográfico e documental) sido desmantelado, com uma parte incorporada noutras instituições e outra colocada em depósito no Quartel de S. Brás, onde as condições de preservação estavam longe de ser as ideais (Soares, 2016: 153-155). O estado de degradação deste quartel culminou no desabamento de uma secção do telhado, que expôs às intempéries parte da biblioteca e do arquivo do museu, ditando o seu regresso ao Palácio de S. João Novo, também este em delicada situação de ruína – conforme adiante ilustramos (fotos 1 a 8). No verão de 2017, altura em que fizemos o segundo estágio, tivemos a oportunidade de

⁵ O Palácio de S. João Novo encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1977. Decreto n.º 129/77 de 29 de Setembro (1977), *Diário de República*, I série, n.º 226, p. 2390-2396. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1977/09/22600/23902396.pdf>.

⁶ O historial do Palácio de S. João Novo, da família sua proprietária e do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral foi tratado por Catarina Sousa Couto Soares (2016).

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

conhecer por dentro o Palácio de S. João Novo e testemunhar como no seu interior ainda se encontrava, de facto, o retornado espólio museológico, bibliográfico e documental do antigo museu, colaborando na transferência da biblioteca, que à época decorria, para a Casa de Allen, onde hoje se encontra.

Após o encerramento do museu, em 1992, e enquanto se definia a reinstalação do mesmo, foram desenvolvidos trabalhos de inventariação da coleção etnográfica (Soares, 2016: 150-151). Registo semelhante, todavia, não encontramos para o arquivo e para a biblioteca, não obstante alguns livros estarem marcados com um “N.º de inventário”. À falta de um catálogo ou inventário prévio disponível⁷, percebe-se que seja atualmente desconhecida a relação de todas as obras que compunham a biblioteca. Diga-se ainda, conforme assinala Catarina Soares (2016: 149-155), com base em documentação que consultou e nas entrevistas que realizou a pessoas envolvidas no processo, que desde o encerramento do museu parte «da sua coleção etnográfica, do seu arquivo e da sua biblioteca» (2016: 20) foi transposta para outras instituições, sem que disponhamos do registo dos livros que possam eventualmente ter mudado de local. Além disso, referimos já que este espólio foi, por diferentes vezes, transportado para outros locais, alterando a sua antiga organização. Finalmente, pudemos, nas visitas que efetuámos ao Palácio de S. João Novo, testemunhar o estado de degradação atrás indicados, os sérios problemas de infiltrações e infestações. A exposição dos livros às chuvas e até a assaltos ao edifício foram uma constante no período de tempo em que a biblioteca esteve depositada no Quartel de S. Brás (veja-se, a partir das entrevistas que conduziu, Soares, 2016: 94, 242). Tudo isto conduziu à perda irremediável de livros e justifica hoje a não disponibilização de alguns destes exemplares para consulta, até que sejam realizados trabalhos profundos de conservação e restauro.

Justifica igualmente que o levantamento que desenvolvemos não seja, nem possa ser, um registo de todo o “livro antigo” pertencente à biblioteca do Museu de Etnografia

⁷ Recuperamos novamente as palavras de Catarina Soares, que também nos diz que o arquivo e a biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral constituem «dois núcleos inéditos e por catalogar» (2016: 94). Ainda assim, mesmo pensando que possa ter existido um documento semelhante a um catálogo ou inventário da biblioteca, a procura pelo mesmo coloca-nos vários obstáculos: nomeadamente, pelo facto de o arquivo do museu não estar, à data, nem tratado arquivisticamente nem aberto à consulta, para além de muita da documentação se ter perdido e de poder ser necessário complementar a pesquisa com o recurso a outros arquivos, como o da antiga Junta de Província do Douro-Litoral (Soares, 2016: 94-95). Tal não significa, porém, que semelhante documento não exista, ou que não tenha existido.

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

e História do Douro-Litoral, mas apenas uma relação dos exemplares que sobreviveram, e que hoje se encontram na Casa de Allen. Na verdade, não é possível, por não dispormos de um inventário prévio da constituição da biblioteca, avaliar o que, eventualmente, se perdeu ao longo do tempo. E mesmo aqui importa salvaguardar a possibilidade de virem a surgir mais livros, decorrentes de futuras investigações que permitam localizar exemplares dispersos por outras bibliotecas ou na posse individual⁸.

Ao tempo em que decorreu o processo de transferência dos livros da biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral para a Casa de Allen, foi decidido separar e tratar à parte o chamado “livro antigo”, apesar de tal separação não existir na organização original do acervo. Isto afirmamos, mesmo sem vermos um instrumento descritivo da biblioteca, pelas informações que obtivemos junto das profissionais que orientaram o nosso trabalho e pelo contacto com os próprios livros que encontramos, misturados com outros mais recentes e com publicações periódicas. Também observando as antigas cotas, nos exemplares que ainda as têm registadas, se percebe que não parece haver uma ordenação sequencial facilmente inteligível ou que delimite o conjunto destas obras. Para além disso, esta questão leva-nos ao próprio conceito de livro antigo com que estamos a trabalhar: um conceito “artificial”, como apresentamos na introdução, que, na definição dada por Faria e Pericão (2008: 764), se interrompe quase abruptamente no ano de 1800, sendo portanto discutível a separação das obras pautada por tais balizas cronológicas. É de notar, porém, que mesmo as normas internacionais criadas para reger a catalogação deste tipo de recurso – nomeadamente a *ISBD(A)*⁹ – fizeram vincar a ideia de uma certa baliza cronológica bem delineada. A primeira versão da norma *ISBD(A)*, de 1980, delimita a sua aplicação às «monografias impressas editadas antes de 1801, e às publicações posteriores editadas artesanalmente, ou por processos que perpetuam a tradição do livro artesanal» (IFLA, 1985: 1). Na introdução ao mesmo documento ainda se admite uma extensão dessa baliza até «por volta de 1820» (IFLA, 1985: XI), apontando as transformações então ocorridas com a generalização dos processos de impressão mecânica, «pelo menos na Europa ocidental» (IFLA, 1985: XI). Não obstante, o que aqui

⁸ À data em que concluímos este texto, em agosto de 2020, não havia ainda, porém, informações acerca do surgimento de novos exemplares, conforme pudemos constatar presencialmente em visita à Casa de Allen.

⁹ *International standard bibliographic description for older monographic publications* (*ISBD(A)*), elaborada pela *International federation of library associations and institutions* (IFLA) e aprovada, na sua primeira versão, em 1980 – tradução portuguesa de 1985 (IFLA, 1985).

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

temos é um conceito de livro antigo pautado por balizas cronológicas rígidas, generalizador, e que não tem em conta os desfasamentos espaço-temporais, ao tomar como referência a «Europa ocidental» (IFLA, 1985: XI), também esta muito diversa no seu contexto histórico. Talvez por isso, aquando da revisão da ISBD(A), em 1991, estas datas tenham sido substituídas por uma referência mais abrangente ao século XIX, conforme a seguinte definição:

«Older monographic publications are chiefly those produced prior to the introduction of machine printing *in the nineteenth century* and include those published for limited distribution or for sale on demand. ISBD(A) may also be used to prepare descriptions for later publications produced by hand or by methods continuing the tradition of the hand-produced book» (IFLA, 1991) (itálicos nossos).

As diversas normas ISBD, incluindo esta ISBD(A), foram revistas e incorporadas numa única norma, a *ISBD: edição consolidada preliminar*, de 2007, e a *ISBD: edição consolidada*, de 2011 (IFLA, 2012: 22-25). A ISBD consolidada pretendeu «instituir-se como uma norma para a descrição de todos os tipos de materiais publicados até ao presente» (IFLA, 2012: 23), e manteve a definição de recurso monográfico antigo como sendo aquele que foi «produzido antes da introdução da máquina impressora do século dezanove» (IFLA, 2012: 342). Todavia, a partir da nossa experiência, constatamos como a ideia de uma baliza cronológica bem delimitada (seja 1800 ou 1820) fez escola e continua ainda hoje, não raramente, a pautar o modo de atuação perante este tipo de livro – vejam-se os exemplos apontados para França e Espanha por Bas Martín (2007: 102-104), bem como trabalhos científicos e catálogos de livro antigo produzidos, não há muito tempo, em Portugal, e que adotam tal perspetiva (Sá *et al.*, 2008; Leite, 2012; Fiolhais *et al.*, 2013; Guerreiro *et al.*, 2015; Jorge, 2018; Silva, 2018; entre outros exemplos possíveis). Para além disso, o conceito conheceu já revisões e novas perspetivas noutras vertentes. A ISBD coloca o ónus da definição, como vimos, na cronologia – que, não obstante, se foi esbatendo – e na técnica ou tecnologia de impressão, já que aponta sempre para a introdução dos processos de impressão mecânica e da máquina impressora (IFLA, 1985, 1991, 2012). O que, porém, nos dizem essas novas perspetivas é que importa olhar igualmente para outros elementos de continuidade, por exemplo ao nível das características materiais do livro (do tipo de papel à encadernação, e não só), e para aspetos bibliográficos que podem, em determinados casos, trazer a classificação de livro antigo até às portas do século XX, dependendo dos autores e das perspetivas e critérios

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

adotados (Bas Martín, 2007: 102-104; Costa, 2017: 25-27). Seguindo as palavras de Bas Martín, no que toca ao livro antigo, «es evidente que existe una notable indefinición terminológica» (Bas Martín, 2007: 103), que continua por resolver. Se assim é no campo teórico e normativo, não nos deve admirar que as instituições espelhem essa mesma indefinição.

Assim, para este trabalho tomámos como objeto de estudo e análise precisamente os livros até ao ano de 1800, inclusive, seguindo os critérios e as indicações da entidade atualmente responsável pela biblioteca, como já referimos. É então apenas sobre este conjunto que nos debruçaremos doravante, mesmo que tenhamos constatado também a existência de exemplares dos primeiros anos do século XIX. Ao tempo em que lá trabalhámos, toda a biblioteca tinha sido recentemente submetida a desinfestação, encontrando-se, de facto, uma grande quantidade de detritos de bibliófagos no interior dos livros a que tivemos acesso. Pelo que até aqui temos dito se pode inferir o mau estado de conservação em que se encontra a maior parte destes volumes, ainda que existam exceções. A atividade de bibliófagos traduz-se na presença de galerias que atravessam a encadernação e o miolo dos livros, mas não só. Em vários exemplares encontramos rasgões, encadernações ou folhas soltas, sujidade, manchas, humidade, folhas coladas ou com dobras, danos provocados por fungos e encadernações desgastadas ou esfoladas. O facto, porém, de estas características não serem uniformes, e de encontrarmos igualmente livros em bom estado de conservação, ilustra como uma parte da biblioteca esteve mais exposta ao desgaste do que outra. Nota ainda para a presença em alguns livros de marginálias e sinais de leitura diversos.

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11



Fotografias 1 e 2 – Alguns objetos ainda no interior do Palácio de S. João Novo. Fotografias do autor, tiradas na manhã de 25 de julho de 2017. Dada a inexistência de luz elétrica, ficou comprometida a cor das imagens.



Fotografias 3 e 4 – Alguns objetos ainda no interior do Palácio de S. João Novo. Do autor.

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11



Fotografias 5 e 6 – Objetos ainda no interior do Palácio de S. João Novo e estado do edifício. Do autor.



Fotografias 7 e 8 – Aspeto sobre o estado de degradação do Palácio de S. João Novo. Do autor.

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11



Fotografias 9 e 10 – Grande parte do material bibliográfico e documental que se encontrava no Palácio de S. João Novo estava dentro de caixas, que foram transportadas para a Casa de Allen. Aí os livros foram devidamente acondicionados em estantes. À direita, exemplar das *Constituições synodales do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639* (Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1697). Fotografias do autor.



Fotografias 11 e 12 – Exemplar de livro em muito mau estado de conservação e sem folha de rosto, que identificámos, não sem dúvidas, como sendo um *Compêndio da história sagrada do Antigo e Novo Testamento* (cota atual: LA-SJN-16). À direita, tomo II da *Recreação filosofica ou dialogo sobre a filosofia natural para instrução de pessoas curiosas, que não frequentaraõ as aulas*, de Teodósio Eugénio Sílvio (Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1751). Por estas imagens se pode aferir sobre o estado de conservação de alguns dos livros. Fotografias do autor.

2. Critérios e levantamento dos livros

A apresentação dos exemplares de livro antigo da biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral (ver Anexos – Tabela 1) não contém todos os elementos efetivamente registados aquando do seu levantamento. Seria incomportável, num artigo com limitações de caracteres, incluir todos os elementos recolhidos, por mais pertinentes que possam ser. Assim, o levantamento originalmente desenvolvido contém

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

dados aqui omitidos como: títulos na sua forma completa; obras, bases de dados ou catálogos de outras bibliotecas em que os livros estejam referenciados; notas completas com descrições e informações complementares sobre a obra, o autor e tradutor, quando os há; indicação do assunto da obra; descrições acerca de cada exemplar (quanto ao estado de conservação, encadernação, marcas próprias e anotações), entre outros elementos. Este levantamento mais completo foi o que entregámos à Direção Regional de Cultura do Norte, seguindo um formulário previamente estabelecido que tinha por base os campos de descrição da ISBD(A) e das *Regras Portuguesas de Catalogação* (Gusmão *et al.*, 2010). São estas as normas nacionais e internacionais que regulam a catalogação do livro antigo em Portugal (Rico, 2010). Sabemos, todavia, como o trabalho de catalogação de uma biblioteca é uma tarefa morosa e que requer recursos humanos (Rico, 2010). No momento em que tomámos contacto com os livros, e em que os mesmos se encontravam em processo de transferência do Palácio de S. João Novo para a Casa de Allen, este era um trabalho a desenvolver com urgência e num período de tempo limitado, de modo a permitir o registo, a descrição e a organização das obras, bem como a sua pesquisa rápida – medida, aliás, aceite e recomendada por autores como Tânia Rico (2010) para semelhantes casos. Não se trata assim, efetivamente, de uma catalogação aquilo que desenvolvemos, e muito menos a versão “abreviada” que apresentamos. Aqui interessamos, sobretudo, expor o registo das obras com os dados necessários à identificação de cada uma, olhando de seguida para alguns dos seus aspetos mais imediatos.

A apresentação dos livros surge por ordem alfabética do apelido do autor. Optámos por modernizar ortograficamente os nomes dos autores – conforme é aceite pelas *Regras Portuguesas de Catalogação* (Gusmão *et al.*, 2010), e facilitando a pesquisa – e mantivemos a grafia original dos títulos, estes últimos não os apresentando na sua forma completa, exceto quando tal se afigurou necessário à melhor identificação das obras. Deixámos em branco o campo de autoria quando a mesma não é referida, ficando estes exemplares no final da tabela. Tratando-se de pseudónimos, mantivemos a autoria indicada na obra. Isso explica que, por exemplo, nos dois volumes registados da conhecida *Recreação filosófica* tenhamos um com a autoria de Teodoro de Almeida e o outro com a do seu pseudónimo, Teodósio Eugénio Sílvio (Silva, 1862b: 301-308). Explica ainda que tenhamos entradas de autores como Leonarda Gil da Gama e Paulo Dias de Niza, em vez de Madalena da Glória (Silva, 1860a: 344-345) e Luís Cardoso –

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

esta última atribuição não pode ser feita com toda a certeza mas seguimos a opinião que tem sido aceite em autores como Silva (1860b: 278-279), Chorão (1987: 113-115), Andrade (1999: 216) e mais recentemente Rodrigues *et. al* (2012). Em geral, deixámos a indicação da verdadeira identidade do autor para o campo de notas. Para este trabalho tornou-se importante a pesquisa bibliográfica que fomos desenvolvendo para cada uma das obras. Mantivemos a grafia do local de edição e do tipógrafo, conforme indicados nos próprios livros. O mesmo não fizemos, porém, quando a data de impressão se encontrava em numeração romana. Quanto às referências a antigos possuidores, apenas incluímos aquelas cujas assinaturas ou marcas foram, à época, possíveis de identificar. Nos casos em que não conseguimos decifrar uma assinatura, ou em que ficámos com dúvidas, não incluímos ou registámos apenas parcialmente os nomes, assinalando essas mesmas dúvidas e dificuldades. Praticamente a totalidade destes livros tinha também, na página de rosto, a marca de posse do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, que consiste num carimbo circular, contendo as armas nacionais sobre a esfera armilar e em torno a inscrição *Museu de Etnografia e História da Província do Douro Litoral*, sem outro elemento, como o número de registo do livro na biblioteca. Tratando-se de um dado à partida adquirido de que todos os volumes pertenciam à biblioteca do dito museu, não a referimos. No campo das línguas, registámos apenas o idioma da edição em causa, e não o idioma em que a obra originalmente foi escrita. Quando disponível, remetemos a indicação relativa ao tradutor para o campo de notas.

Finalmente, na descrição física fornecemos informação sobre a paginação, o formato e o tamanho em centímetros dos livros. Em nota, fazemos referência a algumas particularidades de cada exemplar, como apontamentos manuscritos ou estado de conservação, quando o mesmo dificulta a identificação da obra. Aqui, porém, e por questões de economia textual, incluímos também elementos essenciais à correta identificação, como informações sobre a impressão, o número do volume, responsabilidades secundárias, entre outros. Fizemos menção de quando um volume é constituído por vários tomos ou partes, bem como do número total de volumes da obra, permitindo verificar se a mesma se encontra completa ou não. Nos últimos dois campos, colocámos, lado a lado, a antiga cota de cada livro na biblioteca do museu, quando ainda indicado no exemplar, e a nova cota que lhe foi atribuída na organização da biblioteca na Casa de Allen. Esta antiga cota está, para a grande maioria dos casos, escrita em tiras de

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

papel retangulares que marcam os livros. Alguns destes exemplares possuem também, no verso da capa, um “N.º de inventário” referente ao Museu de Etnografia, conforme é possível ver na Fotografia 12. Outros livros possuem etiquetas na lombada, com outras cotas, porventura mais antigas. Porém, não contemplámos estes elementos no nosso registo. Em casos de exemplares mais raros, ou que não encontrámos referenciados noutras obras ou catálogos de bibliotecas, procurámos sempre que possível fornecer dados mais detalhados para auxílio à identificação. Complementámos assim este processo com a pesquisa das obras em: catálogos coletivos de bibliotecas, como a *Porbase*, o *Catalogue Collectif de France* e a plataforma *Gallica*; em bibliotecas nacionais (sobretudo de Portugal, Espanha, Brasil e Reino Unido); outras bibliotecas estrangeiras de âmbito regional e local; bibliotecas municipais portuguesas; bibliotecas universitárias e académicas, incluindo-se aqui a da Academia das Ciências de Lisboa; igualmente em bibliotecas de outros serviços do Estado (ministeriais, marinha e exército) e em dicionários bibliográficos, catálogos de livro antigo e estudos sobre bibliotecas hoje subsistentes ou entretanto dispersas, a partir dos quais procurámos também extrair lições metodológicas (Machado, 1741-1758; Silva *et al.*, 1858-1923; Moraes, 1983; Carvalho, 1988; Cardoso, 1995; Ramos, 2007; Sá *et al.*, 2008; Leite, 2012; Santos, 2013, entre outros).

3. Breve olhar sobre o conjunto bibliográfico

O registo que desenvolvemos para o «livro antigo» da biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral compreende um total de 93 entradas, correspondentes ao mesmo número de exemplares. Apenas um título surge repetido: a *Historia da prodigiosa imagem de Christo Crucificado, que com o titulo de Bom Jesus de Bouças se venera no lugar de Matozinhos na Lusitania*, de António Cerqueira Pinto (Silva, 1858a: 109). Note-se, porém, a existência de volumes que contêm dois tomos, e dos quais são também conhecidas edições em separado. É o caso da obra *Retiro de cuidados, e vida de Carlos e Rozaura*, do Padre Mateus Ribeiro, na edição de 1764 (Ribeiro, 1764), que reúne dois tomos, de duas partes cada, num só volume, quando as mesmas partes haviam sido anteriormente publicadas separadamente (Silva, 1862a: 167). Esta edição é, aliás, frequentemente ignorada em estudos que se limitam a seguir as palavras de Inocêncio, que não a refere (Silva, 1862a: 167; Freitas, 2006: 5; Santos, 2006:

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

191). Mas é ainda o caso das duas partes do *Flos Sanctorum* de Pedro de Rivadeneyra, na edição de 1674, traduzida por João Franco Barreto (Rivadeneyra, 1674), aqui reunidas num só volume, mas de que se conhecem igualmente edições em dois volumes (Silva *et al.*, 1883: 264-265). Além disso, mais de duas dezenas destes registos pertencem a obras de vários volumes, que aqui encontrámos na sua maioria incompletas, ou que foram anunciadas como contendo mais partes ou seguimentos.

No total, foram registados perto de sete dezenas de autores, ainda que alguns sejam “institucionais” e se verifiquem casos como o do já referido Teodoro de Almeida, que assina a sua *Recreação filosófica* tanto em nome próprio como sob o pseudónimo Teodósio Eugénio Sílvio. É grande, portanto, a diversidade de autores. A nível de representatividade, entre os nomes com mais do que uma obra neste conjunto estão Frei António das Chagas, o Padre Manuel Bernardes e Leonarda Gil da Gama, sugerindo-nos desde já uma forte presença de obras de espiritualidade. Não foram encontrados livros anteriores à segunda metade do século XVII. Os exemplares mais antigos são a *Segunda parte do báculo pastoral de flores de exemplos*, de Francisco Saraiva de Sousa (1657), e o volume do célebre poema heroico *Malaca conquistada*, de Francisco de Sá de Menezes (1658). Dois dos registos (*Tratado histórico, e fyzico das abelhas* e *Novo livro, ou jogo de sortes, que faz hum lindo e gostoso entretenimento das companhias sociaes*) correspondem a obras de 1800, e encontrámos outras pouco posteriores a esta data, que infelizmente não incluímos no nosso levantamento, pois assim também nos foi pedido, como já justificámos. A maioria destes volumes (49, ou seja, cerca de 53%) data da segunda metade do século XVIII, entre o intervalo de tempo pertencente a 1751 e 1800, inclusive¹⁰. Apenas 12 exemplares datam do século XVII, ou seja, cerca de 13%. Assim, podemos concluir que neste conjunto temos sobretudo edições do século XVIII, e particularmente da segunda metade do século.

A grande maioria destas obras são edições portuguesas. Registámos seis diferentes locais de impressão: Lisboa, Porto, Coimbra, Paris, Cuenca e Antuérpia. O grande destaque vai para Lisboa, mas também nos deparamos com obras impressas no Porto, pouco conhecidas e difíceis de encontrar em dicionários bibliográficos e catálogos de outras bibliotecas. A isto poderá não ser alheio o facto de o museu se situar no Porto,

¹⁰ Mesmo que aqui tenhamos incluído uma obra cuja identificação é incerta (cota LA-SJN-16, que identificámos, com dúvida, como sendo um *Compendio da história sagrada do Antigo e Novo Testamento*).

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

dispondo porventura de um maior acesso a este tipo de obras de circulação mais localizada, mas também eventualmente de um maior interesse pelas mesmas. Note-se, igualmente, que entre os antigos proprietários destes exemplares encontramos gente de regiões próximas do Porto, como o Padre Serafim Gonçalves das Neves, de Santa Maria de Azurara (Vila do Conde), o que, neste caso, somando ao carácter religioso de algumas das obras, pode ajudar a explicar a presença destes livros.

Para além do português, outras quatro línguas encontram representação neste conjunto bibliográfico: o francês, o castelhano, o latim e o grego. Dispomos mesmo de uma edição bilingue em grego e latim da *Ilíada*, impressa em Paris, em 1747. Outras obras são traduções para português de originais de outras línguas, como o latim, o castelhano, o italiano e o francês. Não obstante, tanto estas traduções como os exemplares noutras línguas são relativamente escassos, pelo que podemos afirmar que neste conjunto temos sobretudo obras originalmente escritas em português.

Um dos aspetos mais interessantes a estudar sobre estes livros seria certamente o das marcas de posse ou as indicações encontradas acerca de antigos possuidores. Foram várias as assinaturas, apontamentos manuscritos e carimbos com que nos deparámos nos exemplares manejados. Não registámos todos os nomes, mas apenas os que à época nos foram decifráveis e os mais recorrentes. No total, tomámos nota de cerca de 20 nomes diferentes, não incluindo aqui a marca de posse do próprio museu. Outros não incluímos, por à época não nos ter sido possível decifrar e também dado o tempo limitado que tínhamos para desenvolver o levantamento. Ainda assim, há claramente dois nomes que se destacam: o de Serafim Gonçalves das Neves (n. 1868 – m. 1972)¹¹, Abade de Santa Maria de Azurara, e o de Francisco Nicolau Mandillo¹². Em vários exemplares encontramos mesmo a marca de posse destas duas personagens em simultâneo, o que não deixa de nos poder dizer algo acerca do percurso dos livros. De igual modo, não nos passou ao lado a assinatura de António Afonso Pereira de Menezes, nome que, não sem incertezas, poderíamos ser tentados a associar àquele que consta como estudante no liceu (*Relação*, 1865: 59) e na Faculdade de Direito, do primeiro ao quinto ano, em Coimbra

¹¹ Veja-se uma pequena entrada biográfica sobre Serafim Gonçalves das Neves no estudo de Adelina Piloto (2010: 159).

¹² Será Francisco Nicolau Mandillo o conhecido livreiro estabelecido, pelo menos desde 1816, no Rio de Janeiro, à rua da Quitanda (Hallewell, 2005: 121)?

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

(*Anuario*, 1875: 102; 1879: 124), e, assim sendo, o mesmo que surge várias vezes referido em documentação do arquivo estudado e inventariado por Vasco Santos (2018) – hipótese que gostaríamos de analisar com mais profundidade no futuro.

Em 45 dos 93 exemplares registados vemos a marca de Serafim Gonçalves das Neves, ou seja, em cerca de 48%. Dada a presença de inúmeras obras com a marca de Serafim Gonçalves das Neves também entre os livros posteriores a 1800, com que não trabalhámos, não podemos deixar de pensar que foi o Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral o destino de parte, ou mesmo da totalidade, da biblioteca deste padre. Tal facto não seria de admirar, sendo conhecido o interesse e o trabalho desenvolvido por Serafim Gonçalves das Neves no campo da etnografia local, e a sua colaboração em publicações da Junta de Província do Douro-Litoral (Guimarães *et al.*, 1948; Neves *et al.*, 1950, 1951a, 1951b; Neves, 1954, 1955, 1965, 1968). No entanto, não é matéria que possamos afirmar com segurança, por não termos obtido qualquer testemunho oral nesse sentido e por não ser atualmente possível averiguar a questão através da documentação do arquivo do museu. O cruzamento dos nomes encontrados com os registos de outras bibliotecas e bases de dados seria um trabalho pertinente a desenvolver, podendo contribuir para um melhor conhecimento do percurso dos livros, para a reconstituição das antigas bibliotecas particulares e mesmo para a identificação de exemplares eventualmente saídos da biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.

Outro aspeto particular a atentar é a temática das obras. De facto, não nos parece que exista uma linha coerente ou uma relação direta entre as temáticas das obras e a tipologia do museu, de “etnografia e história” da província do Douro-Litoral, excetuando alguns casos. É a literatura de espiritualidade que assume um lugar central neste conjunto bibliográfico, o que se coaduna com o facto de muitos destes livros terem pertencido ao Padre Serafim Gonçalves das Neves. Verifica-se, para determinados exemplares, o cuidado em fornecer informações quanto à raridade do livro, devendo-se esses apontamentos, na nossa opinião, mais aos antigos proprietários do que ao museu. Isto porque a par do apontamento manuscrito “Raro”, com que nos deparámos em algumas das obras, é possível encontrar também: “Raro e estimado”; “Estimação”; “Lembrança”, entre outros. Em comum, a maioria destes apontamentos, tem o facto de se encontrarem em obras outrora pertencentes a Serafim Gonçalves das Neves. Note-se então a circunstância de alguns destes exemplares poderem ter sido vistos como particularmente

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

valorizáveis por essa classificação de “raridade”, atribuída pelo próprio possuidor, bem como pelo facto de alguns serem de primeiras edições ou de edições diferenciadoras pelas suas especificidades. É o caso, por exemplo, do volume da *Histoire des Revolutions de Portugal*, de Vertot, edição de 1711 e a primeira com este título (Vertot, 1711), sob o qual seria sucessivamente reeditado¹³. Ou ainda a rara obra de Anton Giulio Brignole Sale, *Maria Magdalena peccadora, amante, e penitente*, de 1695, traduzida por António Lopes Cabral, difícil de encontrar, sobretudo nesta primeira edição¹⁴ (Silva, 1858b: 187, 1867: 225), por ter sido proibida em tempos do rei D. José¹⁵. O próprio exemplar do *Flos Sanctorum* (Rivadeneira, 1674) é de destacar, por corresponder à edição da primeira tradução para português desta obra. Outros casos poderíamos apontar, embora não nos esclareçam se este conjunto bibliográfico resulta da aquisição de bibliotecas a diferentes proprietários ou de um planeamento e esforço de aquisição de cada obra. Ainda assim, dadas as temáticas das obras, com grande prevalência do carácter religioso e moral, e os cuidados em adquirir ou assinalar exemplares de maior “raridade”, mesmo que dificilmente enquadráveis no âmbito da etnografia e história do Douro Litoral, é para a primeira hipótese que nos inclinamos. Não obstante, julgamos que as considerações até aqui desenvolvidas permitem elucidar quanto à relevância deste conjunto bibliográfico, a que deve ser somado todo o conjunto de obras com edição posterior ao ano de 1800, transferidas do Palácio de S. João Novo para a Casa de Allen. Daqui podemos também

¹³ A obra é do século XVII (primeira edição de 1689) e tinha antes por título *Histoire de la conjuration de Portugal*.

¹⁴ Carvalho (1988: 374) e Santos (2013: 25), talvez seguindo Barbosa Machado (1741: 309), referem uma primeira edição desta obra impressa em Lisboa, em 1670, por Antonio Craesbeeck de Mello. No entanto, afirma Inocêncio que lhe «parece poder dar como averiguado» que tal edição «nunca existiu, ou era de obra muito mais resumida, que foi depois ampliada na edição de 1695» (Silva, 1858b: 187). Anos mais tarde, o mesmo Inocêncio reafirma esta ideia e explica que Barbosa Machado se equivocou, ao descrever tal edição da *Maria Magdalena* no lugar da obra *S. João Baptista, escripto na língua toscana por Joseph Baptista, traduzido no idioma portuguez etc.*, essa sim, impressa em Lisboa, em 1670, por Antonio Craesbeeck de Mello (Silva, 1867: 225). Certo é que também Zulmira Santos não nos dá qualquer cota de exemplares conhecidos em bibliotecas da referida edição de 1670, ao contrário do que sucede para as edições de 1695 e 1706 (2013: 25). Sobre esta edição de 1695, que encontramos na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, diz-nos Inocêncio que seria, à época, «obra não de muito valor, mas algum tanto rara» (Silva, 1858b: 187)

¹⁵ Edital da Real Mesa Censória de 10 de novembro de 1768, em que se lê que o dito livro «não continha a vida de Santa Maria Magdalena, mas huma novela das mais licenciosas, organizada de affectos indecentes, pensamentos puerís, jogos de espirito, metáforas, allegorias, e ficções só proprias dos seculos da barbaridade, e da ignorancia» (Silva, 1829: 373). Atualmente temos conhecimento da existência de outros exemplares da edição de 1695, por exemplo, na Biblioteca do Seminário Maior do Porto (cota N-a-1-6, segundo Santos (2013: 25)), na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (BACL 11 501 24) e na Biblioteca Nacional do Brasil (Livros Raros – 133, 1, 16).

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

inferir o quanto se perdeu pela exposição desta biblioteca a condições de degradação, e o quanto um estudo mais aprofundado da mesma poderá trazer contributos para a história do livro em Portugal, bem como para um maior conhecimento do próprio Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.

Conclusão

O presente estudo resulta da investigação e trabalho de campo realizados no âmbito dos estágios realizados na Direção Regional de Cultura do Norte e do contacto que tivemos com o espólio do antigo Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. O trabalho desenvolvido permitiu reconstituir o conjunto de exemplares que definimos como livro antigo, que compunha a biblioteca daquele museu e, a partir daí, pudemos analisar algumas das suas características mais elementares.

Certamente se trata de um trabalho com muito por aprofundar ou com elementos que merecerão revisão e exigirão continuidade. É, todavia, o resultado de um processo metodológico realizado no período correspondente aos estágios. Pareceu-nos relevante dar a público as condições, os limites de sobrevivência daquela biblioteca e, de igual modo, e o que é talvez mais importante, insistir na necessidade de incentivo à manutenção e conservação dos livros, bem como ao seu estudo por parte de outros investigadores, que deve ser extensível ao arquivo do museu. A articulação entre os livros da biblioteca e a documentação do arquivo será, aliás, uma condição essencial para compreender e trazer informações acrescentadas aos estudos já existentes sobre o Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.

As tabelas que apresentamos procuram sistematizar os resultados do trabalho realizado e ser úteis para investigações futuras. Outros aspetos poderiam ser mais desenvolvidos, porém optámos por omitir alguns dos dados que compõem as tabelas completas entregues no final do estágio. Apesar de alguma identificação e recolha de marcas de posse e de outras marginálias e sinais de leitura, que nos permitiram identificar a origem de alguns exemplares, este percurso necessita uma sistematização de análise aplicada a todo o conjunto. De igual modo, sabemos que este estudo nunca estará completo, na hipótese de outros livros existirem, dispersos, entre os materiais em depósito do extinto museu, ou noutras instituições por onde a biblioteca transitou, tornando necessária a atualização dos nossos registos. A existência de várias obras com volumes

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

em falta é, aliás, um dos factos que nos leva a acreditar na possibilidade de haver mais livros, a que não tivemos acesso. Se o objeto de estudo for o Museu de Etnografia e História do Douro Litoral e a sua biblioteca, não pode também ser deixado de lado o restante espólio bibliográfico, mais recente, se tivermos em consideração que a própria evolução do conceito de livro antigo, como abordámos, justificará o alargamento deste nosso levantamento a obras do século XIX, que encontramos igualmente em abundância nesta biblioteca, tarefa que desejaríamos desenvolver num futuro próximo.

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Bibliografia

ANDRADE, Adriano da Guerra (1999), *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

ANNUARIO da Universidade de Coimbra (1875; 1879), Coimbra, Imprensa da Universidade.

BAS MARTÍN, Nicolás (2007), “Documentación on line sobre libro antiguo”, *Documentación de las Ciencias de la Información*, vol. 30, p. 101-134.

CAMPO BELO, Conde de (1938), “Pedro da Costa Lima: ilustre cidadão do Porto no século XVII”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. I, fasc. 1, p. 17-25.

CARDOSO, António M. de Barros (1995), *Ler na livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (dir.) (1988), *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal: 1501-1700*, Porto, Faculdade de Letras do Porto.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte (1987), “Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, 93-119.

COSTA, Carolina Isabel Dias Machado (2017), *Estudo da coleção de Livro Antigo da Biblioteca do Departamento de Ciências da Vida da FCTUC: proposta de conservação*, Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DAMASCENO, Joana (2010), *Museus para o povo português*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

DECRETO n.º 129/77 de 29 de Setembro (1977), *Diário de República*, I série, n.º 226, p. 2390-2396.

Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1977/09/22600/23902396.pdf>.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008), “Livro antigo” in *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*, Coimbra, Edições Almedina, p. 764.

FIOLHAIS, Carlos *et al.* (2013), “‘Almamater’, o repositório digital de fundo antigo da Universidade de Coimbra” in *História da ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 295-301.

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

FREITAS, César Augusto Martins Miranda de (2006), *A novela portuguesa no século XVII: o caso Mateus Ribeiro*, Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GUERREIRO, Dália; BORBINHA, José Luís (2015), “O livro antigo na era digital”, *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, n.º 12, [consulta em 09/01/2021]. Disponível em: https://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1399/pdf_107.

GUIMARÃES, Bertino Daciano; FREITAS, Eugénio da Cunha e; NEVES, Serafim Gonçalves das (1948), *Azurara (concelho de Vila do Conde): subsídios para a sua monografia*, Porto, Junta de Província do Douro-Litoral.

GUSMÃO, Armando Nobre de; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; SOTTOMAYOR, José Carlos Garcia (coord.) (2010), *Regras portuguesas de catalogação* (4.ª reimp.), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

HALLEWELL, Laurence (2005), *O livro no Brasil: sua história* (2.ª ed.), São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

IFLA (1985), *ISBD (A): descrição bibliográfica internacional normalizada das monografias antigas*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural.

IFLA (1991), *ISBD (A): international standard bibliographic description for older monographic publications (antiquarian)* (2.ª ed. rev.), [consulta em 06/01/2021]. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/isbda2.htm#2a>.

IFLA (2012), *Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD): edição consolidada*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

JORGE, Ana Paula dos Santos (2018), *A coleção quinhentista da Biblioteca Gulbenkian Paris: contributo para a elaboração de um catálogo de livro antigo*, Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LEITE, João Emanuel Cabral (org.) (2012), *O livro antigo na Biblioteca Central da FLUP: catálogo*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MACHADO, Diogo Barbosa (1741-1758), *Bibliotheca lusitana historica, critica e cronologica*, Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 4 vols.

MORAES, Rubens Borba de (1983), *Bibliographia brasiliana*, Los Angeles, UCLA Latin American Center Publications, 2 vols., [consulta em 08/01/2021]. Disponível em:

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg610024/drg610024.html.

NEVES, Serafim das; LIMA, Augusto César Pires de; GUIMARÃES, Bertino Daciano (1950), “Tradições de Azurara”, *Douro Litoral*, 4.ª série, n.º 1-2, p. 116-140.

NEVES, Serafim das; LIMA, Augusto César Pires de; GUIMARÃES, Bertino Daciano (1951a), “Tradições de Azurara”, *Douro Litoral*, 4.ª série, n.º 5-6, p. 92-108.

NEVES, Serafim das; LIMA, Augusto César Pires de; GUIMARÃES, Bertino Daciano (1951b), “Tradições de Azurara”, *Douro Litoral*, 4.ª série, n.º 7-8, p. 69-81.

NEVES, Serafim das (1954), “Tradições marítimas de Azurara”, *Douro Litoral*, 6.ª série, n.º 5-6, p. 105-131.

NEVES, Serafim das (1955), “Tradições marítimas de Azurara”, *Douro Litoral*, 6.ª série, n.º 7-8, p. 46-64.

NEVES, Serafim das (1965), “Origem dos templos, das paróquias e dos padroados (ideias gerais)”, *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 12, p. 141-148.

NEVES, Serafim das (1968), *Breve notícia histórica e etnográfica de Azurara (Santa Maria - Vila do Conde)* (11.ª ed.), Vila do Conde, [s. n.].

PILOTO, Maria Adelina de Azevedo (2010), *O concelho de Vila do Conde e o Brasil: emigração e retorno (1865-1913)*, Tese de Doutoramento em História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAMOS, Maria Teresa C. F. de Oliveira (2007), “A Biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XVIII”, *Bracara Augusta*, vol. LV, n.º 110 (123).

RELAÇÃO e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra e no lyceu no anno lectivo de 1864 para 1865 (1865), Coimbra, Imprensa da Universidade.

RIBEIRO, Mateus (1764), *Retiro de cuidados, e vida de Carlos, e Rozaura*, Lisboa, Offic. de Ignacio Ferreira Xisto.

RICO, Tânia (2010), “Aspectos a considerar no acesso à leitura de fundos documentais de livro antigo” in José António Calixto (dir.), *Bibliotecas para a vida II: bibliotecas e leitura*, Lisboa, Edições Colibri, p. 139-144, [consulta em 07/01/2021]. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/337>.

RIVADENEYRA, Pedro de (1674), *Flos sanctorum, história das vidas, e obras insignes dos santos*, Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello.

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n.º 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

RODRIGUES, Mário Rui Simões; NETO, Margarida Sobral (2012), *Informações paroquiais e história local: a diocese de Coimbra (século XVIII)*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura.

SÁ, Áurea Pinto; CASTRO, Clárisse Morais; RAMOS, Ana Luísa (coord.) (2008), *Catálogo do livro antigo da Biblioteca Municipal Florbela Espanca: 1501-1800*, Matosinhos, Biblioteca Municipal Florbela Espanca.

SANTOS, Zulmira C. (2006), “Vícios, virtudes e paixões: da novela como «catecismo» no século XVIII”, *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 3, p. 187-199.

SANTOS, Zulmira C. (coord.) (2013), *Fontes para o estudo da santidade em Portugal na Época Moderna*, Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultural, Espaço e Memória.

SANTOS, Vasco José Ribeiro dos (2018), *O arquivo da família Sottomayor e Menezes/Magalhães da Silva (1614-1995): estudo orgânico-funcional e inventário*, Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols.

SILVA, António Delgado da (ed.) (1829), *Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva: legislação de 1763 a 1774*, Lisboa, Typografia Maigrense, [consulta em 08/01/2021]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/10/73/p396>.

SILVA, Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito (1858-1923), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 22 vols.

SILVA, Innocencio Francisco da (1858a), “Antonio Cerqueira Pinto” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 109.

SILVA, Innocencio Francisco da (1858b), “Fr. Antonio Lopes Cabral” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 186-187.

SILVA, Innocencio Francisco da (1860a), “D. Magdalena da Gloria” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 344-345.

SILVA, Innocencio Francisco da (1860b), “P. Luis Cardoso” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 278-279.

SILVA, Innocencio Francisco da (1862a), “P. Matheus Ribeiro” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo VI, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 166-167.

Jorge António Araújo – O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

SILVA, Innocencio Francisco da (1862b), “P. Theodoro de Almeida” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 301-308.

SILVA, Innocencio Francisco da (1867), “Fr. Antonio Lopes Cabral” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo VIII, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 225.

SILVA, Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito (1883), “João Franco Barreto” in *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 264-265.

SILVA, Mário J. Freire da; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis (coord.) (2018), *Libros relege, volve, lege: o livro antigo na biblioteca do exército*, Lisboa, Biblioteca do Exército.

SOARES, Catarina Sousa Couto (2016), *A Casa de S. João Novo e o Museu de Etnografia e História da Província do Douro-Litoral (1710-2016): estudo histórico-integrado, problemas e reflexões para a sua salvaguarda*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VERTOT, René Aubert (1711), *Histoire des revolutions de Portugal*, Paris, Chez Michel Brunet.

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

ANEXOS

Tabela 1 - Levantamento do livro antigo da biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral.

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS	Almanach para o anno de 1786	Lisboa	Offic. da Academia Real das Sciencias	1786	José Teixeira Antunes, que morreu em 1918, passando aí o livro para a biblioteca de seu irmão, António Antunes (p. 7)	POR	[2], 266 p.; il.; 12.º (13 cm)		B-247	LA-SJN-38
ALMEIDA, Teodoro de	Recreação filosofica, ou dialogo sobre a metafysica para instrucção de pessoas curiosas que não frequentarão as aulas	Lisboa	Regia Officina Typografica	1792	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves, Abade de Santa Maria de Azurara	POR	[8], 312 p.: il.; 8.º (17 cm)	Tomo VIII de 10.	B-316	LA-SJN-1 v.8
ÁLVARES, Manuel	Instrucção sobre a Logica, ou Dialogos sobre a Filosofia Racional	Porto	Officina de Francisco Mendes Lima	1760	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[16], 320 p.; 8.º (16 cm)		B-319	LA-SJN-2
AMBRÓSIO, Santo	Os Tres Livros das obrigaçoens christans, e civis do grande Padre da Igreja S.to Ambrozio, Bispo de Milão	Lisboa	Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo	1768	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[74], 407 p.; 8.º (18 cm)	Nas primeiras 74 p. inum.: "Discurso preliminar sobre os tres livros das obrigaçoens christans, e civis...", por José Caetano de Mesquita (tradutor da obra)	B-372	LA-SJN-3

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
ANDRADE, Alonso de	Vida da Gloriosa Virgem S. Getrudis a Magna da Ordem do glorioso Patriarca S. Bento	Lisboa	Officina de Antonio Pedrozo Galram	1708	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[16], 358, [1] p.; 4.º (20 cm)	No rosto: "Traduzida em Portuguez por hum devoto da Santa" - Págs. 340 a 350 ("Reza propria de Santa Getrudis") em latim - Algumas notas impressas marginais em latim - Na f. de guarda inicial, imagem colada de S. Bento, com o apontamento manuscrito a lápis: "Lembrança" - Págs. 35 a 62 praticamente todas rasgadas ao meio.	B-644	LA-SJN-4
ANTUNES, Prisco	Novo livro, ou jogo de sortes, que faz hum lindo e gostoso entretenimento das companhias sociaes, inteiramente diverso, e com outra disposição, de hum impresso, no anno de 1797 com o titulo de Recreio Honesto	Lisboa	Offic. de Simão Thaddeo Ferreira	1800		POR	VII, [1], 286 p.; 8.º (15 cm)		B-290	LA-SJN-5
ARAGÃO, Francisco de Faria e	Tratado historico, e fyzico das abelhas	Lisboa	Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego	1800		POR	VIII, 238, [1] p., [1] grav. desdobr.: il.; 4.º (20 cm)	Sobre a edição, no rosto: "Publicado debaixo dos auspicios, e ordem de S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor / por Fr. Joze Mariano Velloso".	B-338	LA-SJN-6
ASCENSÃO, Bento da	Vida, e martyrio da insigne virgem, e martyr prodigioza Santa Quiteria, serenissima infante de Portugal, no Monte de Pombeyro...	Lisboa Ocidental	Officina Ferreyriana	1722	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[24], 140 p.; 8.º (16 cm)		B-430	LA-SJN-8

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
ASCENSÃO, Marceliano da	Epitome da Vida do Glorioso S. Placido Primero Martyr Benedictino	Coimbra	Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus	1752	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[13], 222 p.; 8.º (17 cm)		B-579	LA-SJN-9
AZEVEDO, Sebastião de	Ceo mystico a gloriosissima senhora S. Anna mãy da mãy Deos, e avó de Christo	Lisboa Ocidental	Offcina de Antonio Pedrozo Galram	1725	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[19], 600 p.; 4.º (20 cm)		B-385	LA-SJN-10
BERNARDES, Manuel	Luz, e calor. Obra espiritual para os que tratao do exercicio de virtudes, e caminho de perfeição, dividida em duas partes	Lisboa	Officina de Miguel Deslandes	1696	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[20], 584, [16] p.; 4.º (21 cm)	Apontamento manuscrito: "Estimação".	B-1462	LA-SJN-11
BERNARDES, Manuel	Exercicios espirituaes e meditações da via purgativa sobre a malicia do peccado, vaidade do mundo, miserias da vida humana...	Lisboa	Regia Officina Typografica	1784	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[4], 648 p.; 4.º (21 cm)	5.ª impressão. V. 1: I Parte.	B-357	LA-SJN-12 v.1
BERNARDES, Manuel	Exercicios espirituaes e meditações da via purgativa sobre a malicia do peccado, vaidade do mundo, miserias da vida humana...	Lisboa	Regia Officina Typografica	1785	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	796 p.; 4.º (21 cm)	5.ª impressão. V. 2: II Parte.	B-604	LA-SJN-12 v.2

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
BRAGA. Arquidiocese	Constituições synodaes do arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Ilustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha. E mandadas imprimir a primeira vez pelo Ilustríssimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo, & Senhor de Braga...	Lisboa	Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Majestade	1697	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[36], 811 [1 br.] p.: il.; 2.º (29 cm)	Para além da marca de Seraphim Gonçalves das Neves, possui no rosto uma assinatura não identificada, na qual julgamos ler o nome “Freire” (Fotografia 10).	B-458	LA-SJN-13
BRANDÃO, Tomás Pinto	Pinto Renascido, empennado, e desempennado: primeiro voo	Lisboa	Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustíssima Rainha N. S.	1753	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[40], 425 p.; 4.º (20 cm)	2.ª ed. - Do rosto: "Acrescentado com a vida de seu autor, e reimpresso por Reynerio Bocache".	B-679	LA-SJN-14
CABRAL, Manuel de Pina	Magnum lexicon latinum et lusitanum, ex diuturnis celeberrimorum, eruditissimorumque philologorum observationibus depromptum...	Olisipone	Typis Regiae Officinae	1780		LAT e POR	[1], 654 p.; 2.º (33 cm)		B-901	LA-SJN-15
[CABRAL, Tomé Rodrigues de Almeida, ed. lit. ?]	Sem folha de rosto: [Compêndio da história sagrada do Antigo e Novo Testamento para uso das escolas?]	[Lisboa?]	[Affonseca Pacheco Castro Craesbeck Viegas?]	[1767?]	Marcelino Gom[es?]; com indicação de oferta a Ricardo Alves	POR	209 p.; 8.º (15 cm)	Em muito mau estado - Sem folha de rosto - Identificação incerta (ver Fotografia 11). Dados sobre a edição retirados do final da obra.	B-306	LA-SJN-16

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
CARACCIOLI, Marquês de	Quadro da morte	Lisboa	Regia Officina Typografica	1779	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	14, [2], 245, [5] p.; 8.º (18 cm)	Do rosto: "traduzido do Francez em Portuguez por Fr. Bento de S.ta Joanna, religioso benedictino".	B-764	LA-SJN-17
CARNEIRO, Carlos do Vale	Horas portuguezas do officio da Virgem Nossa Senhora de Ramlhete. Manual de diversas oraçoens...	Lisboa	Officina de Domingos Carneyro	1712	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	494, 24 p.; 12.º (13 cm)	"Traduzido do original Latino pelo Beneficiado Francisco Leytão Ferreyra".	B-591	LA-SJN-18
CASTRO, Damião António de Lemos Faria e	Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana authorizada com todo o genero de erudição sagrada, e profana...	Lisboa	Offic. de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregaçãõ Cameraria da Santa Igreja de Lisboa	1749	António Affonso Pereira de Menezes	POR	[28], XXII, 368 p.; 4.º (21 cm)	Tomo I de 7.	B-680	LA-SJN-19 v.1
CASTRO, Damião António de Lemos Faria e	Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana authorizada com todo o genero de erudição sagrada, e profana...	Lisboa	Offic. de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregaçãõ Cameraria da Santa Igreja de Lisboa	1749	António Affonso Pereira de Menezes	POR	[16], 404 p.; 4.º (21 cm)	Tomo II de 7.	Não diz	LA-SJN-19 v.2

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
CASTRO, Damião António de Lemos Faria e	Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana authorizada com todo o genero de erudição sagrada, e profana...	Lisboa	Offic. de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregaçãõ Cameraria da Santa Igreja de Lisboa	1750	António Affonso Pereira de Menezes	POR	[8], XIII, [1 br.], 334 p.; 4.º (21 cm)	Tomo III de 7.	B-682	LA-SJN-19 v.3
CASTRO, Damião António de Lemos Faria e	Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana authorizada com todo o genero de erudição sagrada, e profana...	Lisboa	Offic. de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregaçãõ Cameraria da Santa Igreja de Lisboa	1751	António Affonso Pereira de Menezes	POR	[16], 597 p.; 4.º (21 cm)	Tomo IV de 7.	B-638	LA-SJN-19 v.4
CASTRO, Damião António de Lemos Faria e	Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana authorizada com todo o genero de erudição sagrada, e profana...	Lisboa	Offic. de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregaçãõ Cameraria da Santa Igreja de Lisboa	1754	António Affonso Pereira de Menezes	POR	[12], 436 p.; 4.º (21 cm)	Tomo V de 7.	B-683	LA-SJN-19 v.5

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
CASTRO, Damião António de Lemos Faria e	Politica moral, e civil, aula da nobreza lusitana authorizada com todo o genero de erudição sagrada, e profana...	Lisboa	Offic. de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa	1754	António Affonso Pereira de Menezes	POR	[12], 452 p.; 4.º (21 cm)	Tomo VI de 7.	B-681	LA-SJN-19 v.6
CHAGAS, António das	Escola de penitencia e flagello de viciosos costumes : que consta de sermoens apostolicos / do muyto veneravel Padre Frey Antonio das Chagas, (...); I Parte	Lisboa	Officina de Miguel Deslandes, e à sua custa impresso	1687	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[16], 516 p.; 4.º (20 cm)	I Parte - Do rosto: "tirados a luz por Fr. Manoel da Conceyçam..." - Apontamento manuscrito: "Estimação".	B-1461	LA-SJN-20 v.1
CHAGAS, António das	Ramalhete espiritual composto com as flores dos doze sermoens doutrinaeis, que no Reyno de Portugal pregou o insigne orador missionário apostólico, o Venerável Padre Fr. Antonio das Chagas	Lisboa	Officina de Francisco Borges de Souza	1764	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[12], 567 p.; 4.º (21 cm)	Do rosto: "tirou-os a luz o M.R.P.Fr. Joze da Trindade".	B-601	LA-SJN-21
CHAGAS, António das	Viva Jesus. Cartas espirituais do veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas...	Lisboa Ocidental	Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca	1736	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[7], 400 p.; 4.º (21 cm)	I Parte - Apontamento manuscrito: "Raro e estimado".	B-422	LA-SJN-22 v.1
CÍCERO, Marco Túlio	M. Tullii Ciceronis libri tres de officiis: addito catone maiore laelio paradoxis et somnio scipionis...	Olisipone	Typis Simonis Thaddaei Ferreriae	1791		LAT	19, [1 br.], 450 p.; 8.º (18 cm)		B-652	LA-SJN-23

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
CONCEIÇÃO, Apolinário da	Flor perigrina por preta, ou nova maravilha da graça...	Lisboa	Offic. Pinheiriense da Musica, e da Sagrada Religião de Malta, no principio da Calçada de S. Anna	1744	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[14], 303 p.; 8.º (15 cm)		B-429	LA-SJN-24
DEUS, Manuel de	Catholico no Templo Exemplar, e Devoto...	Lisboa Ocidental	Officina de Miguel Rodrigues	1730	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[24], 439 p.; 8.º (15 cm)		B-440	LA-SJN-25
DORES, Inocêncio de N. S. das Sete	Pratica de Exercicios Espirituaes, que publicamente nas terras, a que chega com as suas Missoens, observa com as almas o Padre Innocencio de N. S. das Sette Dores, Missionario Apostolico Franciscano da Santa Provincia dos Algarves	Porto	Officina de Francisco Mendes Lima	1761	Seraphim Gonçalves das Neves; Mandillo	POR	[8], 496 p.; 8.º (15 cm)	2.ª Impressão. Nota manuscrita na folha de guarda. Última folha rasgada ao meio, faltando a parte inferior da mesma.	B-369	LA-SJN-26
FONSECA, Manuel José da	Exame de sangradores, que em fórmula de diálogo ensina aos Mestres o que devem perguntar, e aos Discipulos o que se comprehende na Arte de Sangrar	Lisboa	Officina de Simão Thaddeo Ferreira	1786		POR	96 p.; 8.º (15 cm)		B-1671	LA-SJN-27
FREIRE, Francisco José	Maximas sobre a arte oratoria, extrahidas das doutrinas dos antigos Mestres, e illustradas por Candido Lusitano	Lisboa	Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno	1759	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[16], 191 p.; 8.º (17 cm)	O autor usava o pseud. de Cândido Lusitano (Inocêncio II, 407).	B-650	LA-SJN-28

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
GAMA, Leonarda Gil da	Orbe celeste adornado de brilhantes estrelas, e dois ramilhetes, hum colhido pela consideração, outro pelo divertimento	Lisboa	Oficina de Pedro Ferreira, Impressor da Rainha N. S. e à sua custa	1742	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[20 f.], 319 p.; 8.º (15 cm)	Leonarda Gil da Gama é pseudónimo de Soror Madalena da Glória. Algumas partes da obra são em castelhano.	B-442	LA-SJN-29
GAMA, Leonarda Gil da	Reyno de Babylonia, ganhado pelas armas do Empyreo	Lisboa	Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha N. S.	1749	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[39], 296 p.: il., [17] p. estamp.; 4.º (21 cm)		B-605	LA-SJN-30
GARRIDO, João António	Taboada curiosa, novamente reformada, e augmentada, em que se trata de todas as regras geraes, e especies de conta, que deve fazer hum bom contador para o trato e commercio deste Reyno, e de todo o mundo...	Lisboa	S.n.	1743		POR	[16], 165, [2] p.; 4.º (19 cm)	"Terceira impressão accrescentada com a regra de escrever certo".	B-1843	LA-SJN-31
GODINHO, Manuel	Vida, virtudes, e morte com opiniaõ de santidade do veneravel padre Fr. Antonio das Chagas da Ordem de S. Francisco	Lisboa Ocidental	Officina de Miguel Rodrigues, mercador de livros às portas de Santa Catharina, e impressa à sua custa	1728	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[22], 449 p.; 4.º (21 cm)	No rosto: "novamente impressa, e accrescentada com humas Elegias, e devoçoens do mesmo Veneravel Padre".	B-556	LA-SJN-32

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
HOMERO	Homeri Opera Quae Extant Omnia, Graece et Latine, Doubus Tomis Divisa, Quorum in Priore Ilias	Parisiis	Apud Viduam Brocas, via Jacobaea, sub Signo Capitis Sancti Joannis	1747	Alexandre de [S. Sêro?]	Edição bilíngue gregolatim	[4], 706, [2] p.; 12.º (17 cm)	Tomo I de 2 - F. riscadas a lápis, a cinzento e vermelho. - Diversos sublinhados e apontamentos manuscritos nas páginas iniciais e na final - Assinatura de posse na página de Prefácio, não totalmente identificada.	B-570	LA-SJN-33 v.1
JOSÉ, Manuel	Escudo admirável para os males da vida: torre fortissima para o instante da morte, e patrocínio efficaz no Divino Tribunal	Porto	Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro	1787		POR	[14], 365, [1] p.; 8.º (15 cm)		B-418	LA-SJN-35
KEMPIS, Tomás de	Imitação de Christo	Lisboa	Typografia Rollandiana	1797	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	XXIV, 500, 4 p.: il.; 12.º (14 cm)	Do rosto: "escrita em latim, por Thomás de Kempis, e traduzida por Fr. Antonio de Padua e Bellas, religioso arrabido. Nova edição correcta, emendada, e adornada com cinco estampas em talhe-doce".	B-582	LA-SJN-36
LAMOURETTE, Antoine-Adrien	Pensamentos sobre a filosofia da incredulidade, ou reflexões sobre o espirito, e designio dos filosofos sem religião do presente seculo	Lisboa	Regia Officina Typografica	1795	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[16], 284 p.; 8.º (15 cm)	No rosto: "Traduzidos em Portuguez por F.T." - [Fr. Filipe de S. Tiago Travassos]	B-776	LA-SJN-37
MAFFEI, Francesco Scipione	A Arte Magica Aniquilada	Lisboa	Officina de Simão Thaddeo Ferreira	1783		POR	60, 346, [2] p.; 4.º (20 cm)	"Traduzida da Lingua Italiana na Portugueza. Accresce huma nova prefação, que escrevia o traductor"	B-34	LA-SJN-39

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
MARIA, João de Jesus	Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica	Porto	Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, à sua custa impressa	1772		POR	[10], 420 p.; 2.º (30 cm)	Tomo I.	B-2976	LA-SJN-34 v.1
MARIA, João de Jesus	Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica	Porto	Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, à sua custa impressa	1772		POR	[2], 323 p.; 2.º (30 cm)	Tomo II.	B-2977	LA-SJN-34 v.2
MATOS, Vicente da Costa	Breve discurso contra a heretica perfidia do judaismo continuada nos presentes apostatas de nossa santa Fe	Lisboa	por Diogo Soares de Bulhoens: acusta de Antonio Pereira	1668	Manoel Rodrigues Ferreira, da freguesia de Santa Maria de Bagunte; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[36], 320, [38] p.; 4.º (20 cm)		B-406	LA-SJN-40
MELO, Francisco Manuel de	Cartas familiares de D. Francisco Manoel, escritas a varias pessoas sobre assumptos diversos; recolhidas, e publicadas em cinco centurias por Antonio Luiz de Azevedo [...]; offerecidas ao illust. e rev. Senhor João de Mello Pereira de Sampayo [...] por Luiz de Moraes e Castro e a sua custa impressas	Lisboa	Offic. dos Herd. de Antonio Pedrozo Galram	1752	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[22], 559, [1] p.; 4.º (21 cm)	No rosto: "Mais correctas; e de novo illustradas com seu Index proporcionado" - No verso da f. de guarda anotação manuscrita: "(Estimação)" - acresceto manuscrito do nome "de Mello", junto a "D. Francisco Manoel".	B-646	LA-SJN-41

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
MENEZES, Francisco de Sá de	Malaca conquistada. Poema heroico por Francisco de Saa de Menezes. Antigamente impresso: agora reformado	Lisboa	Por Paulo Craesbeeck	1658	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[12], 396 p.; 4.º (18 cm)	O autor professou na Ordem de S. Domingos e subscreve nesta edição Dedicatória ao rei D. Afonso VI com o seu nome religioso "Frey Francisco de Jesus" - Apontamento manuscrito: "Raro".	B-578	LA-SJN-42
MIDDLETON, Conyers	Histoire de Ciceron, tirée de ses écrits et des monuments de son siècle	Paris	Chez Didot, Quai des Augustins, à la Bible d'or	1749		FRA	[4], CXXI, [3], 360 p.: il.; 12.º (17 cm)	Seconde Edition, revûe & corrigée - Traduzido pelo Abade Prévost e ilustrado com gravuras de Charles-Nicolas Cochin - Contém notas de rodapé em latim - Tomo I de 4.	B-799	LA-SJN-43 v.1
MONTEIRO, Antonio José Xavier	Formulario de oraçoens e ceremonias para se armarem cavalleiros, e se lançarem os habitos das ordens, e milicias de Nosso Senhor Jesus Christo, S. Tiago da Espada, S. Bento de Aviz, S. João de Malta	Porto	Officina de Joaõ Agathon	1798		POR	[2], 87 p.; 4.º (21 cm)		B-4786	LA-SJN-44
NAZARÉ, João de	Sermam em aççam de graças, que o illustrissimo senado de Lisboa, e sua Corte vem dar à milagrosa virgem de penha de França todos os annos, por voto que lhe fez, quando livrou esta cidade da cruel peste, com que Deos a castigava	Lisboa	Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade	1689	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	24 p.; 4.º (20 cm)	"Fez o sermam, o presentado Fr. Joam de Nazareth, religioso eremita da Ordem de Santo Agostinho, em cinco de Agosto, dia das Neves, do anno de 1688".	B-630	LA-SJN-83

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
NIZA, Paulo Dias de	Portugal sacro-profano, ou Catalogo alfabetico de todas as freguezias dos reinos de Portugal, e Algarve	Lisboa	Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio	1767		POR	[2], 340, [2 br.] p.; 8.º (17 cm)	Vol. I de 3: I Parte - [AB-LU]. Paulo Dias de Niza tem sido apontado como pseudónimo do Padre Luís Cardoso (Chorão, 1987: 113-115).	B-766	LA-SJN-46 v. 1
ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO (Porto)	Estatutos e Regra da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarcha S. Francisco da Cidade do Porto: novamente reformados, acrescentados, e confirmados...	Lisboa	Officina de Manoel Soares Vivas	1751		POR	82 p.; 2.º (31 cm)		B-394	LA-SJN-53
PEREIRA, António das Neves	Mechanica das palavras em ordem à harmonia do discurso eloquente, tanto em prosa, como em verso	Lisboa	Regia Officina Typografica	1787	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[4], 272 p.; 8.º (15 cm)		B-343	LA-SJN-47
PEREIRA, Francisco de Queirós; PIAMONTE, Monte Real	Compendio Arithmetico (...) composto por Francisco de Queiros Pereira (...). E a este mesmo volume se ajunta a Guia de Contadores composta por Monte Real Piamonte...	Coimbra	Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu	1749	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	XII, 356 p.; 12.º (13 cm)		B-781	LA-SJN-48

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
PEREIRA, Nuno Marques	Compendio narrativo do peregrino da America, em que se trataõ varios discursos espirituaes, e moraes, com muitas advertencias, e documentos contra os abusos, que se achaõ introduzidos pela malicia diabolica no Estado do Brasil	Lisboa Ocidental	Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio	1731	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[32], 436 p.; 4.º (20 cm)		B-423	LA-SJN-49
PINAMONTI, Giovanni Pietro	Exercicios espirituaes de S. Ignacio, propostos ás pessoas seculares pelo R. Padre Joaõ Pedro Pinamonti da Companhia de Jesu	Coimbra	Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus	1726		POR	[8 fl.], 486 p.; 8.º (15 cm)	Do rosto: "traduzido da lingua italiana na portugueza pelo R. Padre Miguel de Amaral da mesma Companhia de Jesu".	B-777	LA-SJN-50
PINTO, António Cerqueira	Historia da prodigiosa imagem de Christo Crucificado, que com o titulo de Bom Jesus de Bouças se venera no lugar de Matozinhos na Lusitania	Lisboa Ocidental	Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Impressor do Duque Estribeiro Mør	1737		POR	[82], 349, [3 br.], 161, [1 br.] p.: 4.º (21 cm)	Impresso à custa da Irmandade do Senhor de Bouças - Texto em português com notas impressas em latim - No verso da f. de guarda anotação manuscrita a lápis com idade do livro, em 1898.	B-355	LA-SJN-51 ex. 1

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
PINTO, António Cerqueira	Historia da prodigiosa imagem de Christo Crucificado, que com o titulo de Bom Jesus de Bouças se venera no lugar de Matozinhos na Lusitania	Lisboa Ocidental	Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Impressor do Duque Estribeiro Mør	1737	Manoel Dias Lopes	POR	[82], 349, [3 br.], 161, [1 br.] p.: 4.º (21 cm)	Impresso à custa da Irmandade do Senhor de Bouças - Texto em português com notas impressas em latim - Algumas folhas sublinhadas a lápis vermelho. - Na f. de guarda, assinatura de posse e texto manuscrito, de 1853. - No verso da f. de guarda anotação manuscrita a lápis com ano de publicação do livro (1737).	B-674	LA-SJN-51 ex. 2
PORTO. Diocese	Constituições synodales do bispado do Porto, novamente feitas e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom João de Sousa (...). Propostas, e aceitas em o synodo diecesano, que o ditto Senhor celebrou em 18 de Mayo do Anno de 1687.	Coimbra	Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus	1735	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	XXXV, 670, [128], 21, [10], 190 p.: il.; 2.º (30 cm)	Contém: "Regimento do Auditorio Ecclesiastico do Bispado do Porto..." e as duas obras estão encadernadas em conjunto. Texto em Português, contendo notas e referências em Latim.	B-399	LA-SJN-52
PORTUGAL. Leis, decretos, etc.	Collecção chronologica dos assentos das Casas da Supplicação, e do Civel	Coimbra	Real Imprensa da Universidade	1791		POR	[4], LXII, 597, 18 p.; 4.º (21 cm)	Segundo Inocência (II, 84), esta 1.ª ed. foi mandada fazer por D. Francisco Rafael de Castro, Reitor da Universidade, e compreende os anos de 1603 até 1791.	B-571	LA-SJN-54

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
PORTUGAL. Leis, decretos, etc.	Regimentos, em que se dá nova fôrma à cavallaria, e infantaria, com augmento de soldos para todos os Cabos, Officiaes, e Soldados	Lisboa	Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Emin. Senhor Card. Patr.	1748		POR	[10], XXII, 512 p.; 8.º (16 cm)	Do rosto: "Agora novamente impresso, e accrescentado...".	B-426	LA-SJN-55
QUENTAL, Bartolomeu do	Meditações da gloriosa resurreçam de Christo Senhor Nosso, sua admiravel ascençaõ, amorosa descida do Espirito Santo, & finissimos excelsos do Divinissimo Sacramento	Lisboa	Officina de Miguel Deslandes	1683	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[16], 318, [2] p.; 8.º (15 cm)		246	LA-SJN-56
QUITA, Domingos dos Reis	Obras poéticas de Domingos dos Reis Quita, chamado entre os da Arcadia Lusitana Alcino Micénio	Lisboa	Typografia Rollandiana	1781		POR	392 p.; 8.º (15 cm)	2.ª ed. correta e aumentada com as obras póstumas e vida do autor. Tomo II de 2. Apontamento manuscrito na primeira página: "Alcino Micénio" (nome adotado por Domingos dos Reis Quita).	B-441	LA-SJN-57 v.2
REBELO, Francisco de Sousa da Silva Alcoforado	Vida de Soror Igenes de Jesus, religiosa conversa no Convento da Annunciada desta Cidade de Lisboa Occidental...	Lisboa Ocidental	Nova Officina de Mauricio Vicente de Almeyda, morador às Pedras Negras	1731		POR	[48], 165, [2] p.; 8.º (15 cm)		B-308	LA-SJN-58

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
RIVADENEYRA, Pedro de	Flos Sanctorum, história das vidas, e obras insignes dos santos	Lisboa	Por Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, a custa de Francisco de Souza Mercador de Livros	1674		POR	Parte I - [12], 646 p.; Parte II - [10], 481 p.; 2.º (29 cm)	2 partes em 1 vol. - Do rosto: "traduzida na lingua Castelhana em a nossa Portugueza pelo Licencado Joam Franco Barreto".	B-76	LA-SJN-59
RIBEIRO, Mateus	Retiro de cuidados, e vida de Carlos, e Rozaura. I e II Parte. [junto com: III e IV Parte].	Lisboa	Offic. de Ignacio Nogueira Xisto	1764	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	Tomo I (I e II Parte) - [8], 391 p.; Tomo II (III e IV Parte) - [8], 464 p.; 4.º (21 cm)	2 t. em 1 vol.: Tomo I (I e II Parte); Tomo II (III e IV Parte). Tomo II da mesma oficina e data.	B-563	LA-SJN-60
SACRAMENTO, António do	Bosque mystico, e jardim divino, dispostos e ordenados em considerações...	Lisboa	Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio	1749	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	470 p.; 4.º (20 cm)		B-554	LA-SJN-62
SALE, Anton Giulio Brignole	Maria Magdalena peccadora, amante, e penitente: tres estados em que se incluem todos os progressos de sua vida, com a clausula de sua morte	Lisboa	Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Majestade	1695	No verso da capa: "He do P.º Ant.º Md.º da (...) Faria..."	POR	XXIV, 342 p.; 12.º (13 cm)	Trad. do italiano por Fr. António Lopes Cabral. Apontamentos manuscritos no verso da capa e na folha de rosto, com indicação de posse e custo do livro.	B-587	LA-SJN-63

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (Arrifana de Sousa)	Compromisso da Misericórdia de Arrifana de Sousa, impresso no anno de 1697, acrescentado com a confirmação de S. Mag. de Outubro de 1787	Porto	Of. de Antonio Alvares Ribeiro	1788		POR	106 p.; 2.º (30 cm)		B-655	LA-SJN-7
SANTA RITA, Joaquim de	Academia dos Humildes, e Ignorantes	Lisboa	Officina de Ignacio Nogueira Xisto	1760	Manoel [De Iezu?]; Manoel Luiz António; [Torres Marques?]; Jozé...?; ... [Mendes?]	POR	[2], 416, 31 p.; 4.º (20 cm)	T. III de 8. Assinaturas várias no verso da capa e na folha de rosto, por decifrar.	B-364	LA-SJN-61 v. 3
SANTA TERESA, José de	Vida, virtudes y maravillas del bendito hermano Diego de Iesus, religioso descalzo de Nuestra Señora del Carmen	Cuenca	Por Antonio Nuñez Enriquez de Villacorta	1671		CAST	[24], 376 p.; 4.º (21 cm)		B-2975	LA-SJN-64
SARMENTO, Francisco de Jesus Maria	Horas Marianas: ou officio menor da SS. Virgem Maria Nossa Senhora, instituido, reformado e approvedo pela Santa Igreja e exposto no idioma portuguez para espirital consolação dos que ignorão a Lingua Latina	Lisboa	Regia Officina Typografica	1776		POR	[26], 250, [2] p.: il.; 12.º (13 cm)	3.ª Impressão. Assinatura de pertença, no rosto, já pouco perceptível.	B-439	LA-SJN-65
SEMEDO, João Curvo	Polyanthea Medicinal. Noticias Galenicis, e Chymicas, Repartidas em tres Tratados	Lisboa	Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Majestade	1697		POR	[50], 844 p., [1] f. grav.: il.; 2.º (30 cm)		B-141	LA-SJN-66

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
SEQUEIRA, Ângelo de	Botica Preciosa, e Thesouro Precioso da Lapa...	Lisboa	Offic. de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo S. Card. Patriarca	1754	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[48], 606, [2] p.: il., grav.; 8.º (16 cm)		B-435	LA-SJN-67
SEQUEIRA, Gaspar Cardoso de	Thesouro de prudentes...	Lisboa	Officina de Manoel Lopes Ferreyra	1701		POR	[4], 363, [1] p.: il.; 4.º (20 cm)	Do rosto: "novamente accrescentado, e recopilado [...] pelo Sargento Mayor Gonsalo Gomes Caldeyra [...], oferecido a' Gloriosa Virgem, Martyr, & Doutora Santa Catharina, pela sua Irmandade e à sua custa".	B-1621	LA-SJN-68
SÍLVIO, Teodósio Eugénio	Recreação filosofica, ou dialogo sobre a filosofia natural para instrucção de pessoas curiosas, que não frequentaraõ as aulas	Lisboa	Officina de Miguel Rodrigues, Impres. Do Emin. S. Cardeal Patriarca	1751	No final: Thomaz Costodio; no rosto: Tereza [Albeno?]	POR	[8], 424 p., 3 f. il.; 8.º (17 cm)	Tomo II de 10. Em muito mau estado de conservação, o que dificultou a identificação do ano (ver Fotografia 12). No rosto, assinatura apenas parcialmente identificada.	B-429	LA-SJN-69 v.2
SOUSA, Francisco Saraiva de	Baculo pastoral de flores e exemplos...	Lisboa Ocidental	Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio e da Serenissima Casa de Bragança	1719	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[8], 406, [2] p.; 4.º (20 cm)	10.ª Impressão.	B-631	LA-SJN-70

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
SOUSA, Francisco Saraiva de	Segunda parte do baculo pastoral de flores de exemplos...	Lisboa	Por Antonio Alvarez, Impressor Del Rey N. Senhor	1657	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[2], 157, [1] f.; 4.º (20 cm)		B-672	LA-SJN-71
SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e	Remissoens das leys novissimas, decretos, avisos, e mais disposicoens de El Rei Dom Joze o I. Mas tambem as do presente reinado da Rainha Nossa Senhora Dona Maria I...	Lisboa	Officina de Joaõ Antonio da Silva	1778	António Joaquim Ferreira	POR	304 p.; 4.º (21 cm)	Parte I de duas.	B-1460	LA-SJN-72 v.1
STOOTER, Johan	Arte de brilhantes vernizes, e das tinturas, fazelas, e o como obrar com ellas...	Anveres	Por la viuva de Henrico Verdussen	1729		POR	[8], 65, [5], 63 p.; 8.º (16 cm)		B-365	LA-SJN-73
TERESA DE JESUS, Santa	Collecçam espiritual de varias obras da mystica doutora da Igreja, a Serafica Madre S. Thereza de Jesus	Lisboa Ocidental	Offcina de Antonio Pedrozo Galraõ	1737	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[22], 310, [1] p., [1] f. grav.: il.; 8.º (15 cm)		B-331	LA-SJN-74
VAINES, Jean-François de	Dictionnaire raisonné de diplomatique...	Paris	Chez Lacombe, Libraire, rue Christine	1774		FRA	[4], 482, [2] p.: il.; 8.º (20 cm)	Tomo II de 2.	B-1997	LA-SJN-75 v.2
VASCONCELOS, Inácio da Piedade e	Artefactos symmetriacos, e geometricos, advertidos, e descobertos pela industriosa perfeicão das artes, esculturaria, architectonica, e da pintura...	Lisboa Ocidental	Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real	1733		POR	[38], 434 p.: il.; 2.º (30 cm)	Do rosto: "dados à estampa pelo Reverendissimo Padre Antonio da Annunciaçam da Costa".	B-572	LA-SJN-76

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
VERTOT, René Aubert	Histoire des Revolutions de Portugal	Paris	Chez Michel Brunet, Grand'Salle du Palais, au Mercure Galant	1711		FRA	[8], 406, [26] p.; 12.º (17 cm)		B-1795	LA-SJN-77
VILAS, Estevão de	Exame de boticarios com uteis doutrinas concernentes à arte pharmaceutica...	Lisboa Ocidental	Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio	1736		POR	[15, 1 br.], 366 p.; 4.º (21 cm)	Do rosto: "Traduzido no idioma portuguez por hum professor da dita arte; dado à luz por António Lopes da Sylva".	B-411	LA-SJN-78
	Carta de hum cavalheiro florentino ao Reverendissimo P. Lourenço Ricci, Geral da Companhia de Jesus...	S.l.	S.n.	1761	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	121 p.; 8.º (15 cm)		B-334	LA-SJN-79
	Explicação da taboada com a noticia de todas as moedas; e assentar toda a qualidade de dinheiros de Portugal	Porto	Officina de Bernardo Antonio Farropo, e Companhia	1789		POR	28 p.; 8.º (15 cm)		B-1667	LA-SJN-80
	Lições elementares de Historia Natural por perguntas e respostas, para instrucção da mocidade. Traduzidas da Lingua Franceza	Lisboa	Offic. de Antonio Gomes	1791	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	VI, 155 p.; 8.º (15 cm)		B-358	LA-SJN-81
	Mercurio Historico, Politico e Litterario de Lisboa	Lisboa	Of. De Simão Thaddeo Ferreira	1794		POR	[8], 151 p.; 8.º (14 cm)	De janeiro de 1794.	B-312	LA-SJN-82

Jorge António Araújo – *O “livro antigo” na biblioteca do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 229-275. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1a11

Autor	Título	Local de Edição	Tipografia / Editor	Ano	Identificação de Antigo Possuidor	Língua	Descrição Física	Notas	Cota Antiga	Cota Atual
	Novena do discipulo amado, o glorioso apostolo, e evangelista S. Joaõ. Ordenada para uso da sua Confraria canonicamente erecta na Parochial Igreja de S. Pedro de Miragaya da Cidade do Porto por hum affectivo, e cordial devoto do mesmo Santo.	Porto	Offic. De Antonio Alvarez Ribeiro	1788	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	43 p.; 8.º (15 cm)		B-569	LA-SJN-45
	Regras para a christã educação dos meninos	Lisboa	Regia Officina Typografica	1783	Francisco Nicolau Mandillo; Seraphim Gonçalves das Neves	POR	340 p.; 8.º (15 cm)		B-371	LA-SJN-84
	Segredos Necessarios para os Officios, Artes, e Manufacturas, e para Muitos Objectos sobre a Economia Doméstica	Lisboa	Offic. de Simão Thaddeo Ferreira	1794	Seraphim Gonçalves das Neves	POR	[2], 344 p.; 8.º (15 cm)	Tomo I de 2.	B-438	LA-SJN-85 v.1

Liliana Oliveira - MATHEW, K. S. (2017), *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-Modern India*, New Delhi, Manobar. ISBN 978-93-5098-157-3, 222p. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 277-280. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1r1

MATHEW, K. S. (2017), *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-Modern India*, New Delhi, Manobar. ISBN 978-93-5098-157-3, 222p.

Liliana Oliveira
CITCEM
lilianacmagoliveira@gmail.com

K. S. Mathew nasceu em 1939 e, em 2017¹ era Professor e Diretor do Departamento de História da Central Universities of Hyderabad and Pondicherry, na Índia. Doutorou-se em 1978, em História, na Jawaharlal Nehru University. Toda a sua investigação centra-se em temáticas sobre história marítima e história Indo-portuguesa, mais especificamente, história socioeconómica da Índia medieval e relações indo-europeias do período pré-industrial. É editor e autor de vários livros e artigos, todos relacionados com as áreas a que dedica os seus estudos. Entre eles destacamos *Ship-building and Navigation in the Indian Ocean Region A.D 1400-1800*, publicado em 1997, e *Indian Constitution, Minorities and Education in Kerala*, de 2009. Recebeu diversas bolsas de investigação em diferentes países. É ainda membro de distintas instituições como o Indian History Congress, Indian Association for Canadian Studies, Maritime History Society de Bombaim, e Academia de Marinha de Lisboa, entre outras.

A obra *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-Modern India* trata-se de um estudo que tem como finalidade colocar numa perspetiva comparativa a construção e navegação naval indiana, e as atividades marítimas portuguesas na Índia, no século XVI, já que esta análise permitirá compreender a evolução tecnológica após a chegada dos portugueses. O foco é a Costa do Malabar, onde as interações marítimas portuguesas em torno das especiarias tiveram um maior relevo. A sua estrutura ilustra uma lógica de trabalho bem definida que dá a conhecer ao leitor os diferentes tópicos que o autor pretende colocar em comparação.

A Introdução², começa por um breve estado de arte sobre a história marítima na Índia, que vai ao encontro da temática a discutir, e uma crítica das fontes utilizadas. O

¹ Informação mais recente encontrada quanto à sua atividade profissional, sendo esta referida na obra recenseada.

² A Introdução é considerada como o capítulo 1 da obra.

Liliana Oliveira - MATHEW, K. S. (2017), *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-Modern India*, New Delhi, Manobar. ISBN 978-93-5098-157-3, 222p. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 277-280. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1r1

autor apresenta ao leitor a divisão que dá à obra, explicando o que pretende debater em cada capítulo. No capítulo 2, intitulado “Shipbuilding and Navigation in India prior to 1500”, analisa-se a construção naval e a navegação na Índia antes da chegada dos portugueses, no século XV. Esta análise divide-se em pequenos subcapítulos de acordo com os tópicos a desenvolver. Antes de iniciar a discussão desta temática, o autor faz uma análise às várias fontes – sânscritas, tâmil e islâmicas –, bem como a relatos medievais de navegação, que permitem o estudo da navegação e da construção naval indianas antes do aparecimento dos portugueses. Matérias-primas, componentes navais, mão-de-obra, centros de produção, sistemas de aprendizagem, tonelagens e tipologias dos navios construídos, e o cerimonial de seu lançamento ao mar, são tópicos em análise. Por fim, fala sobre a navegação discutindo-a à luz da astronomia, da ação do vento, das monções, da profundidade das águas, dos instrumentos de navegação, da medição das distâncias e da velocidade dos navios. No capítulo 3, “The arrival of Portuguese in India: early interactions”, o Mathew observa a chegada dos portugueses à costa ocidental indiana e a sua interação com os povos locais, desde as primeiras tentativas até aos processos de fixação, aplicando essa análise a cada porto em que os portugueses se instalaram, a saber, Calecut, Cochim, Cananor, Quíloa, Bacelor, Mangalor, Goa, Bardes, Rachol, Chaul, Dabol, Bombai, Tarapur, Mahim, Agashi, Arnala, Dahanu, Baçaim, Diu, Damão, Coromandel, São Tomé de Meliapor e Bengala. “Portuguese Shipbuilding in India” é o título do 4º capítulo, onde o autor dá ênfase à construção naval portuguesa na Índia. Partindo de tratados de construção naval como de Fernando de Oliveira³, Mathew dá a conhecer a madeira e os tipos de pregos que os portugueses utilizaram na Índia, a tonelagem e a tipologia das embarcações construídas, e os espaços onde essa construção se realizava, que na prática estavam dependentes do maior acesso à madeira disponível. O capítulo 5, com o título “Portuguese Claims to the Exclusive Domination of the Indian Ocean Regions”, aborda a navegação portuguesa no Índico tendo em conta a evolução da tecnológica marítima, desde os vários instrumentos utilizados aos tratados de navegação, os períodos de partida e de chegada das viagens de e para a Índia, de acordo com as

³ OLIVEIRA, Fernando (1991), *O Livro da Fabrica das Naus (1580) Facsimile*, Lisboa, Academia de Marinha.

Liliana Oliveira - MATHEW, K. S. (2017), *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-Modern India*, New Delhi, Manobar. ISBN 978-93-5098-157-3, 222p. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 277-280. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1r1

monções, e por fim, as formas de reivindicação exclusivas de navegação por parte dos portugueses. Em “Life on Board a Portuguese Ship of the Sixteenth Century, o 6º capítulo, Mathew examina de forma sistemática a vida a bordo da navegação do e para o Índico. Composição social e hierarquia profissional, tensões a bordo, alimentação, cuidados médicos e de saúde a bordo, aspetos e práticas religiosas e formas de entretenimento a bordo são alguns dos aspetos que o autor traz para discussão. Na “Conclusão” (capítulo 7) o autor coloca em comparação os dois povos – indiano e português – nos vários tópicos de estudo que analisou nos capítulos anteriores. Percebemos que a construção naval indiana era uma indústria baseada no empirismo, em que a técnica era transmitida entre um determinado grupo social indiano, apesar de algumas fontes sânscritas aprofundarem questões técnicas de construção das embarcações, tentando-se aproximar dos tratados que os portugueses tiveram, como o caso de Fernando de Oliveira ou de João de Lavanha⁴. A nível da navegação, os indianos parecem não terem deixado nenhum conhecimento a este respeito, já que transmitiam as práticas de navegação de geração em geração, em oposição aos portugueses que procuraram redigir roteiros e regimentos, indicando as especificidades de cada mar, ao reconhecerem que havia diferenças entre elas. E em termos de construção, os indianos instalaram os seus espaços em locais de fácil acesso à madeira, ao passo que os portugueses aproveitaram as relações de amizade e comerciais que iam estabelecendo. A nível de técnica de construção, os portugueses souberam aproveitar alguns conhecimentos locais como é o caso da calafetagem, mas modernizaram algumas práticas locais, como o uso de pregos de ferro, em vez dos de madeira. O autor conclui afirmando que quando observamos todos estes tópicos compreendemos que há pontos que se divergem, mas outros onde há uma assimilação ou acumulação.

Ao longo da obra, o autor procurou sempre dar a conhecer ao leitor os métodos de trabalho utilizados. Sempre que uma nova questão é tratada são selecionados os aspetos mais relevantes para a resolução da questão em causa. Isto quer dizer que o autor é conhecedor dos limites que estipulou ao seu trabalho, tentando sempre não fugir àquilo estipulado. Em termos da bibliografia utilizada, Mathew soube fazer um balanço justo

⁴ LAVANHA, João Baptista (1996), *Livro Primeiro da Architectura Naval Facsimile*, Lisboa, Academia de Marinha.

Liliana Oliveira - MATHEW, K. S. (2017), *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-Modern India*, New Delhi, Manobar. ISBN 978-93-5098-157-3, 222p. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1 2021. 277-280. DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1r1

entre obras internacionais e nacionais, mostrando claramente, não só o seu domínio do português, mas também o seu conhecimento das obras mais pertinentes sobre estas temáticas. O mesmo se pode indagar acerca das fontes utilizadas, onde se verifica um recurso a fontes nacionais.

A obra de K. Mathew trouxe aspetos inovadores, logo no que compreende o seu objetivo de estudo – comparação entre a atividade de construção e navegação naval indiana com a portuguesa, aquando da chegada destes à Índia. Em termos de conclusão, esta obra prima pela sua simplicidade aliada à rigorosidade e originalidade histórica. Com uma boa esquematização dos acontecimentos procura elucidar o leitor para acontecimentos complexos e interdependentes, de modo a engrandecer o seu conhecimento, ao mesmo tempo que apela para uma leitura simples.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo (2020), *O Porto Judaico. Encruzilhadas de Vidas nos Caminhos da História*, Rio Tinto, Evolua. ISBN 978-989-8088-24-6, 363 pp.

Maria João Oliveira e Silva
CITCEM/FLUP
mjpinho@letras.up.pt

Num volume da *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, cujo dossier temático se dedica ao tema *O Porto e a sua região, séculos IX-XVI*, pareceu-nos importante recensear uma obra que, como salientado no “Prefácio” assinado por António Borges Coelho, se detém “particularmente no Porto judaico e no papel dos judeus na história e geografia da cidade” (p.10). Com efeito, ao longo dos vários capítulos do livro, a Autora traça o percurso dos judeus na Península Ibérica desde o seu estabelecimento “em tempos imemoriais” até chegar ao século XX. Este longo trajeto é descrito e analisado ao longo de nove capítulos, aos quais se junta, para completar a obra, o já referido “Prefácio” (pp. 9-11), o poema “Revogação” de Manuel Alegre (p. 13), a “Introdução” (pp. 15-16), um capítulo de “Fontes e Bibliografia” dividido em “Fontes Manuscritas” (pp. 351-353), “Fontes Impressas” (pp. 353-354) e “Bibliografia” (pp. 354-360), e, por fim, uma nota da responsabilidade de Maria da Conceição Pinheiro e Carla Noronha em nome da comunidade educativa do Ribadouro (p. 363).

No capítulo “Fixação à Terra” (pp. 17-29) a Autora conduz-nos pela presença judaica na Península Ibérica desde os primeiros séculos da nossa Era até aos inícios do século XII, destacando acontecimentos, autores e obras literárias mais marcantes deste período. Portugal toma “voz própria” a partir do capítulo “O Tempo dos Judeus” (pp. 31-40) que se foca na política régia relativamente aos judeus durante a dinastia afonsina. Também aqui se referem os momentos mais significativos deste período, dando-se relevância à legislação régia e às normativas pontifícias destinadas à comunidade judaica. Já a cidade do Porto entra “em cena” no capítulo “O Porto Judaico” (pp. 41-88), que percorre os séculos XII até aos finais do século XV, localizando espaços da cidade que os judeus privilegiavam com destaque para a judiaria e a sinagoga. Para a melhor localização destes espaços muito contribuem em imagens que entremeiam estas páginas e onde se reproduzem fotografias atuais de vários locais da cidade. Também se identificam homens, mulheres e famílias judaicas, os seus modos de vida, as suas profissões, o seu enquadramento na sociedade portuguesa e portuense, as suas relações

Maria João Oliveira e Silva – *O Porto Judaico. Encruzilhadas de Vida nos Caminhos da História* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 281-283. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1r2

com outras comunidades judaicas espalhadas pela Europa. Especial enfoque é dado à reação de vários membros da comunidade judaica do Porto à ordem régia de expulsão de judeus e mouros de 1496, decretada por D. Manuel. Este marco na história dos judeus em Portugal serve de mote ao capítulo seguinte “Os Cristãos-Novos” (pp. 89-99) no qual se apresenta o processo de estabelecimento do Santo Ofício em Portugal e a criação do tribunal da Inquisição, em 1536. No capítulo “A Gente de Nação do Porto” (pp. 101-154) o enfoque volta a ser a realidade dos judeus/cristãos-novos portuenses, durante o século XVI, descrevendo-se pormenorizadamente muitos processos inquisitoriais e os resultados dos autos de fé realizados no Porto, assim como o impacto que tais processos tiveram na vida de várias famílias que optariam mesmo por sair da cidade. As consequências das ações da Inquisição em Portugal, e muito concretamente no Porto, são alvo de reflexão no capítulo “E tudo a Inquisição Levou...” (pp. 155-255) através do recurso a inúmeros casos paradigmáticos da situação vivida pelos cristãos-novos da cidade, observados a partir de dezenas de processos inquisitoriais. A análise desses casos permitiu à Autora concluir o seguinte: “A vivência dos cristãos-novos portuenses na primeira metade do século XVII é algo que permite várias situações entre dois caminhos extremos: o desafio duma identidade dissimulada e a diáspora, ou seja, o desterro, o desterro de Portugal...” (p.168). Ao curto capítulo “E depois?” (pp. 257-260), onde se traça sumariamente o percurso do Santo Ofício em Portugal desde a segunda metade de Seiscentos até à sua extinção em 1821, segue-se um outro intitulado “A Diáspora” (pp. 261-303). Ao longo desse capítulo, a Autora conduz-nos pela diáspora judaica portuguesa e portuense que teve como destinos várias cidades do Mediterrâneo assim como do Norte da Europa, para além do Brasil e das Índias de Castela, o que permitiu, entre outras situações, criar e/ou reforçar redes comerciais fortemente dinâmicas ao longo dos séculos XVI e XVII. O último capítulo, “Os Marranos. A Obra do Resgate” (pp. 305-350), centra-se no trabalho desenvolvido pelo capitão Arthur Carlos de Barros Bastos, nas primeiras décadas do século XX, no âmbito da “Obra do Resgate” que pretendia mostrar aos marranos portugueses “que não havia razão para o culto clandestino e [para] ter medo porque a Constituição republicana de 1911 consignava a liberdade religiosa” (p.308).

Como se conclui, a narrativa segue uma ordem cronológica, apontando-se os momentos-chave da história dos judeus em Portugal, mas dando sempre preponderância ao foco principal da obra, isto é, a comunidade judaica portuense. Por essa razão, a

Maria João Oliveira e Silva – *O Porto Judaico. Encruzilhadas de Vida nos Caminhos da História* História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. 281-283. DOI: https://10.21747/0871164X/hist11_1r2

maioria dos capítulos do livro são dedicados quase exclusivamente a esta comunidade no seu todo, mas também individualizando alguns dos seus nomes mais relevantes.

As várias imagens que retratam espaços da cidade do Porto e que surgem ao longo do texto são enriquecedoras do mesmo. No entanto, parece-nos que teria sido muito importante acrescentar alguma cartografia que auxiliasse o leitor a localizar determinadas ruas e praças e outros locais da cidade que são referidos frequentemente pela Autora.

Ao longo da obra, é referenciada bibliografia especializada, muito concretamente no que se refere a estudo centrados no Porto, ressaltando os títulos da própria Autora.

É abundante o recurso a fontes documentais, numa grande parte dos casos inéditas, que são citadas tanto em nota de rodapé como em corpo de texto e que constituem uma mais-valia para o leitor. No entanto, encontram-se, por vezes, citações muito extensas, nomeadamente de processos da Inquisição, que chegam a ocupar várias páginas do livro.

É notório o cuidado da Autora em definir determinados conceitos, palavras e títulos muitos deles hebraicos. Por essa razão, talvez se justificasse a elaboração de um glossário, no final da obra, onde se reunissem todos esses termos, de modo a potenciar a informação apresentada e facilitar a sua consulta.

Tendo em conta o elevado nível intelectual de muitos dos homens e das mulheres apresentados e estudados nesta obra, e de modo a enriquecer o livro com outro tipo de figuras para além das escolhidas, teria sido interessante recorrer às subscrições autógrafas de alguns desses indivíduos e que a Autora certamente encontrou nas suas aturadas pesquisas nos processos inquisitoriais.

Como refere o prefaciador desta obra: “O seu conhecimento profundo dos processos da Inquisição do Porto e de Coimbra leva Elvira Mea a abordar a vida, o sucesso dos mercadores e intelectuais cristãos-novos da cidade e as suas ligações internacionais” (p. 11), razão mais do que suficiente para fazer desta obra um título essencial para quem estuda a história dos judeus no Porto e em Portugal.

Flávio Miranda - CECCARELLI, Giovanni, *Risky Markets. Marine Insurance in Renaissance Florence* (2021), Leiden, Brill. ISBN 978-90-04-39912-9, xvi+363 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 285-287. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1r3

CECCARELLI, Giovanni, *Risky Markets. Marine Insurance in Renaissance*

***Florence*, (2021), Leiden, Brill. ISBN 978-90-04-39912-9, xvi+363 pp.**

Flávio Miranda
CITCEM/FLUP
fmiranda@letras.up.pt

De que forma é que mercadores e negociantes transformaram a incerteza num risco calculado, dando origem a um vibrante mercado de seguros marítimos na Florença renascentista? Esta é uma das questões centrais que Giovanni Ceccarelli explora no seu livro *Risky Markets. Marine Insurance in Renaissance Florence*, que foi publicado na sua tradução inglesa pela Brill, em 2021 (a versão original, em italiano, é de 2012). Uma das suas principais conclusões é que a estrutura organizativa do mercado de seguros florentino emergiu pela iniciativa privada de um pequeno grupo de indivíduos que, com base nas suas relações de confiança e códigos de conduta comuns, garantiu o funcionamento de um sistema de proteção da atividade mercantil, que se manteve fora de enquadramentos institucionais. Ceccarelli argumenta que existiu uma “intervenção normativa mínima” no mercado florentino, por ser assente em relações diretas entre segurador e subscritor, oposta aos contratos celebrados perante um notário, que requeriam uma “intervenção normativa significativa”. Embora inserido no grande esquema da *New Institutional Economics*, este livro desafia os debates em curso ao identificar o que poderá ser uma “evidente contradição entre os académicos que insistem na ligação entre instituições e funcionamento de mercado”. Sugere, então, que até ao início da época moderna é “inapropriado” considerar-se “a lei” como o único mecanismo através do qual as instituições regulavam a economia (p. 15).

Risky Markets combina as metodologias mais recentes em história económica com uma análise refinada de fontes primárias. De forma a reconstruir o mercado de seguros de Florença, Ceccarelli consultou dois conjuntos de documentos: 130 apólices efetuadas pela firma de Francesco di Marco Datini, entre 1385 e 1401; e 881 contratos de seguro celebrados por Raggio di Nofri Raggi, entre 13 de fevereiro de 1524 e 11 de agosto de 1526. A análise da documentação é efetuada ao longo de uma dúzia de capítulos, cada um incidindo sobre aspetos endógenos e exógenos ao mercado de seguros de Florença. O primeiro capítulo (“Institutions: Contracts and Legislation”) balanceia-se entre o

Flávio Miranda - CECCARELLI, Giovanni, *Risky Markets. Marine Insurance in Renaissance Florence* (2021), Leiden, Brill. ISBN 978-90-04-39912-9, xvi+363 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 285-287. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1r3

enquadramento teórico e conceptual e a génese dos contratos e das instituições. É particularmente útil para se compreenderem as semelhanças e as diferenças entre o mercado florentino de seguros e os seus congéneres de Génova e do Reino de Aragão. É neste capítulo, ainda, que Ceccarelli efetua, em detalhe, a crítica da fonte, explicando a sua estrutura e o método de análise que usará ao longo do livro. Os capítulos 2, 3 e 4 interrelacionam a atividade comercial com os seguros (“Trade and Insurance”), estabelecendo uma análise das suas rotas (cap. 2, “Routes”); bens transacionados (cap. 3, “Goods”) e embarcações utilizadas (cap. 4, “Seacrafts”). São minuciosos na explicação das rotas, das distâncias, dos riscos associados à atividade mercantil (e.g. naufrágios, pirataria...), dos bens negociados, e no tipo de navio usado, procurando identificar as relações entre estes elementos e os valores do prémio do seguro marítimo.

Os capítulos 5 e 6 examinam os prémios (“Premium”), considerando fatores estruturais (cap. 5, “Structural Factors”) e contingenciais (cap. 6, “Contingent Factors”). Os primeiros, teoricamente previsíveis aquando da celebração de um contrato, têm que ver com o tipo de embarcação, a qualidade (ou reputação) do mestre ou piloto, a rota prevista, assim como outros fatores (se o navio circulava sozinho ou em frota, e se navegava com armamento). Os fatores contingenciais são mais imprevisíveis e estão relacionados com o que poderia mudar rapidamente numa viagem, como é o caso dos atos de pirataria e de guerra (“*danger factor*”). O capítulo 7 (“The Florentine Insurance Market Within the European Context”) efetua uma análise comparativa do mercado de seguros de Florença, explicando a génese desse produto de risco, os modelos existentes noutras praças europeias e a forma como o mercado florentino se individualizou.

Os capítulos 8, 9, 10 e 11 investigam o mercado e os seus operadores (“The Market and its Operators”), explicando o funcionamento das lógicas da procura (cap. 8, “Demand), da oferta (cap. 9, “Supply”), das técnicas e organizações (cap. 10, “Techniques and Organisational”), e dos especialistas em risco (cap. 11: “Risk Experts”). Isto, antes de regressar às instituições, no capítulo 11, para examinar as salvaguardas institucionais (“Institutions Again: Informal Safeguards”) a todos estes processos.

As conclusões deste livro são arrojadas. Ceccarelli argumenta que o mercado de seguros de Florença se constituiu por iniciativa de uma “coligação económica” que perseguiu um tipo de “abordagem cooperativa” (p. 239). Essa coligação assentaria em relações de confiança (ou “laços fortes” de ligação familiar, étnica e religiosa), assente

Flávio Miranda - CECCARELLI, Giovanni, *Risky Markets. Marine Insurance in Renaissance Florence* (2021), Leiden, Brill. ISBN 978-90-04-39912-9, xvi+363 pp. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 n° 1. 2021. 285-287. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist11_1r3

num regime de sanções e de recompensas. Trata-se, claramente, da adoção teórica de um modelo socioeconómico e institucional proposto por Avner Greif, em 1989, no célebre artigo “Reputation and Coalitions in Medieval Trade: Evidence on the Maghribi Traders”. Ceccarelli valoriza o contributo da competição, da existência de um sistema bancário maduro e, principalmente, de boas bases educativas para o pensamento matemático: porque as escolas de *abbaco* terão plantado as sementes de um cálculo probabilístico, essencial para o desenvolvimento dos seguros, dos prémios e riscos associados.

O contributo desta obra para a historiografia é inquestionável, mas existe sempre uma pequena margem para se efetuar um comentário crítico. A tese da “intervenção normativa mínima” faz sentido, assim como as conclusões relacionadas com a relevância das relações de confiança entre os agentes. Só que não me parece ficar totalmente evidente que esses agentes, apenas por celebrarem os contratos de seguro sem recorrerem a um notário, estivessem a operar num ambiente pré-institucional. Porque, por exemplo, a validade institucional desses contratos parece ser reconhecida, em caso de disputa, pelos tribunais superiores (*Tribunalle della Mercanzia*). Do ponto de vista metodológico, algumas estatísticas também aparentam algumas fragilidades, sobretudo na análise empírica aos contratos do século XIV. Fora do controlo do autor estão os problemas relacionados com esta edição inglesa: a revisão foi incapaz de identificar todas as gralhas e palavras repetidas ao longo do texto, e é um pouco incompreensível que o tradutor tenha optado pela incomum versão inglesa de Livorno (“Leghorn”), ao invés do seu nome original. Nada disto retira relevância e importância a esta obra, que merece ser lida, examinada e citada.

Risky Markets é um excelente livro, que entusiasmará os investigadores de história económica medieval e do renascimento, com um argumento teórico que permitirá longos e interessantes debates historiográficos durante os próximos tempos.

Notas biográficas dos autores

Andrea Mariani: Completed his MA (Laurea Pre-Bologna) in History at the Università degli Studi di Milano, Milano, Italy (2014), with a thesis entitled “Elementi difensivi nel territorio brianzolo: fonti scritte e materiali (X-XIII secolo)”. Having been awarded a doctoral grant by the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (1.10.2015-15.12-2019), he received his Ph.D. in History in 2020 from the Universidade do Porto, Porto, Portugal, with a thesis entitled: “Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII)”. Dr. Andrea Mariani is currently integrated researcher at the Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (FLUP, Portugal). He has been founder and secretary of the APS Popolo di Brig (Italy) since 2004 and a member of the Gruppo di Ricerche Archeo-storiche del Lambro and volunteer for the Museo Civico Verri di Biassono (Italy) since 2009. He has also been a member of the Grupo Informal de História Medieval (FLUP, Portugal) since 2015, auditor of EXARC (Netherlands) and of the Associação de Protecção ao Património, Arqueologia e Museus de Vila do Conde (Portugal) since 2020. He has been a reviewer for the Rivista Archeologica dell’Antica Provincia e Diocesi di Como (Italy) since 2018. He was a reviewer for Quaderni Erbesi (2018-2019, Italy) and Memoria Europae (December 2016, Argentina) as well as a member of the European Association of Archaeologists (2012-2013), of the Association of History, Literature, Science, and Technology (2015-2016), of the European Rural History Organization (2017-2019) and founder, secretary, and treasurer of the Associazione Brianza Medievale of Triuggio, Italy (2003-2005). He has been a member of scientific and organising Committees both in Italy and Portugal. His research activity, presented both at national and international congresses, and his publications, characterised by a multidisciplinary approach, focus mainly on medieval defensive elements (9th-13th century); the history of the Diocese of Porto (6th-12th century); the Italian microregion of Brianza (Lombardy, 5th B.C.E.-15th century); Ancient road networks; Castreja Culture, Celts and Ancient Ligurians of the Second Iron Age; living history (being a reenactor since 2003) and experimental archaeology (since 2008).

Flávio Miranda é doutor em História pela Universidade do Porto, com uma tese intitulada *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, defendida em dezembro de 2012. Foi investigador de pós-

doutoramento FCT no Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, no CITCEM da Universidade do Porto e na Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge, trabalhando as instituições e as comunidades mercantis em Portugal no final da Idade Média. É, atualmente, investigador contratado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e integra o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Francisco José Pegacha Pardal é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2016). Mestre em História - especialização em História Moderna e Contemporânea - pela mesma instituição (2019), defendeu uma dissertação intitulada *Uma devoção de grandes e pequenos: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa nos séculos XVII e XVIII*. É membro do Centro de História da Universidade de Lisboa e do Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos da Mariologia.

Indira Leão licenciou-se em 2017 em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2020 concluiu o seu mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos na mesma instituição. Tem como interesses História Moderna, Estudos inquisitoriais e História das Mulheres. Tem participado em congressos nacionais e internacionais como o *Tercer Simposio Especializado La mujer y el mar: Relaciones marítimas y de género a lo largo de la Historia* em 2019 realizado na Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid. Tem dois artigos no prelo intitulados “Estratégias femininas para solucionar problemas amorosos: processos de feitiçaria da Inquisição de Lisboa (séc. XVII)” e “Transgressões sexuais femininas segundo os processos inquisitoriais de sodomia (1591-1639)” para serem publicados respetivamente na *Revista Portuguesa de História* e na revista *Biblos* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Joana Lencart é investigadora contratada do CITCEM. Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2018) com a tese intitulada *Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no século XVI*. Publicação de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Colaboração em projetos nacionais e internacionais. Áreas de investigação: História medieval; Ordens Religioso-Militares (Ordem do Templo e Ordem de Cristo); cartulários; paleografia e edição de texto.

Atualmente desenvolve um projeto orientado para a organização do património escrito da coleção Gavetas da Torre do Tombo.

João Caramelo, professor auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, membro integrado do Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Doutorado em Ciências da Educação, desenvolve trabalho de investigação nas áreas de educação de adultos, trabalho e formação e intervenção comunitária e desenvolvimento local.

Jorge António Araújo é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. É também mestre em Gestão e Programação do Património Cultural pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Colaborou em diferentes projetos na área do património cultural, como na organização do Dia Nacional dos Centros Históricos 2015, na Câmara Municipal do Porto, e no tratamento técnico do espólio bibliográfico proveniente do Museu de Etnografia e História do Douro-Litoral, na Direção Regional de Cultura do Norte. É atualmente doutorando em História na Universidade do Porto, com uma bolsa da FCT, e investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Jorge Fernandes Alves é Professor Catedrático de História Contemporânea no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM. Apresenta trabalhos nas áreas da História Económica e Social, com relevo para as migrações, as empresas, a saúde, o ensino superior.

Liliana Oliveira é investigadora do CITCEM e doutoranda em História na FLUP, onde desenvolve o projeto *Logística naval e consolidação imperial. A construção naval no Estado da Índia (1500 – 1640)*, financiado pela FCT (SFRH/BD/132432/2017). As suas linhas de investigações prendem-se com a discussão da posição régia de gestão e manutenção da empresa expansionista, a par da discussão dos processos de intervenção da iniciativa privada. É Membro Correspondente da Academia de Marinha. Recebeu, em 2016, a Menção Honrosa do Prémio Almirante Teixeira da Mota atribuído pela Academia da Marinha, pela investigação *Políticas Régias de Logística Naval (1481-1640)*.

Luís Carlos Amaral é docente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, investigador do CITCEM-UP e membro do CEHR-UCP. Na referida faculdade tem leccionado sobretudo unidades curriculares da área de História Medieval de Portugal, História Medieval Ibérica, História Geral da Idade Média e História da Igreja em Portugal. É académico correspondente da Academia Portuguesa da História e Presidente da Comissão de Ética da Universidade do Porto. No que respeita a temas de investigação, tem privilegiado estudos sobre povoamento e organização social do território (séculos X-XIII), bem como sobre instituições eclesásticas medievais portuguesas. Entre os livros mais recentes destacam-se: *Livro de Mumadona. Cartulário do Mosteiro de Guimarães*, edição crítica, Lisboa, 2016 (coord.); *Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense*, Porto, 2017 (coord.); *Castelo de Guimarães. Livro – Guia do Centro Interpretativo*, Guimarães, 2019 (em colaboração com Mário Jorge Barroca). *Teresa: a Condessa Rainha*, Lisboa, 2020 (2.^a ed., em colaboração com Mário Jorge Barroca).

Luís Miguel Duarte: nascido em Viana do Castelo, fez toda a sua carreira académica na Faculdade de Letras do Porto, onde é professor de História Medieval. Áreas de maior interesse: história política e militar; história urbana; história económica e social.

Manuel Baiôa é investigador do *Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora* (CIDEHUS.UE). Licenciado em Ensino de História pela Universidade de Évora e Mestre em História dos séculos XIX e XX (secção do séc. XX) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2012 concluiu o Doutoramento em História Contemporânea pela Universidade de Évora. Publicou os seguintes livros: *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-26)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, 344 páginas; (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2004, 479 páginas; *O Partido Republicano Nacionalista 1923-1935. «Uma República para Todos os Portugueses»*, Lisboa, ICS-Imprensa de Ciências Sociais, 2015, 526 páginas. Alguns dos artigos publicados: Manuel Baiôa, Paulo Jorge Fernandes; Filipe Ribeiro de Meneses, “The Political History of Twentieth-Century Portugal”, *e-Journal of Portuguese History*, Brown University,

Volume 1, number 2, Winter 2003, pp. 1-18; Manuel Baiôa, “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, ICS, Vol. XVI, N.º 178, 2006, pp. 99-123; Manuel Baiôa, “A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político”, *ARBOR, Ciencia, Pensamiento y Cultura*, Madrid, Vol. 190, N.º 766 marzo-abril, 2014, pp. 1-14; Manuel Baiôa, “Minando o sistema republicano-liberal desde dentro. Os partidos políticos portugueses no contexto Europeu e Ibérico (1919-1926)”, *Intellèctus*, v. 16, n. 1, 2017, pp. 1-26; Manuel Baiôa, “O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): centros políticos, imprensa e financiamento”, *Ler História*, 77, 2020, 131-157; Manuel Baiôa, “A elite do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): perfil social e sociabilidade”, *História, Revista da FLUP*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, IV Série, Volume 4, 2014, pp. 187-200; Manuel Baiôa, “O Partido Republicano Nacionalista e o Clientelismo (1923-1935)” in Maria Fernanda Rollo; Maria Manuela Tavares Ribeiro; Ana Paula Pires; João Paulo Avelãs Nunes (Coordenadores), *Atas I Congresso de História Contemporânea*, IHC / CEIS20 / Rede História, 2013, pp. 326-338. ORCID ID: 0000-0003-3176-5690

Marco Alexandre Ribeiro (marcoribeiro107@gmail.com) (Arouca, 1996) Licenciado em História (2017), Mestre em Estudos Medievais (2019) e Pós-graduado em Ética e Filosofia Política (2020) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente, é membro do centro de I&D CITCEM-FLUP e do projeto coletivo de âmbito nacional MEDCRAFTS e encontra-se a desenvolver o seu projeto de Doutoramento focado no processo de construção de uma “consciência política” nos mesteres portugueses do período final da Idade Média e inícios da Idade Moderna. As suas principais áreas de interesse são a cultura e a sociedade da época medieval tardia.

Maria João Antunes é licenciada em Educação Social pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (2014). Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (2016), autora do relatório de estágio: “Memórias de trabalhadores e trabalhadoras do Porto no século XX: Um projeto educativo em torno de histórias de vida de resistentes antifascistas e coconstrutores da democracia.”. É doutoranda em Ciências da Educação pela FPCEUP e bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/130264/2017). O seu projeto de doutoramento tem o título provisório: “Lutas dos estudantes na ditadura e sua

influência nas transformações educativas após o 25 de Abril. – O movimento estudantil do Porto (1969-1974)”.

Maria João Oliveira e Silva: Licenciada em História pela FLUP, Mestre em História Medieval e do Renascimento e Doutora em História pela mesma instituição. É investigadora contratada da FLUP, desenvolvendo a sua investigação no Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM-UP), através de um projeto relativo à análise dos níveis de competência gráfica das comunidades marítimas do norte de Portugal (entre a Idade Média e a Época Moderna). Dedicar-se, em especial, à investigação nas áreas da Paleografia e da Diplomática Medieval e Moderna, da História custodial das instituições eclesiásticas, da História da Igreja e da História do Porto, assim como ao estudo e publicação de fontes.

Maria José Moutinho Santos é Professora Associada com agregação, aposentada, de História Contemporânea no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM. Apresenta trabalhos na área da História Social, História dos Poderes e da Criminalidade.

Maria Teresa Medina, professora auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE); presidente da comissão científico-pedagógica do Programa Transversal de Mentoria Interpares da U. Porto. Doutora em Ciências da Educação pela FPCEUP. Desenvolve trabalho de investigação em áreas como o trabalho, educação/formação de jovens e adultos, associativismo e movimentos sociais; memória social e história oral; envelhecimento e processos de intervenção socioeducativa; mentoria no ensino superior.

Paulo Jorge Sousa Costa (paulojorge.sousacosta@gmail.com; <https://up-pt.academia.edu/PaulojorgeSousaCosta>): natural e residente em Vila Nova de Gaia. Licenciado em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense – Infante D. Henrique em 1993 com a classificação final de 15 valores. Mestre em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2016 com a classificação de 19 valores com a tese: *Alfândega da Fé de Sobre a Valariça: do domínio senhorial ao senhorio régio*

(séculos XII-XIV). Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2017-...) com o trabalho de investigação (título genérico): *Os forais medievais portugueses: a construção do senhorio régio (1096-1325)*, sob a orientação dos Prof. Doutores: José Augusto Sottomayor-Pizarro e Paula Pinto Costa. É investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/130310/2017). Breve nota de livros publicados: *Abientes a Avintes – Notas Monográficas*, Vila Nova de Gaia, Audientis, 2009 (coautoria); *S. Salvador de Vilar de Andorinho – Notas Monográficas*, Vila Nova de Gaia, Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, 2013 (coautoria); *Brasões de Gaia, Uma só Alma*, Vila Nova de Gaia, DH Debater a História, 2013 (coautoria); *A Torre do Relógio e o Castelo de Alfândega da Fé (1258-1758)*, Câmara Municipal de Alfândega da Fé/DH Debater a História, 2015. Artigos relevantes outras investigações: *A estrutura fundiária e senhorial no Vale inferior do rio Febras no século XVII* – Comunicação ao 2º Congresso Internacional do Douro – 1996 (artigo publicado nas atas); *Um Senhorio Nobre na Idade Média Portuguesa. Sua extensão e desenvolvimento entre 1200 e 1350* – Comunicação ao 1º Congresso Internacional, Territórios, culturas e poderes. Universidade do Minho – 2005 (artigo publicado nas atas).

Ficha Técnica

HISTÓRIA: Revista da FLUP -IV Série, vol. 11, N. 1 (2021)

Editor: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Diretora: Inês Amorim.

Conselho Editorial: Carla Sequeira, Cláudia Ribeiro, Inês Amorim, Jorge Fernandes Alves, Jorge Martins Ribeiro, Luís Carlos Amaral, Luís Miguel Duarte, Maria Antonieta Cruz, Maria João Oliveira e Silva, Sara Pinto.

Conselho Consultivo: Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga (U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut Kaelble (U. Humboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa).

Coordenação do Dossiê Temático: Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral

Secretariado: Mariana Selas, Carla Sequeira, Maria João Oliveira e Silva e Sara Pinto

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa.

Contactos: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Telefone: 22 607 71 00.

Telefax: 22 600 38 25.

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: 10.21747/0871164X/hist11_1

ISSN: 0871-164XD.L.:19791/88

Junho 2021

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

NORMAS EDITORIAIS

Instruções para Autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

i) Dossiê Temático

ii) Outros Estudos

iii) Recensões Críticas

b) Submeter no sítio da Internet:
<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

Passo 1. Registrar-se na plataforma
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- "Registrar-se como" e escolher **todas (as 3)** opções: Autor; Leitor; Revisor;
- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;
- Clicar em "Nova submissão";

Passo 2. Transferência do manuscrito: depois de ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação):

- em caso de submissão de artigo: indique o seu **nome apenas com as iniciais em maiúsculas**: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiros da diocese do Porto (séc. XI)
- em caso de recensão, no campo do título, indique **só a obra OBJETO DE RECENSÃO**, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

Passo 4. Metadados da submissão (Indexação):

- no campo Resumo insira os 4 resumos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, nos quais **deve incluir, igualmente, os títulos nas respetivas línguas, assim como as palavras-chave.**

- indicar o **título** completo do texto em **Português, Francês, Espanhol e Inglês**.

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações e estarem redigidos num dos seguintes idiomas: Português, Francês, Inglês ou Espanhol.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12, em formato Word for Windows ou compatível**, sem adicionar espaçamento antes ou depois dos parágrafos. As margens devem ser:

§ superior e inferior: 2,5 cm

§ esquerda e direita: 3 cm

§ parágrafos com avanço na primeira linha: 1 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, deverão ser numerados de forma contínua e não podem ter uma largura superior à do corpo do texto

2.6. Estes elementos devem ser acompanhados dos respetivos **títulos e fontes** devendo estes últimos ser redigidos com corpo de letra 11 e espaçamento 1,15.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

2.9. No caso de uma nota de rodapé se encontrar junto a um ponto final ou a uma vírgula o número deverá aparecer antes desses sinais de pontuação.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4. Citações e referências bibliográficas:

4.1. As **citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

- Apenas um autor - (Ribeiro, 2016)
- Apenas um autor com indicação da página - (Ribeiro, 2016: 344)
- Dois autores - (Rosas & Mariz, 2008: 350)
- Vários autores - (Pereira *et al.*, 2010)
- Autor referido no próprio texto - Amorim (2008)

As citações de excertos de textos devem ser integradas no corpo do texto, entre aspas curvas e sem itálicos. No caso de as citações terem **mais de três linhas** deverão ser redigidas em corpo de letra 11, com espaçamento simples, avanço à esquerda de 1,25 cm e avanço da primeira linha de 1 cm, entre as aspas curvas e sem itálicos.

4.2. As **referências bibliográficas** devem ser colocadas no **fim do texto e ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

a) Livro com um autor:

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORGAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. III Vol., *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337- 356.

f) Artigo em publicação periódica *online*:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356, [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf>

g) Publicações *online*:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [consulta em 05/07/2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L'évolution de la perception d'un grand quartier d'affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) Citações de documentos:

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

5. Os autores devem cumprir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.